

Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira

Joana Mello

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U


ANNABLUME



Ricardo Severo:

DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA
À ARQUITETURA BRASILEIRA

Joana Mello

Ricardo Severo:
DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA
À ARQUITETURA BRASILEIRA



COEDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

ANNABLUME editora . comunicação

www.annablume.com.br

PROJETO E PRODUÇÃO

Coletivo Gráfico Annablume

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Coimbra Editora

ISBN

978-989-26-0249-3 (IUC)

978-85-7419-727-2 (Annablume)

DEPÓSITO LEGAL

350534/12

© OUTUBRO 2012

ANNABLUME

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ao Cláudio

Agradecimentos

Este livro é uma versão ligeiramente modificada de minha dissertação de mestrado, defendida em junho de 2005, no programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. A pesquisa contou com o apoio da Fapesp, além do incentivo e o suporte de várias pessoas que acompanharam o seu desenvolvimento.

Gostaria de agradecer inicialmente ao José Lira, meu orientador e amigo pela generosidade e exigência com que me orientou. A Fernanda Peixoto e Cibele Risek pelas aulas e as críticas precisas que fizeram no exame de qualificação. A Ana Lanna pela amizade e presença constante nos momentos mais importantes da minha vida. À família Severo, Eliane e Águida, bibliotecárias do Instituto Camões e do Clube Português por me concederem entrevistas e materiais de pesquisa valiosos. À Aline, Flavia, Martina, Renato Cymbalista, Juliana Prata e Ana Claudia Barone por me ajudarem no início e no fim deste trabalho. Ao João Clark Sodré, Mariana Rial, Maria Luiza de Oliveira e Rosa Artigas pelo apoio. Aos amigos Amália, Edu, Renata, Guile, Elaine, Pedro, João Miguel, Nagaaki, Kátia, Kiko, Gabi e Joana pelo incentivo. À Ana Claudia e ao Caio pelas leituras, comentários, revisões e longas conversas nos momentos de angústia e de felicidade. À Rita que me ensinou a gostar de história e ao João que me abriu as portas da pesquisa na internet. Ao Lourenço e à Gê que cuidaram de mim e do Miguel antes e depois dele nascer. Ao meu pai que vive tentando me ensinar o verdadeiro prazer de viver. À minha mãe que tão apaixonadamente me abriu os caminhos da arquitetura. À Maria, minha irmã, por estar sempre ao meu lado.

Su m á r i o

	11	Prefácio
	17	Introdução
cap. 1	23	Um mundo português em ruínas
	30	A formação politécnica
	34	Revista de Ciências Naturais e Sociais e Portugália
	39	Republicanismo, evolucionismo e arqueologia
	43	O patriarca da colónia Portuguesa
	49	Entre Portugal e o Brasil
	52	Ricardo Severo e Ramos de Azevedo
	56	Sociabilidade paulista
	62	A campanha de arte tradicional: ideário e projeto
cap. 2	89	Origens da identidade nacional
	93	Raça, meio e tradições nacionais
	95	Genealogia da nacionalidade portuguesa
	108	Portugal e Brasil: duas nações, uma nacionalidade
	114	Épica da colonização
	120	Vida e morte do luso-brasileiro

cap. 3	131	Natureza, Tradição e Arquitetura
	133	A estética naturalista em Ricardo Severo
	137	Determinações mesológicas e étnicas da arquitetura
	140	Arqueologia, etnografia e arte no Brasil
	142	História da arquitetura portuguesa e arqueologia do colonial
	149	História da evolução da arquitetura brasileira
	177	Os Projetos tradicionais
	227	Considerações finais
	233	Bibliografia

P r e f á c i o

Um dos crivos fundamentais de entendimento da moderna arquitetura brasileira, como se sabe, está na fusão no seu interior entre uma certa plataforma internacionalista de renovação e traços nacionais de identificação muito influentes no debate artístico e intelectual do entre-guerras. Ora remetida a uma relação mais livre com as fontes europeias, ora à reinterpretação dos valores do clima e da paisagem dos trópicos, do passado colonial e da mescla de raças e culturas, desde os anos 1920 a formação da arquitetura brasileira vem sendo referida a esse encontro entre o regional e o moderno, o nativo e o adventício, o local e o cosmopolita. Em sua linha evolutiva, desse modo, um palácio imaginário de Flávio de Carvalho poderia ser pensado como bastião bandeirista das vanguardas, uma casa branca de Warchavchik como versão da máquina de morar adaptada ao clima quente, um albergue filantrópico de Reidy a uma nova arquitetura tropical, de sorte que desde o Ministério da Educação e Saúde quase toda arquitetura produzida no Brasil viria a ser indistintamente avaliada a partir da síntese operativa entre razões contemporâneas e matrizes telúricas, momentos anteriores, como o neocolonial, o art deco, o art nouveau, o eclético ou o neoclássico podendo ser lançados na vala comum da cópia, do pastiche ou de modismos de importação.

Hoje se sabe que essa interpretação não foi exclusiva à arquitetura brasileira, mas que recobriu outras versões contemporâneas do moderno, tão variadas quanto a finlandesa, a japonesa, a mexicana, a turca ou a egípcia. No Brasil, todavia, não apenas os vínculos ali tão caros com revivalismos nacionais do início do século XX teriam sido descartados, mas a nova expressão arquitetônica viria a adquirir um caráter paradigmático. Sinal mais luminoso de um mal-

estar na civilização maquinista no contexto da Segunda Guerra, nossa moderna arquitetura, revificante ao mesmo tempo que perturbadora, ao reencontrar o frescor da natureza, a intuição prática, a forma do inconsciente, o erótico, o lúdico, teria rompido com a frieza do *International Style* bem como com as idealizações românticas do mundo tradicional, repondo o atraso como prerrogativa de uma arquitetura que se abria ao presente em busca de uma nova tradição.

O livro de Joana Mello não fala diretamente da moderna arquitetura brasileira, mas é esse, salvo engano, o pano de fundo que o emoldura. Ao recuar algumas décadas na história e tomar distância das realizações mais brilhantes - algumas vezes ofuscantes - do moderno arquitetônico entre nós, ao conferir legitimidade ao estudo de um momento até hoje considerado menor, nostálgico ou simplesmente de transição, seu trabalho permite ultrapassar as velhas antinomias que rondam a arquitetura nesse país tido como incompleto e condenado ao moderno. E que o foco é desta vez lançado sobre a própria complexidade genealógica, a contradição e heterogeneidade do moderno e do brasileiro em arquitetura, na tentativa de apanhar sua historicidade constitutiva. Trata-se de examiná-los não mais como essências precisas, perfeitamente identificáveis em projetos e obras de um período, mas como campos de enfrentamento. Ao recuperar diferentes cenas em que tais atributos desempenharam papéis distintos, valorizando a simples distância e movimentação recíproca, desvios, disparates, inversões e simulações de onde emergem, esse estudo da arquitetura brasileira rompe de uma vez por todas com o ufanismo e as idiossincrasias das interpretações habituais. De fato, parece ser essa uma das inovações críticas mais fecundas em sua pesquisa. Ao propor reencontrar o moderno para além dos conceitos estabelecidos pela vanguarda arquitetônica abre-se a possibilidade de considerar a relevância histórica das tensões renovadores também presentes nos discursos de legitimação, nas concepções formais e nas práticas edilícias das arquiteturas de estilo, seja em esferas da alta cultura, seja no mercado de gostos e construções. Alternativa que se complementa no esforço de desnaturalização e problematização crítica do viés regionalista em foco, ao examinar, à luz da história cultural, uma das proposições arquitetônicas mais bem sucedidas no Brasil: a reinvenção da tradição colonial luso-brasileira como manifestação de uma ambição de autonomia, identidade e nacionalidade.

Não é por outra razão que a autora se detém no inventor dessa tradição: Ricardo Severo, o engenheiro português fixado em São Paulo no início do

século XX, que pouco depois se tornaria o paladino do *revival* colonial no país, ideólogo primeiro de uma arquitetura genuinamente brasileira, tal como biógrafos e historiadores vinham-no apresentando até o presente. Sem recair em generalizações e preconceitos habituais, eis que surge um novo retrato: de um aficionado em arqueologia científica ainda estudante da velha Academia Politécnica do Porto, próximo da construção civil, da geologia e da mineralogia; de um engenheiro desde cedo envolvido com a elite positivista local das ciências naturais e da antropologia evolucionista do povo português, autor de artigos sobre o assunto nas prestigiosas *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e *Portugália*; de um militante precocemente engajado em um projeto espiritual e político nacional-republicano; de um erudito exilado no Brasil, alguns anos depois alçado à condição de patriarca da colônia portuguesa em São Paulo e, desde a primeira viagem ao país, comprometido pessoal e profissionalmente com um universo de empreendimentos indissociável da inserção privilegiada no meio paulista derivado do café. Com efeito, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX - a pesquisa detalha - Severo atravessa o escol da ciência e da política em Portugal e descortina um mundo peculiar da elite *brasileira fin-de-siècle*, a saber um conjunto estruturado de instituições culturais, características de uma experiência urbana e de um momento peculiares da história paulistana, instituições mais ou menos articuladas ao projeto da Comunhão Paulista em gestação: o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Museu Sertório, o jornal *O Estado de S. Paulo*, a *Revista do Brasil*, a Sociedade de Cultura Artística, o Liceu de Artes e Ofícios, o Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo. Um dos achados da pesquisa é justamente o entendimento da trajetória individual de Ricardo Severo como nó de amarração de redes sócias e intelectuais que convergem para a montagem da campanha de arte tradicional por ele liderada no Brasil a partir de 1914, núcleo primeiro de arrematamento nacionalista em arquitetura.

É exemplar, nesse sentido, a maneira como a autora perpassa níveis distintos de investigação: o biográfico e o profissional, o estético e o político entremeiam-se na narrativa histórica de modo a situar a produção arquitetônica na lenta depuração de um ideário social e cultural. Em seu interior, argumentos mesológicos, raciais e históricos vão se escalonando no tempo para repropor uma nacionalidade comum aos lusitanos e brasileiros como matriz de uma nova tradição artística de fundo naturalista. Fruto original de uma história colonial supostamente bem sucedida, a reconciliação engenhosa entre as duas nações em tempos de

dissolução cosmopolita - acadêmica, e pouco depois modernista - poderia ser redescoberta tanto nas visões de mundo partilhadas, como igualmente cristalinas nos modos de construir e de morar, nas representações do conforto e da beleza, em aspirações arquitetônicas comuns. E de um olhar melancólico, às vezes delirantemente saudosista, que em algum lugar do passado parecia ter perdido o bonde da história, fascinado demais pelo mito de uma origem lusitana e colonial harmoniosa, podemos flagrar a gênese da própria idéia de arquitetura brasileira em seu travejamento ideológico mais acabado. Também por aí se compreende a precedência dos projetos residenciais de Severo na análise entre comedida e generosa que o livro estabelece de sua arquitetura. Alinhando-se talvez a uma interpretação do Brasil muito prolífica, a leitura de projetos arremata o recorte teórico explicitado na trajetória individual descrita no primeiro capítulo, e o programa estético tradicionalista fixado no segundo. Em outras palavras, a seleção permite retomar em termos arquitetônicos o postulado da casa como instituição civilizatória fundante da experiência econômica e cultural portuguesa no Brasil, ou ao menos neles, nos projetos residenciais mais do que em quaisquer de seus projetos públicos, reencontrar a transposição mais fiel do ideário para o plano da construção como referencial de valor e autenticidade.

Revigorando, pois, o exame das obras sem os riscos de imprecisão e anacronismo muito frequentes nas histórias operativas, a pesquisa de Joana Mello é um exemplo de seriedade e intuição que enaltece a nova geração de historiadores da arquitetura. Sem risco de cometermos uma injustiça, vale aqui notar os méritos que o associam a uma safra recente de estudos na área. Examinando filologicamente realizações e pronunciamentos individuais, explorando a fundo trajetórias múltiplas e complexas, estabelecendo novos objetos, ângulos críticos e estratégias temáticas, descortinando fontes até então inexploradas e séries mais consistentes, investindo no exame atento das narrativas consagradas, esses estudos vêm pouco a pouco abrindo horizontes de compreensão da história da arquitetura moderna no Brasil. É no meio deles, que a pesquisa de Joana Mello se inscreve e se distingue. Com notável rigor documental, o relato aqui traçado repropõe nossas matrizes historiográficas a partir do exame crítico da construção evolutiva fixada por Severo, logrando ao mesmo tempo repensar as rupturas e continuidades nas representações do tradicional e do moderno em arquitetura desde então. Admirável é a maneira a um tempo discreta e corajosa com que se aproxima da aporia fundamental da moderna arquitetura brasileira: ao focalizar

uma trajetória de indivíduo insuspeito de qualquer filiação ao modernismo, figura ao contrário reduzida ao regionalismo mais estreito, autor de obras consideradas medíocres, defensor de um ideário parnasiano tido muitas vezes como intelectualmente pobre, líder de um movimento visto como efêmero e desde a origem ultrapassado, figura entre maldita e deslocada da historiografia especializada, o livro trabalha no limiar das metodologias disponíveis. Até porque não se deixa iludir pela biografia de seu protagonista, obstáculo ainda hoje muito recorrente nos estudos de gênios e mestres da arquitetura no Brasil - talvez pela dimensão empenhada da profissão, talvez pelo tecido afetivo que insiste em cercar os temas da identidade, da modernidade e do pioneirismo nessa parte do planeta. Por essas e outras, esse primeiro livro de história jamais publicado no Brasil e em Portugal sobre o tempo, o mundo e a obra de Ricardo Severo, tem a maturidade, o talento e a ousadia para enfrentar o eterno conflito entre as leituras da modernidade arquitetônica brasileira. E isso, certamente, porque se propôs a rever o moderno pelo prisma de um nacionalista empedernido, ao mesmo tempo interpelando o nacional sob um ângulo obstinadamente moderno e atual. Não é apenas, portanto, uma outra contribuição à biblioteca brasileira de arquitetura, tão arduamente edificada ao longo das últimas décadas, mas desde já uma leitura obrigatória a quem quer que queira se aproximar com inteligência e sensibilidade do Brasil arquitetônico do século XX.

São Paulo, abril de 2007

José Tavares Correia de Lira

Introdução

O que se sabe de Ricardo Severo deve-se principalmente a ele mesmo e a seus biógrafos, que insistiram no papel inovador e genuinamente patriótico de sua campanha de arte tradicional no Brasil. Entre estes últimos,¹ a maioria dos quais seus compatriotas, condiscípulos e admiradores, Severo é retratado como a figura de maior destaque no ambiente científico, artístico e político dos dois países em que viveu, seja pelo caráter multifacetado de sua obra, seja pelo brilhantismo com que teria desempenhado as mais diversas atividades ao longo da vida, como arqueólogo, antropólogo, cientista, historiador, escritor, arquiteto, artista e construtor. Homem de ação e de cultura, dono de invejável erudição, personalidade inquieta que o transformara em publicista contumaz, Severo desempenharia com nobreza o lugar de patriarca da colônia portuguesa no Brasil, incentivando o movimento associativo luso-brasileiro e a ele dedicando grande parte de seu esforço intelectual. O seu renome enquanto mestre da arquitetura tradicional no Brasil, além do mais, somaria-se à atuação profissional destacada ao lado de Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) no âmbito de seu requisitado Escritório Técnico, da Companhia Iniciadora Predial e do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Na contramão da leitura especializada,² se Ramos de Azevedo é retratado como companheiro da causa tradicionalista, Severo a ele podia ser igualado na transformação da fisionomia arquitetônica da antiga vila de Piratininga. Renovação eclética do cenário urbano e campanha em prol das artes tradicionais surgindo como atividades simultâneas em sua obra arquitetônica.

Mas na bibliografia de história da arquitetura no Brasil, onde ele usualmente foi acolhido, há também um lugar obrigatório, ainda que restrito, para a sua personalidade e atuação. Em linhas gerais, a interpretação dos historiadores

tende a atribuir um papel conservador ao engenheiro português em sua cruzada tradicionalista nas artes e na arquitetura no Brasil. De um lado, Severo aparece como principal mentor teórico do movimento neocolonial, orador apaixonado desta cruzada, precursor da pesquisa de uma nacionalidade artística brasileira, patrocinador dos primeiros estudos *in loco* da arte antiga no país, um de seus grandes colecionadores e defensores contra a vaga acadêmica, modernizadora e demolidora que se alastrava em sua época no campo das construções. De outro, o engenheiro surge como um de seus maiores dilapidadores e falsificadores, restaurador inepto e arquiteto mediano, responsável pela produção, com sotaque português, de mais uma variante do ecletismo europeu no panorama historicista local, valorizando e manipulando de maneira duvidosa elementos de arquitetura colonial e portuguesa, civil e religiosa, de vários séculos e procedências, incongruentes no tempo, no espaço e no estilo. Ocupando na historiografia um lugar semelhante ao do *neocolonial*, o seu principal mérito recairia no fato de ter aberto caminho para a retomada, o estudo e a preservação daquela arquitetura pretérita, que a partir dos anos 1930 seria "corretamente" percorrido pelos arquitetos modernos cariocas.³

Se, entre os seus admiradores predomina o culto de uma personalidade tida como absolutamente singular em seu tempo, isolada de seu contexto; se para os seus críticos sua importância se restringe a um determinado episódio da arquitetura brasileira, Severo costumava se definir, "humildemente", como um "mesteiral", isto é, um mero "obreiro" ou "construtor",⁴ apesar de representante de uma notável "geração de naturalistas" portugueses; a sua orientação tradicionalista guiando sua atuação e investigações no campo das ciências, das artes e da política, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Entre uma imagem auto-indulgente ou apologética e outra mais crítica, ambas muito genéricas, a dissonância levanta dúvidas. Que arquitetura pretérita específica Severo procurava recuperar? Por que revivê-la na atualidade brasileira? Como ela deveria se inserir no curso evolutivo da arquitetura praticada no país? Como a origem portuguesa do autor, a sua formação cultural e política se relaciona com a sua campanha? Que relações havia, se é que havia, entre o seu ideal de arte tradicional e o conjunto das atividades que desempenhava, desde Portugal e ao longo de sua vida no Brasil, como arqueólogo, engenheiro, empresário, orador, escritor, militante republicano ou membro ativo da colônia portuguesa de São Paulo? Como um engenheiro português recém-chegado a esta cidade alcançou tal prestígio na cena cultural local e se aproximado de grupos e instituições

culturais importantes no início do século XX? Como conseguiu ali se estabelecer tão rapidamente? Que vínculos familiares ou de nacionalidade, profissionais ou literários, sociais ou ideológicos permitiriam a ele uma projeção tão fulminante e uma difusão tão ampla de suas idéias?

Para responder a essas perguntas e ultrapassar as imagens convencionais de seu papel histórico, a primeira providência foi levantar, da maneira mais completa possível, a sua produção escrita. Desde o início de sua vida acadêmica na Academia Politécnica do Porto, em 1884, até o seu falecimento em São Paulo em 1940. Na leitura atenta de seus textos, tratou-se de procurar o leque de seus interesses e objetos, as matrizes de suas idéias, o alcance de sua linguagem, a maneira como seus temas preferenciais eram abordados, suas condições de emergência, sua variação e persistência ao longo do tempo, suas articulações respectivas. E de fato, no exame de sua variada bibliografia pessoal, algo mais que a avidez de um polígrafo logo veio à tona. Dois momentos bem distintos se tornando claramente reconhecíveis em sua intensa atividade intelectual. Em Portugal, principalmente, entre 1884 e 1908, o interesse pela arqueologia era inquestionavelmente dominante, quase exclusivo; no Brasil, a partir de então e até o seu falecimento em 1940, o veio de conferencista desabrochando com especial fertilidade na reafirmação de seus compromissos políticos com a luta republicana dos portugueses e com a preservação da identidade nacional dos imigrados no Brasil, base, aliás, de toda a sua pregação nacionalista também na arquitetura a partir de 1914. Se a nítida demarcação desses dois períodos corresponde a uma mudança sensível nos focos e atividades do autor, ambos perfilam uma linha de continuidade: da investigação arqueológica de extração evolucionista para um ideal racial na arquitetura, de uma política lusitanista de defesa da comunidade étnica para um ideal nacionalista de reconciliação entre o novo país e o seu passado luso-colonial.

A leitura comparada dos textos escritos pelo engenheiro português sobre arqueologia, arquitetura e política ajudou a reconhecer e compreender esta linha de continuidade, já apregoada tanto pelo engenheiro ou seus intérpretes, quanto pela bibliografia específica: continuidade entre as campanhas tradicionalistas do Porto, cujo núcleo maior era a revista *Portugália* e a de São Paulo: batizada de Campanha de Arte Tradicional no Brasil. Tal linha é tecida pelos conceitos de nação, nacionalidade e tradição, desde cedo acalentados pelo jovem cientista em formação. Porém, que sentidos específicos tinham tais conceitos no discurso de Severo? Até que ponto eles se modificaram na passagem de um objeto a outro,

de um período a outro, do Porto para São Paulo? Classificá-lo simplesmente de conservador, nacionalista ou tradicionalista não parecia acrescentar muita coisa ao já sabido. Algo de sua biografia, de seu itinerário intelectual, de sua inscrição histórica e social talvez pudesse ajudar a compreender o sentido de suas idéias, propostas, ação, cabendo perguntar: Como a decisão de se estabelecer definitivamente no Brasil, interferiu nos seus interesses, compromissos e pontos de vista? Ou antes, como o levou à pesquisa histórica sobre os elos entre Portugal e o Brasil, desviando-o de sua obsessão anterior pela arqueologia em direção à arquitetura? E mais especificamente, como explicar que uma orientação tradicionalista tão profunda e permanente, plena de consequências sobre sua atividade e identidade na história, pudesse transigir com o movimento de renovação arquitetônica, de cunho cosmopolita, isto é, acadêmico, encabeçada pelo Escritório Técnico F. P Ramos de Azevedo em São Paulo no início do século? Como relacioná-la à sua obra de revivescência colonial?

O contato direto com suas idéias e propostas mostra que não é possível compreendê-las e, muito menos, dar respostas às perguntas que suscitam sem que seja retomada sua gênese e o contexto em que se inseriam. Isso porque os seus escritos sobre arqueologia, política e arquitetura, bem como seus projetos, são permeados de um tom polêmico e programático, característico de um nacionalista atormentado pelas transformações da geografia econômica e política internacional no modo como incidiam sobre as realidades de Portugal e do Brasil.⁵ Ao invés de uma trajetória individual absolutamente coerente e perfeitamente encadeada no tempo,⁶ é preciso compreender sua atuação e suas idéias no contexto social, político e cultural em que foram produzidas, de modo a recompor historicamente os sentidos de seu nacionalismo e tradicionalismo. Dessa forma, o primeiro capítulo recupera a trajetória do engenheiro português desde Lisboa até São Paulo, procurando inserir sua obra num determinado contexto histórico e reconhecer as suas motivações, suas matrizes teóricas, suas fontes, seus objetos, temas e os veículos de divulgação e circulação de suas idéias. No segundo capítulo são investigadas as noções de etnia, raça, povo, nacionalidade, nação e tradição, centrais no discurso do engenheiro, quer quando ele se dedicava à arqueologia portuguesa, quer quando estudava a arquitetura brasileira. No terceiro capítulo estuda-se a campanha de arte tradicional, retomando no campo da arquitetura as noções de nacionalidade, nação e tradição, além de outras tão importantes quanto estas como as de modernidade, arte e arquitetura. Além da leitura minuciosa

de seus textos de campanha são analisados também seus projetos tradicionais, sobretudo aqueles desenvolvidos para a casa, segundo o engenheiro, o lar sagrado de todas as tradições nacionais.

* * *

Notas

¹ Carlos Malheiro Dias, Discurso do Sr. Carlos Malheiro Dias. In: DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, pp. 8-17; Discurso do Dr. Roberto Moreira. In: DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, pp. 21-8; Discurso do Dr. Marques da Cruz. In: DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, pp. 31-6.

² Carlos A. C. Lemos, *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993; Maria Cristina Wolff Carvalho, *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 2000.

³ Sobre uma vertente dita “culturalista” da arquitetura moderna carioca, ver João Massao Kamita, *Espaço moderno e país novo: arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999.

⁴ Ricardo Severo, Figuras da Colônia. *Revista Portugal*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. I, pp. 58-62; Ricardo Severo, Discurso de Ricardo Severo. In: DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Melhoramentos, 1932, pp. 39-46.

⁵ Em seu texto sobre a atividade política de Frei Caneca, Evaldo Cabral de Mello alerta para o fato de o que os escritos do religioso eram de modo geral “tomadas de posição relativamente a situações concretas da política provincial e brasileira”. Daí a necessidade de apresentar ao leitor, acostumado com a versão fluminense da história da independência, “o módulo de informação sobre o contexto político e provincial das suas obras políticas”, sem o que sua compreensão ficaria prejudicada. Relendo os textos de Severo à luz do contexto político, social, econômico e cultural português e brasileiro no qual ele se inseriu percebe-se que o mesmo poderia ser pensado com relação ao engenheiro. Evaldo Cabral de Mello, Frei Caneca ou a outra independência. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001, pp. 16-7

⁶ Pierre Bourdieu, A ilusão biográfica. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

Um mundo português em ruínas

Ricardo Severo da Fonseca e Costa nasceu em 6 de novembro de 1869 em Lisboa. Filho do comerciante e fornecedor de caravanas e expedições portuguesas na África Oriental,¹ José Antônio da Fonseca e Costa, e de Mariana Cruz da Fonseca e Costa, Ricardo Severo viveu desde criança na cidade do Porto num período marcado por crises económicas, políticas, sociais, comerciais, imperiais e diplomáticas e por agudos protestos contra a Monarquia, crescendo no convívio com a ruína do antigo mundo imperial português.

Desde o início do século XIX, sobretudo a partir da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, seu país natal viu ruir as bases do império colonial construído a partir do século XVI. Primeiro com a perda de sua mais rica colónia e depois com a obstrução de seus negócios atlânticos via tráfico negreiro. A crise económica que começou a se esboçar nos primeiros anos do século XIX se aprofundou a partir da segunda metade daquele século, tanto por razões externas quanto internas.

Como se sabe, os anos de 1870 a 1914 foram marcados por intensas disputas entre jovens e velhos Estados imperialistas pela dominação de mercados consumidores mundiais e de consideráveis territórios coloniais na África e no Oriente.² Estas disputas, ocasionadas por um "tipo curioso de crise económica" marcada pela superprodução de capital, pelo surgimento do dinheiro 'supérfluo' e pela estagnação do mercado consumidor europeu, segundo Hannah Arendt, visavam ao permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais a partir da expansão territorial de capitais e, mais do que isso, à garantia do próprio modo de produção capitalista,³ significando não só uma mudança profunda no arranjo de forças entre as potências económicas do período

- e no capitalismo, agora em sua nova fase, monopolista e financeira. Ademais, estas disputas indicaram o advento de um novo tipo de imperialismo, cujo mote não se assentava mais na idéia da conquista e evangelização e sim na noção de "civilização", estruturando-se sobre o poderoso imperativo económico.⁴

Portugal, país essencialmente agrário, ocupava um lugar bastante frágil nessa nova ordem mundial. Seu domínio colonial, principalmente na África, era continuamente ameaçado, e mesmo obstruído, tanto pelas fortes pressões comerciais britânicas, quanto pela dificuldade portuguesa em transformar os antigos "enclaves" africanos em "colónias". Segundo Ornar Ribeiro Thomaz, a manutenção e controle das colónias africanas nesse momento, particularmente para Portugal, não representava apenas a possibilidade do império reconquistar o importante papel de entreposto comercial de produtos tropicais, mas também a "garantia da conservação do próprio território metropolitano" e de sua independência como nação, abalada, de um lado, por esse novo imperialismo, de outro, pela constante ameaça da União Ibérica.⁵ Estas possibilidades eram acompanhadas e agravadas internamente por sucessivas crises económicas, políticas e sociais, cujo foco central era a própria Monarquia portuguesa, gravemente desgastada por uma orientação económica, que privilegiava a atividade agroexportadora em detrimento do pequeno produtor rural e da indústria nacional, por sua incapacidade de administrar os territórios coloniais, e pela sensível queda do nível de vida da população, sobretudo entre as camadas mais pobres e a pequena e média burguesia.⁶

Apartir da segunda metade do século XIX, a instabilidade económica e financeira que abalava o país tinha raízes não só na crise colonial, mas também na introdução do capitalismo em vastas áreas do meio rural português. A modernização e mecanização da produção rural, largamente incentivada pela Coroa, sobretudo no Alentejo e Ribatejo, levavam à formação de grandes companhias voltadas para a agricultura comercial de exportação⁷ e era acompanhada por medidas que aboliram os antigos vínculos feudais sobre as terras (1863), restringindo o livre uso dos pastos e terrenos baldios (1867) e garantindo a necessária expansão da grande propriedade. Por outro lado, esse conjunto de medidas levou à extinção da pequena propriedade com a consequente diminuição da oferta de trabalho no campo e a expulsão dali de um significativo contingente populacional. Foi parte significativa dessa população que não tendo se fixado nas cidades, emigrou, sobretudo para o Brasil.

De fato, a partir dos anos 1850, a emigração portuguesa para o Brasil atingiu números consideráveis. Se em Portugal ela pode ser explicada por esse processo de modernização capitalista do campo, cujas consequências sociais foram igualmente desastrosas para as cidades, no Brasil ela foi incentivada tanto pelo Estado e pela iniciativa privada, ávidos por trabalhadores braçais para as lavouras de café desde a abolição da escravatura, quanto pelas possibilidades relativas de melhores salários, oportunidades de emprego e condições de vida. A Coroa bem que tentou desencorajar a emigração, mas não obteve sucesso, pois

havia uma contradição entre a aspiração de restringir a emigração, que prejudicava a introdução do capitalismo, dificultando a proletarização do camponês, e a necessidade de preservar a remessa de poupanças dos emigrantes que equilibrasse a balança de pagamentos e o mercado consumidor de produtos lusos pela colônia no Brasil.⁸

O incentivo à modernização e mecanização do campo havia aprofundado o endividamento externo de Portugal. No campo e na cidade essa orientação económica criou um quadro social de crise e empobrecimento geral que desembocaria em uma série de protestos contra a Monarquia, como o motim da Patuléia (1848), as revoltas pelo pão barato (1856, 1882), os protestos contra os tributos (1865-68) e as greves de 1870. Esses protestos eram organizados tanto pelas camadas mais pobres - trabalhadores rurais, operários e artesãos - como pela burguesia e a pequena burguesia ligada ao comércio e à indústria nacional, atividades prejudicadas pelo predomínio do negócio de importação e exportação.⁹ O fato é que, desde então, um núcleo de oposição republicana à monarquia foi gradualmente se constituindo no embate com esta realidade de desagregação nacional e social em Portugal. Na origem, este movimento foi extremamente diversificado, tendo como principais canais de divulgação e propaganda os meios de comunicação de massa e as instituições de pesquisa e ensino superior de Coimbra, Lisboa e Porto,¹⁰ ora tomando de empréstimo os ideais da Revolução Francesa, em sua componente anti-monarquista e anti-clericalista, ora se encaminhando diretamente aos princípios do liberalismo político clássico, ora assumindo a roupagem do federalismo ou de um nacionalismo de cunho económico, ora avançando na defesa dos direitos das classes trabalhadoras.¹¹

A primeira notícia do envolvimento de Severo com o mundo científico

português, a sua participação no IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Lisboa em 1880,¹² coincide com esta conjuntura de decréscimo do nível de vida da população e radicalização dos protestos contra o poder monárquico em Portugal. Tanto o congresso quanto o momento de sua realização marcaram profundamente a sua vida. Em primeiro lugar, porque foi nessa reunião científica que Severo tomou contato com as pesquisas de Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835-1908) e de Carlos Ribeiro (1813-1882), cuja influência seria marcante nas pesquisas sobre arqueologia portuguesa desenvolvidas pelo engenheiro anos mais tarde. Em segundo lugar, porque o congresso ocorreu no ano em que se festejava o terceiro centenário da morte de Luis de Camões, cujas comemorações ensejavam não só o fortalecimento do até então incipiente movimento republicano português - ao qual o engenheiro iria se filiar ainda estudante -, como o endurecimento das críticas feitas contra a Monarquia.

Se as comemorações camonianas “constituíram uma grande confraternização cívica que envolveu todos os setores sociais e empenhou por todo o país indivíduos das mais variadas proveniências ideológicas”, é inegável, segundo Fernando Catroga, que seus organizadores, como Teófilo Braga (1843-1924), José Ramalho Ortigão e Emídio Garcia, estavam entre os mais importantes defensores do republicanismo no país, a efeméride indo “de encontro com a mensagem veiculada pelo movimento a que pertenciam”.¹³ Ainda segundo Catroga, os promotores desse evento comemorativo teriam se apropriado da “figura do Épico, símbolo de um período de grandeza da pátria, para, em contraponto, fazer emergir o estado de decadência da sociedade portuguesa, responsabilizando, ainda que implicitamente, a Monarquia e, em particular, a Casa de Bragança, por essa situação”.¹⁴ Seus objetivos eram claros: ao criticar a Coroa pelo declínio do império português, outrora rico e poderoso, os republicanos apresentavam seu projeto político como única alternativa de “regeneração para a pátria decaída”. Nesse sentido, como bem aponta o autor, “a República era apresentada como um messianismo social” de forte cunho nacionalista que projetava no berço da nacionalidade, em suas origens, “o gérmen do modelo de sociedade que propugnavam para o presente”,¹⁵ e através do qual acreditavam poder redimir a “grandeza imperial tão cruelmente posta em xeque” naquele momento.

A relação entre as comemorações camonianas e os movimentos de oposição à Monarquia, especialmente capitaneados pelo Partido Republicano Português, é também apontada por Rui Ramos, que amplia o sentido político desta manifestação

patriótica, ao afirmar que com ela se inicia um período de "construção da nação", que se estende até 1930, quando são definidos os principais símbolos, instituições e personagens que ainda hoje dão identidade a Portugal. Da política passando pelas artes, arquitetura, literatura, teatro e música tudo o que fosse considerado original, tradicional ou, nas palavras do autor, próprio da cultura portuguesa, era estudado, recuperado e supervalorizado, não só no país, como em suas colônias ou ex-colônias. Estiveram envolvidos com esta supervalorização do mundo português os mais diferentes intelectuais, cientistas, artistas, cuja atuação naquele momento era marcada pelo forte vínculo com a política. Entre estes agentes, Ramos aponta dois grandes grupos, a geração de 1870 e a de 1890, que, possuíam muitos pontos em comum, como a admiração por Auguste Comte (1798 - 1857) e seu método positivista, mas diferiam nos fundamentos de seu nacionalismo.¹⁶

Os "rapazes de 90" foram tão ou mais contestatórios do que os de 1870 (entre eles, afinal, se contaram os líderes da República de 1910). Mas a referência desta geração não foram só as "idéias modernas" - foi também o pressuposto de que antes da sociedade burguesa existira uma 'realidade portuguesa', uma forma de vida que corresponderia exatamente ao modo de ser dos portugueses, e que se perdera quando estes começaram a imitar os outros burgueses europeus. Essa vida original já só podia então ser entrevista nas lendas históricas, em certos costumes rurais, no artesanato, e em sentimentos como o da nostalgia por uma vida mais perfeita (a "saúde").¹⁷

Era esta vida original que a geração de 1890 - na qual se insere Ricardo Severo - procurava desvendar e recuperar para fortalecer e unificar a nação. O mesmo compromisso e a mesma vocação redentora que marcava o movimento republicano português podem ser identificados no trabalho de Severo ou no de seus contemporâneos, fosse tratando de arqueologia, história ou arquitetura, tanto em Portugal como no Brasil. Tratava-se de se voltar para as origens da nação e de seu povo, para suas tradições, para a partir delas projetar um futuro radiante e promissor.

A formação politécnica

Ricardo Severo ingressou na Academia Politécnica do Porto em 1884, formando-se em Engenharia Civil de Obras Públicas em 1890 e em Engenharia Civil de Minas em 1891. Criada em 1837, a partir da Academia Real da Marinha e Comércio, a academia é considerada a primeira escola de engenharia civil de Portugal, tendo como objetivo o ensino das ciências industriais e a formação de engenheiros de todas as classes (minas, construtores de navios, geógrafos e de pontes e estradas), mas também a formação de oficiais da marinha e pilotos, comerciantes, agricultores, diretores de fábricas e artistas.¹⁸ Na origem da academia, deveriam se somar cinco estabelecimentos para o desenvolvimento de seus cursos regulares, os quais reforçariam sua declarada vocação experimental - muito embora esta orientação jamais tenha se efetivado completamente. Quanto aos estabelecimentos eram: o gabinete de história natural industrial, o gabinete de máquinas, o laboratório químico, a oficina metalúrgica e o jardim botânico e experimental. Desde a sua fundação até os anos em que Severo esteve na Academia, a orientação metodológica da escola se fundamentava na idéia da ciência como a conjunção de dois campos distintos e ao mesmo tempo intrinsecamente associados: o campo da teoria e o da prática. Essa orientação, sintonizada com a formação politécnica do período, fez da escola um local privilegiado para o exercício das ciências experimentais e o desenvolvimento do saber técnico na sua imbricação com o progresso da sociedade.

Em 1885, um ano depois do ingresso de Severo, após sucessivas e fracassadas reformulações no seu ensino, a Academia Politécnica passou por uma reforma que marcou uma nova etapa na vida da instituição, quando se afirmou definitivamente sua vocação de estabelecimento especialmente voltado à formação de engenheiros civis. Esta reforma, encabeçada pelo professor e deputado Wenceslau de Sousa Pereira Lima (1858-1919), foi responsável pela revisão dos programas, redistribuição das matérias, criação e extinção de cursos. A partir de então, a academia passou a oferecer o curso de Engenharia Civil, de Obras Públicas, de Minas e Industrial, além do curso de Comércio, suprimindo do currículo os cursos de Pontes e Estradas, de engenheiros geógrafos, de diretores de fábricas, de agricultores, de artistas e pilotos. O curso de Engenheiros Civis Construtores de Navios já havia sido extinto em 1873.

Não se tem notícia se o curso de Engenharia Civil de Minas, no qual Severo

se intitulou em 1891, apresentava alguma introdução para a pesquisa arqueológica, mas é provável que ele tenha adquirido ali alguma habilidade de apoio aos estudos neste setor. De todo modo, se a opção de Severo pelo curso de Minas não foi necessariamente a extensão de um interesse prematuro pela arqueologia, patente desde pelo menos a sua participação no referido congresso de 1880, percebe-se, quer através de viagens de estudo, quer através de publicações e participações em sociedades e instituições de pesquisa, que a partir de 1884 a matéria assumiu prioridade entre as suas atividades acadêmicas.

É certo que o clima intelectual naqueles anos era particularmente propício ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica em moldes científicos. Em toda a Europa a partir do terceiro quartel do século XIX, o interesse pelas remotas origens de nações e civilizações estimulava os estudos de arqueologia, como também os de antropologia e etnografia; em Portugal, estes estudos se vinculariam, de uma maneira geral, aos de minas, geologia e ciências naturais.¹⁹ Emblemáticas desta filiação são carreiras de Nery Delgado, Carlos Ribeiro e do próprio Ricardo Severo, entre outros engenheiros formados pela Politécnica do Porto nesse período.

Nos anos em que cursou a Academia, Severo conheceu Júlio de Matos, Wenceslau de Lima, Basílio Teles (1856-1923), João Barreira, Artur Augusto da Fonseca Cardoso (1865-1912), Antonio Augusto da Rocha Peixoto (1869-1909), entre outros, com os quais dividiu o interesse pela ciência e arqueologia portuguesa, ao lado do engajamento no movimento republicano. Segundo o engenheiro, esses intelectuais portuenses, com os quais partilhou sua formação e atividades profissionais e políticas nos anos em que viveu no Porto, formavam a mais inspirada das gerações de cientistas de Portugal e assim como ele, estavam ávidos por estudar o país e seu povo segundo uma orientação de cunho naturalista e positivista.²⁰ Júlio de Matos e Basílio Teles aparecem na bibliografia como os mais engajados politicamente e envolvidos com o movimento republicano pelo menos desde 1880. O primeiro comparece como importante figura na organização, unificação e institucionalização do movimento pela criação do Partido Republicano Português em 1883, enquanto o segundo, que além de economista e escritor, era um dos principais publicistas do republicanismo nessa época, participa mais ativamente da revolta republicana do Porto de 1891, tentando dar a ela um caráter menos militar, mais político e nacional. Wenceslau de Lima, João Barreira, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso inclinaram-se para

a promoção da pesquisa científica e da arqueologia em Portugal. Todos eles, além de Júlio de Matos, Basílio Teles e Ricardo Severo, participaram ativamente da criação da Sociedade Carlos Ribeiro (1887- 1898) e de sua *Revista de Ciências Naturais e Sociais* (1890-1898).

A Sociedade Carlos Ribeiro foi criada em julho de 1887 tendo como objetivo central promover e divulgar os estudos de ciências naturais em Portugal, sobretudo àqueles desenvolvidos por pesquisadores nacionais. Dividida em quatro seções - (1) Geologia e Paleontologia; (2) Zoologia e Botânica; (3) Antropologia e (4) Etnologia a sociedade tinha em seu corpo diretivo Júlio de Matos como presidente, Basílio Teles como vice-presidente, Rocha Peixoto como secretário-geral e Fonseca Cardoso como tesoureiro. Apenas no último número de sua revista em 1898, Ricardo Severo surge como tesoureiro. Ainda que não tivesse um cargo diretivo de grande importância, nota-se a sua presença ativa na tradução em 1888 do livro *Les ages préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*,²¹ do arqueólogo francês Émile Cartailhac, publicado pela sociedade, e na série de artigos sobre arqueologia que divulgou na referida revista, da qual era diretor.

Carlos Ribeiro, inspirador da sociedade que levava seu nome, era oficial do exército e natural de Lisboa. Como diretor da Comissão Geológica de Portugal coordenou entre 1857 e 1868 a elaboração do mapa geológico continental do país, tendo se notabilizado a partir de 1860, pela descoberta às margens do rio Tejo, de documentos que indicariam a presença humana em seu país desde a época terciária e comprovariam que as origens da nacionalidade portuguesa eram mais remotas e independentes do que se havia suposto até então.²² Esta tese defendida pelo oficial em diversos congressos internacionais de arqueologia entre 1872 e 1880 levantou animadas controvérsias nos meios científicos europeus e marcou profundamente os caminhos das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo círculo ao qual Severo se vinculou alguns anos depois. Para o engenheiro, as descobertas geológicas de Carlos Ribeiro, muitas delas desenvolvidas com o auxílio de Nery Delgado, tinham sido fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas em Portugal²³ e, por isso, ambos podiam ser considerados não só os pioneiros da geologia, paleontologia e paleoetnologia, como da arqueologia portuguesa.

Se a Carlos Ribeiro e Nery Delgado atribuem-se as primeiras descobertas arqueológicas em Portugal e, através delas, os primeiros indícios pré-históricos da presença humana no país, a sistematização e cristalização da arqueologia pré-

histórica no país caberia a Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) e Alberto Sampaio (1841-1908), arqueólogos e etnólogos vimarenses, cuja investigação se centrava nas origens do povo português. Martins Sarmiento concentrou as suas pesquisas, a partir dos anos 1870, no estudo dos castros e cidades, acrópoles fortificadas por um sistema de muralhas concêntricas, que, segundo Ricardo Severo, condensavam “o fundamento de toda a nossa história, o problema etnológico da nossa raça, a questão basilar das origens da nacionalidade”.²⁴ Suas investigações nas estações pré-históricas de Briteiros, Citânia e Saboroso, na região do Minho, teriam inaugurado a arqueologia dos castros, através da qual Sarmiento procurava não só acessar as origens étnicas mais remotas de sua nacionalidade, como do povoamento e da organização do território nacional.²⁵ Alberto Sampaio de certo modo daria continuidade a estas pesquisas, dedicando-se a um período imediatamente posterior ao investigado por Sarmiento: da invasão romana à fundação do Estado Portucalense na Idade Média.

Este campo de investigação inaugurado por estes reconhecidos arqueólogos e etnólogos vimarenses fez fortuna entre os membros da Sociedade Carlos Ribeiro, mesmo antes de sua fundação e criação de sua revista. Não só pelo cunho político republicano e nacionalista de suas pesquisas, como por seus temas e metodologia, inteiramente calcados na experiência de campo, ou seja, no empirismo, base fundamental para o desenvolvimento das ciências naturais nos oitocentos.

O primeiro artigo de Ricardo Severo de que se tem notícia, escrito em co-autoria com Fonseca Cardoso em dezembro de 1885, foi publicado em 1886 na *Revista Guimarães*.²⁶ Trata-se precisamente do relato de uma pesquisa arqueológica conduzida por ambos no monte da Cividade, localizado na freguesia de Bagunte. Seguindo os passos de Martins Sarmiento, Severo e Fonseca Cardoso procuravam estabelecer relações entre o seu objeto e as estações pré-históricas de Briteiros, Citânia e Sabroso, apontando a semelhança entre a topografia, os utensílios e as construções encontradas naqueles antigos castros. Ao enfatizar essas semelhanças, os jovens estudantes convergiam para um dos objetivos centrais de Martins Sarmiento: provar, através dos castros, e principalmente, das semelhanças entre eles, que havia em todo o país sinais pré-históricos de conformação e continuidade de uma civilização peculiar.

Os estudos comparativos de Martins Sarmiento, fielmente seguidos por Ricardo Severo, bem como pelos demais membros da Sociedade Carlos Ribeiro, procuravam comprovar não só a antiguidade dos castros, como a origem pré-

romana e pré-celta do povo português, a partir da qual se contrapunham tanto aqueles que defendiam o celtismo e orientalismo na origem desse povo, quanto aqueles, que, como o historiador Alexandre Herculano (1810-1877), afirmavam a “inexistência de relações genealógicas entre os portugueses e as populações pré ou proto-históricas, especialmente com o Lusitanos”²⁷ ou ligures. Ao contrário do historiador português, o grupo de Martins Sarmiento, defendia a origem ligure pré-histórica do povo português e de sua nação, cujas bases estariam presentes nos castros e cidades por eles descobertos e levantados. O significado político da prática arqueológica é manifesto: a tentativa destes homens de ciência de desvendar as origens do povo e da nacionalidade portuguesa coaduna-se com o movimento de reafirmação da grandeza do Império, independência da nação, de sua antiguidade e precedência na história das civilizações. Sem o entendimento destes princípios, ao mesmo tempo teóricos e políticos, o papel histórico da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, assim como da *Portugália*, passa despercebido.

Revista de Ciências Naturais e Sociais e Portugália

A *Revista de Ciências Naturais e Sociais*,²⁸ fundada em 1890, foi concebida pelos membros da Sociedade Carlos Ribeiro para ser o seu “principal instrumento de ação” na divulgação e aprofundamento da pesquisa científica no país. Em consonância com os objetivos da sociedade e tendo como guia central de interesse o problema étnico português, a revista se organizou ao longo dos anos em que foi editada, em seis sessões: Memórias Originais; Bibliografia; Notícias; Os mortos; História da Ciência e Varia. A primeira sessão - subdividida nas áreas de paleoetnologia, etnologia, etnografia, geologia, botânica e zoologia - concentrava a divulgação mais demorada das pesquisas e/ou descobertas científicas recentes realizadas no país; enquanto as sessões Notícias e Vária traziam comentários ligeiros sobre pesquisas em andamento e informações sobre museus ou outras instituições afins. A sessão Bibliografia apresentava resenhas de livros com temas ligados ao escopo da revista, publicados em Portugal ou no exterior; a sessão Os mortos homenageava importantes cientistas portugueses já desaparecidos e a sessão História da Ciência dispensa maiores explicações.

A organização geral da revista, bem como o conteúdo dos artigos nela publicados, revela a primazia da propaganda científica e a preocupação de seus membros em reverter o amadorismo e a falta de incentivo que identificavam como

os principais males da produção científica de seu país. É interessante destacar que ela era um importante veículo de divulgação das pesquisas desenvolvidas pelos próprios diretores e membros efetivos da revista, como de seus colaboradores mais assíduos, quer através da publicação de artigos de sua autoria, quer do destaque dado a seus trabalhos nas sessões Bibliografia, Notícias e Varia.

A revista trimestral foi dirigida de 1890 a 1895 por Rocha Peixoto e Ricardo Severo. A partir dessa data, já fazia parte da direção Wenceslau de Lima, professor da Academia Politécnica do Porto, membro da Comissão Geológica de Portugal e seu diretor após a morte de Nery Delgado. Durante todos os anos em que foi publicada, contou com a colaboração de intelectuais de diversas regiões do país, e mesmo estrangeiros, como Francisco Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Júlio de Mattos, Alfredo Bensaúde - lisboeta e membro da Sociedade Carlos Ribeiro -, Antonio dos Santos Rocha - natural de Figueira da Foz e membro efetivo da sociedade -, Augusto Nobre, Baltazar Ozório, Bazílio Telles - autor do texto de apresentação da revista no seu número de lançamento -, D. Luis de Castro, Adolpho Coelho, Albano Belino, Fonseca Cardoso, Gonçalo Sampaio, João Barreira, Jules Daveau, L. de Figueiredo da Guerra, Manuel Paulino de Oliveira - originário de Coimbra e membro efetivo da sociedade -, Léon Paul Choffat (1849-1919)-geólogo suíço membro da Comissão Geológica de Portugal e autor, juntamente com Nery Delgado da carta geológica de Portugal de 1899 -, José Leite de Vasconcelos e Teófilo Braga - representante da primeira geração de republicanos ao lado de nomes como Antero de Quental (1842-1891) e Eça de Queirós (1845-1900).²⁹

Na revista, Severo publicou dezesseis artigos, a maioria dos quais nas seções de Bibliografia, Notícias, Os mortos e Varia, além de pequenas notas sobre a produção científica contemporânea em Portugal ou sobre o seu país e seu povo. Dois deles são de maior fôlego e merecem comentário. O primeiro, de 1890, trata dos instrumentos cortantes de pedra polida encontrados em um sítio arqueológico de Angola,³⁰ no qual o engenheiro desenvolve a tese de que através dos estudos de paleo-etnologia seria possível identificar semelhanças entre as mais diferentes e afastadas civilizações. No outro artigo, sobre a vida e a obra de Carlos Ribeiro,³¹ publicado em 1898, Severo traça a biografia do influente geólogo e anuncia o encerramento da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, tema do texto que Rocha Peixoto publicou no mesmo número.³² Ao tratar do fim das atividades da revista, Rocha Peixoto indica a continuidade dos trabalhos ali realizados numa

publicação de maior envergadura e alcance, que seria lançada no ano seguinte com o nome *Portugália: materiais para o estudo do povo português*.³³

A maioria dos colaboradores da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* estava presente na *Portugália*, seja na composição de seu corpo diretivo e editorial, seja na colaboração individual enquanto autores. Nesta nova iniciativa, Ricardo Severo não atuava apenas como diretor e editor, mas também como proprietário da revista. Rocha Peixoto ocupava o cargo de redator-chefe e Fonseca Cardoso o de secretário. Essa era uma das grandes diferenças entre as duas revistas: enquanto a primeira era uma iniciativa inteiramente custeada e dirigida por membros de uma instituição, a Sociedade Carlos Ribeiro, a segunda era uma iniciativa particular, inteiramente financiada por seu diretor.³⁴ Essa diferença explicaria, entre outras coisas a falta de periodicidade e o encerramento abrupto da revista em 1908. A continuidade entre as revistas pode ser percebida na semelhança entre as sessões temáticas, no propósito de colaborar para a constituição de uma ciência portuguesa, na manutenção da linha editorial com foco na arqueologia, na antropologia, na etnografia e no folclore, no apoio e divulgação de pesquisas científicas nestas áreas.

A *Portugália*³⁵ era organizada em três grandes sessões, que se subdividiam pelo tipo de texto: Memórias; Varia (Notas e Comunicações; Notícias; Os Mortos) e Bibliografia (livros e opúsculos; publicações periódicas). A sessão Memória também trazia artigos mais longos sobre pesquisas científicas realizadas em Portugal em cada uma das áreas de estudo abordadas pela revista, enquanto as sessões Varia e Bibliografia concentravam notas e comunicações sobre pesquisas em andamento, livros e publicações sobre temas afins. Os trabalhos divulgados na sessão Memória e em parte da sessão Varia também eram classificados segundo as suas áreas de concentração. Se a organização geral de *Portugália* guarda semelhanças com a *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, não se pode deixar de notar uma diferença significativa: apesar de destituída de sua base institucional anterior, a publicação amplia consideravelmente o número de seus colaboradores e de trabalhos publicados, atingindo um nível de organização e apresentação gráfica nitidamente superior.

No programa inicial da *Portugália*, Ricardo Severo afirma que o periódico traria monografias gerais e parciais sobre paleoetnologia, paleoetnografia, antropologia, antropometria, etnografia, folclore, arqueologia e história. O foco central da publicação, como o próprio subtítulo anuncia, é “o povo português”

definido como "o substractum da nacionalidade". Isso porque a revista tinha a pretensão de, a partir do levantamento do que havia de primitivo e original, dos 'verdadeiros elementos da vida e do caráter nacional, a nossa razão de ser e da nossa história", inaugurar "um novo período de renascença dentro da própria nacionalidade, que [era] também a renascença de um velho povo".³⁶ Era a partir do mesmo espírito patriótico de fundo romântico que guiava os republicanos portugueses na redenção de Portugal como nação independente, que Severo e seus companheiros iniciavam com a *Portugália* a "obra tradicionalista de reivindicação pela grey portuguesa", já anunciada pela Sociedade Carlos Ribeiro e por sua revista. No prospecto inaugural da revista, assinado por Ricardo Severo, o engenheiro afirmava este nexó racial que justificava a retomada do projeto cívico-científico anterior, definido a revista como um

Arquivo Nacional, de materiais para o estudo do povo português [com monografias destinadas a estudar e explicar esse povo,] medindo-o, classificando-o em séries e gráficos, separando-o em grupos de determinado aspecto étnico [e recolhendo] todas as manifestações da vida popular, de hoje e do passado, especializando as formas e caracteres que naturalmente representam o tipo físico, moral, intelectual do homem e das povoações que ocupam os nossos vales e serranias.³⁷

O interesse pelo estudo, em moldes científicos, do povo português e das populações coloniais, de seus usos e costumes desde as épocas mais remotas nortearia tanto a contribuição de Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso - principais e mais assíduos colaboradores de Severo desde a Academia - quanto a do próprio Ricardo Severo. Em todos eles, é patente a influência de Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento e Alberto Sampaio. Fonseca Cardoso se dedicava predominantemente à antropologia das populações indígenas do império português³⁸ e Rocha Peixoto se concentrava em temas ligados a etnografia, folclore e instituições ligadas à produção científica de Portugal. Ricardo Severo se empenharia nos estudos de paleontologia, paleoetnologia, paleoetnografia, antropometria e arqueologia, seguindo mais de perto o caminho de investigação aberto por seus mestres. Como seus precursores, Severo se dedicou integralmente ao estudo da pré-história de seu povo e de sua nação, interessado, sobretudo em desvendar as origens da nacionalidade portuguesa. Este era, afinal, o seu tema e a sua obsessão.

De fato, mais do que na *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, em *Portugália* a participação de Severo ganhou peso. Ali uma série de artigos explora em detalhes as suas viagens, pesquisas de campo e descobertas arqueológicas realizadas nas estações que fundou em diversos castros e cidades, principalmente no norte de Portugal. Lançando mão de uma variedade de dados empíricos, Severo avançava em um método de análise comparativa entre os utensílios e construções encontrados nas suas estações de pesquisa e outros vestígios já conhecidos nos demais sítios arqueológicos distribuídos pelo país, muitos dos quais investigados por seus companheiros de revista.

Tais vestígios, muitas vezes descobertos de modo fortuito, eram por ele investigados, descritos e documentados nos mínimos detalhes: desde as suas características gerais - o material, a técnica, o desenho, a forma, até o local em que foi encontrado - suas condições naturais, geológicas e regionais. Tais indícios visavam dar sustentação às suas hipóteses explicativas acerca das origens da nacionalidade portuguesa, dentro do mais rigoroso "método de análise científico", que pode ser reconhecido em seu estudo sobre os objetos descobertos por José Brenha e Rafael Rodrigues nas necrópoles de Tráz-os-Montes.³⁹

Apesar de saltar aos olhos a sua preocupação com a precisão e rigor na classificação do material de campo, inclusive com o recurso ao desenho, à fotografia, ao aval especializado da literatura científica e das referências autorizadas, deve-se pontuar que para além de uma preocupação puramente científica, havia um sentido nacionalista agudo que, na base da própria disciplina arqueológica, orientava o seu trabalho para a reconstrução de uma pré-história portuguesa capaz de conferir ao seu povo uma verdadeira épica nacional. Os artigos escritos pelo engenheiro sobre armadilhas (bracelete), torques (corrente de metal), manilhas (pulseira) e outros exemplares de ouro encontrados em antigos castros e cidades, publicados especialmente no segundo tomo da *Portugália*,⁴⁰ revelam bem este vínculo entre ciência e política. Era através destes objetos e sítios arqueológicos, cuja "obra de exumação vai apenas a começo", que o engenheiro acreditava poder dar continuidade ao "volumoso processo da magna questão de origem da nossa nacionalidade",⁴¹ cujos sentidos e implicações serão investigados com mais vagar no próximo capítulo.

Republicanismo, evolucionismo e arqueologia

Aqui e ali pontou-se a relação entre arqueologia, republicanismo e nacionalismo no trabalho dos cientistas aos quais Ricardo Severo esteve ligado neste período de sua vida. Essa relação pode ser explicada pelo fato da causa republicana em Portugal, entre as últimas três décadas do século XIX e princípios do século XX, para além de um projeto político, ter se configurado como um ideário social, espiritual e cultural que fomentava certa visão de mundo. Segundo Fernando Catroga, a concepção evolucionista que marcou o movimento republicano português nesse período o transformou, “a seu modo, num historicismo que, herdeiro da tradição iluminista (Condorcet), entendeu o tempo numa perspectiva cumulativa, linear e irreversível, fazendo da perfectibilidade humana e da idéia de progresso os seus verdadeiros suportes.”⁴²

À crença no sentido evolutivo da história rumo ao progresso irreversível, os republicanos somavam a convicção iluminista no papel emancipatório da razão científica em relação ao poder monárquico e à opressão religiosa.⁴³ Dessa forma, os republicanos portugueses, ainda que internamente divididos, podiam ser de uma maneira geral considerados como parte de um mesmo movimento político-cultural fortemente marcado pelo anti-clericalismo, cientificismo e por um historicismo de sentido evolutivo. A história, aliás, cumpria para eles um papel fundamental no discurso político. Ao relacionar a “democracia como uma consequência política da essência humana” e a República com o momento culminante da epopéia da humanidade, a história aparecia como meio de explicar e equacionar este processo evolutivo: “Logo, o passado era filtrado pelos interesses do presente, a história vista como antecâmara da revolução, e a República como a 'definitiva' revolução, ou seja, como a única e última fórmula capaz de cumprir a essência perfectível do homem”.⁴⁴

Mas não era só através da história que se buscava assentar as bases do novo regime. A República era também explicada como a consequência natural do caráter étnico da nação e por isso, desde a origem, congenial ao povo português. Se é possível divisar a influência iluminista no discurso desses republicanos *fin-de-siècle*, também é possível perceber a presença dos ideais românticos de raça e povo na base de sua luta pela afirmação e emancipação nacional, aliás característico do debate político e cultural na Europa nesse período. Não era de se estranhar que, neste contexto, os republicanos portugueses fundissem

o universalismo iluminista com os particularismos e nacionalismos de matriz romântica, fazendo com que a República surgisse como "uma exigência inferida da maneira de ser [num sentido étnico] da sociedade portuguesa".⁴⁵ Só assim é possível compreender porque todos os ideólogos do movimento republicano "projetaram no berço da nacionalidade (nas origens) o gérmen do modelo de sociedade que propugnavam para o presente".⁴⁶ O problema era estabelecer um consenso acerca de qual seria este momento inicial de formação da nacionalidade portuguesa. Pois para alguns, como Alexandre Herculano - este não republicano de grande ascendência sobre parte dos ideólogos do movimento - estava na Idade Média esse momento primordial; para outros, como Ricardo Severo e outros intelectuais de seu círculo, o berço da nacionalidade remontava a épocas ainda mais longínquas, à pré-história da humanidade.

Desde o Congresso de Lisboa, em 1880, o envolvimento de Severo com o republicanismo coincide com o interesse pela arqueologia, todo o seu círculo de relacionamento no país sendo composto por figuras envolvidas de alguma forma com o movimento, como Teófilo Braga, Júlio de Matos e Basílio Teles, que atuavam na direção de centros republicanos, do Partido Nacional, ou de movimentos populares contra a Monarquia, ou que vinculavam seu trabalho à propaganda política, como Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso. Mas, para além de suas relações pessoais e profissionais, Severo participa diretamente da luta política, envolvendo-se direto na revolta do Porto de 1891, episódio central na história do movimento republicano português.⁴⁷ Deflagrada em 31 de janeiro daquele ano, a revolta coincidiu com um momento de grave crise do Estado e da sociedade portuguesa. De um lado, a rotatividade do poder monárquico esbarrava na insatisfação dos militares ante a crise de representação de suas patentes; de outro, o empobrecimento generalizado da população se somava às dificuldades encontradas para o estabelecimento de uma indústria e um comércio nacional de peso. O ultimato britânico de 11 de janeiro de 1890,⁴⁸ não poderia encontrar ocasião mais fértil para indignar a opinião pública, aliando militares e republicanos no desencadeamento da revolta anti-monarquista.

Planejada desde o ultimato, a revolta foi precipitada por denúncias anônimas que colocaram em descoberto os nomes de alguns revoltosos e suas intenções. Em função desse início abrupto, da falta de apoio do partido republicano nacional - que defendia a derrocada, a intentona foi duramente reprimida, levando muitos de seus animadores ao exílio, entre eles Basílio Teles,⁴⁹ tenente Coelho, o alferes

Carlos Malheiro Dias e Ricardo Severo.

Na produção escrita de Severo, até pelo menos 1908, o tema republicano é escasso, a causa revestindo-se da conotação evolucionista dada por seu tema exclusivo de investigação: a arqueologia portuguesa. É interessante perceber a persistência desta matriz cientificista na série de dezenove conferências e artigos expressamente políticos que Ricardo Severo publicou entre cinco de outubro de 1910 - quando a República em Portugal foi finalmente proclamada - e 1923, todas proferidas nos centros republicanos portugueses de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Estas conferências se dedicavam a louvar genericamente a República em Portugal e a explicar a sua história primitiva, por vezes concedendo-se criticar os desvios políticos do Estado republicano recém-instalado. Três destas conferências são emblemáticas do viés arqueológico e histórico adotado por Severo sobre o assunto: “Origens da Nacionalidade Portuguesa” (1911), “A Pátria Republicana” (1921) e “A República Lusitânica” (1923). Na primeira ecoa diretamente o interesse pela arqueologia, as outras duas tratam mais especificamente da República e de suas origens, tendo sido pronunciadas, não por acaso em datas históricas para o movimento republicano - 31 de janeiro, trinta anos depois da revolta do Porto, e a cinco de outubro, data da proclamação da República em Portugal - no Centro Republicano Português de São Paulo e no Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro respectivamente.

Na leitura dos pronunciamentos de Severo sobre o tema, é perceptível que a distância da terra natal não arrefeceu sua crença e seu engajamento no movimento republicano português, razão inclusive de sua mudança para o Brasil em virtude do exílio forçado. Não é de se estranhar que a mesma relação entre democracia, república e povo, que Fernando Catroga generaliza para todos os republicanos portugueses, apareça no discurso de Severo baseada em razões históricas e étnicas. A reconstituição étnica da nação portuguesa proposta pelo engenheiro pretendia comprovar cientificamente que a República tinha uma origem bastante longínqua, as suas raízes condensando “a alma de um povo por todo o sempre democrata”. A República, nas palavras de Severo, seria a própria “síntese indissolúvel do caráter étnico, moral e social dessa nacionalidade, cujas origens se confundem com a história do próprio solo nacional, desde os períodos geológicos do 'Quaternário”.⁵⁰ Do ponto de vista étnico, a Democracia ou a República apareciam “como um instinto imanente no fundo étnico do povo português”,⁵¹ sendo perceptível desde as suas mais remotas origens. Historicamente, Severo

afirmava que "desde os primórdios da vida social lusitana, o regime governativo foi comunista e republicano".⁵² Não apenas as suas pesquisas arqueológicas o confirmavam. Em outro artigo, Severo também iria se apoiar nos relatos dos primeiros invasores gregos e romanos para reiterar a tese da continuidade entre o passado e o presente português e o regime republicano:

Quando gregos e romanos, que tinham geógrafos e historiadores, passaram pela Ibéria, alguns séculos antes da era cristã, já encontraram os primitivos lusitanos organizados socialmente em uma espécie de clã, mais semelhantes aos mirs russos ou às kablas berbéricas, governados por um concílio popular e um senado de veneráveis, os quais entre si escolhiam um chefe, com atribuições mais militares que civis. E, notai bem, registraram ainda nessas tribus uma civilização característica, com religião e culto, com linguagem própria falada e escrita [...].⁵³

É flagrante o fundamento particularista, extra-político de sua fé republicana, ainda que seu discurso tenha servido à tradicionalização do recém-empossado Estado Republicano.⁵⁴ Assim como a arqueologia, o republicanismo era definido por Severo como parte de um movimento tradicionalista que propunha o renascimento da grei portuguesa, por isso mesmo dotado daquela mesma vocação redentora apontada por Fernando Catroga. A República representaria a única possibilidade de recuperação da grandeza do império português e de seu sentimento patriótico, tão duramente posto em xeque naquele alvorecer do século XX.

Em verdade, a alma de Portugal está em todo o mundo terrestre; lampeja como fogo fátuo sobre as ruínas das mais brilhantes civilizações do passado.

Mas cumpre desenterrá-la desse ambiente noturno de cemitério, e acordá-la, trazendo-a até as portas da aurora, para a realidade triunfal da vida, para a claridade esplendente e criadora do sol.

É a nós republicanos que compete esta obra de nacionalização; para ela precisamos convocar o nosso bom povo, por vezes esquecido ou adormecido sobre a arena ainda ruborecida com o sangue dos seus mártires; cumpre despertá-lo para a obra de ressurgimento da sua tradição e crença; invadir em massa os antigos templos violados, escorraçando os falsos sacripantas, para restabelecer o sacerdócio do nosso culto e colocar

nos altares os símbolos da nossa religião tradicional; entoaremos, depois a oração sem mácula da nossa fé patriótica.

[Apesar dos publicistas e agourentos de plantão], a República Portuguesa representa uma obra de redenção, de esperança, de otimismo criador.

E Portugal progride.⁵⁵

O patriarca da colónia Portuguesa

Se o empenho de Severo em prol da campanha republicana é digno de nota no Brasil, não se pode afirmar que sua relação com a colónia portuguesa no país, sobretudo em São Paulo, tenha se dado somente através da política. Desde os primeiros anos de sua segunda e definitiva estadia no Brasil, Severo esteve preocupado, acima de suas convicções políticas, em promover a união da colónia portuguesa e aproxima Brasil e Portugal. Estas preocupações que o levariam inclusive a ser nomeado patriarca da colónia portuguesa e, como tal, a se tornar o principal mentor do movimento associativo luso-brasileiro.

A colónia portuguesa em São Paulo, ao contrário do que se supõe foi tão ou mais numerosa que a italiana, a japonesa, a espanhola, a árabe ou a alemã, entretanto, a despeito da importância de seu papel na construção da nova sociedade paulistana a partir das primeiras décadas do século XX, muito pouco se estudou sobre a imigração portuguesa para o Brasil, tanto aqui como em Portugal.⁵⁶ Talvez porque a inserção dos imigrantes lusitanos no país tenha seguido canais menos visíveis ou institucionalizados de imigração e integração,⁵⁷ ou porque as relações entre "portugueses" e "brasileiros" nessa virada do século XIX para o XX⁵⁸ fossem de uma maneira geral marcadas pela resistência, hostilidade e preconceito. Sabe-se que durante todo o século XIX o perfil do imigrante português "era o de um jovem do sexo masculino, alfabetizado, proveniente de uma família com recursos para arcar com as despesas de viagem e instalação no Brasil, que tinha, como destino principal o Rio de Janeiro".⁵⁹ Sabe-se também que a partir do final daquele século, com o início do período de imigração em massa e do subsídio público e privado, esse perfil se modificou. De modo geral, apesar de ainda frequentemente jovem e do sexo masculino, o imigrante português cada vez mais se originava das camadas rurais, semiproletarizadas e analfabetas de Portugal. Em ambos os casos, a maioria deles era do Norte e Noroeste de

Portugal, sobretudo da região do Minho, e, ao contrário das demais correntes de imigrantes para o Brasil, acabavam por se fixar nas cidades, ocupando-se de atividades pouco qualificadas e muitas vezes substituindo os escravos, ou disputando com seus descendentes, postos de trabalho braçal, como o de carroceiros, estivadores e vendedores ambulantes.

Mas havia também uma pequena elite de imigrantes portugueses, oriundos das camadas médias, principalmente, ocupados no comércio e na indústria. No Rio de Janeiro, era comum nesta virada de século a presença de portugueses entre os estratos mais elevados de proprietários urbanos, banqueiros, dirigentes comerciais - atividade que praticamente monopolizavam - e industriais. Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, em São Paulo não foi diferente.⁶⁰

Ascendendo ou não na pirâmide social local, a integração destes herdeiros dos antigos colonizadores não seria mais fácil que a de outras nacionalidades. Ao contrário, se os portugueses enriquecidos eram genericamente acusados de exploração, especulação e usurpação da riqueza nacional, os portugueses mais pobres eram taxados de "burros", praticando "uma concorrência desleal no mercado de trabalho".⁶¹ Havia um forte sentimento anti-português no país, tencionado tanto pela necessidade de afirmação frente ao antigo dominador, quanto pela desconfiança que todo imigrante estrangeiro suscitava, sobretudo entre as oligarquias dirigentes preocupadas com a infiltração de anarquistas, comunistas e delinquentes no país.⁶² Às campanhas anti-lusitanas que se espriavam pelos jornais, revistas, piadas e mesmo no embate corpo a corpo, os portugueses pareciam reagir fechando-se nas colônias, quer através das relações familiares e de amizades de origem, quer através de laços comunitários. Muitos deles, inclusive, fundariam instituições como sociedades, gabinetes, clubes e associações no Rio, na Bahia, no Recife e em São Paulo, que serviam tanto para manter viva as tradições e identidades de seu país de origem, quanto para "prestar assistência e amparo aos compatriotas necessitados".⁶³

Apesar de forçado a vir para o Brasil no final do século XIX por razões políticas, Ricardo Severo pode ser considerado um representante bem sucedido dessas camadas médias portuguesas de imigrantes. Tendo prosperado no Brasil em investimentos os mais variados no comércio, na construção civil, no mercado financeiro e imobiliário,⁶⁴ o engenheiro logo seria alçado à posição de defensor da identidade e dignidade do povo português além-mar. Direta ou indiretamente, Severo participa da fundação de várias entidades da colônia portuguesa em São

Paulo, entre elas o Centro Republicano Português (1908), a Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Arte (1912) e o Clube Português (1920). Sua ativa e reconhecida participação na colônia pode ser percebida na série de conferências que pronunciou nestas como em outras agremiações,⁶⁵ e avalizada pelos vários projetos e obras que lhes foram confiadas em São Paulo para a Beneficência Portuguesa de Campinas (1926), a Beneficência Portuguesa de Santos (1926), a Casa José Moreira (1926) e, no Rio de Janeiro, para o Pavilhão das Indústrias de Portugal da Exposição Internacional das Comemorações do Centenário da Independência (1922-23).⁶⁶ Além disso, o engenheiro recebeu várias homenagens da colônia, dentre as quais se destacam a realizada no dia 31 de janeiro de 1932, quando se comemorava os 41 anos da Revolta Republicana do Porto. A homenagem constava da "oferta do busto em bronze do [engenheiro] à Academia de Ciências de Lisboa e de uma sessão cívica a se realizar no [salão Ramos de Azevedo] do Club Comerciar, da qual participaram Carlos Dias Malheiro, que falou sobre a atuação de Severo em Portugal, Roberto Moreira, que tratou do papel desempenhado pelo engenheiro no Brasil e Marques da Cruz, que o saudou em nome das associações portuguesas de São Paulo. Esses discursos, a fala do próprio engenheiro português na ocasião, as notícias da homenagem na imprensa e uma pequena bibliografia contendo principalmente os textos, discursos e conferências dedicadas aos "assuntos portugueses e à sua propaganda do Lusismo no Brasil" foram publicados no mesmo ano no livro *Homenagem a Ricardo Severo*.⁶⁷

A multiplicidade de instituições portuguesas na cidade, para Severo, reforçava a divisão interna da colônia e levava ao seu enfraquecimento, por isso, logo depois de se instalar definitivamente no Brasil, em 1908, o engenheiro, ao lado de outros compatriotas, lançou uma campanha de unificação dos organismos da comunidade portuguesa em São Paulo, em um lar de congregação dos imigrantes na cidade independentemente de suas convicções religiosas e políticas. A campanha se estenderia ao longo de toda a sua vida, o programa da Casa Portuguesa esboçado por Severo em suas conferências sobre o tema sendo, há um só tempo, arquitetônico, político e cultural. Ao descrever seu projeto, Severo afirmava que esse novo lar da família portuguesa, símbolo da pátria, deveria ser "uma vasta casa, de aspecto tradicional, caracteristicamente portuguesa no seu plano geral, nas suas partes e na sua arquitetura", abrigando desde atividades de recreação e ensino, até aquelas ligadas às atividades comerciais, beneficentes, diplomáticas e políticas, "não só da colônia como da metrópole".⁶⁸ O caráter

apartidário dessa entidade era destacado por Severo, de um lado, como exemplo de democracia "aplicada segundo os princípios superiores da liberdade, igualdade e fraternidade", e, de outro como afirmação da pátria portuguesa, "que é única e sempre a mesma, independente da forma política dos seus governos", conforme os princípios elevados de tradição.⁶⁹ Ocorrendo em paralelo à sua luta republicana, as convicções político-partidárias de Severo na defesa da Casa Portuguesa se imbricavam às preocupações relativas à afirmação da Pátria Portuguesa em terras brasileiras. Apesar de seu esforço pessoal em apartar da referida campanha as questões políticas, ele próprio admitia que a principal dificuldade de concretizar o seu projeto, principalmente a partir da vitória do movimento republicano em 1910, era a divisão interna da colônia entre republicanos e monarquistas.

Outra iniciativa encampada por Severo no sentido da afirmação e união de sua colônia foi a *Revista Portuguesa*, da qual era diretor presidente. Criada em 1930 por iniciativa do engenheiro à frente do Clube Português e da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, a revista circularia até pelo menos 1937, tendo como membros da diretoria e da redação J. P. da Silva Porto, Antonio Sampaio, Rodolfo Pinto Couto, Marques da Cruz, João Sarmento Pimentel, José Luis Archer, João Gil Júnior, Manuel Vaz de Carvalho e Antonio de Almeida de Eça.

O nome e o logotipo estampados em todos os números da *Revista Portuguesa* - pelo menos até 1937 - representavam o grupo que a editava e os objetivos centrais que a guiavam. A revista se chamava *Portuguesa* por ser editada por um grupo de portugueses, alguns residentes outros emigrados em São Paulo, que pretendiam "assinalar no Brasil este momento da sua passagem". No logotipo mais uma característica desse grupo era retratada. Segundo Severo, que assinou o primeiro prefácio da revista, todos que formavam o corpo editorial da revista trabalhavam "em misteres de atividade produtiva, entretanto nas horas de lazer, estudam e meditam, cuidando de ampliar o próprio saber, em elevar a sua inteligência, de sorte a melhorar a modestíssima tarefa que lhes compete a par da viva essência da civilização". Essa dupla tarefa era representada pela foice e o livro, um em cada mão desse homem trabalhador e burguês ilustrado.

A revista reunia desde a temática cultural aos estudos sociais e políticos, reservando também algum espaço para a vida social e as informações econômicas. No programa geral, publicado em seu número de lançamento, a revista se apresentava em cinco partes, cada qual destinada a temas específicos: a primeira dedicada à história, geografia, arqueologia, etnografia, linguística; assuntos de

ciências; arte, literatura, poesia e assuntos sociológicos; a segunda voltada a pequenas notas de conteúdo variado; a terceira trazia críticas de obras literárias, artísticas e científicas; a quarta enfocava as questões da indústria e comércio e a última abria-se a notícias sobre associações, clubes, desportos, teatros e cinemas. Nas partes II, IV e V eram incluídas as comunicações do Consulado de Portugal, Câmara Portuguesa de Comércio, Clube Português e outras associações portuguesas.⁷⁰

Se é perceptível ecos da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e da *Portugália* na estrutura geral desta revista e em alguns de seus temas é evidente a preocupação do engenheiro em não se restringir ao público especializado, mas abranger a maior variedade de assuntos e temas ligados a Portugal e o Brasil e mesmo ultrapassar os limites da colónia portuguesa e de suas agremiações.⁷¹ Assim como na Casa Portuguesa, o princípio básico da revista, segundo Severo, era o seu apartidarismo, pois tratava-se de abrigar todos os membros da colónia e as instituições que a patrocinavam, buscando atenuar as divergências políticas entre os imigrantes.

Interessante notar o arrefecimento na *Revista Portuguesa* de uma temática cara a Ricardo Severo desde pelo menos a década de 1910. No prefácio inaugural da revista, o engenheiro afirmava que sendo ela "organicamente luso-brasileira", os seus editores e redatores "por completo se alheiam da fantasiosa especulação deste teorema luso-brasileiro". O ideário nacionalista e particularista que presidia o seu envolvimento com a colónia portuguesa, desde o início se pautara pela retomada dos liames históricos e culturais que amarravam Portugal e o Brasil. Nos anos 1910, as relações entre os dois países ensejaram a realização de uma terceira leva de conferências do engenheiro no Brasil.⁷² Nelas, o engenheiro propunha a formação de uma ampla comunidade luso-brasileira:

O oceano Atlântico representará, na época atual o mesmo papel que o Mediterrâneo no período clássico das civilizações do ocidente europeu. Em torno deste grande mar, que banha três dos maiores continentes, se desenvolverão os périplos da nova civilização do século XX; será o *mare nostrum* da moderna idade. Os países que o margeiam, com os seus vastos empórios comerciais, formarão uma cadeia, cujos elos serão ligados por uma aliança de mútua convivência, de similar política comercial e económica. Portugal tem, na margem europeia, um dos mais bem situados empórios, ligados a todos os centros do continente; tem na África Ocidental uma longa faixa de costa, a que

corresponde um vastíssimo "interland" e tem sobre a imensidade do Atlântico uma série de arquipélagos, que são estações forçadas para os roteiros dos atuais argonautas; é, pela vastidão das suas margens, uma das potências atlânticas. O Brasil ocupa uma grande parte da margem americana do mesmo mar; a sua política de expansão tem que tomar o rumo do Atlântico; poderá fechar essa imensa cadeia que representa a mais poderosa aliança do mundo, dando fraternalmente as mãos ao velho Portugal. O porto franco de Lisboa, as numerosas estações insulares, os mercados das vastas províncias portuguesas do Ocidente africano oferecem os termos desse convénio luso-brasileiro que será para os dois países uma solução de mútuo desenvolvimento e progresso, dentro do concerto mundial que abraça o grande oceano.⁷³

Tratava-se claramente de alavancar a economia portuguesa em crise desde meados do século XIX por meio de uma aliança político-económica que contava com o domínio português na África para seu pleno sucesso. É interessante contrastar o ufanismo do imigrante desgarrado ao realismo complacente do empresário bem instalado, que ao fim da vida resumiria a causa luso-brasileira à cooperação intelectual entre os dois países, estimulada pela presença de portugueses no Brasil:

Em verdade, a Portugal e ao Brasil - uma vez separados pelo natural determinismo das respectivas situações nos dois Continentes - a cada país cabe, em absoluta independência, um destino diverso; as condições de meio, de formação e de vida das duas nacionalidades, são inteiramente diferentes e mesmo contrárias.

Unidas integralmente na origem pelo laço indissolúvel da filiação étnica, pouco a pouco se diferenciaram; entre elas cada vez há mais contrastes do que semelhanças, sob o ponto de vista geográfico, histórico, político, social e nacional.

A opóieia da América Portuguesa findou há mais de um século.⁷⁴

Se, na década de 1910, Severo ainda acreditava em uma "missão portuguesa", cujo objetivo era a união entre os "dois países irmãos", duas décadas depois, e com alguma dose de desencanto, proclamaria:

Marginando, face a face, a imensa Bacia Atlântica, que é o mediterrâneo da civilização atual, aos dois países irmãos competiria, talvez, uma missão internacional de majestoso domínio. Mas, partes desprendidas dum império colonial que, por excessivo, se perdeu na vastidão do mundo, constituirão, pelo natural limite das coisas de ordem cósmica, outras tantas unidades físicas, gravitando cada qual em sua órbita independente.

E qualquer nova fusão, seria ainda uma visão enganosa, como de uma vez, o sonho de um Infante iluminado pelo gênio e fé, sobre um alto promontório no extremo do velho continente, perscrutando o espaço infinito dos mares e terras ignotas, a querer dominá-lo com um punhado de heróis.

De resto, a missão do imigrante luso no Brasil não é mais coletiva, mas individualista [...] Abrangendo superiormente esta realidade, a REVISTA PORTUGUESA não cogita, portanto de 'luso-brasileirismo; é corolário indiscutível que, de princípio, se considera encerrado no seu ciclo histórico.⁷⁵

Pode-se pensar que o arrefecimento da proposta associativa luso-brasileira no âmbito comercial e económico coincide com a rarefação da campanha de arte tradicional, expressão desse mesmo associativismo no campo da cultura.

Entre Portugal e o Brasil

O Brasil não era um lugar impensável como alternativa de vida para emigrantes portugueses que, como Ricardo Severo, foram forçados, por um motivo ou por outro, a deixar sua terra natal. Todos os autores concordam que o engenheiro deixou Portugal por força da repressão monárquica à revolta do Porto, mas não há um consenso quanto à data ou ao lugar onde ele aportou pela primeira vez no Brasil. Para alguns, ele teria desembarcado no Rio de Janeiro em 1891, com a intenção de se instalar na cidade. Segundo essa versão, ele só teria deixado a capital federal rumo a São Paulo em função do surto de febre amarela que atingira a cidade naquele ano.⁷⁶ A explicação é plausível, uma vez que o Rio era mesmo o destino preferencial dos emigrantes portugueses no Brasil e a década de 1890 foi particularmente crítica na cidade do ponto de vista da sua

história epidêmica.⁷⁷ Para outros, Severo teria se dirigido naquele mesmo ano diretamente para São Paulo, o que também não seria improvável dada a volumosa emigração portuguesa para aquela cidade.⁷⁸ O próprio Severo é contraditório nas versões que apresenta de sua viagem, prevalecendo, a idéia de que teria chegado ao Rio de Janeiro em 1892, onde teria sido recebido por Ramalho Ortigão, um dos mais proeminentes representantes da primeira geração de republicanos com quem convivera em Portugal.⁷⁹

Independentemente do ano ou da cidade em que teria desembarcado, é certo que em 1892, Ricardo Severo já residia em São Paulo, porque foi neste ano que ele publicou o célebre artigo sobre o Museu Sertório⁸⁰ no jornal *Correio Paulistano*. O fato não é apenas incidentalmente relevante por apontar a presença do engenheiro português em terras paulistas. Revelando certo tom de compromisso com o ambiente cultural local, o artigo teria surtido enorme efeito sobre a sua estadia na cidade, repercutindo de maneira imprevista, porém decisiva, nos rumos que tomaria dali por diante. No artigo, o engenheiro criticava a organização geral do museu, apontando deficiências em suas sessões, particularmente nas que se dedicavam às ciências naturais, à etnografia, à arqueologia e à pré-história. A atitude polêmica do especialista, tão do feitio do Severo publicista, refletia o envolvimento imediato do estrangeiro recém-chegado com esta cidade, provavelmente muito provinciana para os parâmetros institucionais a que um europeu intelectualizado, mesmo em Portugal, estaria acostumado. Mas o tom tinha precedentes portugueses. Evocava, por exemplo, a atitude de outros membros do grupo a que pertencia, como a de Rocha Peixoto, no livro que lançara em 1888 em Portugal sobre o Museu Municipal do Porto.⁸¹ Tendo sido a primeira publicação da Sociedade Carlos Ribeiro, o livro de Rocha Peixoto - pouco depois resenhado pelo próprio Ricardo Severo na *Revista de Ciências Naturais e Sociais*⁸² -, criticava o museu do Porto pela ausência de uma sessão específica de antropologia, nele expondo um projeto de reformulação da instituição. A repercussão do livro foi tamanha que Rocha Peixoto se tornaria diretor do museu que criticara. Não se sabe se a polêmica do Sertório foi inspirada na de Rocha Peixoto ou se visava lhe abrir uma possibilidade de trabalho na cidade em que acabava de chegar, mas há por certo um parentesco de atitudes entre esses textos no propósito comum de calibrarem o debate institucional com as tendências científicas de sua geração, sobretudo naquilo que dizia respeito às assim chamadas ciências naturais, em que se incluíam a arqueologia e a antropologia.

O que se supõe é que a polêmica gerada pelo artigo de Severo teria chegado aos ouvidos do então Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas,⁸³ Alfredo Maia, que apresentaria Ricardo Severo a seu parente e amigo, Francisco de Paula Ramos de Azevedo. De saída, o episódio lhe rendeu um emprego como auxiliar no escritório do já então famoso arquiteto campineiro e, ao mesmo tempo, o cargo de chefe da seção construtora do Banco União de São Paulo, “cuja carteira predial era dirigida” por Ramos de Azevedo.⁸⁴ O período foi socialmente fértil, tendo o engenheiro estabelecido importantes laços profissionais, que o acompanhariam para o resto de sua vida, além de laços de amizade e de família.

Em 20 de setembro de 1893, Severo se casou com Francisca Santos Dumont, irmã do famoso inventor Alberto Santos Dumont, “pai da aviação”, adquirindo como tal direitos patrimoniais sobre uma das maiores fortunas paulistas de então e rapidamente angariando a ascendência e o prestígio social que lhe seriam de grande valia para o resto da vida. O engenheiro foi apresentado à família Dumont por Carlos Villares, seu colega de turma na Academia Politécnica do Porto, e que assim como os irmãos Guilherme e Eduardo, também havia se casado com outras filhas de Henrique Dumont, conhecido como rei do café.⁸⁵ É possível que a amizade entre Severo e Carlos Villares tenha algo a ver com a sua vinda para o país e, mais especificamente, para São Paulo.

Francisca e Severo tiveram dez filhos dos quais sobreviveram oito. Os quatro mais velhos, José (1897), Antônio (1902), Francisca (1904) e Madalena (1905), nasceram em Portugal, enquanto os mais novos, Isabel (1908), Maria (1910), Laura (1917) e Elisa (1921), nasceram no Brasil, coisa da qual Severo dizia se orgulhar muito, pois a coincidência ilustraria sua vida equilibrada entre Portugal e o Brasil.⁸⁶ Entre 1895 e 1897, provavelmente quando nasceu o primeiro filho do casal, Severo voltou para o Porto com sua esposa, animado em retomar a carreira e as pesquisas arqueológicas abruptamente interrompidas. O retorno teria sido possível porque seu sogro, gravemente enfermo, decidiu vender a sua fazenda por 12.000 contos de reis e distribuir parte da quantia entre seus filhos como herança, cada um deles recebendo mil contos de reis.⁸⁷

O retorno ao Porto coincidiu com o surgimento em Portugal de um movimento nacionalista de revivescência da casa portuguesa, capitaneada pelo arquiteto Raul Lino (1879-1974), outro português que também esteve no Brasil no início do século XX. O movimento arquitetônico, que se opunha ao *ecletismo*, propunha a retomada de uma “arquitetura autóctone”,⁸⁸ idéia que fundamentava

a campanha de arte tradicional lançada por Severo no Brasil. É possível que a campanha de Raul Lino tenha exercido alguma influência sobre Severo, ou que a questão levantada pelo arquiteto português fizesse parte de um debate mais amplo, no qual o engenheiro tomava parte desde os anos da *Portugália*, uma vez que já na concepção de seu primeiro projeto arquitetônico, a residência de sua família no Porto (1900), o engenheiro português, segundo Rocha Peixoto, colocava-se como desafio "harmonizar" as referências da arquitetura portuguesa com as exigências de conforto da casa moderna, lançando mão para tal dos mais diversos elementos da arquitetura pretérita de seu país.

Contudo, à exceção da casa de sua família à rua do Conde, os anos em que viveu no Porto com sua esposa e filhos foram inteiramente dedicados à pesquisa arqueológica e à edição da *Portugália*. Apesar do afincamento com que dirigiu a revista naqueles anos, tarefa que declarou ter sido o trabalho mais importante de sua vida, em 1908 o engenheiro já sentia as dificuldades financeiras de uma herança conjugal que se esvaía na vida suntuosa de editor de uma revista de luxo, mas de público reduzidíssimo, agravada pela má administração de seus bens em São Paulo. Foram provavelmente as preocupações advindas da fortuna contraída que o fizeram retornar com sua família para definitivamente se estabelecer no Brasil.

Ricardo Severo e Ramos de Azevedo

A sociedade entre Ramos de Azevedo e Ricardo Severo se estendeu por mais de vinte anos, tendo extrapolado os limites do Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo. Contudo, apesar de sua abrangência, a bibliografia especializada privilegia a especificidade do percurso de cada um deles em detrimento das relações que estabeleceram entre si. Muitas perguntas permanecem sem respostas, a documentação disponível não permitindo afirmar com segurança a natureza do vínculo entre os sócios, nem a sua importância para o entendimento da carreira de cada um deles. Por isso mesmo, é importante acentuar a ligação entre ambos, seja para ressaltar os moldes empresariais em que converteram a prática profissional, seja para aprofundar a compreensão da produção e do papel que ambos desempenharam no processo de renovação cultural e arquitetônica da cidade de São Paulo entre o final do século XIX e o alvorecer do século XX. A pertinência de tal aproximação é reforçada pela série de coincidências biográficas: assim como Severo, Ramos de Azevedo era filho de negociante português;

nascido em São Paulo em 1851 e formado engenheiro-arquiteto com distinção pela *École Speciale du Génie Civil et des Arts et Manufactures* da Universidade de Gand, em 1878, também se casaria com uma jovem de família abastada e influente de fazendeiros paulistas, tendo ascendido rapidamente à “fina flor” da oligarquia cafeeira, para quem projetaria palacetes luxuosos, chegando igualmente a participar do seletor circuito de investimentos e intermediação de contratos, encomendas e favores públicos, serviços, convites e empenhos de toda espécie, seja como empresário seja nas instituições de cultura e no mundo das artes com que se envolveu intensamente.⁸⁹ Prova de sua inserção social é a solene homenagem que o engenheiro arquiteto campineiro recebeu na inauguração do Teatro Municipal (1911), organizada pela recém-instalada Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros de São Paulo, da qual faziam parte Victor Dubugras (1868-1933), Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917), Adolfo Augusto Pinto (1856-1930), Alexandre Albuquerque, Victor da Silva Freire (1869-1951) e Ricardo Severo.⁹⁰

A associação entre os dois teve início assim que Severo retornou à capital paulista em 1908, quando foi convidado por Ramos de Azevedo a se associar no Escritório Técnico, juntamente com Domiziano Rossi (c.1865 - 1920) - responsável pela seção de projetos do escritório desde 1894. A sociedade foi firmada um ano após a reestruturação que Ramos empreendera no escritório de modo a organizá-lo em bases empresariais, isto é, transformá-lo em uma empresa de projeto e de construção que funcionasse como núcleo central de um verdadeiro conglomerado de negócios imobiliários, produção e comércio de materiais de construção, agenciamento e intermediação de contratos e encomendas.⁹¹ Foi apenas a partir da fundação deste escritório que Ramos deu início à montagem desse grande complexo empresarial, que teria impulsionado sua carreira a tal ponto que ele passaria da condição de arquiteto renomado e laureado entre seus pares à de maior e quase exclusivo construtor de obras públicas no período.⁹² Assim, não parece exagerado supor que Ramos tenha convocado neste momento a ajuda de seus sócios. No caso de Ricardo Severo, conforme Carlos Lemos, esta ajuda se daria especialmente no seu envolvimento com as questões financeiras e as relações públicas da empresa, e não tanto com seus projetos e obras, ocupando, neste sentido, um papel de destaque na organização e administração do escritório.⁹³ É possível que a formação que recebera na Academia Politécnica do Porto, sobretudo do curso de Engenharia

Civil de Obras Públicas, o tenha qualificado para exercer com competência as atividades não só de construção, mas também de administração. Isso porque o ensino da engenharia no período em que estudou tinha como objetivo principal a formação de profissionais capacitados para as atividades de fomento de obras públicas e também administrativas, com vistas no gerenciamento e controle dos negócios coloniais na África.⁹⁴

Contudo, ao recapitular em 1930 a sua atuação ao lado de Ramos, o engenheiro português incluiria o acompanhamento de praticamente todas as obras normalmente destacadas pela bibliografia como de responsabilidade do Escritório Técnico e notabilizadas pela assinatura de seu fundador: entre elas, as Secretarias de Agricultura e Fazenda, o Palácio da Justiça, a Escola Normal, a Escola Politécnica, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo e de Campinas, a Faculdade de Medicina, o Quartel da Luz, a Penitenciária do Estado, os Correios e Telégrafos, o Teatro Municipal e uma longa série de palacetes residenciais.⁹⁵ Muitas dessas obras foram construídas durante a primeira estadia de Severo em São Paulo; outras foram iniciadas quando ele ainda estava em Portugal e terminadas quando de seu retorno, outras ainda realizadas depois da morte de Ramos. Ao assumir esses projetos Severo revelava que se sentia parte integrante e responsável pelas obras mais características do Escritório Técnico, cujas tradições dizia procurar manter "com os preceitos [daquele] grande Mestre da Arte de construir", pleiteando não apenas a sua própria autoria, como a continuidade da obra do engenheiro-arquiteto campineiro.

Mas o papel e a importância de Ricardo Severo a frente do Escritório Técnico pode ser particularmente avaliada pelo prestígio que a empresa adquiriu e preservou mesmo depois da morte de seu fundador em 1928. Isso porque, este acontecimento tão decisivo não teria alterado o ritmo de produção da empresa, que até meados dos anos 1950 continuaria a ser reconhecida "não só pela categoria de seus projetos, mas, principalmente, pela alta qualidade técnica construtiva" de suas obras.⁹⁶ Com a morte de Ramos, Ricardo Severo assumiu a direção do escritório ao lado de Arnaldo Dumont Villares, seu sobrinho e genro de Ramos de Azevedo⁹⁷, membro do escritório desde os anos 1909. A continuidade desejada e explícita entre os trabalhos de Ramos, Severo e Villares surge impressa no próprio nome da empresa a partir de 1928: Escritório Técnico de F. P. Ramos de Azevedo - Severo & Villares e Cia Ltda.⁹⁸ O nome de Ramos de Azevedo a frente da empresa foi retirado apenas dez anos depois, quando a empresa passou a se

chamar Severo & Villares Cia Ltda. Em sua última fase - da morte de Ricardo Severo até os anos 1970-80 -, a empresa era dirigida por Arnaldo Dumont Villares, falecido em 1965, e o filho do engenheiro português, Antônio Severo, arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro na mesma turma de Oscar Niemeyer e coordenador da sessão de projetos do escritório desde os anos 1930." Ainda conforme Carlos Lemos, nos anos 1980 a empresa não passava de um mero escritório de administração de bens imobiliários, tendo sido vendida em 1991 para a holding Partisil.

Entre as empresas que gravitavam ao redor do Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo, Ricardo Severo era também sócio ou possuía ações da Companhia Iniciadora Predial, da qual sempre fora diretor-gerente, e da Companhia Cerâmica Villa Prudente, fundada em 1910 com Emilio Falchi, Nicola Puglise Carboni, Menotti Falchi e Rodolpho Crespi. A Companhia Iniciadora Predial, fundada em 1908 por Ramos e Severo em sociedade com Frederico Vergueiro Steidel e Arnaldo Vieira de Carvalho, era uma espécie de banco de financiamento imobiliário que construía residências de aluguel e financiava a construção de residências particulares, destinadas à classe média ou àqueles que não poderiam pagar nem construir os requintados palacetes concebidos no Escritório Técnico. Ricardo Severo dirigiu a companhia desde a sua fundação até 1940, quando veio a falecer, e, segundo Carlos Lemos, teria concentrado nessa empresa os seus projetos neocoloniais.¹⁰⁰ A companhia funcionou até 1964, sendo dirigida depois da morte do engenheiro português por Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello (1891-1974), protegido de Ramos de Azevedo e membro das duas maiores empresas do grupo desde a primeira década do século XX.

Severo também participou ativamente de outra entidade de fundamental importância para o funcionamento das empresas de Ramos de Azevedo, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição idealizada por ele em 1894, com o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza (1843 - 1917), fundador da Escola Politécnica de São Paulo. Como se sabe, o investimento na educação e na formação artística foi uma estratégia da burguesia paulista para dotar o Estado de uma infra-estrutura compatível com o seu crescimento e importância, sobretudo a partir dos progressos materiais advindos do surto da economia cafeeira no final do século XIX. Foi nesse contexto e com esta intenção que se fundaram escolas, institutos, sociedades de incentivo às artes e às profissões na cidade, fomentando, entre outras coisas, a idéia de formação de uma mão-de-obra e de criação de

uma verdadeira arte brasileira. As instituições ligadas às artes de maior destaque naquele momento foram precisamente o Pensionato Artístico do Estado e o Liceu de Artes e Ofícios. O pensionato foi criado em 1892, basicamente como um programa de bolsas de estudo no exterior dedicado aos artistas nascidos em São Paulo, tendo prosperado principalmente a partir de 1912. Para aqueles que não atingiam o nível do pensionato, a saída local era o aprendizado junto aos ateliês particulares e, especialmente, junto ao Liceu de Artes e Ofícios. O liceu, portanto, não se dedicava apenas a formar artesãos, operários e técnicos, mas também artistas, e isso ocorreu não apenas durante a gestão de Ramos, seu diretor vitalício desde 1895, mas se estendeu por toda a primeira metade do século XX.¹⁰¹ De 1909, quando entrou para a instituição, até 1928, o engenheiro português desempenhou no liceu as funções de secretário e inspetor escolar, não havendo provas de seu envolvimento com atividades docentes na casa. Após a morte de Ramos de Azevedo, também ali, a sucessão era desempenhada por Severo, que exerceu o cargo de diretor até a sua morte em 1940.¹⁰²

Acompanhando a sua variada atividade no meio empresarial e institucional local, percebe-se que Ricardo Severo desempenhou de fato o papel de parceiro e continuador da obra que Ramos de Azevedo edificou a partir do final do século XIX e que transformou profundamente o cenário arquitetônico e profissional da capital paulista. O mais intrigante a este respeito é perceber que foi no interior deste processo de modernização capitalista e *beaux-art* da cidade, de sua paisagem arquitetônica, pública e burguesa, que Severo se tornou o chefe de fila da arquitetura tradicionalista no Brasil.

Sociabilidade paulista

A rápida inserção de Ricardo Severo nos meios sociais, empresariais e culturais paulistanos pode ser entendida, de um lado, a partir de seu casamento com uma Santos Dumont, de outro lado, por sua associação com Ramos de Azevedo, contudo, o engenheiro português não ficou restrito nem a esse círculo familiar e profissional, nem àquele composto por sua colônia. Tão logo se estabeleceu definitivamente na cidade, Severo começou a ampliar as suas relações, aproximando-se dos intelectuais que gravitavam ao redor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)¹⁰³ e, sobretudo, do jornal *O Estado de S. Paulo*. São esses últimos vínculos que, somados aos destacados anteriormente, podem

ajudar a compreender o contexto e a repercussão da campanha de arte tradicional no Brasil encabeçada por Severo a partir de 1914.

O engenheiro português se associou ao IHGSP em 1911, recebendo o título de sócio-honorário da instituição 22 anos depois. A sua relação com a entidade ligava-se ainda à tentativa de divulgação e valorização da nação portuguesa e de seu legado colonial no Brasil. É esse pelo menos o tema central das três conferências que Severo proferiu na entidade entre 1911 e 1932. Na primeira delas, intitulada "Culto à tradição", de 1911, Severo discorreu sobre o trabalho desenvolvido no instituto, entendido como uma verdadeira "obra de concentração nacionalista, de resistência defensiva contra o cosmopolitismo destruidor das unidades cristalinas que representam no mundo humano as nações",¹⁰⁴ com a qual se dispunha a contribuir através da recuperação e veneração das tradições nacionais brasileiras tão inseparavelmente ligadas às de seu país.

Naquele mesmo ano, Severo proferiu a sua segunda conferência no instituto, em um evento organizado pelo Centro Republicano Português, intitulada "Origens da Nacionalidade Portuguesa", em que recuperava parte de seus estudos arqueológicos em Portugal, bem como de suas teses acerca da evolução e persistência da nacionalidade portuguesa.

A última delas foi realizada em 1932 durante o evento "Conferências Vicentinas", promovido em comemoração ao IV Centenário da Fundação de S. Vicente (1532), do qual participaram José Torres de Oliveira, presidente do IHGSP; Affonso de E. Taunay, Alfredo Ellis Jr, o comandante Eugênio de Castro, José da Frota Gentil S. J., Afonso José de Carvalho, Max Fleiuss e Francisco de Assis Carvalho Franco, com a conferência "D. Francisco de Souza e o início do impulso bandeirante". Ricardo Severo participou das comemorações como representante da Academia de Ciências de Lisboa, proferindo a conferência inaugural do evento intitulada "Origens e fatos da expansão portuguesa no Brasil até 1530". Nela, propõem traçar uma história "científica" e, portanto, "verdadeira" dos descobrimentos e expedições portuguesas, e em especial do descobrimento do Brasil, acusando a precariedade e mesmo falseamento dos estudos até então realizados sobre o tema.¹⁰⁵ Comparando os temas das conferências vicentinas, percebe-se que a conferência de Severo, ainda que fortemente marcada pelo elogio à epopéia portuguesa, somava-se a um esforço de compreensão da formação das elites coloniais e da especificidade brasileira, projeto que marcou parte dos movimentos nacionalistas do país no alvorecer do século XX. No caso

do IHGSP e de sua revista, essa desejada especificidade era pensada a partir de São Paulo, do elogio e construção da história e tradição paulista, cujo símbolo maior era o bandeirante.¹⁰⁶

A preocupação com o nacional tão presente nos textos de Severo explica também a relação entre o engenheiro português e o assim chamado grupo d'O *Estado de S. Paulo*. Entendido por alguns autores como o maior núcleo nacionalista existente na cidade naquele momento,¹⁰⁷ o grupo faria a defesa do nacional sem desconsiderar o legado português,¹⁰⁸ tão caro ao nosso engenheiro, motivo pelo qual a ligação entre eles foi tão duradoura. Em evento organizado pelo Clube Português de São Paulo, em janeiro de 1929, na qual foram entregues insígnias do Governo Português para Julio de Mesquita Filho, Roberto Moreira e Nestor Rangel Pestana, Severo chamava atenção para isso, afirmando que O *Estado de S. Paulo* tinha sido desde sempre um veículo aberto para suas idéias, prestando enormes serviços à colônia portuguesa.¹⁰⁹ Júlio de Mesquita e Rangel Pestana eram amigos pessoais do engenheiro português. Para o primeiro, projetou uma residência em estilo “tradicional” e com ele compartilhou da companhia do segundo nas diversas iniciativas culturais que desempenharam em torno do jornal, como, por exemplo a *Revista do Brasil* e a *Sociedade de Cultura Artística*.

Segundo João Alves das Neves,¹¹⁰ Severo teria escrito mais de 50 artigos para O *Estado de S. Paulo* ao longo de sua vida. Informação endossada por Paulo Santos em sua conferência “A presença de Lucio Costa na arquitetura contemporânea no Brasil”, em que o arquiteto carioca afirma ter encontrado no arquivo do jornal “55 artigos publicados pelo engenheiro entre 30 de outubro de 1904 e 8 de agosto de 1939”.¹¹¹ Os artigos localizados nesta pesquisa abrangem desde temas relacionados à colônia portuguesa e ao Liceu de Artes e Ofícios até aqueles dedicados à sua campanha de arte tradicional. Em todos eles, a questão nacional está presente, refletindo-se inclusive em uma abordagem nacionalista das artes.

Revelando um interesse que cada vez mais aparecia entre as preocupações de Severo, o tema das artes deve ter surgido também de sua aproximação com o Liceu de Artes e Ofícios e Ramos de Azevedo. De fato, na década de 1910, Severo se envolveria em estratégias de fomento às artes em São Paulo, tendo participado ao lado do arquiteto campineiro, Bittencourt Rodrigues, Freitas Valle, Numa de Oliveira, Paulo Prado, Alfredo Pujol entre outros, da idealização e organização de algumas dessas exposições de artistas nacionais e estrangeiros na cidade. E o caso da Exposição de Arte Francesa (1913) e daquelas que foram realizadas entre

1910e1912 nas dependências do Liceu, principal espaço de exposição da cidade naquela época.¹¹² Tadeu Chiarelli afirma que essas exposições movimentavam um mercado de arte na cidade, auxiliando na constituição de coleções particulares, entre elas as de Ricardo Severo, Ramos de Azevedo, Numa de Oliveira, Altino Arantes e Victor Dubugras.¹¹³ Compondo um animado ambiente artístico-cultural, tais iniciativas conquistavam a opinião pública, passando a ocupar um lugar importante na imprensa local e constituindo um espaço de crítica de arte na cidade, como a que começou a despontar n'0 *Estado* ou na *Revista do Brasil* naqueles anos.

A preocupação d'O *Estado de S. Paulo* com o nacional, definiu o caráter de boa parte desta crítica de arte local em formação, fossem elas de serviço ou militante, conforme definição de Chiarelli.¹¹⁴ Além disso, estava presente também na publicação de contos regionais, como os de Waldomiro Silveira, ou na seção "Tradições populares", na qual Amadeu Amaral divulgou os seus famosos ensaios sobre a cultura popular paulistana e brasileira.¹¹⁵ Também é possível pensar que essa mesma preocupação orientou os jornalistas e intelectuais ligados ao grupo na criação de associações culturais e cívicas, como a Sociedade de Cultura Artística e a *Revista do Brasil*. Nessas outras duas frentes nacionalistas no campo da cultura, também a participação de Ricardo Severo foi decisiva.

A Sociedade de Cultura Artística, fundada em 1912, entre outros, por Amadeu Amaral (1875-1929), Alfredo Pujol, Afonso Arinos (1868-1916), Graça Aranha (1868-1931), Olavo Bilac (1865-1918), e Nestor Pestana, foi a primeira associação cultural paulistana fortemente marcada pela necessidade de valorizar a cultura nacional. Foi com este intuito que se organizou no seu interior uma série de saraus lítero-musicais, além de palestras sobre artes plásticas e arquitetura. A antológica conferência "A Arte Tradicional no Brasil", proferida por Severo em julho de 1914, integrava uma dessas séries de conferências realizadas na sociedade, da qual participaram Antônio Piccarolo, Plínio Barreto, Adalgiso Pereira, Alberto Seabra, Graça Aranha, Alcides Maya, e Alberto de Oliveira. De acordo com Chiarelli, esta primeira conferência de Severo anteciparia, ao lado de Oswald de Andrade (1890-1954) e de seu artigo "Em prol de uma pintura nacional" (1915), o papel e os objetivos da crítica militante em sua defesa de uma arte e arquitetura nacionais. Na interpretação do autor - plenamente corroborada por este trabalho -, a conferência teria manifestado, não apenas o desejo de uma arte nacional, mas também a configuração de um programa para ela, cuja proposta

central era pensar uma arte brasileira futura a partir do estudo e da reflexão sobre o passado nacional.¹¹⁶

Esse duplo comprometimento - de um lado, com o estudo e valorização do passado e das tradições nacionais, e de outro, com a proposição de uma arte nacional presente e futura -, que se evidencia em todos os textos da campanha de arte tradicional de Ricardo Severo, definia também o programa artístico-cultural da *Revista do Brasil*, mensário de ciências, letras, artes, história e atualidade, idealizado por Júlio de Mesquita e lançado em janeiro de 1916 em São Paulo. A revista, que se tornou a mais prestigiada publicação cultural da República Velha, pertenceu, até 1918, quando foi vendida para Monteiro Lobato, a uma sociedade anônima cuja diretoria era composta por vários jornalistas e colaboradores d'O *Estado*. Ricardo Severo era o presidente desta sociedade anônima, J. M. Pinheiro Júnior o tesoureiro, Mario Pinto Serva, o secretário e Oscar Thompson, Ruy de Paula Souza e Armando Prado, seus conselheiros-fiscais. Entre os seus acionistas estavam Alfredo Pujol, Armando V Carvalho, Adolpho Augusto Pinto, Armando Prado, Julio de Mesquita, Julio de Mesquita Filho, Nestor Rangel Pestana e o próprio Ricardo Severo, a direção da revista sendo entregue a Julio de Mesquita e Alfredo Pujol, tendo como redator-chefe Plínio Barreto.¹¹⁷

Segundo Tânia de Luca, na primeira fase da revista (1916-1925) percebe-se não só a centralidade da questão nacional, como também a ânsia de propor caminhos de ação para o desenvolvimento e afirmação da nação. Em seu programamanifesto, provavelmente escrito por Julio de Mesquita, a revista se definia como produto do desejo e “da vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista”, que desse unidade ao país e que pudesse incutir

no seu povo a consciência do próprio valor [...] provocando estudos do passado que nos desvendarão, nas coisas e nos homens, uma larga fonte de inspiração, de amor e de orgulho, e estimulando todas as energias atuais para um trabalho de observação e criação científica e literária, que nos patenteie a todos as profundeza e a riqueza de nossos tesouros intelectuais.¹¹⁸

Se das páginas da revista emerge claramente esse desejo persistente de promover uma releitura do país a partir da qual se partiria para uma ação de sentido regenerador, não é possível afirmar que “a proposição do problema, a

maneira de enfrentá-lo e as saídas sugeridas" fossem homogêneas. Ao contrário, elas variavam bastante, o que, segundo Tânia de Luca, "atesta que a publicação foi capaz de expressar diferentes setores da intelectualidade".¹¹⁹ De fato, ao se contrastar a contribuição de Ricardo Severo com a de Mário de Andrade, por exemplo, outro colaborador da revista, percebe-se claramente que o fato de ambos terem se voltado ali para o passado como fonte de inspiração para uma arte futura, não permite afirmar que partilhassem de um mesmo olhar ou de uma mesma compreensão desse passado-futuro artístico.

A preocupação com a formação de uma consciência nacional, presente nas páginas da revista e na ação de seus idealizadores, elegia a geografia e a história como saberes estratégicos, pois elas contribuiriam para ampliar o conhecimento do país e seriam fundamentais na construção dessa desejada identidade brasileira. Da geografia, esperava-se a confirmação da imensidão do território nacional e da riqueza de sua fauna e flora, características tão recorrentes no orgulho nacional; da história, a princípio tão sem graça e carente de momentos e elementos heroicos, "esperava-se um conjunto coerente de tradições a serem compartilhadas por todos".¹²⁰ Assim, como no IHGSP, a história do Brasil expressa nas páginas da revista seria frequentemente recontada a partir da narração da epopéia paulista da conquista e manutenção da integridade do território brasileiro, transpondo "a recente supremacia desfrutada por São Paulo para o tempo mítico das origens."¹²¹ Se a missão da geografia parecia garantida pelas condições naturais do país; o encargo da história parecia muito mais pesado. Recuperar a tradição nacional e mais do que isso uma tradição que sintetizasse o país enquanto nação não era uma tarefa nada fácil, mas extremamente polêmica. A questão que despontava nas páginas da revista, tão bem colocada por Alceu Amoroso Lima (1893-1983), era a seguinte: "Deve um povo em plena mocidade prezar suas tradições? Ou, pelo contrário, esquecer o passado para melhor encarar o futuro?"¹²²

Se alguns propunham veementemente "o esquecimento do passado em prol das tarefas impostas pelo futuro, [sugerindo] que simplesmente se desconsiderasse o 1500 e se tomasse a Independência como marco inaugural da nossa história, negando dessa forma, qualquer sentido ou pertinência ao período colonial", outros defendiam apaixonadamente as tradições, procurando ao contrário valorizar e redimir nosso passado colonial.¹²³ Ricardo Severo e seu culto à tradição se encaixam perfeitamente neste último grupo.

A campanha de arte tradicional: ideário e projeto

Foi em meio a esse ambiente nacionalista, acirrado pela conflagração mundial e pelas comemorações do centenário da independência, que a campanha de arte tradicional no Brasil lançada por Severo começou a tomar forma. É verdade que o termo “campanha” só foi empregado pelo engenheiro português a partir de 1922,¹²⁴ e que para além do contexto nacionalista local ela foi impulsionada também por seu engajamento junto à colônia portuguesa de São Paulo, como defesa e valorização das tradições de sua terra natal. De todo modo, olhando retrospectivamente, percebe-se que as conferências anteriores a esta data também faziam parte de sua campanha, tanto pelo teor, quanto pelo tom propositivo que as caracterizam, e mais, que esta campanha estava plenamente inserida nos debates nacionalistas que animaram o cenário artístico-cultural brasileiro e, de modo mais amplo, latino-americano,¹²⁵ desde a década de 1910.

Referindo-se à sua campanha em entrevista ao capitão João Sarmiento Pimentel, redator principal da *Revista Portuguesa*, Severo afirmava ter aproveitado a “prestigiosa influência” do Escritório Técnico para “lançar a orientação tradicionalista na arquitetura brasileira”, definido-a nos seguintes termos:

Era o mesmo princípio que dominou a campanha nas artes, nas ciências e na política, iniciada no meu país pela geração que procurei englobar em torno da *Portugália* (1897-1908). Continuei aqui o mesmo apostolado, estabelecendo essa mesma base constitucional da tradição étnica e histórica, em um período de demolição e renovamento, para que não se destruísse nas artes criadoras a essência da nacionalidade.¹²⁶

Para o engenheiro, sua campanha artística teria sido iniciada desde o artigo sobre o Museu Sertório (1892), que foi seguido do discurso “Culto à Tradição” (1911) e das conferências a “A Arte Tradicional no Brasil” (1914/ 1916). A esses trabalhos podem ser acrescentados os artigos “Arquitetura Velha” (1916), “Da Arquitetura Colonial no Brasil: arqueologia e arte” (1922); a entrevista “Arte Colonial III” (1926), além do artigo “A casa da faculdade de direito de São Paulo 1634-1937” (1938). Ao lado dessa produção teórica, Severo destacava como “ensaios” de uma nova orientação arquitetônica, um conjunto de obras de arquitetura que logo encampou pessoalmente, como o Palacete Numa

de Oliveira (1916), a Casa Lusa(1920-24), os edifícios do Banco Português, da Portuguesa Beneficente de Santos e Campinas (1926), a restauração da Igreja da ordem terceira do Carmo e por último, o projeto para o Congresso do Estado de São Paulo (1929). A esses projetos reuniu-se, com base na bibliografia específica e na análise dos projetos, a Casa do Porto (1900), a Casa Julio de Mesquita (contemporânea a Numa de Oliveira), a Casa Praiana (1921), o Pavilhão das Indústrias de Portugal (1922-23), a Casa José Moreira (1926), a Sociedade de Cultura Artística (1926), a Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1932) e a Casa Rui Nogueira (1939-40). Se esta listagem revela que a campanha de Severo em prol da arte tradicional no Brasil se concentrou principalmente nas décadas de 1910 e 1920, o discurso e a atuação do engenheiro extrapolam não só os limites temporais como também os espaciais normalmente definidos pela bibliografia especializada sobre o *neocolonial*, tornando fundamental o estudo das relações entre as campanhas tradicionais lideradas por Severo no Porto e em São Paulo, tema que será abordado nos próximos capítulos. Por hora, nossa intenção é introduzir em linhas gerais o sentido desta campanha em sua vida e a maneira como repercutiu no seu ambiente imediato e brasileiro.

O discurso “Culto à Tradição”, mencionado anteriormente, não trata especificamente de arquitetura, mas já aponta uma preocupação em Severo com relação à destruição das construções do passado colonial, como ameaça de desagregação do laço tradicional. O primeiro texto no qual o engenheiro se dedicou especialmente a louvar as tradições arquitetônicas do país foi mesmo o da conferência “A Arte Tradicional no Brasil: a casa e o templo”, na qual o engenheiro propunha inventariar os “fundamentos” dessa arte tradicional, buscando identificar e descrever os seus “tipos arquitetônicos” originais e indicar o caminho presente e futuro para a constituição de uma nacionalidade artística.¹²⁷

A conferência teve enorme repercussão, gerando duras polêmicas na imprensa, como a protagonizada por Monteiro Lobato e Christiano Stockler das Neves n'0 *Estado de S. Paulo* entre 1917 e 1918.¹²⁸ Ademais, esta conferência como a seguinte, mostrou-se uma referência importante para muitos intelectuais do período como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Paulo Santos,¹²⁹ reverberando a mesma preocupação com o problema da retomada da tradição para fundação de uma arte e arquitetura nacional presente nos escritos de Alceu Amoroso Lima, Alexandre Albuquerque, José Wash Rodrigues, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, José Mariano Filho e Lucio Costa.¹³⁰ A maneira como as lições de Severo foram

assimiladas, reformuladas ou confrontadas por outras concepções artísticas e nacionais que definiam o discurso de cada um desses intelectuais, arquitetos, artistas e engenheiros merece ainda uma investigação mais profunda.

A segunda conferência da campanha, também intitulada "A Arte Tradicional no Brasil", foi proferida no Grémio Politécnico de São Paulo, em 31 de março de 1916. Nesta conferência - publicada pela *Revista do Brasil* em 1917 - Severo se propunha a estudar o passado e a evolução da "Arquitetura Brasileira" - do momento inicial do descobrimento até aquela data presente - segundo um "critério arqueológico", ou seja, buscando as "origens", os "fundamentos", as "matrizes" dessa arquitetura. Articulando, como na conferência de 1914, as idéias de "arte", "tradição" e "nação", Severo defendia a tese de que as origens da arquitetura brasileira remontavam a Portugal e que a retomada de uma arquitetura de caráter próprio, nacional, só se daria com o "renascimento" da tradição arquitetônica do período colonial.

Do mesmo 31 de março de 1916, é também o artigo "Arquitetura Velha", publicado na revista de variedades *A Cigarra*, editada em São Paulo entre 1914 e 1930.¹³¹ Neste artigo, marcadamente auto-referenciado, o engenheiro se propunha a historiar o movimento tradicionalista lançado por ele no Brasil. Definindo-se como um pregador do tradicionalismo desde Portugal, Severo defendia a retomada da tradição arquitetônica do período colonial, tão radicalmente abandonada a partir da República em nome de uma pretensa e ilusória independência em relação à antiga metrópole. Se os modelos americanos ou europeus eram, a seus olhos, heterogêneos e, mais do que isso, inadaptáveis às condições mesológicas e raciais do país, a arquitetura do período colonial português, da qual um dos únicos remanescentes era a velha Casa de Cotia, era a expressão máxima da arquitetura tradicional a um só tempo adaptada ao fundo étnico da nação, ao seu meio e à sua história.¹³² A Casa de Cotia, pertencente ao Padre Inácio, havia sido visitada no ano anterior pelo prefeito (1913-1919), futuro governador de São Paulo (1920-1926) e presidente da República (1926-1930) Washington Luiz Pereira de Souza (1870 - 1970) e Victor Dubugras, em uma de suas excursões à procura dos remanescentes da arquitetura colonial, ou bandeirista, em São Paulo¹³³ e ilustrava este artigo como a conferência de 1916.

Antes que sua pregação teórica tivesse continuidade, Severo teve oportunidade de colocar em prática as suas idéias. Em 1916, projetou e construiu um palacete na avenida Paulista para o banqueiro Numa de Oliveira, seu aliado em outras

iniciativas culturais de cunho nacionalista, como as exposições organizadas na década de 1910 no Liceu de Artes e Ofícios, além daquele realizado para o jornalista Júlio de Mesquita. Segundo Maria Cecília Naclério Homem, a esposa do banqueiro D. Amélia foi das primeiras pessoas em São Paulo a se interessar pela preservação da arquitetura tradicional paulistana, tirando uma série de fotos dos sobrados remanescentes da arquitetura de taipa do centro da cidade nos anos 1930. Este interesse pode ter contribuído para que o casal encomendasse o projeto de sua residência a Ricardo Severo.¹³⁴

Na historiografia, o palacete é em geral apresentado como o primeiro, senão o mais famoso exemplar *neocolonial* de arquitetura residencial unifamiliar em São Paulo. Na verdade, a “primazia arquitetônica neocolonial” na cidade caberia a outro arquiteto, Victor Dubugras, pelo menos é o que afirma Nestor Goulart Reis Filho, apoiando-se na hipótese levantada anteriormente por Flávio Motta. Para esse autores, as primeiras obras do arquiteto Dubugras, “reconhecidas por suas características neocoloniais”, seriam as residências de Névio Barbosa em São Paulo (1914), a de Luiz Franco do Amaral (1915), e de Miguel Presgrave (1915), entre outras construídas em São Paulo e em Santos no mesmo período.¹³⁵ Sem entrar no mérito da questão, o fato é que, já em meados da década de 1910, as pretensões teóricas de Severo haviam encontrado campo aberto em São Paulo para a sua experimentação arquitetônica, e que, de certo modo, a elas poderiam ser vinculados a outros profissionais, como atestam as viagens patrocinadas por Washington Luiz no interior de São Paulo, que foram acompanhadas por Dubugras e a atuação deste como de outros engenheiros, artistas e intelectuais do período.

Ainda em 1916, Alceu Amoroso Lima publicou na *Revista do Brasil*, o artigo “Pelo passado nacional”, no qual defendia o passado arquitetônico de Minas e de São Paulo, tão preocupantemente ameaçado. Alguns anos mais tarde, antes que Severo retomasse os seus textos de campanha, também Mário de Andrade publicou no mesmo periódico o seu ensaio sobre a arte religiosa no Brasil (1919-1920), em que se apoiava nas idéias de Severo para propor uma linha evolutiva da arquitetura do período colonial. A diferença é que, para o engenheiro, a influência portuguesa era determinante, enquanto Mário de Andrade já apontava a contribuição decisiva do “mulato” na constituição de nossa arquitetura nacional, tomando como seus exemplos maiores as obras de Aleijadinho e Mestre Valentim.¹³⁶

Foi neste clima de entusiasmo com o passado arquitetônico colonial que no final da década de 1910 Severo patrocinou as viagens de estudos do pintor,

desenhista e ceramista paulistano, pensionista do Governo do Estado de São Paulo em Paris entre 1910 e 1914, José Wash Rodrigues e do italiano, desenhista, aquarelista, pintor e professor do Liceu de Artes e Ofícios Alfredo Norfini pelo Brasil afora,¹³⁷ ao que parece, com o intuito de recolher subsídios tanto para seus projetos tradicionais, quanto para a divulgar da arquitetura colonial no Brasil. O engenheiro pretendia reunir suas conferências e estudos sobre o tema em uma única obra, para a qual vinha “colhendo a documentação que fornece o Brasil de norte a sul, da qual ressurgirá essa Arte Colonial’, de caracteres manifestamente luso-brasileiros.”¹³⁸ A grande obra a que o engenheiro se dedicava provavelmente com a ajuda de Wash Rodrigues nunca chegou a ser publicada. Segundo Luis Saia, os desenhos do pintor paulistano ficaram por um longo tempo com Severo, tendo voltado para as mãos de Wash Rodrigues somente após a morte do engenheiro, quando então ele pôde reuni-los no livro de sua autoria *Documentário Arquitetônico*.¹³⁹ Na introdução do livro, Wash Rodrigues não faz nenhuma referência a Ricardo Severo e seu patrocínio, afirmando apenas que “trabalhos para uma publicação semelhante foram colecionados a seguir às primeiras viagens que fizemos a Iguape e Minas Gerais em 1918, a conselho de Otto Weiszfölg, seu orientador, a cuja memória prestamos aqui nossa homenagem. Circunstâncias, porém alheias à nossa vontade, impediram que tal publicação se realizasse”. Talvez o pintor se referisse indiretamente a Ricardo Severo.

O atraso na publicação de seus textos e desenhos sobre a arquitetura do período colonial, serviram para que Wash Rodrigues procedesse a uma revisão do movimento ao qual a princípio se engajara. No texto introdutório de seu documentário a crítica ao “neo-colonial” é patente, assim como a aproximação com a visada modernista. Para o pintor, se seus estudos tivessem sido publicados à época, talvez pudessem ter servido para

corrigir num melhor sentido o neo-colonial, fornecendo sugestões e detalhes autênticos, no que seria útil, ou então - o mais provável - contribuído para agravar o seu aspecto já viciado - salvo raras exceções - pelo predomínio de uma fantasia de mau gosto e pelos enxertos do “Mexicano” e do “Missões”, pois uma obra nacional, para ser inteiramente útil a essa finalidade, deveria ter aparecido há mais de vinte anos, momento do surto sentimental pela casa brasileira antiga, momento em que outros países americanos iniciaram publicações

regionalistas sob mesmo influxo.

Esmorecida hoje a exaltação pelo neo-colonial, esta obra despertará, por certo, interesse bem mais elevado que o de simples portadora de sugestões para cópias (sem que tal hipótese seja desprezível), pois que agora, com muito mais serenidade e elevação, nos interessamos por todo e qualquer assunto brasileiro.¹⁴⁰

Nos anos de 1920, Severo construiu duas casas para sua família, seguindo os preceitos da arquitetura tradicional por ele propalados. A primeira em São Paulo, no bairro da Liberdade, à rua Taguá, conhecida como Casa Lusa, e a segunda à beira mar, na praia de Pitangueiras, no Guarujá, conhecida como Casa Praiana, ambas já demolidas. Segundo Elisa Severo de Oliveira Germano, esta última era bastante frequentada pela família, tendo o engenheiro a pretensão de transferir-se definitivamente para lá.

Ao mesmo tempo em que acompanhava uma tendência de afirmação da identidade e independência das nações latino-americanas, também aqui ela coincidia com a aproximação das comemorações do centenário da Independência em relação a Portugal. Em São Paulo, tornou-se emblemática a construção por Victor Dubugras, sob o patrocínio de Washington Luiz, das obras que seriam consideradas a consagração paulistana do *neocolonial*: a Ladeira da Memória (1919) e os Pousos e Monumentos da Serra de Paranapiacaba (1921-1922). É bem verdade que os eventos comemorativos do centenário da independência no Brasil, como em outros países da América Latina, tomaram o *neocolonial* como a arquitetura oficial da nação. O próprio Severo também participou ativamente dessas comemorações e, além de publicar uma nova versão de suas idéias no sete de setembro d'0 *Estado*, acompanhou as obras do Pavilhão das Indústrias de Portugal da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, realizada entre 1922 e 1923 para honrar os antigos colonizados em sua festa de Independência. É provável que o convite para acompanhar as obras do pavilhão tenha partido de Duarte Leite, cônsul de Portugal no Brasil e amigo do engenheiro, cujo filho Raphael Falcão Leite se casara com uma das filhas mais novas de Ricardo, Maria Dumont Severo. Construído em estrutura metálica,¹⁴¹ o pavilhão foi reconstruído dez anos depois no Parque Eduardo VII em Lisboa, abrigo atualmente o Pavilhão Carlos Lopes.¹⁴²

Se o acompanhamento das obras do pavilhão português atesta a importância de

Severo no interior da colônia portuguesa, para a qual projetou outros edifícios na década de 1920, o artigo "Da Arquitetura Colonial no Brasil: arqueologia e arte", publicado no dia 7 de setembro em 1922 por encomenda d'O *Estado de S. Paulo*, confirmaria a sua posição proeminente entre os mais importantes defensores das artes nacionais no Brasil. Neste artigo, diferentemente das conferências anteriores sobre arquitetura tradicional, o tom era ainda mais panfletário.

As comemorações do centenário da Independência, a Semana de Arte Moderna de 1922, bem como o inquérito "Arquitetura Colonial" promovido pelo O *Estado de S. Paulo* em 1926 indicam a hegemonia da arquitetura *neocolonial* nesse momento. Contudo, esta hegemonia não significava uma homogeneidade de leituras e proposições acerca do passado-futuro de nossa arquitetura, nem a inexistência de oposições ao movimento. O inquérito organizado "por Fernando de Azevedo, sob influência de Severo e Mariano" n'O *Estado* surgiu em razão da "acalorada discussão entre arquitetos e artistas"¹⁴³ gerada pelo aumento do prestígio e divulgação do *neocolonial*, ao mesmo tempo em que pretendia rebater as críticas feitas ao movimento, esclarecer e divulgar os seus princípios, de modo a "assentar as bases de renovação da arquitetura, dentro do espírito tradicionalista e de defesa de nossas velhas casas e igrejas de valor artístico ou de tradições históricas".¹⁴⁴ Dele, participaram os principais expoentes desse "movimento de renascença tradicionalista" ou "campanha de arte tradicional", além de Ricardo Severo, apresentado como o pioneiro do tradicionalismo na arquitetura, José Wash Rodrigues, Alexandre de Albuquerque, engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, envolvido ao mesmo tempo com a reconstrução da catedral da Sé em estilo gótico - defendido pelo engenheiro pelo caráter monumental da obra incompatível com a arquitetura colonial - e com as "excursões científicas para o estudo e levantamento de plantas dos tempos das casas coloniais"; José Mariano Filho, médico de formação, professor e diretor da Escola Nacional de Belas Artes, membro fundador do Instituto Central de Arquitetos do Rio de Janeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, patrocinador de viagens similares de levantamento do patrimônio colonial mineiro e, segundo o texto de apresentação d'O *Estado*: "uma das pessoas mais firmes e sensatas da campanha em prol da renascença da arquitetura colonial" e Adolpho Pinto Filho. O inquérito era composto também por quatro artigos não assinados. Nos dois artigos de abertura do inquérito, apresentavam-se os princípios centrais do movimento tradicionalista na arquitetura, a retomada

histórica da arquitetura brasileira, sua inspiradora tradição construída desde o período colonial. Nos dois artigos que fechavam a enquete, apresentava-se uma espécie de balanço geral das idéias, propostas e pontos em comum entre todos os participantes. Embora os artigos não sejam assinados, a proximidade de Severo com os editores e diretores do jornal, a forma de escrever, o vocabulário e a argumentação dos textos em questão, especialmente dos dois primeiros, nos levam a supor que estes tenham sido escritos pelo próprio engenheiro português ou por alguém bastante próximo e adepto de suas idéias.¹⁴⁵

Retomando os temas e objetivos centrais do debate, percebe-se que entre eles e a editoria do jornal havia um consenso geral em identificar a existência de um “movimento” nacionalista e de fundo tradicional, que se definia pela valorização da arquitetura do período colonial e pelo firme propósito de fundar uma nova arquitetura tradicional, brasileira, que recuperasse o passado não de forma passiva, mas adaptando-o aos novos tempos, às novas necessidades sociais, higiênicas, morais e construtivas. Esses mesmos integrantes preocupavam-se com o desconhecimento generalizado da arquitetura do período colonial, o que facilitaria a assimilação de elementos estranhos à arquitetura tradicional do país, gerando o desvirtuamento do “movimento”. Por esse motivo propunham o aprofundamento e a divulgação de estudos sérios sobre essa arquitetura do passado. Uma outra proposta aparentemente consensual era a criação de programas de defesa e preservação do patrimônio artístico nacional, com a criação de uma comissão técnica, formada por engenheiros e arquitetos de notório saber, com plenos poderes para impedir e embargar demolições e restaurações mal feitas. Além das viagens de estudo e das propostas de preservação, os participantes do inquérito defendiam a adoção da arquitetura tradicional em edifícios públicos - academias, escolas, bibliotecas e secretarias do Estado - e o incentivo por meio de prêmios e isenção de impostos à adoção dessa arquitetura pela clientela privada. Essa medidas e incentivos revelam o clima de campanha que cercava a afirmação desse “movimento tradicionalista”. Se estes pontos em comum podem ser levantados, o exame detalhado dos artigos aponta para divergências importantes, sobretudo, com relação ao que era considerado arquitetura colonial e, portanto, sobre aquilo que deveria ou não ser recuperado e preservado.

Em sua entrevista, Severo também busca definir os pressupostos de sua “campanha”, apontando mais uma vez a relação entre ela e o “velho programa de tradicionalismo” iniciado por ele no Porto com a revista *Portugália*. A idéia

central, lembrava o engenheiro português, era a de que apenas através do revivescimento da tradição, entendida como “alma da nacionalidade”, seria possível “marcar no futuro um lugar de próprio domínio, independente de outros povos”, tanto do ponto de vista político quanto artístico. Os mesmos princípios nacionalistas que o guiavam desde o início dos anos 1910 e que, de certa forma, definiriam o “movimento tradicionalista” na arquitetura desse período estavam, portanto, presentes neste inquérito. A entrevista é o último texto de Severo dedicado especificamente à campanha, os subsequentes estando sempre vinculados à descrição dos projetos que ele realizaria nos anos seguintes sob a mesma orientação.

Ainda em 1926, Severo projetou quatro edifícios tradicionais de grande porte: a Beneficência Portuguesa de Campinas, a Beneficência Portuguesa de Santos, que ilustra a entrevista *Arquitetura Colonial III - a Casa José Moreira* - edifício comercial na avenida São João n. 127, esquina com o atual Vale do Anhangabaú que, em 1927, tornou-se sede do Clube Português de São Paulo e da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo - e a sede da Sociedade de Cultura Artística de São Paulo. Os três primeiros projetos foram construídos e os edifícios ainda existem apesar de terem sofrido diversas reformas. O último não saiu do projeto.

No final da década de 1920, o engenheiro ganhou, com o codinome Andradas, o segundo lugar para o concurso do Palácio do Congresso promovido pela Secretaria de Viação e Obras Públicas de São Paulo. Nesta ocasião escreveu uma espécie de memorial descritivo que justifica a adoção da arquitetura tradicional no projeto e revela mais uma vez a preocupação concomitante com revivescência da arquitetura tradicional e a adequação aos novos tempos. Após uma descrição sucinta do projeto, do qual são destacados como elementos tradicionais a ornamentação inspirada no barroco português do período D. João V e o pátio central típico do “plano mosteiral de claustro”, que teria inspirado outros edifícios laicos em Portugal e que por isso era retomado aqui, Severo afirmava:

Apenas se acrescenta que, dentro desta vestimenta arqueológica, foram admitidos os dados da modernidade, sob o ponto de vista dos preceitos especiais da higiene das posturas municipais, dos cálculos e emprego dos materiais e processos de construção, dos recursos das modernas artes e indústrias, e das mais recentes aplicações elétricas e mecânicas.¹⁴⁶

Dos projetos tradicionais que desenvolveu entre os anos 1910 e 1930, Severo tinha especial predileção pelo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.¹⁴⁷ Neste caso, o processo de trabalho e concepção final do edifício foram descritas no artigo “Reminiscências - A casa da faculdade de direito de São Paulo 1634-1937”¹⁴⁸ publicado um ano após a inauguração do novo edifício. Organizado em cinco partes - Nótulas históricas, Arquitetura primitiva, Materiais e processos de construção, Reformas e ampliações e O novo edifício - o artigo refazia a história da faculdade e de seu edifício sede, apoiando-se em documentos de época¹⁴⁹ e levantamentos realizados durante a demolição do antigo edifício do convento de São Francisco, além de justificar o partido adotado para o novo edifício. Após a reconstituição histórica, o engenheiro considerava que a partir da reforma de 1896 - quando foi aberto um átrio central junto ao largo de São Francisco para garantir acesso independente à faculdade e realizada uma adaptação da fachada ao “estilo renascença”, com a retirada do beiral, equalização das aberturas, feitura de platibanda e “revestimento da fachada com uma composição estilizada sobre o clássico Vignola” - o antigo convento teria perdido por completo o seu cunho tradicional. Ademais, o projeto de reformulação do antigo edifício da faculdade, encomendado a Severo *ô* Villares pelo reitor Dr. J. de Alcântara Machado de Oliveira, tinha como objetivo central a ampliação de suas instalações, em virtude do crescimento extraordinário das matrículas e do projeto de desenvolvimento de modernização do ensino ministrado. Foi a partir dessas considerações sobre a história do edifício e as novas necessidades de funcionamento da instituição, que o engenheiro, em conjunto com a diretoria da faculdade, optou pela demolição do antigo edifício, preservando apenas o pátio das arcadas, nas palavras do engenheiro, “o quadrante axial da habitação monástica, o centro tradicional da I^a Academia de Direito, e que constituirá também o núcleo em torno do qual vai desenvolver-se o plano arquitetural do novo edifício”. O novo edifício foi construído segundo a orientação tradicionalista, remetendo-se à “arquitetura luso-brasileira dos fins do século XVIII e raiz da Independência” sem contrastar com “com o avanço progresso da modernidade paulista”, conservando nos detalhes da fachada a antiga tradição arquitetural dos tempos da colônia e na disposição e organização interna do edifício os preceitos modernos de ensino e do viver na metrópole.

O artigo foi a última manifestação por escrito sobre a arte tradicional. O derradeiro projeto que seguiu esta orientação foi a Casa Rui Nogueira de 1939. Apenas um ano depois, Severo falecia na casa em que projetou para a família na rua Taguá.



1. Ricardo Severo no colo de seu pai, José Antônio da Fonseca e Costa.



2. Mariana Cruz da Fonseca Costa, mãe de Ricardo Severo.



3. Ricardo e Francisca Severo no Porto em junho de 1905



PORTUGÁLIA

5. Logotipo da revista Portugália.



4. Desenho do "Prospecto" do primeiro número da Portugália, assinado por Ricardo Severo.

6. Torques de ouro encontrado por Severo em Lebução na região de Trás-os-Montes em Portugal.



7. Logotipo da Revista Portuguesa editada por Severo.
8. Caricatura de Severo em 1922 em meio aos símbolos de sua campanha de arte tradicional.

REVISTA PORTUGUESA



SÃO PAULO

Tomo I

MCMXXV

Fascículo 3.º





9. Beneficência Portuguesa de Campinas.



10. Beneficência Portuguesa de Santos.



11. Casa José Moreira no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.



12. Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

13. Pavilhão das Indústrias de Portugal na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil no Rio de Janeiro.



14. Pavilhão Carlos Lopes.

* * *

Notas

¹ Carlos Malheiro, conterrâneo de Severo, assim o descreve: “Comerciante na África Ocidental, o pai do dr. Ricardo Severo, oriundo duma aldeola minhota do Vale do Ave, como um verdadeiro bandeirante, da mesma família dos bandeirantes paulistas, dilatou a sua influência pelo âmbito vastíssimo do sertão: foi o fornecedor das caravanas e das expedições, um difundidor e precursor de civilização, repetindo nos planaltos do continente africano a missão que outros portugueses de igual estatura e da mesma estirpe racial, executaram nas selvas brasileiras”. Carlos Malheiro Dias, *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932, p. 8. Na descrição de Malheiro as colônias africanas representavam para os portugueses do terceiro império a esperança de um novo Brasil e, portanto, de um novo momento de glória e riqueza imperial. Sobre o terceiro império português ver Ornar Ribeiro Thomaz, *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fapesp, 2002.

² Eric Hobsbawm, *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³ Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 147-87.

⁴ Ornar Ribeiro Thomaz, op. cit., p. 38.

⁵ Idem, ibidem, pp. 30-80.

⁶ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, pp. 12-9.

⁷ Os principais produtos para exportação em Portugal nesse período eram vinho, cortiça, madeira, gado e pirita, destinados, sobretudo, ao mercado inglês. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 15.

⁸ Idem, op. cit., p. 19.

⁹ Fernando Catroga, op. cit., pp. 12-9.

¹⁰ Rui Ramos, A nação intelectual. In: RAMOS, Rui. *A segunda fundação (1890-1926)*. MATTOSO, José (Org.). História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 43-67.

¹¹ Sobre o programa político do movimento republicano português ver Fernando Catroga, op. cit, especialmente o segundo capítulo, pp. 61-93.

¹² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1945, pp. 618-19.

¹³ Estes republicanos filiados à corrente federalista do movimento, fazem parte provavelmente do grupo ideológico com o qual Severo se engajou, uma vez que alguns dos republicanos citados pelo engenheiro em suas biografias ou escritos políticos, como Basílio Teles e João Barreira, ligavam-se a

esta corrente, e outros, como Teófilo Braga, colaboravam com a revista *Portugália*, editada por Severo. Ver Teófilo Braga, Sobre as estampas ou gravuras dos livros populares portugueses, *Portugália*. Porto, 1901, tomo I, fase. 3, pp. 497-512.

¹⁴ Fernando Catroga, op. cit., p. 45.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 198.

¹⁶ Sobre o período ver Rui Ramos, op. cit., 1994.

¹⁷ Idem, A invenção de Portugal. In: op. cit., pp. 565-95.

¹⁸ Maria de Lurdes Rodrigues, *Os Engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*. Oeiras: Celta Editora, 1999, p. 66.

¹⁹ Manuela Martins, Martins Sarmiento e a arqueologia. *Revista Guimarães*. Guimarães, 1995, n. 105, pp. 127-38. Ver artigo no site Casa Sarmiento, http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RGI05_08.pdf.

²⁰ Ricardo Severo, Figuras da colônia. *Revista Portugal*, 1930, tomo I, fase. I, pp. 58- 62; Ricardo Severo, Discurso de Ricardo Severo. In: DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Melhoramentos, 1932, pp. 39-46; Ricardo Severo, Recordando - oração pronunciada no Centro Republicano Português de São Paulo, em 31 de janeiro de 1937. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1937, tomo I, fase. 5, pp. 372-5.

²¹ O livro traduzido por Severo foi resenhado por Fonseca Cardoso na sessão Bibliografia do primeiro volume da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 139-43 e pp. 182-4.

²² Sobre Carlos Ribeiro e sua contribuição para a arqueologia portuguesa ver a biografia escrita por Vanda Leitão no site do Instituto Camões, <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/p38.html> e Ricardo Severo, Carlos Ribeiro. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1897/98, v. V, fase. 20, pp. 153-87.

²³ Ricardo Severo, Origens da Nacionalidade Portuguesa. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. 2, p. 100.

²⁴ Ricardo Severo, A estação arqueológica de d'A Ivarelhos. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 2, p. 426.

²⁵ A estação de Citânia foi visitada pelos participantes do IX Congresso de Antropologia e Arqueologia de Lisboa em 1880. Essa visita rendeu a maior divulgação de suas descobertas e teses tanto em Portugal quanto na Europa, uma vez que havia também a participação de cientistas de outros países, entre eles Émile Cartailhac, cujo livro seria traduzido por Ricardo Severo em 1888. Ver Manuela Martins, op. cit, p. 4.

²⁶ A revista era editada pela Sociedade Martins Sarmiento, criada em 1881, em homenagem ao arqueólogo Francisco Martins Sarmiento. Seu primeiro número foi publicado em 1884. O artigo de Severo e Fonseca Cardoso, intitulado "Notícia arqueológica sobre o Monte da Cividade", foi publicado em 1886, seguido do comentário de Martins Sarmiento, confirmando as semelhanças entre aquelas estações arqueológicas. Ricardo Severo e Fonseca Cardoso, "Notícia arqueológica sobre o Monte da

Cidade”. *Revista Guimarães*, Guimarães, 1886.

²⁷Manuela Martins, op. cit., p. 7.

²⁸ Sobre os objetivos gerais da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* ver Bazílio Telles, Introdução. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, fase. 1, pp. 1-5 e Rocha Peixoto, Publicações periódicas. *Portugália*. Porto, tomo I, fase. 1, 1899, p. 176.

²⁹Fernando Catroga, op. cit., p. 25.

³⁰Ricardo Severo, Primeiros vestígios do período neolítico na província de Angola. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 152-61.

³¹Idem, op. cit., 1897/98, pp. 153-87.

³²Rocha Peixoto, op. cit., 1899.

³³Idem, op. cit., 1899.

³⁴João Barreira, um dos membros fundadores da Sociedade Carlos Ribeiro, afirma que a *Portugália* contava apenas com 120 assinantes apesar de seu sucesso no meio científico, tendo sido inteiramente custeada por Ricardo Severo. João Barreira, Ricardo Severo. *Seara Nova*. Lisboa, 20/04/1940, pp. 87-8.

³⁵A *Portugália* foi digitalizada pela Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Ver site: <http://bnd.bn.pt/od/j-1474-b/ficha.html>.

³⁶Ricardo Severo, Prospecto e Programa Geral. *Portugália*. Porto, tomo I, fase. 1, 1899, p. VII. Publicado em 1899, o artigo está datado e assinado por Ricardo Severo da seguinte maneira: Porto, 1 de setembro de 1898.

³⁷Idem, op. cit., 1899, p. VI.

³⁸A antropologia de Fonseca Cardoso não se assemelha à "ciência antropológica tal como a entendemos na definição acadêmica atual, (a antropologia social e cultural, na herança do trabalho de campo de Malinowski), mas de uma antropologia aproximada à concepção de ‘antropologia física’, e à qual associamos o rótulo de ‘racista’ [ou seja, uma antropologia] inspirada na tradição experimental e laboratorial das ciências físicas e naturais, [que] impunha-se classificar as raças humanas do globo - nomeadamente as ‘exóticas’ e ‘selvagens’ como aquelas [das colônias portuguesas que Fonseca Cardoso conhecia em suas campanhas militares] - e fazer a sua genealogia. A base residia no estudo anatômico do corpo humano (de ossos, de crânios ou corpos vivos), na multiplicação de observações laboratoriais controladas, socorrida de técnicas complexas de medida (a antropometria) que exigiam o apoio de diversa instrumentação material. Era, pois, uma característica ciência laboratorial moderna”. Ricardo Roque, Poder e ação, coisas e sujeitos na prática científica: um caso da antropologia colonial do século XIX. http://www.asp.pt/ivcong_actas/Actal09.pdf.

³⁹Ricardo Severo, As Necrópoles Dolmênicas de Traz-os-Montes. *Portugália*. Porto, 1903, tomo I, fase. 4, pp. 687-90;

⁴⁰Idem, Tesouro de Lebução (Traz-os-Montes). *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 1-14;

Os Braceletes cTouro de Arnozella. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 63-71; Os Torques de Almoester. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 72-4; Novas Descobertas de Ourivesaria Proto-Histórica. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 109-10; As arrecadas d'ouro do castro de Lanudos. *Portugália*. Porto, 1907, tomo II, fase. 3, pp. 403-12.

⁴¹ Idem, op. cit., 1907, p. 412.

⁴² Fernando Catroga, op. cit, p. 195.

⁴³ Idem, ibidem, p. 195.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 197.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 197.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 198.

⁴⁷ Sobre a revolta de 1891 do Porto ver Fernando Catroga, op. cit., pp. 113-35.

⁴⁸ Sobre o ultimato britânico de 1891 ver Eulália Maria Lahmeyer Lobo, op. cit., p. 17. e Ornar Ribeiro Thomaz. op. cit, especialmente a introdução e o primeiro capítulo.

⁴⁹ Basílio Teles conta a história da revolta do Porto no livro *Do Ultimatum ao 31 de janeiro*. Lisboa, 1968 apud Fernando Catroga, op. cit, p. 115.

⁵⁰ Ricardo Severo, Origens da nacionalidade portuguesa. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1937, tomo I, fase. 5, p. 336.

⁵¹ Idem, *A pátria republicana*. São Paulo: Julio Costa ôc C., 1921, p. 8.

⁵² Idem, op. cit., 1921 p. 6

⁵³ Idem, *A republica lusitânica*. Rio de Janeiro: Brasil Editora, 1923, p. 10.

⁵⁴ A conferência “Origens da nacionalidade portuguesa” foi considerado pelo Governo da República Portuguesa, em 1923, uma obra de utilidade pública, tendo sido editada no ano seguinte pela Universidade de Coimbra para ser distribuída pelas escolas de Portugal. Idem, Origens da nacionalidade portuguesa. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930, fase. 1, p. 1.

⁵⁵ Idem, op. cit, 1923, p. 23.

⁵⁶ Sobre imigração portuguesa ver Eulália Maria Lahmeyer Lobo, op. cit., 2001 e revista *Oceanos*. Lisboa, outubro-dezembro, 2000, n. 44.

⁵⁷ Ana Sílvia Volpi Scott, Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930. *Oceanos*. Lisboa, out-dez, 2000, n. 44, p. 127.

⁵⁸ Robert Rowald em seu artigo Portugueses no Brasil independente: processos e representações. *Oceanos*. Lisboa, out-dez, 2000, n. 44, pp. 8-21, mostra como é difícil classificar ou separar de modo estanque portugueses e brasileiros do período colonial a independência.

⁵⁹ Ana Sílvia Volpi Scott, op. cit. , p. 138.

⁶⁰ Eulália Maria Lahmeyer Lobo, op. cit., p. 34.

⁶¹ Renato Pinto Venâncio, A imigração portuguesa, 1822-1930, *Oceanos*. Lisboa, out-dez, 2000, n. 44, p. 63.

⁶²Eulália Maria Lahmeyer Lobo, op. cit., p. 15.

⁶³Ana Silvia Volpi Scott, op. cit., p. 137.

⁶⁴ Segundo informações de seu espólio patrimonial, ao final de sua vida Severo era proprietário de ações no ramo de comércio e serviços: por ordem decrescente de importância, na Companhia Iniciadora Predial, na Companhia de Concreto Centrifugado Hume, na Companhia de Seguros Gerais do Brasil, na Companhia Cerâmica Vila Prudente e na Empresa Brasileira de Águas. Além destes negócios e da sociedade com Ramos de Azevedo no Escritório Técnico, no ramo financeiro, Severo possuía ações no Banco Português do Brasil; no ramo imobiliário possuía cotas de ações - a maior dentre as já citadas - da Sociedade Imobiliária Jaguaré Ltd. É bem provável que seu sócio nesta última empresa fosse outro português, chamado Antonio Almeida Braga, com quem Severo possuía negócios imobiliários. O engenheiro também era proprietário de metade de uma gleba na Fazenda Aricanduva em São Paulo com 483.718,54 m²; de residências da família na capital e no Guarujá, além de um terreno à rua Santo Amaro também no Guarujá com 1650 m². As informações sobre o patrimônio de Severo foram colhidas em entrevistas com a filha mais nova de Severo, Elisa Germano Severo, e no documento "Inventário e partilhas do espólio do dr. Ricardo Severo da Fonseca e Costa 1940-41", cedido pelo neto de Ricardo Severo, Luis Roberto Severo Lebeis.

⁶⁵ Segundo levantamento bibliográfico em anexo, realizado ao longo da pesquisa, foram cerca de cinquenta conferências pronunciadas nessas agremiações portuguesas sobre temas que interessavam diretamente à colônia.

⁶⁶ A autoria do Pavilhão das Indústrias de Portugal é controversa. Assumida por Severo no *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro -1 de set. de 1822 a 7 set. 1922 - 7 set 1923*. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, Almanack Laemmert, 1923. pp. 312-4, a autoria do edifício é atribuída por José Manuel Fernandes, *Português suave: arquiteturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR, 2003 e Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, aos irmãos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade. Segundo informações do historiador Carlos Kessel à autora, Ricardo Severo só teria acompanhado as obras de implantação e montagem do pavilhão no Rio de Janeiro, uma vez que este teria sido inteiramente pré-fabricado em Portugal, não sendo possível afirmar se o engenheiro português realizou, ou não, modificações no projeto dos irmãos Rebelo de Andrade.

⁶⁷ Carlos Malheiro Dias, op. cit., 1932.

⁶⁸ Ricardo Severo, A Casa Portuguesa em São Paulo. *Portugal*. Rio de Janeiro, 1925, n. 43, pp. XIX-XX.

⁶⁹ Idem, op. cit., pp. XIX-XX

⁷⁰ Programa Geral. *Revista Portuguesa*, tomo I, fase. 1, 1930, p. II.

⁷¹ Além do programa da revista acima citado, ver também Ricardo Severo, Um prefácio para a Revista Portuguesa. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. 1, pp. III-VII.

⁷² Composta das seguintes conferências, discursos e artigos de jornal: As relações luso-brasileiras (1916); A missão dos portugueses. *O Estado de s. Paulo*. São Paulo, 5/12/1918. p. 3; Relações Luso-Brasileiras (1919), conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo; Portugal-Brasil (1920), conferência pronunciada no Automóvel Club em Homenagem à Colônia; Imigração portuguesa no Brasil (1925), conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, Um prefácio para a ‘Revista Portuguesa. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. 1, pp. III-VIII. e Um ‘Tombo⁵ Luso-Brasileiro (1937), conferência pronunciada no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Infelizmente só foram localizados o artigo “A missão dos portugueses no Brasil”, o prefácio escrito para a abertura da *Revista Portuguesa* e a conferência Um Tombo Luso-Brasileiro.

⁷³ Ricardo Severo, op. cit. , 5/out/1918. p. 3.

⁷⁴ Idem, op. cit., 1930, p. IV

⁷⁵ Idem, ibidem, p. VI.

⁷⁶ Entre os autores que defendem esta hipótese estão Ana Maria do Carmo Rossi Gonçalves, *A Obra de Ricardo Severo*. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1977; Carlos A. C Lemos, *Ramos de Azevedo eseu escritório*. São Paulo: Pini, 1993, p. 60

⁷⁷ Em 1889, um surto de febre amarela fez 2155 vítimas. Em 1891, foram 4454 mortes pela mesma doença, que atingia principalmente a população estrangeira; no mesmo ano, morreriam 3944 pessoas de varíola, 2235 de malária e 2373 de tuberculose. Apud Benchimol, Jaime Larry, *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990, pp. 178-9.

⁷⁸ Entre os autores que defendem esta hipótese estão citar Mariana Fontes Pérez Rial, *Movimento ou estilo: estudos sobre a arquitetura neocolonial paulistana*. Iniciação científica - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

⁷⁹ Ricardo Severo, *Discursos*. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura, 1937, p. 5; Ricardo Severo, op. cit., 1930, p. 9

⁸⁰ O Museu Sertório foi o germe do atual Museu Paulista. Sobre a história do museu e de seu acervo ver o site www.mp.usp.br.

⁸¹ Rocha Peixoto, *O museu municipal do Porto*. Porto, Sociedade Carlos Ribeiro, 1888.

⁸² Ricardo Severo, O museu do Porto de Rocha Peixoto. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, fase. 1, p. 41.

⁸³ Segundo Cândido Campos Neto, a Superintendência de Obras Estadual era subordinada à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, dedicada ao aparelhamento material do estado de São Paulo, pois “as intervenções urbanísticas eram vistas [...] como aspecto indissociável de um processo económico baseado na agricultura e apoiado pela atividade comercial” . Cândido Malta Campos Neto. *Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora do Senac, 2002, p. 60.

⁸⁴De acordo com o depoimento de Arnaldo Dumont Villares, sobrinho de Ricardo Severo, este teria trabalhado como auxiliar no escritório de Ramos de Azevedo entre 1893 e 1895. Carlos A. C. Lemos, op. cit., 1993, p. 61. Ricardo Severo, op. cit., 1930, p. 10.

⁸⁵Filho mais velho do “rei do café” Henrique Santos Dumont, Henrique formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo trabalhado em 1881 na construção da estrada de ferro Mogiana, onde conheceu Eduardo Villares. Eduardo Villares casou-se em 1885 com a irmã mais velha de Henrique, Cocota Santos Dumont. Em 1886 o irmão de Eduardo, Guilherme Villares, no Brasil desde 1867, casou-se com Virginia Santos Dumont. Em 1887 chega ao Brasil Carlos Villares, irmão de Eduardo e Guilherme que se formou como engenheiro civil na Academia Politécnica do Porto e se casou com Gabriela Santos Dumont em 1891. Anamaria Germano Ribeiro. *A História da Família Dumont*. São Paulo, mimeo., 1998.

⁸⁶Informação cedida em entrevista a autora por Elisa Severo de Oliveira Germano.

⁸⁷Sobre isso, ver Carlos A. C. Lemos, *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989 e Anamaria Germano Ribeiro, op. cit., 1998.

⁸⁸Eulália Maria Lahmeyer Lobo, op. cit., 2001, p. 111. Ver também Ana Vaz Milheiro, *A construção do Brasil: relações com a cultura arquitectónica portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2005.

⁸⁹Segundo Sérgio Miceli, Ramos de Azevedo ilustra com perfeição “esse tripé de funções políticas, empresariais e técnicas, indispensável ao exercício profissional de encargos e responsabilidades no espaço da classe dirigente ilustrada.” Miceli focaliza o seu papel no mecenato e no colecionismo de arte e bens culturais em São Paulo, como típico representante de uma elite perrequista de perfil convencional e gosto acadêmico. Sérgio Miceli, *Nacional Estrangeiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 27-42.

⁹⁰Carlos A. C. Lemos, op. cit., 1993, p. 70.

⁹¹Sobre o Escritório Técnico Ramos de Azevedo e seus colaboradores ver Sylvia Ficher, *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005; Carlos A. C. Lemos, op. cit., 1993; Maria Cristina Wolff Carvalho. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Edusp, 2000.

⁹²Carlos A. C. Lemos, op. cit., 1993, p. 55

⁹³Idem, ibidem, p. 60

⁹⁴Maria de Lurdes Rodrigues, op. cit., p. 74.

⁹⁵Ricardo Severo, op. cit., 1930, pp. 10-11.

⁹⁶Carlos A. C. Lemos, *Catálogo de desenhos da biblioteca da FAUUSP*, 1998, p. 14.

⁹⁷Arnaldo Dumond Villares, filho de Guilherme Villares e Virginia Santos Dumont, irmã da esposa de Severo, casou-se com Laura Lacaze Ramos de Azevedo, filha de Ramos de Azevedo em 1912.

Anamaria Germano Ribeiro, op. cit., 1998.

⁹⁸ O acervo do Escritório Técnico Ramos de Azevedo e da Severo & Villares Cia Ltda foi doado para a biblioteca da FAUUSP. Carlos A. C. Lemos, op. cit., 1988, p. 14; Carlos Lemos, op. cit., 1993, pp. 59-60 e nota 60; Luis Saia, *Arquitetura paulista*. In: XAVIER, Alberto (Org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 108.

"Luis Saia, op. cit, pp. 106-09.

¹⁰⁰ Carlos A. C. Lemos, op. cit., 1993, pp. 4-11.

¹⁰¹ Tadeu Chiarelli. *Um Jeca nos Vernissages*. São Paulo: Edusp, 1995.

¹⁰² Ricardo Severo, *O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico, Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. 1873-1934*. São Paulo: Liceu de Artes e Ofícios, 1934.

¹⁰³ Sobre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo ver Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁰⁴ Academia Paulista de Letras, *Homenagem à Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo, SN, 1969, p. 52.

¹⁰⁵ Ricardo Severo, Origens e fatos da expansão portuguesa no Brasil até 1530. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo*, 1932, n. 29, p. 13-37.

¹⁰⁶ Lilia Moritz Schwarcz, op. cit., p. 127

¹⁰⁷ Tadeu Chiarelli, op. cit., p. 93.

¹⁰⁸ Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*, v. VI (1915-1933). São Paulo: Editora Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 74.

¹⁰⁹ Discurso de Ricardo Severo no referido evento, publicado n *O Estado de S. Paulo*, 27/01/1929.

¹¹⁰ João Alves das Neves, *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

¹¹¹ O artigo escrito em 1904 tinha como título "Festa lusa brasileira". Sua data parece errada, uma vez que o engenheiro só retornou para o país em 1908, a menos que o texto tenha sido enviado de Portugal. Paulo Santos, "A presença de Lucio Costa na arquitetura contemporânea no Brasil". Rio de Janeiro, 1960, nota 16.

¹¹² Sobre o meio artístico paulistano ver primeiro capítulo "A arte em São Paulo" do livro de Tadeu Charelli, op. cit., pp. 45-67.

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 55. Sobre o papel de uma elite perrepista, na qual se incluíam Ramos de Azevedo, Adolfo Augusto Pinto, Altino Arantes e Freitas Valle, ver S. Miceli, op.cit. No documento do inventário e partilha do espólio de Ricardo Severo entre 1940-41 constam como parte da herança as seguintes obras de arte: Sé de Vila do Conde (João Vaz), Vista do Rio de Janeiro (N. Facchinetti), paisagem (Souza Pinto), Mulher (Abel Royer), Saudade (Columbano), Mulher (R. Amôdeo), Floresta (Souza Pinto), Jaraguá (j. Baptista), Natureza Morta (P. Alexandrino), Rosas (P. Alexandrino), Igreja

de Espanha (Gimenes), Retrato a Pastel (Mancini), Tempo chuvoso (E. Fournier), Retrato - Bodalo (A. Carneiro), Lavadeira (C. Giuseppe), Cavallos (S. Porto), Menino em camisa (Mancini).

¹¹⁴ Tadeu Chiarelli divide essas críticas entre crítica de serviço, cujo propósito central era o de informar o leitor acerca das exposições e artistas presentes na cidade, e a crítica de arte militante, que revelaria “o desejo de intervir decisivamente na cena artístico-cultural, propondo sua transformação, sempre a partir de um parâmetro ético, estranho à especificidade artística - no caso, o forte nacionalismo” e que começaria a ser veiculada somente a partir de meados da década de 1910. Segundo o autor, a partir de 1913 muitas das crônicas de serviço eram escritas por Nestor Rangel Pestana, redator do jornal desde os primeiros anos do século e seu diretor a partir da morte de Júlio de Mesquita em 1927. Tadeu Chiarelli, op. cit., pp. 69-106.

¹¹⁵ Idem, ibidem, p. 93.

¹¹⁶ Idem, ibidem, p. 96.

¹¹⁷ Ricardo Severo, A Arte Tradicional no Brasil. *Revista do Brasil* São Paulo, ano I, n. 1, jan, 1917, pp. 394-424.

¹¹⁸ Apud Tânia Regina de Luca, *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, pp. 46-7.

¹¹⁹ Idem, op. cit., p. 78

¹²⁰ Idem, ibidem, p. 86

¹²¹ Idem, ibidem, p. 87

¹²² Apud Tânia Regina de Luca, op. cit., p. 90

¹²³ Idem, ibidem, pp. 85-130

¹²⁴ O termo campanha só aparece textualmente no artigo “Da Arquitetura Colonial no Brasil: arqueologia e arte”, publicado em 7 de setembro de 1922 n^o *Estado de S. Paulo*.

¹²⁵ Aracy A. Amaral (Org.) *Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.

¹²⁶ Ricardo Severo, op. cit., 1930, pp. 11-2.

¹²⁷ Idem, A Arte Tradicional no Brasil. *Conferências 1914-1915*. São Paulo: Tipographia Levi, 1916, pp. 37-82.

¹²⁸ Carlos A. C. Lemos, Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (Org.) *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel / Edusp, 1987, p. 93.

¹²⁹ Monteiro Lobato, A criação do estilo (A propósito do Liceu de Artes e Ofícios). In: *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 23-30; Idem, A questão do estilo. In: op. cit., pp. 31-6; Idem, Ainda o estilo. In: op. cit., pp. 37-44; Mário de Andrade, A Arte Religiosa no Brasil - Arte Cristã. In: *A Arte religiosa no Brasil/ Mario de Andrade; estabelecimento do texto crítico Claudete Kronbauer*. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993, pp. 39-60; Idem, Arte Religiosa no Brasil em Minas Gerais. In: op. cit., pp. 75-98; Paulo Ferreira dos Santos, *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1951.

¹³⁰ Entre estes textos estão os artigos escritos por José Wasth Rodrigues, José Marianno Filho e Alexandre Albuquerque para o inquérito de arquitetura colonial realizado pelo *O Estado de S. Paulo* em 1926, apresentando abaixo, além dos escritos por: Ribeiro Couto, A nossa tradição arquitetônica. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6/03/1922; Mário de Andrade, Arquitetura brasileira. In: *Crônicas da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937; Alceu Amoroso Lima, Pelo passado Nacional. *Revista do Brasil*, São Paulo, set, 1916, n. 9, pp. 1-5.

¹³¹ Heloisa de Faria Cruz (Org.). *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997, pp. 88-93.

¹³² Ricardo Severo, Arquitetura velha. *A Cigarra*. São Paulo, n. 39, 31/03/1916.

¹³³ Nestor Goulart Reis Filho, *Racionalismo e Proto-Modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997.

¹³⁴ Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano e outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 241.

¹³⁵ Flavio Motta, Contribuição ao Estudo do “Art Nouveau” no Brasil. São Paulo, 1957. Nestor Goulart Reis Filho, op. cit., 1997.

¹³⁶ Mário de Andrade, op. cit., 1993; Idem, Aleijadinho: posição histórica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. especial sobre Minas Gerais, 1928. Fernanda Peixoto faz ainda interessantes considerações, a partir da leitura de Roger Bastide e de seu “diálogo” com Mário de Andrade, sobre como este entendia o barroco e a constituição de uma arte brasileira. Ver, Fernanda Arêas Peixoto, Roger Bastide e o modernismo: diálogo interessantíssimo. In: *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp : Fapesp, 2000, pp. 45-92.

¹³⁷ Em *Arquitetura Brasileira*, Carlos Lemos afirma que segundo Luis Saia, as viagens de Wasth Rodrigues pelo Brasil teriam sido patrocinadas por Ricardo Severo. Já em *Ramos de Azevedo e seu Escritório*, o autor afirma que o engenheiro teria patrocinado não só as viagens de Wasth Rodrigues para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará, mas também as de Alfredo Norfinipara os mesmos lugares. Carlos A. C. Lemos, *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1979, p. 131; Idem, op. cit., 1993, p. 86.

¹³⁸ Ricardo Severo, op. cit., 1930, p. 11 (entrevista); Idem, op. cit., 1917, pp. 405.

¹³⁹ Luis Saia, op.cit., p. 108.

¹⁴⁰ José Wasth Rodrigues, *Documentário Arquitetônico*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1994-.

¹⁴¹ Sobre o projeto ver os seguintes artigos de Ricardo Severo: O pavilhão das indústrias portuguesas na Exposição do Centenário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30/05/1926 e Os palácios estrangeiros. Portugal. In: op. cit., 1923. pp. 312-4. Além dos livros de José Manuel Fernandes, op. cit. e Margarida Acciaiuolli, op. cit.

¹⁴² Manuel Rio-Carvalho, Revivalismos e ecletismos. In: *História da Arte em Portugal. Do romantismo ao*

fim do século. Lisboa: Publicações Alfa, vol 11. 1986, p. 17.

¹⁴³Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 37.

¹⁴⁴Arquitetura colonial VIII. As conclusões de nosso inquérito. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/04/1926, p. 4.

¹⁴⁵Arquitetura colonial I. *O Estado de S. Paulo, São Paulo*, 13/04/1926, p. 4; Arquitetura colonial II. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14/04/1926, p. 3; Arquitetura colonial VIII. As conclusões de nosso inquérito. *O Estado de S. Paulo, São Paulo*, 29/04/1926, p. 4; Arquitetura colonial IX. Ainda sob as conclusões de nosso inquérito. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30/04/1926. Hugo Segawa, entretanto, em sua bibliografia atribui a autoria dos I e VIII a Fernando de Azevedo.

¹⁴⁶Ricardo Severo, Ante-projeto para o Palácio do Congresso do Estado de S. Paulo. *Boletim do Instituto de Engenharia, São Paulo*, jul, 1929, n. 5, pp. 13-7.

¹⁴⁷Informação dada por Elisa Severo de Oliveira Germano.

¹⁴⁸Ricardo Severo, Reminiscências - A casa da faculdade de Direito de São Paulo 1634-1937. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, 1938, v. 34, fase. I, p 11-30.

¹⁴⁹No artigo Severo cita Paul Adam, visitante à época, que teria escrito sobre os edifícios monacais de São Paulo no livro *L'Effort Portuguais* e o livro *Memorial de Toledo Rendon* apresentado em novembro de 1827, além de fotos tiradas em 1860 por Militão de Azevedo, como atesta uma das imagens que ilustram seu artigo.

Origens da identidade nacional

O conceito de nação em Ricardo Severo não é algo fácil de ser definido. Intelectual imbuído de uma missão salvadora, menos como um teórico sistemático, Severo atuou como arqueólogo, político, engenheiro, arquiteto e historiador certo de estar contribuindo para a regeneração e valorização do Império Português e de suas tradições, o seu trabalho arqueológico sendo movido pela consciência e engajamento na tarefa de reconstruir a nação. Operando de modo genérico o ideário de diversas correntes do pensamento europeu do século XVIII ao XX, valendo-se do legado teórico do iluminismo, romantismo, positivismo, cientificismo, evolucionismo, naturalismo, determinismo biológico ou geográfico,¹ Severo procurava embasar suas idéias sobre as origens da humanidade, e ao mesmo tempo assegurar para a nacionalidade portuguesa um papel fundante na história universal da civilização ocidental.

O discurso do engenheiro português está mais próximo das teorias científicas da segunda metade do século XIX do que dos teóricos humanistas ou iluministas dos séculos anteriores. Isso porque, Severo defendia em seus textos, sobretudo naqueles dedicados à arqueologia e política, a existência de diferentes pólos de civilização, cuja origem e desenvolvimento estavam diretamente relacionados à raça ou à etnia - termos idênticos em seu discurso - e ao meio natural. Para ele, cada povo possuía características raciais muito bem definidas que num meio natural específico geravam uma dada nacionalidade e configuravam uma nação singular. Em outras palavras, ao contrário da maioria dos pensadores do século XVIII, Severo apoiava as teses poligenistas da origem do homem,² procurando através delas explicar as especificidades de Portugal como uma nacionalidade e uma nação independente.

Se essas idéias perpassam o seu discurso, percebe-se, por outro lado, uma aproximação com o ideário iluminista - talvez via positivismo - através da crença no progresso contínuo e irrefreável da humanidade.³ Não são raras as vezes em que Severo faz referência ao "estágio", "fase" ou "idade" da "civilização",⁴ justificando o menor ou maior atraso de uma dada nação, afirmando sua evolução no caminho geral da humanidade e, portanto, ao contrário dos poligenistas, estabelecendo um elo de ligação entre todos os povos ou raças humanas. Esta idéia aparece no texto "Primeiros vestígios do período neolítico na província de Angola",⁵ dedicado ao estudo dos "instrumentos cortantes de pedra polida" encontrados em um sítio arqueológico daquele país em comparação com outros localizados no Mediterrâneo e na Europa, no qual Severo afirma que as semelhanças entre os objetos encontrados o autorizavam a afirmar que - "posta de lado toda a idéia de sincronismo e qualquer pretensão a uma cronologia absoluta - nos diferentes povos as mesmas civilizações se sucederam em série evolutiva, desde o período neolítico ao atual, caracterizadas em períodos e épocas pela matéria prima da indústria e a feição especial dos utensílios, calculadamente adaptados às exigências impreteríveis do meio e do progresso".⁶

Talvez essa aproximação com o conceito iluminista de civilização possa ser explicada pela dificuldade do engenheiro em adaptar perfeitamente as teorias raciais de cunho determinista, com as quais se identificava, a nações cujas populações eram reconhecidamente, mesmo que indiretamente, pela negação, mestiças, como Portugal e o Brasil. Se a pureza da raça era algo fundamental para os poligenistas, sendo a mestiçagem considerada um erro, um desvio ou um índice de degeneração da raça, do povo e da nação, como pensar a nacionalidade portuguesa e brasileira de forma otimista? A única saída era proceder a uma espécie de arranjo teórico em que, de um lado, importasse mais a predominância de uma raça pura na constituição de uma nacionalidade e, de outro, que o progresso, estivesse naturalmente garantido a todo homem ou agrupamento humano. Somente dessa maneira Portugal e o Brasil poderiam ao mesmo tempo afirmar a sua singularidade e fazer parte do concerto das civilizações.

A particularidade do discurso de Severo não reside apenas nesta peculiar combinação teórica. Ela também se distingue pelo acento romântico que a define, pelo menos em parte, e que possibilita que a noção de povo ou nacionalidade seja às vezes simultaneamente, outras vezes de modo distinto, fruto da raça e do meio ou resultado de "um algo a mais transcendental que paira acima da

esfera política", ou seja, da tradição.⁷ O povo em Severo era definido a partir da unidade racial, coesão linguística, comunhão de usos e costumes e descrito como o guardião da tradição, o espírito ou a alma da nação. Tal definição, calcada em uma suposta e idealizada origem comum, a partir da qual cada cidadão era entendido como membro hereditário de uma dada nação e não como agente político ou representante de uma classe social, explica porque em seu discurso não aparecessem conflitos ou desigualdades de classe.⁸

Raça, meio e tradições nacionais

A singularidade, ambiguidade, ou mesmo, a incoerência do discurso de Severo não impede que se identifique um certo esquema explicativo, que apesar de, genérico que seja, ajuda a compreender as noções centrais que pautavam seu nacionalismo. De modo geral, para o engenheiro o que fundamentava a nacionalidade e conferia seu caráter era a etnia ou raça, entendida como um conjunto de caracteres físicos e morais permanentes e homogêneos, transmitidos pelo sangue a cada nova geração de forma a garantir a unidade nacional. Ainda que a raça guardasse e transmitisse hereditariamente todas as propriedades ou qualidades distintivas de uma nacionalidade, ela não a definia completamente sem que fosse considerado o meio natural no qual ela tinha se desenvolvido. Isso porque, para o engenheiro, as condições mesológicas determinavam o desenvolvimento de uma dada etnia, a tal ponto que uma mesma matriz racial podia gerar nacionalidades diversas a depender do solo em que frutificara, ainda que seu fundamento original fosse reconhecido e que uma relação de parentesco entre essas diversas nacionalidades pudesse ser afirmada. Se a raça e o meio fundavam e justificavam uma dada nacionalidade, para Severo ela ainda não poderia ser plenamente compreendida se não se levasse em conta também a "essência moral", a "alma", a "força anímica de coesão", a "síntese" da nacionalidade, ou, em uma palavra, a tradição. Dessa forma, etnia, meio e tradição marcavam indelevelmente o berço da nacionalidade, suas origens e definiam sua evolução, desde que garantida sua homogeneidade e persistência racial.

A nacionalidade era entendida como o cerne da nação, a base sólida sobre a qual ela se desenvolvia. A nação, entretanto, não era entendida apenas em termos étnicos, mesológicos e/ou tradicionais, de um lado porque as circunstâncias históricas, para além de seu momento de fundação, influenciavam em sua

evolução, de outro porque apenas a partir do estabelecimento das fronteiras do território nacional, cujos limites deveriam necessariamente coincidir com as divisas do Estado e da nacionalidade, esta nação poderia ser instaurada de fato. Assim, nos termos do engenheiro, nacionalidade, história, território e política de Estado definiam uma nação.

Investigando os sentidos dos conceitos acima a partir dos escritos de Severo, percebe-se que sua busca das origens, fossem elas da nacionalidade portuguesa, das primitivas formas do governo republicano ou da arte tradicional no Brasil, baseava-se na crença absoluta de que o passado guardava todos os aspectos da época presente e futura de uma nação e que, condensado em tradição, podia ser continuamente atualizado. Isso porque, para ele, as tradições nacionais eram consideradas a única esperança de vitalidade e renascimento, visto como do passado urge cuidar com piedade filial, humanamente, pois que daí nasceu em todos os seus aspectos a época presente em que somos".⁹

Tal convicção, fio condutor de suas investigações e proposições no campo da arqueologia, arquitetura e política, é melhor compreendida quando se remete à diferenciação entre os conceitos de "fundação" e "formação" a partir da qual Marilena Chauí estabelece o conceito de "mito fundador".¹⁰ Segundo a autora, se o termo formação remete não só "às determinações económicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também [às] transformações e, portanto, [à] continuidade ou [à] descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais", o termo fundação "se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo".¹¹ O mito fundador, tomado em seu sentido etimológico, antropológico e psicanalítico, "impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal".¹²

A origem pré-histórica do heroico povo português, assim como a do povo brasileiro remete a este passado mítico construído pelo discurso de nosso engenheiro. Se por um lado Severo parecia decidido a construir através da arqueologia um "mito fundador" para Portugal, que pudesse, ao mesmo tempo, redimir o passado e engrandecer o futuro de um império em plena decadência, por outro a partir desse mito esforçava-se por explicar a formação de sua nação. A mesma tentativa de constituir pela arqueologia uma linha evolutiva que ligava as

origens da nacionalidade portuguesa à contemporaneidade, ocorreria no Brasil através da arquitetura, pela qual se explicava a conformação da nova nação, do período de dominação colonial portuguesa àquele tempo presente.

Genealogia da nacionalidade portuguesa

As profundas transformações políticas, económicas, sociais, científicas e culturais que marcaram a "era dos impérios",¹³ especialmente os últimos anos do século XIX, fizeram da busca das origens da nação um dos pontos centrais dos debates que animavam o cenário europeu. Fosse para afirmar o poderio ou a decadência de uma nação, fosse para apontar caminhos de salvação ou legitimar novos sistemas políticos, tal investigação de modo geral integrava interpretações idealizadas do passado que se entrelaçavam a projetos políticos e económicos para o presente e o futuro das nações. Nesse contexto, tanto a busca dos traços originais das raças fundadoras de uma nação, quanto das formas ancestrais de governo mais adequadas a cada país, faziam parte de um discurso político-ideológico, frequentemente nacionalista, o debate sobre a tradição definindo-se genericamente por uma atitude defensiva, que procurava restaurar a grandeza nacional e garantir sua sobrevivência frente às novas ameaças, internas e externas, de desestruturação.¹⁴

Os temas da decadência e da salvação estiveram presentes em diversos países da Europa nesse período,¹⁵ e ao lado da retomada e invenção de tradições¹⁶ ganhariam em cada um deles contornos específicos. No caso de Portugal, a ruína do antigo império colonial, a frágil e desvantajosa posição do país diante das novas nações imperialistas, bem como as sucessivas crises internas, faziam da reflexão sobre o declínio deste império e os caminhos de sua redenção uma das questões mais urgentes de certos movimentos nacionalistas, como aquele no qual Ricardo Severo tão convictamente se engajara: o movimento republicano português. Para seu grupo político e ideológico, a busca dos fundamentos da nacionalidade portuguesa era assunto crucial. Abrangia não só o fundamento étnico da nação, base real sobre a qual ela deveria se desenvolver, como também as formas de governo e de sociedade segundo a qual a nação, desde os tempos mais longínquos, naturalmente se organizara. Era a partir dessa investigação que os republicanos acusavam a artificialidade da Monarquia e sua responsabilidade pela drástica decadência do império português e, afirmavam a República como

única possibilidade de salvação nacional, seja por constituir o ápice da evolução humana no âmbito político, seja por emanar diretamente do caráter étnico e, portanto, da natureza de seu povo.

Se havia um consenso entre esses homens acerca da urgência em se retomar o passado para se repensar o presente e o futuro da nação, o mesmo não pode ser dito com relação ao momento de fundação da nacionalidade portuguesa. Contrapondo-se àqueles que identificavam o berço da nacionalidade na Idade Média, o grupo de Severo ao postulava que as recentes pesquisas arqueológicas nos antigos castros e cidades espalhados pelo país indicavam a presença de "seres pré-adâmicos, fixos ao solo como produtos natos" que não só atestavam a ancestralidade pré-histórica da nação portuguesa, como perturbavam a tese monogenista ao apontarem a "coexistência do homem com os fenômenos geológicos que prepararam o território peninsular, desde as formações terciárias dos vales do Tejo e do Sado. Isto é, desde as primeiras origens da humanidade".¹⁷

Ainda que apontasse a incipiência das pesquisas arqueológicas em Portugal, às quais tão precocemente se dedicara, as descobertas de Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Pierre Paris,¹⁸ bem como aquelas realizadas por ele próprio em suas excursões arqueológicas, o convenceram não só da existência muito remota de povos autóctones nos territórios da nação, cuja organização política remetia à matriz republicana, como da existência de uma matriz ibérica de civilização, proveniente de Portugal, tese que comprovaria a autonomia e originalidade "das civilizações ocidentais" em relação às orientais:

A arqueologia pré-histórica, porém, com seu método naturalista de análise, veio esclarecer o problema; desfez-se a miragem oriental que colocava nesse ideal paraíso, onde raiam as auroras, a fonte de todos os povos e civilizações; igualmente se derruiu o romance da civilização fenícia, do seu alfabeto e dos seus inventos náuticos. Afirma-se com nitidez a existência de uma Civilização Ocidental abrangendo os países desta parte do Mediterrâneo, as terras que se estendem pelas costas atlânticas, pelo arquipélago britânico, até ao mar do Norte; faz-se a reconstituição desse vasto mundo ocidental; e nesses tempos primitivos que a história esqueceu, para além do mais puro arcaísmo grego, encontra-se uma civilização que não é oriental, que não é

caldaica, assíria ou egípcia, mas que tem as suas artes e indústrias, e uma escrita que não é ideográfica nem hieroglífica, mas composta de sinais alfabéticos.

Invertem-se os polos do mapa antigo das primeiras civilizações.

A Península Ibérica, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, ligando os dois continentes, foi o entreposto natural dessa civilização [...] Aqui se estabelece o PÓLO OCIDENTAL.¹⁹

Ilustrando suas teses através dos objetos e construções primitivas descobertas por ele ao longo do período que se dedicou a arqueologia,²⁰ Severo apontava que a antiguidade do povo português justificava a necessidade da pesquisa arqueológica, pois, se a história o abandonava "junto aos primeiros documentos escritos", a arqueologia, a partir de "restos materiais, muitas vezes disformes, esqueletos corroídos e desmantelados [...] conjuntamente [com] os resíduos esparsos dessa própria vida, das casas, dos túmulos, das artes, das indústrias",²¹ dava-lhe a possibilidade de refazer os rastros dos povos e de suas tradições desde as mais remotas eras. O que animava o engenheiro em suas pesquisas era, de um lado, a referida ancestralidade e continuidade desta Civilização Ibérica, e, de outro, a persistência da unidade do país e de seu composto étnico. Para o engenheiro, tais características, legitimadas pela ciência, autenticavam histórica e arqueologicamente a independência de Portugal enquanto nação.

O discurso arqueológico e político de Severo sobre a ascendência lusitana pode ser retomado na conferência "Origens da Nacionalidade Portuguesa", na qual procurava definir a história da nação a partir da constituição de seu território e de sua nacionalidade, e recuperar suas pesquisas arqueológicas numa espécie de revisão final dos trabalhos desenvolvidos em sua terra natal.²²

Território e mesologia

A conferência foi publicada nos fascículos 1 (1930), 2 (1930), 4 (1936) e 5 (1937) da *Revista Portuguesa* é dividida em seis partes. Na primeira, intitulada "O território", Severo procurava demonstrar a unidade de Portugal do ponto de vista do território; nas partes II, III, IV e V, intituladas "As civilizações pré-históricas", "Os tipos antropológicos", "O quadro dos povos primitivos" e "A Lusitânia e os Lusitanos" respectivamente, ele buscava mostrar "como se organizou a família portuguesa, quais as suas origens, as suas razões de ser como unidade social

ou nacionalidade, também independente e autónoma” e por fim a conclusão, parte VI, traçava um quadro rápido do período transitório da invasão e ocupação romana até o estabelecimento do “Estado Portucalense”.

Partindo do território, Severo explicava a unidade e isolamento da nação portuguesa através de suas condições geográficas:

A Cordilheira Pirenaica constitui, de fato, uma impenetrável muralha que separa do Continente a Península Ibérica; o imenso fosso oceânico, composto dos mares Cantártico, Atlântico e Mediterrâneo, circunda sem discontinuidades os quatro lados desse polígono pentagonal, suspenso na extremidade sudoeste da Europa. O sistema que limita e isola este apêndice do corpo continental é, pois, cerrado e perfeito.²³

Se isso, do seu ponto de vista, explicava o isolamento geográfico da Península Ibérica, como justificar a independência de Portugal com relação a Espanha, ainda estritamente do ponto de vista territorial? Nas palavras do engenheiro:

A conformação do território português, e a sua separação do país espanhol, é delimitada principalmente pela disposição das suas bacias hidrográficas; os rios e seus grandes afluentes voltam-se para o nordeste e norte apartando-o dos planaltos espanhóis da Estremadura e Castilha, dos quais se destaca o anfiteatro português; o Guadiana, que se escoia para o sul, fecha o quadrilátero segundo uma linha quase paralela à orla marítima.²⁴

A admiração de Severo frente à unidade territorial de Portugal era reforçada diante de suas ínfimas dimensões, multiplicidade geográfica, diversidade de povos e raças e “localização em relação ao Continente Europeu, apenas separado por um estreito canal do Continente Africano”, configurando-se como “um vasto entreposto de todas as civilizações e de todas as correntes migratórias”.

Com efeito, diminuto é em proporções esse país de portugueses; e surpreendente como, participando de uma península, quase ilha, tão completamente caracterizada como unidade geomórfica, essa estreita

faixa de território se tenha conservado como país autónomo, dentro dos seus limites políticos e topográficos.

[...]

A esta multiplicidade de povos e de raças, corresponde o quadro territorial com suas várias regiões corográficas, e concomitante diversidade de caracteres climatéricos. Estas circunstâncias, pois, deveriam ter sido motivo bastante para a diferenciação das diversas parcelas desse todo, fundindo-se as que mais se assemelhavam e formando núcleos independentes ou nacionalidades.²⁵

Contudo, apesar desta multiplicidade, aparentemente dispersiva e inconciliável, a "atual Província Portuguesa [teria se mantido] autónoma, nas suas condições diferenciais de ordem geográfica e etnológica", a ponto dessa diversidade, a princípio ameaçadora, se tornar para o engenheiro uma qualidade da nação portuguesa, ao menos do ponto de vista mesológico.

Pela sua constituição geomórfica, sob influência do clima marítimo que corresponde à sua situação, e dentro do tipo 'temperado mediterrâneo' em que é classificado, o país abrange os climas de montanhas, de vales e de planícies. Acresce a estas variações a textura geológica do solo, também de notável poliformismo; e a esta multiplicidade de caracteres correspondem uma fauna e flora por igual ricas e variadas.²⁶

Formação étnica

Se "a conformação do próprio solo, a constituição do território nacional como unidade geográfica independente", era explicada pelos incidentes topográficos e hidrográficos que isolavam Portugal do resto da Europa e, mais especificamente, das "diversas províncias" da Espanha, como essa mesma unidade e autonomia era explicada do ponto de vista de sua população? Ou, nas palavras do engenheiro, "como se organizou a família portuguesa, quais as suas origens, as suas razões de ser como unidade social ou nacionalidade, também independente e autónoma".²⁷

Para Severo, a "família portuguesa" descendia dos primitivos seres humanos, cujos restos materiais teriam sido descobertos em 1866 por Carlos Ribeiro nos depósitos terciários da bacia do Tejo, e classificados pelo engenheiro conforme

distintos estágios de civilização. A história desses primitivos portugueses indicaria a existência de dois estágios de civilização muito bem marcados: o da Idade da Pedra e o da Idade dos Metais. O primeiro estágio, subdividido em três períodos - Eolítico (terciário), Paleolítico (quaternário) e Neolítico - partiria dos rudimentares instrumentos de pedra lascada até chegar aos mais aprimorados instrumentos de pedra polida, ou em outras palavras, do homem das cavernas, habitante de um meio totalmente distante do nosso, àqueles que começavam a construir suas próprias moradas e necrópoles num ambiente "já igual ao dos nossos dias". O segundo estágio também era subdividido em três períodos - idade do cobre, bronze e ferro - partindo dos rudimentares instrumentos de metal até alcançar instrumentos mais desenvolvidos, confeccionados com evoluídas ligas metálicas.

Para Severo, as necrópoles dolmênicas, construções tumulares de pedra, seriam o local mais apropriado para a realização de pesquisas arqueológicas e antropológicas pré-históricas em Portugal, pois através delas recuperariam-se "os alicerces primordiais de uma PÁTRIA". As construções, objetos, instrumentos e utensílios ali encontrados revelariam as primeiras origens da nacionalidade portuguesa, porque sua persistência e as semelhanças entre as diversas necrópoles descobertas no país, comprovariam não só o nascimento, mas a permanência ao longo dos estágios de civilização propostos, de uma população autóctone com características originais muito específicas. Nas palavras do engenheiro, as necrópoles dolmênicas eram provas materiais inquestionáveis de:

[...] como no pequeno território português é um fato a permanência do homem desde as suas origens, adstrito às condições do seu meio, evoluindo gradativamente desde as manifestações mais simples da sua civilização. O progresso das civilizações autóctones e a influência de outras, não se realiza tão somente pela irrupção de uma corrente imigratória; faz-se também insensivelmente, pelo contato de elementos próximos, de povo a povo; há a introdução de uma nova arte ou indústria sem que um novo povo surja no quadro étnico do anterior; outras vezes dá-se a invasão de novo povo sem que se altere a civilização preexistente.²⁸

Severo queria dizer com isso que a presença de necrópoles como as de Portugal em outros países da Europa ou do Oriente não indicavam necessariamente que as

civilizações primitivas que habitavam o solo português tivessem contado para o seu desenvolvimento com o auxílio de outros povos ditos mais evoluídos, como os fenícios, e que mesmo esse contato com outros povos não teria provocado mudanças significativas no composto étnico original da preexistente civilização portuguesa. A referida permanência das necrópoles dolmênicas indicaria que isso não só não ocorreu, como as civilizações que habitavam os territórios portugueses eram tão ou mais desenvolvidas quanto a de seus primeiros invasores.

Os castros e cidades, antigas acrópoles fortificadas, erigidas no alto dos montes e protegidas por um sistema de muralhas concêntricas, ao lado das quais eram construídas as necrópoles dolmênicas, também guardariam vestígios dos estágios de civilização dos povos que habitaram o solo português. Resistindo às invasões de cartagineses, romanos e de tantos outros povos, essas construções, para Severo, matrizes das modernas cidades portuguesas, documentariam igualmente "a persistência no solo português de povos autóctones, cuja história é paralela da história geológica local".

A continuidade dessas civilizações ao longo de sua evolução seria reforçada pela observação antropológica da população portuguesa contemporânea em comparação com os restos mortais de seus ancestrais:

É interessante notar, como manifestação do caráter unitário de uma parte da população do norte português, que ainda hoje nas regiões montanhosas, onde o regime é pastoril e comunista, se vêem os povoados construídos como as antigas cidades; o casario, de perímetros retos ou circulares, agrupado como uma colméia no cocuruto dos montes, sem muralhas, todavia, abrigando uma colônia trabalhadora e pacífica que representa atualmente o primitivo habitante ancestral, dentro do seu ambiente arqueológico, como em outras eras.

Este curioso fato, que vos aponto, pertence à numerosa série de sobrevivências etnológicas que se notam em Portugal, que dão à sua população e à sua história uma homogeneidade notável, contrastando com as outras nações européias.²⁹

A referida homogeneidade, assegurada pela evolução contínua das civilizações que originaram a nacionalidade portuguesa, não parecia corresponder, até esse

ponto da conferência, a uma homogeneidade racial, uma vez que o próprio engenheiro admitia que “sob o ponto de vista da sua composição étnica, a população da Península era a esse tempo [pré-histórico] assas mesclada”. A ambiguidade do discurso de Severo, perceptível já nesse momento de sua reconstrução étnico-histórica, se tornaria ainda mais evidente quando se tratasse, a partir da recuperação dos tipos antropológicos ancestrais de seu povo, de apagar por completo as dúvidas que pairavam sobre a pureza de sua raça.

É preciso lembrar que Severo não podia admitir em seu discurso a mestiçagem, ainda que fosse obrigado aqui e ali a apontá-la como evidência arqueológica, porque ela significava a degeneração da nacionalidade, encerrando por completo o sonho de redenção ou renascimento da pátria portuguesa. Era indispensável para a sustentação de seu discurso, a despeito de uma esperada ou desejada coerência teórica e científica, que a nacionalidade portuguesa fosse etnicamente homogênea e pura. Daí o empenho do engenheiro no estabelecimento de uma classificação rigorosa dos “elementos étnicos” constitutivos do povo português, procurando nele distinguir a contribuição de cada grupo racial:

1. Raça primitiva dolicocefala: “É o chamado Homo Mediterraneus ou Homo Arabicus, o substractum mais primitivo que se encontra em todos os países da bacia do Mediterrâneo, costas européias e africanas, na sua metade ocidental. Primeira raça autóctone [...] cujos representantes atuais mais puros se encontram localizados nas montanhas do Alto-Minho, Trás-os-Montes e Beira”;³⁰

2. Raça braquicefala: “É o denominado Homo Alpinus. Considera-se a raça dos primeiros emigrantes pré-históricos, que chegaram à Península Ibérica no começo do período neolítico. A esta raça os antropólogos chamaram de Céltica, ou Celto-slava: Lígure, porém, será talvez a sua mais acertada designação histórica”,³¹ dos quais são raros os tipos puros;

3. Raça dolicocefala harmónica: “É o chamado Homo Europeus, por se considerar o tipo nobre europeu. [...] E a raça também conhecida por nórdica, quinrica, teutônica, germânica ou gaulesa”,³² que influenciou mais o Norte de Portugal.

A descrição racial proposta pelo engenheiro não apagava a dúvida com relação à pretensa homogeneidade da nacionalidade portuguesa, ainda mais quando recuperada a idéia da Península Ibérica como uma passagem entre o continente europeu e o africano. Admitindo a intensa imigração na Ibéria, Severo

estabelecia um quadro cronológico dos povos primitivos que teriam habitado esse território, destacando a influência mais ou menos definitiva de oito povos distintos na constituição do português contemporâneo: o habitante autóctone do período eolítico; o povo ibérico, similar ao habitante autóctone, não ariano, irmão do primitivo berbere do norte africano; os lígures braquicéfalos, um povo ariano vindo talvez do Oriente e portador de uma civilização mais avançada; os indo-germânicos, desde a sua primeira invasão, ditos celtas ou gauleses, que se estabeleceram ao noroeste e sudeste da península; os libi-fenícios, vindos primeiramente como negociantes e mais tarde os púnicos ou cartagineses vindos como conquistadores entre o século XII e o século II antes de Cristo; os povos de nacionalidade romana, dominando politicamente toda a península, impondo a sua civilização e a sua língua, mas do qual não se acusava a influência étnica por serem povos de composição similar à dos vencidos, tendo o mesmo fundo íbero-lígure; os germânicos ou teutónicos, em sua segunda invasão no século V da era atual; e por fim os árabes e berberes, vindos no norte da África, e estabelecendo-se na península desde os séculos VIII e IX.³³

A tensão entre a desejada homogeneidade étnica do povo português e sua perceptível ou comprovada mestiçagem,³⁴ combinação ou contato entre os diferentes povos que teriam habitado Portugal desde os tempos mais remotos, levavam Severo a afirmar, de um lado, que “a população portuguesa é considerada atualmente como a mais dolicocefala e homogênea da Europa Ocidental [conservando-se] integrada em uma fórmula étnica, com feição distinta, propriamente sua”;³⁵ de outro, a admitir a influência de pelo menos oito povos na constituição de sua nacionalidade, falando então em predominância ou dominância étnica. A equação formulada pelo engenheiro para este engenhoso problema era assim explicitada:

Todos estes povos forneceram elementos para a composição da atual população portuguesa. Entretanto, o quadro de aparência complexa e desordenada, uniformiza-se e simplifica-se desde que cataloguemos os elementos pelas suas relações de afinidade.³⁶

Sendo assim, o ibérico, berbérico, ligúrico, semita, púnico, povos afins do ponto de vista racial não teriam provocado “alterações radicais do tipo primitivo”, reforçando apenas “seus caracteres étnicos fundamentais”, mesmo a

influência de povos estranhos, como os gauleses e germânicos, não teria afetado a predominância “do tipo primogênito e basilar do íbero-ligúrico”.³⁷ Apostando em incertas aproximações raciais e, sobretudo no predomínio de um tipo ancestral composto, ao mesmo tempo único e homogêneo, Severo podia afirmar:

Deste conjunto de observações, estudos e hipóteses, resulta como epílogo, não obstante uma auréola nebulosa que a ciência mal dissipa: um país - a LUSITÂNIA, um povo - LUSITANO, cujas condições mesológicas e étnicas, muito embora a sua complexidade, lhe garantem autonomia dentro do clássico mundo europeu.

Dentro desse mesmo país de hoje, localizado como ao tempo do geógrafo Strabão, está o núcleo de uma nacionalidade moderna, a PORTUGUESA, proveniente desse anterior composto íbero-lígure; apesar das suas diminutas proporções, resiste e reconstitui-se sob os grandes cataclismos históricos que assolam o país, e luta heroicamente pela sua independência, ocupando algumas páginas da história da humanidade com as suas epopéias de imorredoura e universal glória.³⁸

Constituição tradicional

Uma vez definidas e “cientificamente” comprovadas as origens da nacionalidade portuguesa do ponto de vista geográfico, mesológico e étnico, restava a questão do estabelecimento da unidade política de sua nação. Dos castros ou cidades pré-históricas até a fundação do “Estado Portucalense”, passando antes pela constituição das vilas romanas e das freguesias rurais, o engenheiro costurava uma linha de continuidade de sentido evolutivo semelhante à que tecera tratando do território e do povo português. Essa continuidade se explicitava,

no próprio topônimo, de onde provém a denominação do novo reino. De fato, na margem esquerda do Douro, onde passava o itinerário de Lisboa a Braga, estava Calem com o seu castro: Portucale castrum se chamou; fronteiro, na margem direita, ficava o porto de Calem: Portucale locum.

Neste castro ou cidade pré-romana se originou o nome de um distrito, um condado, um futuro reino. [...]

Pelo determinismo destas circunstâncias de ordem geográfica, étnica e histórica, dentro da velha Lusitânia teve a sua nasçença a nação portugalense.³⁹

A tese tão longamente defendida por Severo na *Portugália* e concentrada nesta conferência sobre as origens da nacionalidade portuguesa, se contrapõe à defendida pelo ilustre historiador português Alexandre Herculano, que, segundo o engenheiro, negava

quaisquer relações de afinidade entre a nação atual e essas tribus de lusitanos; segundo o nosso grande historiador, era impossível ir entroncar neles a história ou deles descer logicamente a esta. [Para Herculano] Portugal, nascido no século XII em um ângulo da Galiza, constituído sem atenção às divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território do Gharb sarraceno, é uma nação inteiramente moderna. Em verdade, assim é, se considerarmos tão somente o indivíduo político, organizado pelo esforço e tenacidade dos nossos primeiros príncipes e cavaleiros.⁴⁰

Rui Ramos, ao tratar dos símbolos e mitos através dos quais se construiu no século XIX uma nova identidade para Portugal,⁴¹ e mais especificamente daqueles que explicavam e garantiam a unidade da nação, afirma que,

Alexandre Herculano, na introdução ao primeiro volume da História de Portugal, em 1846, desfizera a idéia renascentista dos Lusitanos, que ainda continuara a ser cultivada pela erudição do século XVIII. Entre os Portugueses e essa tribo ibérica, Herculano provou não haver nem continuidade de raça, nem de língua, nem sequer de território. No século XII, os que vieram a ser portugueses ainda eram leoneses e sarracenos (História de Portugal, vol I, pp. 81-3).⁴²

Segundo esse mesmo autor se até a década de 1890 prevalecia a idéia cunhada por Herculano de que Portugal era uma nação inteiramente moderna, a partir desses anos alguns autores recuperariam a idéia renascentista da existência de tribos de Lusitanos remotas com tradições definidas que teriam dado origem

ao povo português e conformado a nação. As divergências entre o historiador português e o engenheiro ecoam um confronto maior entre duas importantes gerações de intelectuais portugueses do período, a de 1870, a qual pertencia o primeiro e outros autores como Eça de Queirós, e a 1890, a qual pertencia Severo e os principais colaboradores da *Portugália*.⁴³

Na argumentação de Severo, mesmo que a unidade política do Estado português só se estabelece durante a Idade Média, isso não queria dizer que, para além da união formal do Estado não houvesse já uma nação plenamente definida e estabelecida pela delimitação exata de seu território e coerência de sua nacionalidade. Tal convicção levava o engenheiro a sustentar que:

Todavia, não era moderno, mas de mui remota origem o povo que ocupava a terra da nação portuguesa, nestas datas históricas da sua nova constituição política. Segundo os métodos arqueológicos e antropológicos foi esboçado o quadro dessa linhagem que ascende a épocas anteriores às antigas cronologias [...] Para além [do século XII, tal como estabelecera Herculano] e na natureza dos antepassados povoadores da terra portuguesa, nos seus costumes, mitos e tradições, estão as origens da nacionalidade histórica que o nome tomou de um velho Castro pré-histórico colocado como epígrafe em seu braço de vestuta genealogia.⁴⁴

No contraponto com Herculano, Severo revelava que sua definição de nação partia não da instituição política, mas sim do território e, sobretudo, da nacionalidade, por isso ele estabeleceria relações de afinidade entre o moderno Estado de Portugal e as remotas tribos de lusitanos.

Dentro da Península Ibérica, a província Lusitânica, que pode considerar-se teoricamente o núcleo territorial da histórica nação portuguesa, conserva o seu caráter original, linearmente definido. Poder-se-á afirmar com Martins Sarmiento, o sábio arqueólogo português, que: os Lusitanos, ao contrário do que geralmente se pensa, têm, graças à sua posição geográfica, uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos. Formado por um grupo de tribus, pertencentes à migração árica que primeiro penetrou na Europa ... este

povo manteve-se no Noroeste da Espanha com a sua velha língua, os seus velhos costumes, a sua velha civilização, enfim, até a conquista romana.

ERA JÁ, ENTÃO, UMA UNIDADE NACIONAL.⁴⁵

A Lusitânia, 'núcleo de uma nacionalidade moderna, a PORTUGUESA', abrigava um povo, o Lusitano de pura genealogia, que possuía "o mesmo modo de sentir e pensar, a mesma língua [...], uma infinidade de tradições" que não só garantiria, como justificaria unidade e independência de Portugal. Isso porque para o engenheiro era

Na tradição, que é essa cadeia invisível [que une entre si fraternalmente os homens e os povos para a constituição de uma pátria que], está pois o esqueleto moral da nacionalidade, a base real do regime orgânico que deve manter o equilíbrio dos seus componentes sociais, a liberdade dos indivíduos, a integridade da nação.⁴⁶

Conceito central no discurso de Severo, cuja definição mais explícita só ocorreu em seus textos sobre política e arquitetura, sem que isso tenha significado uma mudança de sentido, tradição era, portanto, algo que condensava as características mais remotas de uma nação e de seu povo, remetendo ao seu passado original e se mantendo vivo e presente no curso do tempo. Mais do que isso, a tradição era aquilo que garantia àqueles que constituíam uma nação o sentimento vivo de pertencerem a ela, ou seja, aquilo que assegurava a sua coesão social para além da unidade territorial ou política do Estado. Falando em 1911 a uma platéia brasileira sobre a importância do culto à tradição, Severo afirmava

Um dos vossos escritores de maior vulto, o dr. Vicente de Carvalho, diz algures a propósito da organização das nações: 'que o laço político é demasiado frouxo para ligar os povos; pode soldar regiões, conquistar o solo, formar pedaços diversos da terra a unidade física do país; mas alguma coisa paira em esfera superior à sua influência: é a coesão moral que só resulta de remotas origens da identidade da raça e da língua, das idéias e dos interesses das tradições de um passado comum e da consciência do mesmo destino.'⁴⁷

O esforço ininterrupto de Severo em louvar o povo português, dotando-o de uma história tão heroica quanto consistente do ponto de vista científico, mostrava que o engenheiro estava consciente desde os seus primeiros trabalhos, das pressões internas e externas sofridas por seu país naquele momento crucial em que uma nova política económica mundial era desenhada sem que Portugal tivesse o mesmo papel central dos tempos de outrora.⁴⁸ Sua campanha tradicionalista, lançada formalmente nos anos da *Portugália*, era antes de tudo uma cruzada patriótica através da qual Severo buscava, explicitamente, defender e louvar o seu país. Declarando seu compromisso e amor à pátria ao longo de toda a sua vida, o engenheiro considerava que se

Uns lhe profetizam o glorioso renascimento das suas antigas epopéias. Outros, por carência de elementos nórdicos, falta de individualização, de educação particularista, lhe prognosticam uma irremediável decadência. Nem uns nem outros estarão na verdade; questão de seita ou de orientação científica.

Muito embora proclamem esses processos filosóficos, eu creio, senhores, no ressurgimento da Pátria Portuguesa.⁴⁹

A pequenez da nação portuguesa, a sua ascendência não ariana, ou a “falta de individualização e educação particularista” eram compensadas por Severo pela suposta ancestralidade, homogeneidade e coesão étnica de seu povo, por isso ele se empenhava tanto em definir suas origens e tradições. O engenheiro nada mais fazia do que afirmar a cada passo a pertinência de Portugal enquanto Estado-nação, fazendo de suas investigações arqueológicas mais do que uma simples campanha em prol das ciências nacionais, uma luta política de redenção e retomada da grandeza imperial de seu país.

Portugal e Brasil: duas nações, uma nacionalidade

O tema das origens da nacionalidade brasileira só aparece no discurso de Ricardo Severo com a sua definitiva mudança para o Brasil. Animado pela forte atmosfera nacionalista do início do século, o engenheiro se inseriu rapidamente no debate local, de um lado defendendo a nacionalidade brasileira e suas tradições, de outro valorizando a herança lusitana e se contrapondo ao

sentido negativo que a colonização portuguesa vinha adquirindo no país desde a proclamação da independência. O mesmo engajamento político que o levou a investigar as origens da nacionalidade em sua terra natal, como forma de redimir o presente decadente de Portugal, através de um glorioso passado pré-histórico, se desdobrava na busca das origens da nacionalidade brasileira, para o engenheiro uma das mais sólidas e bem sucedidas obras do povo português. Nesse sentido, os discursos e conferências de Severo sobre o tema, para além de quaisquer preocupações científicas ou artísticas, também podem ser entendidos como respostas a um contexto concreto, agora brasileiro, marcado, de um lado pelas mesmas pressões imperialistas que afligiam portugueses e outras tantas nações frágeis diante do novo rearranjo de forças consagrado entre o final do século XIX e começo do século XX, de outro por movimentos nacionalistas e um difuso, mas poderoso sentimento antilusitanista, que via no legado português a principal razão de nosso atraso e dependência externa.

Abordado indiretamente pelo engenheiro, ainda que de modo contundente, o tema foi tratado em conferências, cujas temáticas principais variavam entre o problema luso-brasileiro, o culto à tradição, a missão dos portugueses e a arquitetura tradicional no Brasil, e o público, também diverso, era formado ora pela colônia portuguesa em São Paulo e no Rio de Janeiro, ora por brasileiros natos interessados no debate cultural nacional. À variação de tema e público, correspondente a oscilação na maneira pela qual o problema da nacionalidade brasileira, em sua origem e composição étnica, era abordado. Nas conferências especialmente dirigidas para o público português imigrante, a ascendência lusitana aparecia como a principal e única etnia formadora do povo brasileiro que, por isso, podia ser considerado homogêneo tal qual a sua matriz geradora. Em se tratando do público local, Severo reconhecia nas alterações da matriz étnica original, em função das novas condições mesológicas e cruzamentos raciais, a mestiçagem do povo brasileiro, ainda que - numa equação semelhante à realizada para a afirmação da homogeneidade da nacionalidade portuguesa e de sua ascendência íbero-ligúrica - a principal fonte de definição da nacionalidade brasileira continuasse sendo a portuguesa. Essa variação na maneira de enfocar o problema étnico brasileiro ocorreu também não só em função do tema e do público, mas ao longo do tempo, sendo perceptível uma mudança mais profunda em sua fala no final dos anos 1930.

O primeiro discurso sobre o tema, pronunciado no IHGSP sob o título

"Culto à Tradição", foi coincidentemente o único em que Severo procurou tratar da nacionalidade brasileira do ponto de vista antropológico. Vale ressaltar que ele ocorreu alguns meses depois que a conferência "Origens da Nacionalidade Portuguesa" foi pronunciada. Provavelmente tanto o engenheiro como aquela instituição estavam interessados em investigar este tema. De fato, comprometendo-se, como sócio daquela instituição, com o "estudo histórico-antropológico do povo brasileiro", Severo afirmava que tal investigação tinha uma importância crucial na reconstituição das "tradições nacionais", na conclusão da "história analítica da população que habita o solo brasileiro", na determinação das "origens, formas e natureza íntima do organismo nacional" e por fim, na definição "histórica e [política da] própria nacionalidade."⁵⁰

Era somente a partir da retomada das tradições nacionais, entendidas como a "síntese da pátria", e da definição das origens étnicas da nacionalidade brasileira que o Brasil, como todas as nações, poderia afirmar sua independência e resistir às ameaças das correntes "desnacionalizadoras de algumas teorias políticas da atualidade [e] a doutrina desagregante de algumas seitas filosóficas e religiosas"⁵¹ daí o sentido patriótico de tal estudo. Ao recuperar o momento fundador da nacionalidade brasileira e suas tradições, Severo acreditava ser possível tanto aqui como em Portugal, definir a nação em sua coesão étnica e moral. Se, em sua terra natal, recuperar as origens da nacionalidade significava retomar os primeiros povoados humanos da pré-história, no Brasil, o ponto de partida parecia ser bem outro.

Com efeito, compreende em primeiro lugar o estudo antropológico e etnográfico das populações aborígenes, cuja natureza é incompletamente conhecida, cuja classificação étnica é ainda um problema, não só dentro do continente americano, como também em relação aos demais grupos humanos; e antes que por completo desapareçam os últimos representantes desses povos quase extintos, haverá que estudá-los rigorosamente, fixando-os no eterno livro da ciência. Em seguida abrange o estudo das populações e civilizações imigrantes, desde o primeiro colonizador, a sua adaptação orgânica ao novo meio, as alterações do seu tipo étnico, cruzamentos e mestiçagens, o seu folclore em todos os mitos e religiões, as transformações da sua forma social em função das novas condições mesológicas.⁵²

Em outras palavras, neste discurso inaugural tanto os indígenas, ou populações aborígenes, quanto a população adventícia de imigrantes e colonizadores, inclusive os portugueses, em seu processo histórico de fusão, estão na base da nacionalidade brasileira. Nacionalidade esta reconhecida em sua mestiçagem. A ascendência lusitana, porém, era sobrevalorizada quando Severo pontuava que portugueses e brasileiros teriam se fundido em um “destino” comum: “durante um longo período da história comum, cantando no mesmo idioma as mesmas canções líricas e tradicionais, as mesmas epopéias dos tempos heroicos”, comungavam das mesmas tradições e, na visão de Severo, de uma mesma matriz étnica.

Se em 1911, diante de uma seleta platéia de estudiosos brasileiros, Severo reconhecia a nossa mestiçagem, falando dois anos depois para seus compatriotas, afirmaria que a nacionalidade brasileira era fundamentalmente portuguesa. Para o engenheiro, os portugueses eram “elementos integrais, conservadores dos princípios basilares da nacionalidade” brasileira, que teriam, no passado como no presente, um papel ativo na constituição étnica desta nacionalidade, cabendo

à colônia [portuguesa no país] uma superior unificação, não com fins de política social ou económica, mas com o fito de realizar a unidade moral, conservadora dos caracteres da raça, procurando elevar-se ao nível superior de ilustração que corresponda ao alto progresso do Brasil; e, engrandecendo pela sua prosperidade, pela sua elevação moral e intelectual, a mãe-pátria portuguesa.⁵³

Afirmando um duplo compromisso com o Brasil e Portugal, que revelava a persistência do ideal redentor que o animara a se dedicar ao republicanismo e à arqueologia nos anos em que viveu no Porto, e que explicava em grande medida seu interesse pelo tema, Severo defendia nesta outra conferência não só a originalidade como a integralidade da matriz portuguesa, além da conservação dos laços étnicos entre as duas nações para além do período colonial. Essa defesa, contudo, não era definitiva.

Em 1914, ao retomar o problema da nacionalidade brasileira perante uma platéia local, Severo definia o Brasil como uma nação de recente formação e, em função disso, observava a possibilidade de recuperar as origens étnicas e tradicionais da nacionalidade por meio da arquitetura, da mesma maneira como

tinha investigado as origens da ancestral nacionalidade portuguesa através da arqueologia. Era através da arquitetura, definida dentre todas as artes como a mais eminentemente social, cuja característica basilar de “formação” não se poderia esconder, que ele acreditava poder acompanhar o nascimento, desenvolvimento e progresso da nacionalidade brasileira. Tratando do caráter “elementar que a obra de arte primeiramente gerada adquiriu em cada grupo humano, dentro do seu ambiente criador”, e, portanto, do vínculo estreito entre arte, arquitetura e a história de um povo e nação desde o seu nascimento, Severo afirmava:

É graças a essa cadeia tradicional das manifestações humanas, em que perdura o caráter original que o homem imprimiu à sua primeira obra, que se reconstitui a história de toda a obra de uma família, tribo, povo ou nação através do labirinto tumultuoso da história universal. São as manifestações sociais expressas no mesmo idioma falado, na própria linguagem das artes, na identidade dos mitos, religiões usos e costumes, que constituem dentro de um organismo social a sua TRADIÇÃO, o sangue vivificador que é impulsionado do coração, situado no mais íntimo do núcleo ancestral, levando até às zonas periféricas mais distantes a pura nobreza original, o caráter homogêneo da sua estirpe étnica.⁵⁴

Nesse caso, a arquitetura no Brasil, como a arqueologia em Portugal, podia ajudá-lo na tarefa de recuperar os rastros do povo brasileiro e de suas tradições. Se é possível divisar a relação estabelecida por Severo entre arquitetura e arqueologia nesta primeira conferência sobre arte tradicional no Brasil, é somente na segunda conferência sobre o tema, em 1916, que ela aparece de modo explícito:

Não é um estudo completo de Arquitetura no Brasil que vou exporvos, é simplesmente, uma lição, algumas notas sobre o seu passado e sua evolução até o presente, pesquisando aí alguns vestígios do filão precioso da Tradição Nacional. Pretendendo fazer história da arte, terei de ensaiar, portanto, uma monografia arqueológica. [...]

A arqueologia não é apenas o estudo da antiguidade, analisada como uma ossatura morta, ou dissecada como um cadáver em laboratório de anatomia. Não se prende às coisas do passado; como petrificações

imobilizadas na rocha sedimentar que é o seu eterno jazigo. Estuda as manifestações da vida da humanidade, *fases de civilização*; analisa as criações do homem como integrações da coletividade em determinado *meio e tempo*. É ciência social, fundamentalmente tradicionalista, porque considerada a obra de arte como cristalização de uma tradição, na qual o artista representa apenas um fator de expressão, acidental e temporário; é filosofia de *lógica evolucionista*, porque estabelece os *ciclos*, os ritmos, as leis evolutivas da arte nas suas manifestações através do tempo e do espaço.

A arqueologia não compete, pois, tão somente a países velhos, a essas ruinosas decadências, que pela América se menosprezam na ansiosa esperança de vida nova; a arqueologia é também de países novos e dos povos inovadores; e porque estes, na sua febre de inovação, jamais poderão isolar do seu meio tradicional o homem da atualidade, que é como retirar a célula viva do seu *meio gerador*.⁵⁵ [grifos meus]

Eis, então, o sentido do critério arqueológico adotado por Severo em seu estudo sobre a arte tradicional no Brasil, e a razão pela qual a arte e a arquitetura, entendidas também como formas de cristalização da tradição e, portanto como indícios poderosos de identificação do momento original de “formação” de uma dada nação, surgem em seus escritos como as principais disciplinas de investigação da nacionalidade brasileira em seu composto étnico.

Não por acaso, a primeira vez em que ensaiou este novo critério, fazendo história da arte como quem faz arqueologia, o engenheiro traçou o percurso de “formação” da nação brasileira a partir da arquitetura. Seu ponto de partida eram os “povoados indígenas que os primeiros descobridores encontraram acoutados pelos vales que percorrem o ‘interland* do imenso planalto basáltico”. Definindo os indígenas como povos circunscritos à idade da pedra em pleno regime de caça, que organizados em clãs, cultuavam os mortos, praticavam o totemismo, a antropofagia, uma indústria e arquitetura muito rudimentares, com suas cabanas de madeira, flechas e achas, Severo procurava comprovar a distância entre o “estado de cultura”, “idade” e “índole” desse povo primitivo e aquele experimentado pela “civilização brasileira”. O que o levou a afirmar que esta “civilização” teria sido criada somente após o “estabelecimento dos povos que pelo século XVI partiram do Ocidente Europeu, para a descoberta do resto

do mundo",⁵⁶ estabelecendo este momento como a data de nascimento do Brasil como nação e do brasileiro como nacionalidade.

O tema do descobrimento foi retomado quinze anos mais tarde numa outra conferência.⁵⁷ Nesta ocasião fiando-se na tese das origens pré-históricas da nacionalidade portuguesa, ramo fundante da "civilização" ocidental, Severo afirmava a superioridade e o pioneirismo daqueles primeiros navegadores portugueses que por aqui aportaram e construíram uma nova nação.

A Portugal - essa pequena faixa da Ibéria, nação de lusitanenses, formada antes das invasões cartaginesas e romanas, navegadora antes da odisséia fenícia - coube, tanto pela situação geográfica, como pelo caráter aventureiro e heroico da sua raça, o principal papel nesta epopéia da História.⁵⁸

A ciência da navegação, portanto, teria começado lá na pré-história com os lusitanos, primeiros habitantes daquelas terras extremas da Europa Ocidental. Segundo Severo, era de se estranhar uma tal perfeição na arte da construção naval e da navegação à época dos descobrimentos, não fosse a existência de uma verdadeira tradição nas artes náuticas datada de muito antes. Esta tradição e superioridade estariam documentadas pelos romanos e o levava a considerar um equívoco a afirmação de que o Brasil teria sido descoberto ao acaso. Esta afirmação, aliás, seria reforçada com base na reconstituição histórica da aventura marítima portuguesa, pela qual acreditava ser possível demonstrar que Cabral saíra de Portugal já com intenções de desembarcar nas terras da América do Sul, "cumprindo ordens secretas que pessoalmente recebeu de D. Manuel". Na sua reconstituição do descobrimento do Brasil há uma clara tentativa de "redimir" e engrandecer a história de Portugal e, por conseguinte de suas colônias, reconhecendo-se essa mesma intenção quando o engenheiro construía a sua versão da colonização de nosso país.

Épica da colonização

Uma vez definido que a nacionalidade brasileira, ao lado de sua arte e arquitetura, não eram frutos dos primitivos habitantes do novo mundo e sim de seus descobridores, Severo passava a estudar como teria se desenvolvido a

colonização no Brasil. Dentre os imigrantes que aportaram em nossas terras, o português teria sido o verdadeiro colonizador, pois, ao contrário dos outros imigrantes e do “aventureiro semita”, o português, não se satisfazendo com comércio e o tráfico de mercadorias, teria se fixado à terra descoberta e conquistada, “adaptando-se ao novo meio e aí estabelecendo a tradição nacional, que herdou dos seus antepassados, e é característica da sua raça”.⁵⁹

O sucesso da empresa colonizadora portuguesa era explicado pelo engenheiro em primeiro lugar pela decantada persistência étnica dos lusitanos através das mais diversas e “complexas interferências e tumultuosas combinações dos mais estranhos elementos” que pela “vasta arena ibérica passaram e repassaram, desde os tempos pré-históricos”. Teria sido “esta firme coesão de caracteres étnicos que, transportada para o país americano, dera a esse grupo de obstinados pioneiros lusitanos a continuidade e persistência de ação que os levava a constituir uma nova nação, moldada na sua original matriz étnica”.⁶⁰ Além dessa tradicional fixidez étnica, a similaridade climática entre a Metrópole e a colônia e a “resistência especial” do povo português “para os climas extremos de altas temperaturas” o teriam preparado para colonizar o novo continente. Nas palavras do engenheiro:

O ambiente físico e moral em que se formou o indivíduo e se desenvolveu a civilização lusitana, preparou-lhes o sucesso que alcançaram pelas costas e planaltos da América brasileira. As suas formas tradicionais aqui se estabeleceram com naturalidade enraizando-se e proliferando-se, e, sobretudo conservando, como na velha metrópole, a mesma virtude dominante de resistência à invasão destruidora de influências estrangeiras.

É, portanto, ao período histórico da colonização portuguesa que temos de ir procurar as origens da arte tradicional no Brasil.⁶¹

Entendendo a arte tradicional num sentido etnográfico e, portanto, ligada “intimamente ao modo de ser dos povos desde as suas origens, aos seus primitivos usos e costumes”,⁶² Severo afirmava com isso que “o período histórico da colonização portuguesa” constituía precisamente o momento de fundação da nação brasileira e de seu povo. É curioso notar que, como em 1911, ainda que o engenheiro fizesse referências às alterações do tipo étnico do primeiro colonizador através de cruzamentos e mestiçagens, presentes já mesmo em Portugal, o seu

esforço se concentra aqui na afirmação da persistência e homogeneidade étnica do povo português e de sua ascendência sobre o brasileiro. A quase inexistente referência de Severo aos negros e a classificação dos indígenas como elementos 'regionais', "autóctones", mas estranhos à "família brasileira" revela bem como o engenheiro procurava dissimular a mestiçagem no Brasil. Tarefa ainda mais difícil do que a realizada no âmbito da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e da *Portugália*.

A negação da mestiçagem, seu disfarce ou depreciação servia à tentativa do engenheiro de redimir e fixar a herança lusitana no Brasil. Desde o discurso do IHGSP, Severo se mostrava preocupado com o desprezo que os brasileiros dedicavam ao momento original de sua "formação", respondendo ao ambiente antilusitanista do início do século XX. Seu culto à tradição, ainda que concentrado no estudo das artes e arquitetura nacional, era declaradamente "uma atitude de oposição ao sentimento de indiferença, que por vezes se manifesta em alguns publicistas do Brasil, pelas tradições que se ligam à formação da nacionalidade, levados pelos motivos expressos: que foi de lamentável pequenez o povo criador, a raça decadente e inerte no seu conservantismo, a história um martirólogo de opressão e revoltas, a civilização tacanha e de arte nula".⁶³

Severo se contrapunha àqueles que, como o português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), "historiador e filósofo, cuja vasta obra por aqui se espalhou com sucesso conquistado pelo seu notável brilho literário",⁶⁴ retratariam o histórico período da colonização segundo um "critério racionalista, afastado do método de investigação direta - da análise etnográfica e arqueológica - " distante da "lógica" e da "ética" que guiavam a "natureza regional", a "civilização da época", a "religião" e a "moral" dos colonizadores portugueses. Tanto o realismo de Oliveira Martins quanto o de seus seguidores "daquem e d'além mar", nomeados pelo engenheiro como "humanistas e moralistas", ressentir-se-iam da crença na existência "de um tipo de homem ideal", o que os levaria a considerar erroneamente que o "meio social do Brasil-colônia" era "da pior espécie para a cultura de homens ou formação de um povo, e pior ainda para o desenvolvimento e progresso da Civilização." O quadro "dessas eras de formação" do Brasil, delineado pelos "humanistas e moralistas", segundo Severo era o seguinte:

A metrópole, decadente — após as últimas florescências do
século XVI — lançou sobre a América Portuguesa o vírus dessa

decomposição infectante; para este degredo foram deportados judeus e criminosos, transformando a terra de Santa-Cruz em retiro de quantos degenerados aqui procuraram couro e homizio; e, desta sorte se iniciou a colonização. A seguir, foi partilhada a terra em capitânias, partindo da costa, a oito, pelo sertão sem limite; e os donatários destas imensas coirelas começaram por devastar a terra, dizimando os povoados, pilhando e escravizando o indígena. Da mísera população nativa, a que escapava, ia-se internando pelos sertões, fugindo à barbárie branca, onde a atinge a tenaz perseguição das Bandeiras; e enquanto uns, os aventureiros batalhadores, conquistavam pelas armas, outros, os missionários jesuítas, dominavam os homens pela evangélica persuasão do culto católico, do mesmo jeito escravizando e explorando o martirizante labor do indígena. Falhando, o índio para a exploração extrativa da terra, veio o negro africano, aprisionado pelo mesmo brutal direito de conquista. E assim foi que, com o português degenerado, o indígena manso e aniquilado, o negro escravo, se caldeou o povo que foi colonizando o opulento território do Brasil. Montada na colônia uma burocracia de titulares com um Vice-rei investido de poderes majestáticos, a metrópole nunca fez mais do que extrair da colônia o máximo de riqueza, não retorquindo com o mínimo benefício, não prestando à gente e à terra a assistência da civilização que progredia no velho mundo sob o brilho do Renascimento. Fechou a colônia dentro de um monopólio absoluto, isolando-a do resto do mundo, sem liberdade de pensamento, de ação e de progresso; e desta sorte o Brasil-colônia teria sido duplamente vítima de Portugal, pela origem e pelo fatalismo desta infeliz hereditariedade. Eis, resumido, o tenebroso quadro.⁶⁵

Filiando-se entre àqueles que nomeava de “naturalistas e tradicionalistas que reportam-se ao homem real”, Severo ponderava que se “as cores [do quadro das eras de formação do Brasil, acima apresentadas] eram verdadeiras, a composição, porém [era] falsa”. Contrapondo-se à leitura dos “humanistas e moralistas”, afirmava que “a crítica histórica não deve considerar os fatos pelo que deveriam ser, mas pelo que foram e são; o homem não foi nunca o modelo imaginado pela razão humanista, mas uma realidade no seu meio físico e social de gestação e de

vida/⁶⁶ Por isso, estudava a colonização portuguesa levando em consideração o povo, o meio e o momento histórico no qual ela se desenvolvera, apresentando uma versão bem mais grandiosa daqueles acontecimentos.

A este torrão de bem-aventurança aportou o descobridor e o colono, irmãos gêmeos da mesma raça; aquele de uma nação em plena fase de epopéia, este, mais tardio, trazendo o vínculo dessa tradição heroica e o estigma de um povo, então dominado pela opressão da Contra-Reforma - influência que no velho mundo imobilizou, por mais de um século, os ideais humanos, despertados pela refulgente aurora da Renascença, para a obra gloriosa do progresso. Em presença do novo mundo, o colono encontrou-se só, apenas com os recursos da sua imponente robustez física e moral; e lutou in natura pela vida, batendo-se contra os elementos contrários do seu recente *habitat*, vencendo-os, escravizando ou destruindo-os; e construindo, com os elementos favoráveis que o novo meio lhe forneceu, o lar, a família, uma nação nova. A pátria de origem nunca pôde prestar-lhe o patronato que lhe cumpria, impossibilitada pela sua pequenez de colonizar e gerir a imensidade mundial que conquistara, seguindo o determinismo do seu ciclo histórico, suportando as crises da sua vida política nesses tempos de ambições imperialistas, ora estrangulada pelo domínio estrangeiro, ora absorvida pelas campanhas da independência, e sofrendo as desordens íntimas das lutas religiosas e das revoltas dos ideais democráticos.⁶⁷

Ao contrário da versão anterior, Portugal dos descobrimentos era retratado como uma "nação em plena fase de epopéia", ainda que admitisse mais adiante as dificuldades da colonização em virtude da pequenez da Metrópole - abalada à época por ameaças imperialistas e crises políticas internas -, da falta de apoio da Coroa e do estágio de civilização do colono, solitário diante da imensa tarefa que lhe fora confiada. Tais dificuldades não teriam intimidado o nobre colono, que com sua "tradição heroica", "robustez física e moral" e tenacidade, próprias de sua raça, teria conquistado, ocupado e criado uma "nação nova".

Organizou a colónia e explorou-a consoante os seus recursos e necessidades, os moldes do tempo, e estádio da civilização. Ninguém por essa época, ao que conste, colonizou melhor; a tradição não reza que fossem superiores os modelos clássicos das colónias gregas, cartaginesas ou romanas. Ocupou a terra, povoou-a em quanto foi possível à tão pequena metrópole, e defendeu-a da pirataria estrangeira, trespassando-a às gerações vindouras, integra na sua imensidade, e, o que é mais ainda, com as condições fundamentais de um poderoso império ou duma grandiosa república: uma população fixa ao solo, em que ora domina o sangue lusitano ora se caldeia em uma mestiçagem de firme adaptação ao meio, um só idioma unindo todos os habitantes deste país colonial, e uma tradição que os liga mais intimamente ainda do que o mesmo céu e o mesmo solo sobre que padecem em comum o martírio da vida quotidiana. A celebrada barbárie dessa colonização é muito inferior à da escravatura branca no coração da Europa culta, para domínio dos povos menores, vitória do catolicismo e glória da democracia cristã; mínima é em confronto com a crueldade dos corsários invasores que lhe ameaçaram os portos, e atacaram o comércio marítimo, às portas da própria Europa e do século XIX; e nada é se a compararmos então à barbárie inexcusável da invasão teutônica, a que presentemente assistimos, pasmes de horror e desilusão, quando ao raiar do século XX se idealizara o governo pacífico do mundo consoante as tábuas divinas da liberdade, igualdade e fraternidade.⁶⁸

O valente colono português semeou o novo continente, lançando no solo brasileiro as bases de uma nova nação, tal como Severo a definia, com um território íntegro e definido, uma população fixa ao solo, retratada aqui como mestiça e nesse sentido um pouco fora de sua descrição ideal de nacionalidade, inclusive da brasileira, uma língua comum e, sobretudo, uma tradição própria. Se para assegurar sua conquista havia usado da violência, ela não teria sido tão radical quanto a de outros povos em igual situação, ademais ela seria para o engenheiro até certo ponto justificável se levada em consideração “os seus recursos e necessidades, os moldes do tempo, e estádio da civilização.” Dessa forma, concluía:

O quadro do Brasil colônia transforma-se, pois, sob este ponto de vista, e o antepassado colono, injustamente caluniado in memoriam, é com plena justiça reintegrado no quadro verdadeiro do seu meio natural de existência, no ciclo histórico e político do seu meio social; de tirano passa a vítima, de mártir a herói nacional.⁶⁹

Era com este discurso que Severo procurava redimir os portugueses e sua empresa colonizadora, criando ao mesmo tempo um passado glorioso para os brasileiros, tão heroico quanto aquele idealizado por ele para seu povo através da arqueologia. Tal glorificação contava com as artes e arquitetura do período colonial como prova maior do valor do legado português.

Vida e morte do luso-brasileiro

O papel fundante da nacionalidade portuguesa no Brasil extrapolava no discurso de Severo, pelos menos até 1930, o período de colonização. Em “A missão dos portugueses”, discurso pronunciado em reunião da colônia portuguesa no Rio de Janeiro em 1918, o engenheiro defendia a primazia da ascendência lusitana na constituição da nacionalidade brasileira e a pertinência de uma ação contínua da colônia na afirmação dessa matriz original. De modo mais radical que no primeiro discurso sobre o tema, especialmente dedicado a seus patrícios, Severo afirmava categoricamente que:

As reações do meio são aparentes e nulas, porque o elemento português é constituinte basilar do integral étnico brasileiro. O emigrante português não tem aqui um objetivo diferencial; a sua missão é brasileira por natural e forçosa afinidade; e por este fato não deixa de ser essencialmente portuguesa.

Continuará, pois, como nos tempos da colônia, a transportar para aqui a inconfundível feição de seu povo, em que subsistem, com notável persistência, os caracteres dominantes da raça, de uma tal fixidez e resistência, que perduram através das mais diversas influências estranhas, em todos os meios e em todos os tempos.⁷⁰

Neste discurso, como no anterior, não há nenhuma referência a miscigenação ou a cruzamentos étnicos de portugueses no Brasil, seja ao longo do período colonial, seja Posteriormente. Há, entretanto, a mesma afirmação de existência de uma missão portuguesa contínua que ia ainda mais longe do que a manutenção do integral étnico português no Brasil. Como se apontou no capítulo anterior, o engenheiro tinha pretensões de firmar uma aliança luso-brasileira de ajuda mútua que assegurasse "desenvolvimento e progresso, dentro do concerto mundial" a Portugal e ao Brasil, com ajuda do continente africano, como se fosse possível resgatar as rentáveis relações coloniais entre aqueles países ou colônias naquele tempo presente.

É verdade que, explicitamente, o tema do luso-brasileirismo, até onde se sabe, só foi tratado pelo engenheiro perante uma platéia de conterrâneos, assim como a temática da arte tradicional seria reservada a uma audiência eminentemente local. Se, no primeiro caso, percebe-se que a promoção das relações entre Portugal e o Brasil acompanhou o engenheiro até os anos 1930, mesmo que ele tenha revisto certas idéias, no segundo, nota-se a concentração de seus esforços nos anos 1920. Ao longo desse período, Severo continuou a abordar o problema étnico da nacionalidade brasileira através da arquitetura, mantendo as mesmas inquietações e propósitos iniciais que faziam de sua campanha tradicional um movimento de concentração nacionalista de fundo patriótico, de defesa da pátria integral na sua essência étnica e de oposição ao desprezo pela "velha metrópole ou [pelos] tempos ominosos da colônia". O mesmo culto à tradição defendido por Severo nos anos 1910, exposto na recuperação da arquitetura do período colonial, segue como eixo central das últimas manifestações sobre o tema, com a importante diferença de que nestes textos, não há mais nenhuma referência à miscigenação, à contribuição de índios e negros, para além da afirmação do primado lusitano. Em seu derradeiro texto de campanha, "Reminiscências - A casa da faculdade de Direito de São Paulo", estas referências permanecem ausentes, assim como o teor mais radical de sua campanha, o texto se afigurando como uma justificativa pormenorizada e técnica do projeto para a nova sede da faculdade, concebido pelo engenheiro alguns anos antes.

Coincidentemente ou não, o fato é que em 1930 Severo escreve "Um prefácio para a 'Revista Portuguesa'" no qual afirma seu afastamento total da "fantasiosa especulação sobre o teorema luso-brasileiro". Este alheamento, talvez explique o arrefecimento que a campanha de arte tradicional no Brasil sofreu nos últimos anos de sua vida. Provavelmente a afirmação da independência da nacionalidade

brasileira diante da portuguesa o teria levado a pensar que também na arquitetura os brasileiros teriam realizado algo distinto, se bem que remotamente devedor das tradições lusitanas. É intrigante que neste prefácio, Severo afirmasse que "as condições de meio, de formação e de vida das duas nacionalidades, [portuguesa e brasileira] são inteiramente diferentes e mesmo contrárias". Se originalmente estiveram unidas pelo "laço indissolúvel da filiação étnica", aos poucos foram se diferenciando a tal ponto em que as semelhanças foram dando lugar a contrastes cada vez mais marcados do ponto de vista "geográfico, histórico, político, social e nacional", por isso não faria mais sentido pensar na continuidade da missão portuguesa no Brasil, nem mesmo numa cooperação entre as duas nações que extrapolasse o campo do debate intelectual. O engenheiro parecia admitir que as tensões comerciais entre Brasil e Portugal, presentes já desde a década de 1920, quando segundo Rui Ramos as iniciativas luso-brasileiras se firmaram,⁷¹ apontavam para a pertinência de uma associação entre as duas nações restrita ao campo cultural. Mais instigante ainda é que esta diferenciação, naquele momento aparentemente tão profunda quanto irremediável, houvesse começado com a interiorização do Brasil.

Breve se inicia a fatal expansão desta colónia marítima, pela terra adentro, galgando as portas do espinhaço que, como ciclópica muralha, separa a orla atlântica do vasto planalto central. Esta marcha para o Oeste, marcando em roteiros gloriosos a definitiva formação territorial do grandioso país, determina as condições novas de uma nova nacionalidade. O núcleo gerador está no espírito-guia desses primitivos bandos de aventureiros, de estirpe lusitana; em cada um desses bravos pioneiros existia já, inteiramente formada, a consciência hereditária duma Pátria.

E do Oeste retorna, como um refluxo natural, a onda da independência, derramando-se pelas escarpas das Serras-do-mar, escoando-se pelos grandes caudais do Norte e do Sul, alagando os empórios litorais da velha metrópole, até fundir-se no Oceano, essa estrada imensa por onde vieram os primeiros colonos, e para onde se expandirá livremente, em demanda do Mundo, a nova civilização brasileira.

Ocupando, do Nascente ao Poente, o mais vasto e rico hinterland' da América do Sul, o Brasil resultará formalmente americano: terá

apenas, e sempre, o cunho indelével da sua natalidade, pois que, pela raça, pela tradição e pela língua será essencialmente português; e nesta síntese étnica e histórica está a razão de ser da sua origem e da sua poderosa unidade nacional. Como resultante, uma nova nacionalidade se define e se impõe; para este grande povo do novo continente findou o cântico lusíada; o novo poema será substancialmente brasileiro.⁷²

Se a marcha bandeirante a que ele parece se referir teria sido fundamental para a expansão e consolidação do território brasileiro, por outro abrira caminho para a luta pela independência, nascente no interior, de onde se expandira, até chegar ao litoral. As reações do meio não teriam sido nulas, nem a influência das diferentes condições e transformações históricas na formação da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, o "cântico lusíada" teria reverberado somente nos anos do Brasil colônia, depois com a independência e a interiorização do país teria surgido uma nacionalidade nova diferente da portuguesa.

É importante marcar que tal diferença não significou em Severo a negação da ascendência lusitana, pelo contrário. A nacionalidade brasileira era ainda, na origem, essencialmente portuguesa e a marca indelével desta ascendência transparecia na "raça", na "tradição" e na "língua". O engenheiro sustentava a existência de uma remota, mas definidora relação filial entre as duas nacionalidades, que não obstante se mostravam distintas. O orgulho maior que sentia com relação ao colono português nesse momento se devia a esta sua capacidade de semear novas nacionalidades pelo mundo afora.

Desde muito moço, portanto, se definiu a admiração que devotei ao emigrante português, mundo afora plantando marcos indeléveis da nacionalidade, que se transforma em universo, que se reparte por outras pátrias; mas sempre revertendo à própria, e permanece na sua estabilidade original assim como elementar célula geratriz. [...]

Tombo do Maior Haver, que contém o radical imanente da unidade nacional; porque, ruída a muralha ciclópica que demarcou a unidade histórica e geográfica do Brasil, desagregada a coesão da etnia original que firmou a unidade política da nacionalidade, poderá esta evoluir para novos destinos, transformando-se em futuros e diversos quadros antropogeográficos, poderá falar e escrever no seu porvir um idioma

brasileiro; mas aquele radical que é histórico e filológico, tradicional e étnico, manter-lhe-a como Ávido-Bem, vinculado e inalienável, a estirpe ido-européia e ibero-latina, o estigma inconfundível e inapagável da sua origem portuguesa.⁷³

No discurso de Severo como um todo, marcadas as suas ambiguidades, continuidades e descontinuidades, percebe-se a inexorabilidade do passado, do momento crucial de nascimento de uma nacionalidade na "formação" da nação. Se tal nacionalidade se transformava ao longo da história, a sua "célula geratriz" estaria sempre presente, reiterando o momento original de sua fundação, explicando e justificando sua evolução. Pautando-se em interpretações deterministas, em que raça e meio tinham um papel central, a ponto de afirmar a impossibilidade de isolar "do seu meio tradicional o homem da atualidade, que é como retirar a célula viva do seu meio gerador", Severo procurava através da arqueologia em Portugal e da arquitetura no Brasil recuperar este momento fundador, para a partir dele explicar o presente e apontar caminhos para o futuro da nação. Se em sua terra natal a antiguidade pré-histórica do povo português, a ocupação desde os tempos mais remotos pelos lusitanos de um território já claramente demarcado, assim como a homogeneidade e coesão étnica de sua nacionalidade, serviam para justificar a pertinência de Portugal enquanto nação e apontar um projeto redentor que lhe assegurasse um lugar mais vantajoso no quadro político-económico mundial da virada do século XIX para o século XX, no Brasil, a ascendência lusitana, as qualidades de sua raça, a demarcação do amplo e rico território, as artes e arquitetura do período colonial serviam para regenerar o legado português e através dele comprovar a grandeza da nacionalidade brasileira.

* * *

Notas

¹ Ver Roberto Ventura, *Estilo Tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969; Lilia Moritz Schwarcz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

² Os poligenistas defendiam a existência de vários centros de criação do homem, que explicariam as diferenças, superioridade ou inferioridade entre as raças, fortalecendo, segundo Schwarcz, “uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais.” Sobre poligenismo, monogenismo e outras doutrinas raciais do século XIX ver Lilia Moritz Schwarcz, op. cit., especialmente o capítulo 2, pp. 43-66.

³ Sobre o conceito iluminista de civilização ver Maria das Graças de Souza Nascimento, *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Ruminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial /Fapesp, 2001

⁴ Os artigos em que o engenheiro aborda mais diretamente esta questão são: “Primeiros vestígios do período neolítico na província de Angola”. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 152-61; “Tesouro de Lebução (Traz-os-Montes)”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 1-14, “Necrópoles Lusitano-romanas de Inhamação”. *Portugália*. Porto, 1907, tomo II, fase. 3, pp. 417-31 e “Origens da nacionalidade portuguesa”. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. 2, pp. 100-14.

⁵ Ricardo Severo, op. cit., 1890, pp. 152-61.

⁶ Idem, ibidem, p. 152.

⁷ Sobre a relação entre romantismo e política ver Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Sobre a importância das tradições no campo da política no século XIX ver Eric Hobsbawm; Terence Ranger (Orgs.), *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁸ Hannah Arendt explica magistralmente como se deu a conquista do Estado pela nação na Europa ocidental entre a Revolução Francesa e o século XIX. Tal explicação nos ajudou a entender não só o sentido missionário do discurso de Severo, como a relação que ele estabelecia entre nacionalidade e Estado. Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 253-99.

⁹ Ricardo Severo, “A coleção arqueológica de Albano Bellino em Braga”. *Portugália*, Porto, 1901,

tomo I, fase. 3, p. 652.

¹⁰ Marilena Chauí, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 9-10.

¹¹ Idem, op. cit., p. 9.

¹² Idem, ibidem, p. 9.

¹³ Eric Hobsbawm, *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹⁴ Hannah Arendt, op. cit., 1989, pp. 147-87.

¹⁵ Lucia Lippi de Oliveira, Decadência e salvação. In: *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 49-73. Neste texto a autora fala sobre esse tema focalizando o caso francês, mas apontando que este era, naquele momento, uma questão européia por excelência.

¹⁶ Eric Hobsbawm, Terence Ranger (Orgs.). op. cit., 1984.

¹⁷ Ricardo Severo, op. cit., 1930, p. 103.

¹⁸ Pierre Paris era um arqueólogo francês, cuja obra “Ensaio sobre a arte e a indústria da Espanha primitiva” provaria, segundo Severo, a “existência de uma Civilização Ibérica rigorosamente determinada, anterior às influências vindas até à Península desde o oriente mediterrâneo por intermédio da civilização grega e dos fenícios”. O estudo de Pierre Paris era, aos olhos de Severo, um importante reconhecimento externo dos estudos já então desenvolvidos por Carlos Ribeiro, Martins Sarmiento e Alberto Sampaio. Cf. Ricardo Severo, op. cit., 1930, p. 110.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 114.

²⁰ As descobertas relatadas no artigo “Origens da nacionalidade portuguesa”, já haviam sido tratadas em Portugalia nos artigos intitulados “As necrópoles dolmenicas de Trás-os-Montes”. *Portugália*, Porto, 1903, tomo I, fase. 4, pp. 687-90, “Comentário ao espólio dos dolmens do conselho de Villa Pouca d'Aguias”. *Portugália*, Porto, 1903, tomo I, fase. 4, pp. 707-50, que retratavam as viagens de estudos realizadas pelo engenheiro à região de Trás-os-Montes entre 1884 e 1901 e “Les dolmens de Villa Pouca d'Aguiar, Questions de Authenticité”. *Portugália*, Porto, 1905, tomo II, fase. 5, pp. 113-17, no qual ele retoma as teses expostas nos dois artigos anteriores.

²¹ idem, op. cit., 1930, p. 100.

²² Ao final da referida conferência, Severo afirma que não tinha mais nada à acrescentar “sobre os elementos e processos de estudo da nacionalidade portuguesa”. Ricardo Severo, “Origens da nacionalidade portuguesa”. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1937, tomo I, fase. 5, p. 335. De fato, a partir desse momento ele se dedicou preferencialmente ao estudo da arquitetura tradicional no Brasil e aos assuntos diretamente relacionados à situação política de seu país e da colônia portuguesa no Brasil, como bem ilustra os quadros temáticos apresentados junto à bibliografia de Ricardo Severo em anexo.

²³ Ricardo Severo, “Origens da nacionalidade portuguesa”. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930,

tomo I, fase. 1, p. 1.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 4.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 1-2.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 4.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 4.

²⁸ Idem, *op. cit.*, p. 107.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 110.

³⁰ Idem, “Origens da Nacionalidade Portuguesa”. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1936, tomo I, fase. 4, p. 253.

³¹ Idem, *op. cit.*, p. 253.

³² Idem, *ibidem*, p. 254.

³³ Idem, *ibidem*, p. 255.

³⁴ No artigo “Os portugueses segundo algumas fotografias”, publicado na *Portugália* em 1901, Severo critica duramente o trabalho de Zaborowski, apresentado na Sociedade Antropológica de Paris no ano anterior, através do qual o antropólogo busca, a partir de fotografias, comprovar a variedade fisionómica e a mestiçagem do povo português. Para o engenheiro, o método de pesquisa de Zaborowski era falho e impreciso, apoiando-se apenas em documentação de carácter científico discutível, além de proceder a generalizações descabidas. Ficava claro que Severo não concordava com a conclusão da comunicação. Para provar que o referido estudioso estava completamente enganado, Severo afirmava que se o foco do estudo fosse Lisboa e apenas algumas fotos de sua população, escolhidas aleatoriamente, poder-se-ia chegar à conclusão de que a população da capital e do país era de negros retintos e, no entanto “a influência da raça negra é nula; alguns indivíduos indígenas de importação e casos de mestiços coloniais representam entre a população metropolitana insignificante gota negra que nem ao de leve acinzentam a massa primitiva de raça branca. Antropologicamente é um erro crasso, o qual apenas circula entre o esnobismo científico-literário de nacionais e exóticos turistas que nos visitam e estudam de carreira”. Cf. Ricardo Severo, “Os portugueses segundo algumas fotografias”. *Portugália*, Porto, 1901, tomo I, fase. 3, p. 653.

³⁵ Idem, *op. cit.*, 1936, p. 255.

³⁶ Idem, *ibidem.*, p. 256.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 256.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 259.

³⁹ Idem, *op. cit.*, 1937, p. 334.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 334.

⁴¹ Rui Ramos, “A invenção de Portugal”. In: *op. cit.*, pp. 565-95.

⁴² Idem, *op. cit.*, p. 568.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 569.

⁴⁴ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1937, p.335.

⁴⁵ Idem, *op. cit.*, 1930, p. 114.

⁴⁶ Idem, “Culto à tradição”. In: Academia Paulista de Letras. *Homenagem a Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo, SN, 1969, p. 52.

⁴⁷ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1969, pp. 51-2.

⁴⁸ Ornar Ribeiro Thomaz, *Ecossistema do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fapesp, 2002.

⁴⁹ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1937, p. 336.

⁵⁰ Idem, *op. cit.*, 1969, p. 51.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 52.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 51.

⁵³ Idem, “A Casa Portuguesa em São Paulo”. *Portugal*. Rio de Janeiro, 1925, n. 43, p. XIX

⁵⁴ Idem, “A arte tradicional no Brasil”. In: Sociedade de Cultura Artística. *Separata das conferências de 1914-1915*. São Paulo: Tipografia Levi, 1916, pp. 42-3.

⁵⁵ Idem, “A arte tradicional no Brasil”. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano II, v. 4, janeiro-abril, 1917, p. 395.

⁵⁶ Idem, *op. cit.*, 1916, p. 47.

⁵⁷ Conferência proferida no Centro Republicano Português de São Paulo em 3 de maio de 1931 em razão das comemorações do Descobrimento do Brasil. Ricardo Severo, *A Ciência Náutica Portuguesa e o Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Centro Republicano Português, 1931.

⁵⁸ Idem, *op. cit.*, 1931, p. 8.

⁵⁹ Idem, *op. cit.*, 1916, p. 47.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 48-9.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 49.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 44.

⁶³ Idem, *op. cit.*, 1917, p. 396.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 396.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 397.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 398.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 398

⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 398-9.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 399.

⁷⁰ Idem, “A missão dos portugueses”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5/12/1918, p. 3.

⁷¹ Rui Ramos, op. cit., p. 587.

⁷² Ricardo Severo, “Um prefácio para a 'Revista Portuguesa'”. *Revista Portuguesa*. m m São Paulo, 1930, tomo I, fase. 1, p. V.

⁷³ Idem. “Um 'tombo' luso-brasileiro”. *Discursos*. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura, 1937, p. 4 e 9.

Natureza, tradição e arquitetura

O tema das artes e arquitetura foi diretamente abordado por Severo em textos escritos entre as décadas de 1910 e 1920. Vinculados à campanha de valorização do legado lusitano e do passado colonial do país, esses textos trazem uma reflexão de ordem estética sobre a beleza sensível e o fenômeno artístico, que o aproximam de determinadas doutrinas contemporâneas da arte, comprometidas com as exigências específicas dos debates nacionalistas em curso em Portugal e no Brasil. Não se podem associar os escritos de Severo a uma corrente filosófica específica, é importante, entretanto mapear genericamente o modo como determinados conceitos e categorias provenientes do debate estético oitocentista foram absorvidos e atualizados pelo engenheiro português.

A estética naturalista em Ricardo Severo

A centralidade das noções de raça e meio, assim como a crença de que a principal fonte de beleza estética era a natureza revelam a dívida de Severo com a “estética naturalista” do filósofo francês Hippolyte Taine (1828-1893).¹ Considerado um dos mais importantes teóricos do naturalismo,² Taine foi um dos principais responsáveis pela transposição dos métodos das ciências naturais para o estudo da arte, as suas idéias sendo amplamente divulgadas, inclusive no Brasil,³ e aceitas pelo fato do filósofo ter se valido de um “método científico” para estudar as atividades do espírito, em especial a da arte. Segundo Sholom J. Kahn, Taine combinaria elementos das três linhagens tradicionais do naturalismo, a aristotélica, a romântica e a científica, contemplando o ideal artístico de imitação da natureza próprio de Aristóteles, o apreço pela originalidade e a individualidade

típico dos teóricos românticos, e a defesa do evolucionismo e positivismo que caracterizavam o cientificismo do século XIX.⁴ Esta combinação tão característica da doutrina tainiana está presente no discurso de Severo desde a conferência “A Arte Tradicional no Brasil” de 1914. Para o engenheiro português,

As produções artísticas concretizam-se em interpretações ou expressões estéticas das formas naturais de beleza; a natureza é o inesgotável museu, onde nada é feio e tudo sugere o sentimento puro e levantado do belo.

Os primeiros homens procuraram instintivamente na natureza os recursos necessários às exigências cotidianas da própria existência; esses primeiros artistas, perante o espetáculo das leis estéticas que regem os mínimos fenômenos naturais, tentaram igualmente tornar bela a própria vida, como bela é a vida na natureza inteira.⁵

Se neste trecho, à maneira dos antigos, o artista era, para Severo, ao mesmo tempo copista e êmulo da natureza, nela corrigindo as suas inevitáveis imperfeições,⁶ em outros em que o engenheiro elogia a originalidade, a individualidade, o caráter, a tradição e a nacionalidade artística, percebe-se o vínculo com o romantismo oitocentista. O caráter - termo muito frequente em todos os escritos de Severo sobre o tema - tinha o mesmo sentido profundo daquele estabelecido por Taine, ao definir a natureza e o valor da obra de arte a partir da sua “essência”. Para ambos, se as obras de arte variavam conforme o “estado de espírito” e os “costumes circundantes”, ainda assim havia algo que permanente que atravessava todos os períodos da história da arte. Era isto que definia o “caráter nacional”, “essencial” ou “dominante” de um povo, em outras palavras, que possibilitava o reconhecimento das obras artísticas como expressões de uma determinada nação.⁷ Nas palavras de Taine

Uma obra tão vasta e tão diversa, uma pintura que dura cerca de quatrocentos anos, uma arte que possui tantas obras primas e imprime a todas elas um caráter original e comum, é uma obra nacional; portanto, está unida a vida nacional e sua raiz está no caráter nacional mesmo. É uma floração preparada profundamente e desde muito tempo antes pela elaboração da seiva, conforme a estrutura adquirida e a natureza primitiva da planta que a produz.⁸

Estabelecendo um vínculo direto entre manifestações artísticas, meio e raça, Taine propunha em seu livro *Filosofia da Arte*⁹ um "método moderno [...] que começa a introduzir-se em todas as ciências morais, [e que] consiste em considerar as obras humanas, e em particular as obras de arte, como feitos e produtos dos quais é preciso descobrir os caracteres e buscar as causas; nada mais".¹⁰ Partindo desta assertiva, seria preciso considerar as obras de arte não como resultado do acaso, da vontade ou do gosto pessoal de seu criador, mas como "fruto" de "leis fixas" e de um conjunto de fatores de influência hierarquicamente dispostos.

Mostrarei primeiro a semente, quer dizer, a raça, com suas qualidades fundamentais e indelévels, tais como persistem através de todas as circunstâncias e em todos os climas; em seguida a planta, quer dizer, o povo mesmo com suas qualidades originais, acrescidas ou diminuídas, mas sempre aplicadas e transformadas por seu meio ambiente e por sua história; por último, os mostrarei a flor, quer dizer, a arte [...].¹¹

A raça era comparada pelo filósofo à semente de uma espécie vegetal, numa analogia bastante recorrente em seus textos entre as ciências biológicas - mais especificamente a "botânica aplicada" - e as artes.¹² Da raça, como da semente, Taine acreditava emanar o poder vital, as características primárias, originais e permanentes que geravam e definiam todas manifestações artísticas ou culturais de uma determinada nação. Contudo, a planta ou o povo, assim como suas manifestações artísticas, isto é sua flor, podiam ser transformadas pelo meio no qual tinham sido geradas, sua influência sendo de tal monta que para o filósofo, "as produções do espírito humano, como as da natureza, não se explicam senão pelo meio em que nascem."¹³ Como fruto de uma raça, de um povo e de um meio específicos, a arte só poderia se transformar se estas condições primeiras de sua existência fossem profundamente alteradas.

Consideremos sucessivamente os grandes povos desde seu aparecimento até a época presente: sempre encontrareis neles um grupo de instintos e atitudes sobre os quais as revoluções, as decadências e a civilização passaram sem provocar falhas ou rupturas. Estas atitudes e estes instintos estão no sangue e se transmitem com ele; para mudá-las é preciso alterar o sangue, ou seja, uma invasão ou

conquista estável, e, portanto, os cruzamentos de raça; ou pelo menos, uma mudança no meio físico, quer dizer, uma emigração e a lenta obra de um novo clima; em resumo uma transformação do temperamento e da estrutura corporal.¹⁴

Ao se referir ao meio e seus efeitos sobre a criação artística, Taine não se restringia ao ambiente físico ou natural, estendendo-se às circunstâncias morais, de usos e costumes vigentes no momento de produção de uma dada obra de arte, sustentando que se "a temperatura e as circunstâncias físicas selecionam as mais diferentes espécies [de plantas], trabalhando por eliminações, supressões, por seleção natural", a "temperatura moral", ou seja, "o estado geral do espírito e dos costumes circundantes", determinam "a espécie das obras de artes, não admitindo nada além daquelas de acordo com seu tom e eliminando as outras espécies pela colocação de uma série de obstáculos e por ataques renovados a cada passo de seu desenvolvimento."¹⁵ Essa temperatura moral condicionava não apenas o artista e a sua obra, mas também seu público, garantindo a eficácia da seleção natural no campo das artes. A relação entre floração artística e temperatura moral fazia com que cada obra de arte fosse o produto de um determinado momento, fechando-se assim o conjunto de fatores de influência definidos por Taine.

A maneira como Severo concebe a produção artística e define a arte tradicional carrega todos estes elementos da estética naturalista tainiana, do sentido evolutivo da história à definição da arte como um produto coletivo determinado pela raça, pelo meio e momento e, portanto, necessariamente compreendida em termos nacionais. Para ele:

Arte tradicional é a estilização das formas artísticas anteriores que integram em determinado tempo o meio local, o caráter moral de um povo, o cunho da sua civilização; é o produto duma evolução rítmica de ciclos sucessivos de arte e estilos; é uma expressão coletiva, estranha à vontade individual, do pleno domínio do sentimento, determinada em povos de tradição definida, nos quais o sentimento estético é estável como o sentimento da nacionalidade e a idéia da pátria.¹⁶

Até mesmo alguns termos utilizados pelo filósofo francês são adaptados pelo

engenheiro português nos textos da campanha de arte tradicional, quando este afirma que “assim como a *terra* com a *sua flora* nos dá a paisagem local, a feição regional do país, assim também a Arquitetura e artes ‘acessoriais* nos dão, não só o caráter da cidade e seus habitantes, mas também *afiliação étnica e histórica* da nação.¹⁷ [grifos meus]

Como se vê, as mesmas noções que fundamentavam o conceito de nacionalidade em Severo apoiavam o seu discurso sobre a tradição no campo das artes. Dessa forma, a base sólida e geradora da arquitetura tradicional, ou em outras palavras, aquilo que lhe garantia unidade e caráter era a raça ou etnia, entendida nos mesmos termos estabelecidos no discurso sobre a nacionalidade, ou seja, como um conjunto coeso de caracteres físicos e morais constantes, que constituíam o patrimônio mais profundo e definidor de uma nação. Também aqui a raça não definia completamente a arquitetura nacional sem que se considerasse o meio natural específico no qual ela tinha sido gerada. Uma mesma matriz arquitetônica em meios distintos podia dar origem a arquiteturas diversas, ainda que o laço filial que as unisse pudesse ser reconhecido. Era esse laço, ou expressão “indelével de sua ascendência” étnica, que no campo da arquitetura garantia o seu cunho tradicional. Raça, meio e tradição definiam a arquitetura como uma manifestação nacional, das origens ao seu desenvolvimento, desde que garantida a sua homogeneidade e persistência racial.

Determinações mesológicas e étnicas da arquitetura

Em 1914, retomando a arquitetura do período colonial a partir da obra de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), o engenheiro afirmava que para o artista francês, os jesuítas tinham obedecido “judiciosamente em suas obras às exigências do clima e dos materiais próprios do país”, abrangendo “uma das leis fundamentais da arte arquitetural”.¹⁸ Esta obediência deixaria de ser seguida quase que completamente no Brasil a partir de meados do século XIX, quando

a arquitetura aqui perdeu por completo o seu caráter tradicional, a sua razão de ser dentro do quadro nacional, sem um estilo definido, sem uma lógica, sem um destino; entre as vilazinhas do arrabalde, as grandes casas urbanas, as igrejas ou os edifícios monumentais, não se descortina mais uma forma, um tipo característico, que exprima uma

feição do caráter nacional, da resplandecente natureza do país, da sua tradição étnica ou histórica.¹⁹

Essa idéia era retomada dois anos mais tarde, ainda que de modo indireto, quando Severo postulava a existência, em toda construção, independentemente de seu destino ou porte, de “um princípio fundamental da estética, que impõe a mais perfeita harmonia entre a sua forma e o seu destino, no seu lugar e no seu tempo”,²⁰ a adaptação das manifestações artísticas às condições mesológicas locais sendo um dos preceitos mais importantes da estética. Valendo-se nesta conferência do livro *Estética das Cidades*, escrito em 1893 pelo “Bourgmestre de Bruxelas” Charles Buis (1837-1914), Severo afirma:

Não se cria por deliberado propósito um estilo novo; os estilos de arquitetura formaram-se lentamente conformando-se insensivelmente às exigências dos materiais, do uso e do clima... Desgraçadamente em certas épocas os arquitetos desconhecera o transformismo da floração arquitetural, transportando bruscamente edifícios exóticos para climas que não lhes convinham, adaptando-os cruelmente, ao mesmo tempo, a usos para os quais nunca foram destinados...²¹

Retomando a argumentação do engenheiro na conferência de 1914, observa-se a permanência do vínculo entre as determinações mesológicas e as expressões arquitetônicas ditas tradicionais. Naquela ocasião, o primeiro “motivo” tradicional apresentado por Severo como perfeitamente adaptado às exigências do clima local foi o telhado de “quatro planos ou ‘águas”, “telhas cilíndricas”, que “com o seu amplo beiral *imita a copa das árvores frondosas*, sombreando as fachadas, geralmente de pouco pé-direito, em uma atitude protetora e hospitaleira.²² [grifos meus]. A mesma analogia de matriz tainiana, estabelecida entre o telhado e a árvore, era retomada em outro motivo tradicional.

A *gelosia* ou *róula*, chamada também *adufa* em Portugal, é sumariamente o modelo que os romanos empregaram com a designação de *transenna*, em tudo semelhante às adafas árabes e aos moucharabiehs do Cairo. É o anteparo, vazado como um crivo de madeira, colocado na face das portas e janelas, com o fim de resguardar

a casa do sol, e para ver de dentro, sem ser visto de fora. Provém de países quentes e luminosos, como vedação contra os raios do sol; a sua ação é semelhante à da folhagem das árvores, por cuja enredada treliça se cõa a luz, cuja intensidade se acalma, produzindo ao mesmo tempo uma sombra fresca e um arejamento natural e perfeito. Pelo que tem de maliciosa a sua aplicação, justifica-se o seu sucesso velando os gineceus romanos e árabes, e os conventos de monjas.²³ [grifos meus]

À explicação naturalista de sua forma, aplicação e efeitos, Severo acrescentava uma justificativa moral, vinculada aos “usos e costumes” da sociedade colonial, que era elucidada pelos comentários e desenhos do militar inglês Henry Chamberlain (1796-1844),²⁴ para quem as rótulas eram convenientes,

para interpelar os raios de luz, tornando assaz frescos os apartamentos, ao mesmo tempo que os habitantes vêm, sem serem vistos, tudo quanto se passa na rua. Acrescenta alguns comentários maliciosos. As visitas de um amigo dentro de casa, quando o senhor está ausente, eram consideradas inconvenientes pelas damas do Rio; não era raro, porém, que recebessem visitas pela forma denunciada na gravura. Davam-na muitas vezes deste modo entrevistas amorosas. Ao aproximar-se o visitante, a rótula cai e a senhora desaparece até que haja passado o perigo de ser vista pelo estranho.²⁵

Mesmo que Severo percebesse, com Chamberlain, algumas das mediações sociais que se estabeleciam através da rótula,²⁶ o motivo central de sua retomada residia na sua “primitiva singeleza, e na sua lógica adaptação ao meio telúrico”,²⁷ o mesmo valendo para os telhados, as portas, as janelas e “alguns dispositivos que realizam com exceção das alcovas sem luz direta, uma perfeita adaptação às condições higiénicas principais que competem ao clima local”, como, por exemplo os pátios centrais.

O plano da casa com o pátio central ou aberto para uma das fachadas, como é de uso nas penínsulas do meio-dia da Europa e nos países do Norte da África, constitui o modelo próprio do clima brasileiro, dá ao interior da casa uma disposição centralizada, independência

de aposentos, facilidade de comunicação, ao mesmo tempo em que permite melhor insolação e arejamento, não falando dos recursos de ornamentação interna a que se prestam estes átrios e varandas que podem transformar em verdadeiros jardins.²⁸

A mesma adaptação das “formas à natureza dos materiais e do clima” local que marcaria a arquitetura tradicional era identificada por Severo com relação às cidades ou “povoações” coloniais, cujo traçado teria se desenvolvido “conforme a disposição do terreno, serpenteando as suas ruelas pelos vales ou rodeando as encostas, adquirindo esse caráter pitoresco que só dá a perfeita coesão entre a obra do homem e da natureza, essa harmonia que constitui o caráter regional da arquitetura de uma aldeia ou vila”.²⁹

Os motivos arquitetônicos aqui estudados seriam valorizados por Severo também por seu caráter étnico. Típicos da arquitetura metropolitana, o conjunto desses elementos davam vida a edifícios marcados pela “solidez”, a “horizontalidade” e a “harmonia geométrica das suas linhas” que coadunariam com o “*caráter Torte, rude, crente e simples*’ do povo lusitano”, que lhe deu origem. Na descrição desses elementos, contudo, o que se revela é a influência determinante de outros povos. Das “bicas levantadas à moda chinesa”, às “transennas romanas”, às “adafas árabes”, aos “moucharabiehs do Cairo” e aos pátios centrais de fundo romano-árabe, surge uma arquitetura híbrida que não coaduna com a suposta pureza do povo português. A homogeneidade étnica daquela nacionalidade tão duramente defendida pelo engenheiro em suas pesquisas arqueológicas se enfraquecia, então, no campo da arquitetura, explicitando as contradições de um discurso que se pautava por controversas teorias raciais.

Arqueologia, etnografia e arte no Brasil

Os motivos que levaram Ricardo Severo a se dedicar à história da arquitetura no Brasil são diversos, mas absolutamente entrelaçados, destacando-se o interesse pela arquitetura do período colonial; a intenção de “fazer arte tradicional”; a pretensão de desvendar as origens da arquitetura brasileira e, através dela, as desta nacionalidade e, por fim, o intuito deliberado de valorizar a herança lusitana. Para o engenheiro português, o estudo da arquitetura não só não estava ensaiado no Brasil, como “alguns dos escritores que se têm ocupado das artes entre nós, sob um ponto de vista

crítico ou histórico, fundam-se no quadro, já reproduzido, que explica a decadência ou incapacidade do período colonial; e passam por alto todo esse labor artístico, que não julgam digno de nota, e menos ainda do interesse das gerações hodiernas".³⁰ De fato, desde as primeiras manifestações sobre o tema, o engenheiro tomava as antigas e modestas construções do período colonial como vestígios poderosos de identificação do momento original de "formação" desta jovem nação, considerando-os tão reveladores quanto haviam sido os antigos fósseis por ele pesquisados em Portugal. Atribuindo àquelas construções a capacidade de cristalizar as manifestações mais primitivas de nosso povo Severo se propunha a ,

orientar o estudo das artes no Brasil segundo o critério etnográfico-arqueológico e despi-lo por completo das falsas condenações de historiadores e estetas, cuja erudição se reporta aos tipos monumentais das grandes metrópoles [...], das épocas mais brilhantes da sua civilização, modelos que muitas vezes se encontram deslocados no meio local e tradicional que os envolve, como criações de estranha suntuosidade, fulgurações de um gênio exótico, produzindo admiração e apreço, mas não o respeito e veneração do seu povo.³¹

O compromisso de valorizar o legado português no Brasil é flagrante e perpassa toda a genealogia étnico-artística construída pelo engenheiro ao longo de sua campanha de arte tradicional. Como em seu discurso racial, a ascendência lusitana era supervalorizada em detrimento das contribuições de índios, negros ou outros povos imigrantes. Se com relação aos indígenas, Severo considerava que as suas manifestações artísticas, "pelo seu caráter e simbolismo original, se prestam a novas expressões estéticas"; estas não seriam, "porém tradicionais, se bem que caracteristicamente autóctones" e seriam, portanto, estranhas no meio da "família brasileira".³² Com relação aos negros, suas referências não passam de um breve comentário sobre a escravidão, no qual o engenheiro se opunha à idéia de que esta teria sido de uma "barbárie" e "crueldade" sem tamanho.³³ Quanto aos imigrantes de outras nacionalidades, Severo os definia como "aventureiros" que não teriam se fixado à terra com o intuito de "constituir uma nova nação, moldada na sua original matriz étnica", como afinal teriam feito os colonizadores portugueses. Desse modo, o povo brasileiro, sua arte e arquitetura tinham para o engenheiro a sua "origem no coração da Ibéria". Por isso, para se estudar

qualquer manifestação de cunho nacional, ou antes, tradicional no Brasil, era preciso inexoravelmente remontar a Portugal.

Os que condenam [a] arquitetura [do período colonial], pelo mesmo espírito de parcialidade sistemática condenarão também as suas origens arqueológicas. Não obstante, seguiremos esse roteiro histórico através do pequeno país lusitano onde partiram para as índias Ocidentais os construtores da nacionalidade brasileira; e procuremos demarcar os afloramentos desse filão tradicional, para ver se, em troca do ouro e das pedras preciosas que daqui levou a metrópole, topamos cristalizações da tradição, diamantinos reflexos da arte, essências espirituais da alma nacional, isto é, da alma brasileira.³⁴

História da arquitetura portuguesa e arqueologia do colonial

O primeiro passo dado por Severo no estudo da arquitetura portuguesa, tão desprezada naquele momento quanto todo o vestígio do passado colonial, foi o da sua valorização no cenário Europeu, recorrendo para tanto à literatura internacional de celebração e a autores como “os ingleses Murphy e Watson, o polaco Conde Rackzynski, o italiano Vasari, os alemães [Albrecht] Haupt e C. Justi, os franceses Dieulafoy e Bertaux”.³⁵ segundo passo foi o estabelecimento de uma periodização que vinculava a história da arquitetura portuguesa à história do Brasil que se iniciava no século XVI e terminava no século XVIII, último momento de nossa colonização.

Segundo o engenheiro, o século XVI na Europa como um todo havia sido marcado pelo “renascimento das artes do mundo clássico grego-romano”. Esta arte de origem italiana, proveniente de Roma e do Papado, “aristocrática”, de elevado “espírito de grandeza, de poder, e de domínio”, teria dominado o cenário artístico europeu, “vencendo as velhas artes medievais, que eram a expressão elevada da democracia cristã”,³⁵ mas encontrando em Portugal uma forte resistência.

Ao pequeno país do extremo ocidental da Europa chegou também a influência desse poderoso Renascimento; mas aqui encontrou a resistência dum estilo original, que havia adaptado as últimas labaredas do gótico flamejante à opulência dessa pequena monarquia, também

em período áureo de renascença, que imperava em um mundo novo de dilatados limites. O estilo da época, denominado Manuelino, representa em Portugal um período glorioso de brilhante prosperidade, mas tem raízes fundas no período medieval, e mais profundas ainda na tradição popular, na alma desse povo navegante; por isso a Renascença italiana se enxertou nas suas obras como floração parasitaria, e só progrediu quando essa grande época findou, começando a manifestar-se no seu ciclo os primeiros sintomas da decadência.³⁶

Tal interpretação ecoava a leitura corrente que se fazia da história da arte portuguesa a partir de meados do século XIX, quando, segundo Paulo Pereira, o gótico, especialmente o tardo-gótico ou manuelino, foi revalorizado num contexto cada vez mais marcado pelo nacionalismo, como a primeira manifestação do estilo nacional e de resistência ao sentido universalista da arte renascentista. Esse mesmo período era marcado no campo da arquitetura pelo revivalismo e ecletismo,³⁷ ambos definidos, cada um a seu modo, pelo forte interesse pela história da arquitetura, conhecimento que, não por acaso, se estabelecia no oitocentos. Em Portugal, esse interesse se revelou no apreço pelas tradições medievais.

Com a valorização do manuelino através dos escritos de [Francisco Adolfo] Varnhagen (datados de 1842, dedicados a Belém) e através dos rigorosos estudos críticos de Luís Mouzinho de Albuquerque (de 1854 e ainda em torno da Batalha, por via dos importantes restauros então efetuados), a arquitetura medieval vai ocupando um lugar nobre na vida intelectual e na historiografia portuguesa oitocentista, ou pelo menos nas considerações, quer poéticas, quer políticas (de teor sempre nacionalista), quer cívicas (relativas à proteção do património monumental), da responsabilidade de homens como Alexandre Herculano ou [Almeida] Garrett.³⁸

Para além de iniciativas isoladas, a tendência revivalista em Portugal representaria a convergência da historiografia, da crítica, da restauração e da poesia em um movimento estético e político de maior alcance.

Na realidade, Varnhagen fazia parte de um importante círculo de estetas e historiadores, entre os quais incluíam personagens como Alexandre Herculano, o cardeal Saraiva e Almeida Garrett. As preocupações que estes demonstravam pela preservação dos grandes monumentos portugueses - Bastilha, Tomar, Jerônimos e Mafra - era partilhada pelo príncipe consorte D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha, um amador das artes, curioso desenhador e, também, esteta. Herculano já em 1837 escrevera um significativo artigo dedicado à arquitetura gótica, o primeiro de uma série dedicada à exaltação dos valores cívicos da conservação do património português, especialmente medieval. Por esta altura inicia também a publicação de romances históricos em cenários arquitetónicos da medievalidade como *A abóboda*, *O Bispo Negro* e *O monge de Cister*.³⁹

A denominação *manuelino*, para o estilo, arte ou arquitetura do período teria sido cunhada, ainda segundo Pereira, por Francisco Adolfo Varnhagen na obra *Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém* e divulgada por Almeida Garret e Alexandre Herculano, num período marcado por uma visada romântica da história.

Nesta altura, convém lembrar, era voga "procurar" estilos arquitetónicos que definissem uma nação, que exprimissem, enfim, um *volkgeist*, esse espírito profundo de um povo traduzido em valores coletivos e permanentes e em criações absolutamente originais. Ora, Varnhagen (nascido no Brasil, filho de mãe portuguesa e de pai alemão) era um homem imbuído do nacionalismo romântico liberal de meados do século ou, se preferirmos, marcado fortemente pelo nacionalismo "progressista" da época. E assim, nesse quadro excepcional, Varnhagen creditará o povo português do seu estilo nacional, cujo surto - como não poderia deixar de ser - coincidia com o apogeu do império no reinado de D. Manuel, e com o período das descobertas marítimas e da expansão.⁴⁰

Os mesmos grandes monumentos portugueses destacados por estes intelectuais pelo caráter nacional manifesto no estilo manuelino eram lembrados por Severo, cujo olhar era igualmente marcado por este espírito romântico. Reconhecendo as influências estrangeiras do manuelino ora "góticas, platerescas,

mudejares ou indianas", assim como o tem apontado a bibliografia especializada, Severo se preocupava em destacar que, embora algumas das características pudessem ser "originárias uma parte do Norte, outra parte do Oriente, das civilizações descobertas; os artistas dos seus monumentos, porém, [eram] portugueses natos: Affonso Domingues na Batalha, os Castilhos nos Jerônimos, Garcia de Rezende na Torre de Belém".⁴¹ A partir da nacionalidade dos artistas e arquitetos, Severo justificava o processo "natural" de nacionalização artística que teria ocorrido com o renascimento, o manuelino e todos os outros estilos estrangeiros que se introduziram em Portugal. O engenheiro estendia ainda tal característica para todos os países da raça latina, onde o mesmo tipo de alteração teria ocorrido com relação ao renascimento clássico.⁴²

A interpretação do engenheiro coincide também em outro aspecto com a daqueles que contemporaneamente tem estudado a história da arquitetura em Portugal, embora do ponto de vista da periodização eles se diferenciem. Para Paulo Pereira, Rafael Moreira e Carlos de Azevedo, ainda que ecos renascentistas já se fizessem sentir desde o final do século XIV, sua aceitação em Portugal foi tardia em função da resistência manuelina. A referência à arquitetura clássica teria se restringido inicialmente aos ornamentos, não alterando em nada as estruturas dos antigos edifícios medievais pelo menos até a segunda ou terceira década do século XVI, quando o espaço renascentista como um todo foi plenamente adotado no país.⁴³ Nas palavras do engenheiro:

O Renascimento aparece, pois, em Portugal como um enxerto exótico, de que vos darei um exemplo histórico na portaria da igreja de Santa-Cruz de Coimbra — obra de Diogo Castilho — com a feição manuelina [...], mas em cuja escultura aparece a influência da renascença; a janela superior é que conservou a pureza do estilo nacional.⁴⁴

O claustro dos "Philippes" e a Cartucha de Évora são exemplos para Severo de como se deu o renascimento em Portugal a partir do século XVI. O primeiro é considerado um exemplar de "puro renascimento romano", atribuído a Terzi ou Torralva, enquanto o segundo é definido como um modelo "que se encontra na Itália e na França e [que] foi reproduzido com variantes barrocas em igrejas coloniais". O claustro dos Felipes localizado no Convento de Cristo em Tomar é um exemplo de ordem combinada com arcos, tal como teria sugerido Sebastiano

Serlio e foi concebido segundo a bibliografia especializada por Diogo Torralva, discípulo de Diogo de Castilho,⁴⁵ como apontara o engenheiro nesta conferência.

No século XVII, o renascimento clássico sofreria um revés não só em Portugal, mas como em todos os países de raça latina, atingido por novas modificações que “notabilizaram Borromini, Bernini, Cortone e Rainaldi”, e cujas razões eram assim explicadas por Severo:

[...] a frieza hierática da arte clássica não podia abranger por completo o renascimento humanista, que se transformou em um movimento popular; por um lado a hierarquia teocrática (que aceitou a severidade do estilo clássico), por outro a aristocracia da arte para as castas nobres ou privilegiadas, não se adaptaram mais ao espírito liberal do século XVII. A vitória da Igreja Católica, a necessidade de adaptar o culto à sua obra de propaganda, e de decorar os templos para a sua suntuosa liturgia, concorreram para a libertação da nova arte. A igreja transforma-se em um salão de festas para glorificação da obra triunfal do catolicismo; os Concílios permitiram estas liberdades: “nihil profanum nihilque inhonestum apparent”.⁴⁶

Severo se referia ao *barroco* como um novo “renascimento humanista”, contrapondo à “frieza” do renascimento clássico a suntuosidade do novo estilo. O termo “humanista” é empregado não para se referir ao movimento intelectual concomitante ao renascimento nas artes, mas a uma tendência de romper com a severidade clássica em nome de sua popularização. O século XVIII, portanto, coincidiria com o “renascimento barroco”, cuja arte se propaga

cada vez com maior excesso de ornamentação; e produz em Portugal o rocó do tempo de D. João V, monarca com hábitos de ostentação, que a igreja amimava na sua ambição de catequese universal pelo deslumbramento. A exuberância da escultura e da pintura, junta-se à riqueza dos mármore, alabastros, lápis-lazúlis, serpentinas, jadeites, malachetas, etc., e só faltou que gemas preciosas brilhassem também sobre o ouro dos retábulos, entrando como material decorativo da arquitetura religiosa de então.⁴⁷

Do mesmo modo que Severo, José Fernandes Pereira e Nelson Correia Borges também relacionam o monarca com o advento do *barroco* português. Para estes autores,

O principal mecenas da arte portuguesa setentista é D. João V Beneficiou-se de uma série de circunstâncias favoráveis à execução de projetos grandiosos. Depois das Guerras da Restauração do século XVII é o primeiro soberano a beneficiar de uma pacificação geral durante o seu longo reinado de quarenta e quatro anos, circunstância que o deixa liberto para tentar estruturar a arte portuguesa e dotá-la de métodos e obras de dimensão europeia.⁴⁸

Além do longo período de paz, D. João V também teria sido ajudado por uma "situação financeira invejável proporcionada pelo ouro e diamantes brasileiros", podendo investir na imagem do país como afirmação da grandeza da nação frente à Europa.⁴⁹ Talvez por isso, a arte do reinado de D. João V, assim como a de D. Manuel, tenha sido tão valorizada por Severo, suspeita que se confirma no texto escrito sobre o projeto do Pavilhão das Indústrias de Portugal,⁵⁰ no qual o engenheiro afirma com todas as letras que o *barroco* havia correspondido nas artes "a uma era de renascimento [nas mais diversas manifestações artísticas, políticas, económicas e sociais], após a libertação de 1640", ou seja, o julgo espanhol. Era, portanto, uma arte da reconquista, de independência portuguesa, representando um tipo característico diferente de sua matriz italiana. Assim como o *manuelino*, o *barroco* seria uma arte própria de um período de grandeza do império português e de elevado cunho nacional, pelo que deveria ser mais do que louvado.

Esta valorização do *barroco* estava indicada na conferência de 1916, especialmente quando o engenheiro afirma que de nada valiam suas lições para aqueles que

detestam o barroco, porque dizem ser uma decomposição avariada, do neoclassicismo. Entretanto, aquele estilo é, como o gótico, das mais belas expressões artísticas duma época e dum meio social, tem uma legitimidade tão legal quanto o dogma clássico das ordens arquitetônicas dos pantheons greco-romanos. Na arte não há estilos privilegiados.⁵¹

Apesar de afirmar que não lhe competia “fazer a reabilitação do *barroco*”, Severo se valia de um exemplar curiosamente italiano e não português, o projeto para o Duomo de Milão de 1648 de Francesco Castelli, e do comentário de Bernini sobre o projeto, para afirmar as qualidades estéticas do estilo e provar que este era a “maravilha dos olhos e a última palavra em arte”.⁵²

Se o *gótico*, *manuelino* e o *barroco* eram estilos originais, ou seja, manifestações artísticas de verdadeiro cunho nacional, o *renascimento* era para o engenheiro um estilo importado que em solo português tinha se nacionalizado. Os três estilos tinham sido trazidos pelos colonizadores portugueses para o Brasil, aqui se adaptando e modificando em função das novas “condições regionais do meio”.

Essa idéia seria retomada ao final desta parte da conferência, quando Severo trata “dos tipos de arquitetura civil”, considerando-os como a própria denominação expõe “matrizes”, “padrões”, “motivos genéricos” que haviam se disseminado não só pelo Brasil, mas por todas as colônias portuguesas. Dos cinco tipos por ele elencados, os quatro primeiros eram “tipos de palacetes provincianos, abastadas habitações de ricos-homens” e o último um exemplo de paço real. Não havia nenhuma referência à casa popular portuguesa, ainda que em seu discurso a tradição arquitetônica de seu país estivesse intimamente ligada aos costumes e modos de morar do povo. Este silêncio também se refletirá em seus projetos, nos quais se percebe um maior vínculo com a arquitetura nobre e erudita, do que com a arquitetura popular de Portugal.

Os tipos de palacetes por ele apresentados em ordem cronológica e segundo o estilo arquitetônico são: “o palácio dos Condes da Carreira em Vianna (manuelino) [...], a casa da Misericórdia, também de Vianna (renascimento) [...], o Solar de Matheus, de Vila Real (barroco) [...], e a casa da Quinta dos Calheiros, de Ponte do Lima”,⁵³ cujo estilo não é definido pelo engenheiro. Os dois primeiros não inspiraram muito a arquitetura de Severo, enquanto que os dois últimos - exemplares *barrocos* do norte de Portugal -, trazem uma série de referências importantes para a leitura de seus projetos, sobretudo aqueles voltados para programas não habitacionais. Dentre estas referências destacam-se: a ênfase na linha dos telhados, a presença de grandes pináculos nos vértices dos telhados, a ornamentação pesada e curvilínea concentrada nas aberturas, o desenho das balaustradas das escadas e a varanda lateral de acesso à residência com colunas apoiadas sobre meios pedestais destacados do guarda-corpo.

O Paço de Queluz, obra que fecha seu comentário sobre a arquitetura em

Portugal, está segundo o engenheiro "ligado à vossa historia por acontecimentos da Casa Real de D. João VI [...], onde nasceu e morreu o primeiro Imperador do Brasil; foi o Versailles da corte de Lisboa; o seu estilo e dos seus parques, na graciosa arte do século XVIII, dá-nos um modelo digno de ser mostrado no ponto de vista artístico e arqueológico".⁵⁴ Construído no século XVIII, o palácio passou por diversas reformas até o século XIX e concentrava interna e externamente características dos mais diversos estilos, do *barroco* e *rococó*, concentrados nas ornamentações e no desenho dos jardins, até o *neoclássico* presente na estrutura geral do edifício, no frontão da fachada principal e nas platibandas dos telhados ornadas por estátuas de figuras humanas.⁵⁵ O destaque dado ao palácio não dependia tanto destas características quanto da simbologia pela qual ele estava envolvido, de um lado como marca histórica da ligação entre o Brasil e Portugal nos oitocentos, de outro como foco de resistência à dominação napoleônica.

A sua Arquitetura não desonra uma época de turvação política, em que mal podia cuidar-se em Portugal das artes e dos monumentos nacionais, recentemente violados, demolidos, saqueados, pelas invasões das aguerridas falanges napoleônicas, contra as quais o pequeno reduto lusitano teve mais de uma vez de defender o sagrado relicário da pátria, único que ficou intacto, porque jaz no coração do povo, velado pela mais bela e pura alma da liberdade e independência.⁵⁶

Este comentário é oportuno, pois relembra a íntima relação traçada por Severo entre a arquitetura, a história de Portugal e a nacionalidade portuguesa desde os tempos mais remotos. Resta saber como Severo estabelece esta mesma relação no Brasil, a partir das tipologias trazidas pelos colonizadores para nosso país e de que modo elas teriam se adaptado ao novo meio.

História da evolução da arquitetura brasileira

Não se sabe com precisão as fontes que Severo utilizou para estudar a arquitetura portuguesa, mas é provável que ele tenha tido contato direto com a produção artística nacional ao longo de suas expedições e pesquisas arqueológicas em Portugal. O mesmo, entretanto, não teria ocorrido no Brasil, pois, diferentemente de intelectuais como Mário de Andrade e Lucio Costa,⁵⁷

o engenheiro português não realizaria no país viagens de estudos, tomando contato com a arquitetura colonial, sobretudo, através de fontes secundárias como os livros: *Voyage pittoresque et historique au Brésil*⁵⁸ de Jean Baptiste Debret; *Vistas e costumes da cidade do Rio de Janeiro*⁵⁹ de Henry Chamberlain; os "álbuns do distinto fotógrafo Militão Augusto de Azevedo"⁶⁰ (1837-1905), *Documentário Arquitetônico*⁶¹ de José Wash Rodrigues e *Estylo colonial brasileiro*⁶² de Felisberto Ranzini (1881 - 1976). Chamberlain e Militão, mas, sobretudo Debret, servem ao engenheiro como referência não só arquitetônica, mas etnográfica, os comentários do artista da missão francesa sendo bastante influentes na leitura que Severo realiza da história da arquitetura do Brasil. Os levantamentos realizados por Rodrigues e Ranzini, por sua vez, são utilizados como fontes de pesquisa histórica, mas, sobretudo de repertório para os projetos tradicionais realizados pelo engenheiro.

Atento ao debate nacionalista em curso no Brasil e ao exacerbado sentimento antilusitanista quando de suas primeiras manifestações sobre a arte tradicional no país, Severo apoiava-se em Debret e em argumentos raciais para comprovar a relação filial entre a arquitetura portuguesa e brasileira.

Um dos membros da ilustre missão francesa, o artista J. B. Debret, que terei ocasião de vos citar mais vezes, escreveu uma grande obra "Voyage pittoresque et historique au Brésil" (1816-34) com as suas impressões e desenhos originais. Este autor está longe de pretender que a arquitetura brasileira tenha um tipo completamente original. Filia-a, porém, na arquitetura Ibérica em cujas formas mais antigas dominam as características romanas e árabes; e referindo-se à obra dos jesuítas, diz que eles propagaram no Brasil a arquitetura portuguesa com seus caracteres e estilo.⁶³

Dois anos mais tarde o engenheiro retoma o problema da autonomia da arquitetura brasileira em termos um pouco diversos daqueles propalados por Debret e confirmados por ele na conferência de 1914.

Não me atrevo a insistir no filão português, origem da tradição brasileira, porque é certamente o que menos se conhece aqui na sua evolução etnográfica e arqueológica, e porque, por demasiada

insistência, poderia o meu lusitanismo ser tomado em suspensão pela vossa muita benevolência. Para vos indicar esse velho roteiro, através do passado comum aos dois países, é que esbocei este ensaio crítico de arqueologia portuguesa e brasileira do qual sobressai uma arte, em que o princípio da estética é satisfeito com originalidade e com caráter.⁶⁴

Ainda que afirmasse a dependência da arquitetura brasileira com relação à tradição arquitetônica lusitana, Severo não deixava de reconhecer que aqui a matriz portuguesa havia sofrido alterações significativas, que teriam dado origem a uma arte de caráter específico, que podia ser classificada como nacional. Desse modo, se o vínculo com Portugal fazia de nossa arquitetura algo não completamente original, a sua adaptação ao meio natural, bem como a sua história, apontavam para algo novo, digno de nota e estudo.

A história dessa arquitetura nacional, de sua fundação, desenvolvimento, desvirtuamento e retomada, era contada pelo engenheiro a partir de uma periodização bastante interessada que estabelecia quatro momentos mais ou menos definidos:⁶⁵ o primeiro, denominado “Brasil-Colônia”, abarcaria os séculos XVI e XVIII, quando experimentaríamos o desenvolvimento de uma arte verdadeiramente tradicional; o segundo, nomeado “Brasil-Monarquia”, teria início no século XIX, com o primeiro momento de transformação e depois de “degenerescência” da arquitetura tradicional em função do advento da Missão Francesa, da fundação da Academia Imperial de Belas Artes, mas principalmente do “triunfo da independência”; o terceiro, iniciado a partir de meados do XIX e denominado “Brasil-República”, aprofundaria a ferida aberta pela independência no curso “natural” de nossa arquitetura, esta arte perdendo totalmente seu cunho nacional; o último período iniciado na década de 1910 com a sua campanha de arte tradicional, restabeleceria os laços tradicionais bruscamente no período anterior, para dar início “a uma nova era de RENASCENÇA BRASILEIRA”.

Colônia: caldeamento de uma tradição

O primeiro e mais importante período de nossa história da arquitetura é estudado por Severo a partir de “tipos arquitetônicos” ou “grupos arqueológicos”.⁶⁶ Definidos por Severo a partir de sua genuína adaptação ao meio natural, étnico, moral ou tradicional e por sua generalizada aplicação em todo território colonial e metropolitano, os tipos arquitetônicos por ele descritos revelavam o duplo

compromisso do engenheiro, de um lado, com a pesquisa histórica de caráter etnográfico, e de outro, com o projeto de constituição de uma nova arquitetura. De modo que, ao mesmo tempo em que apareciam como documentos históricos da arquitetura colonial, os tipos integravam um repertório de motivos passíveis das mais diversas reproduções contemporâneas.

Antes mesmo que uma arte verdadeiramente tradicional aqui se desenvolvesse, o território colonial português na América do Sul já vinha sendo ocupado por construções muito simples que se concentravam ao longo do litoral, mas que aos olhos do engenheiro,

[tem] o caráter transitório de entrepostos, e não acusam tipos arquitetônicos de relevo. Reduz-se essa arte elementar às singelas habitações da pequena povoação marítima, cujo aspecto de mísera humildade se estende ao próprio templo; este apenas tem a distingui-lo da casa dos homens o fato de ser a morada de Deus, ter o adro do campanário e o singelo frontão encimado pela cruz, símbolo da fé tradicional que levou esses audazes argonautas do périplo lusitano pelas costas dos mundos ignotos mais longínquos.⁶⁷

As "manifestações tradicionais de algum valor arquitetônico" teriam surgido apenas a partir de meados do século XVII, quando era possível para o engenheiro identificar alguns "tipos" ou motivos mais recorrentes e característicos, tanto do ponto de vista da composição e dos detalhes arquitetônicos, quanto da organização interna dos espaços.

No âmbito da habitação, sua descrição se inicia por elementos arquitetônicos externos considerados tradicionais, presentes na cobertura e nas aberturas do edifício. Os telhados tradicionais se dividiam em vários tipos, cuja principal diferença estava no arremate dos beirais, que poderiam ser tanto de telhas simples, alongados com a inversão das telhas dispostas em uma ou mais filas - à semelhança "dos edifícios mosárabes da Península Ibérica" -, com armadura e cachorros de madeira à mostra, quanto revestidos, formando uma "cornija corrida". As janelas e portas também eram de vários tipos, das mais simples, formadas por "quatro peças esquadriadas e espigadas de topo", até as mais desenhadas, destacando-se em sua evolução o desenho "na curvatura e composição [das] cornijas, e na ornamentação dos quadros, [nos quais ia-se] acentuando o estilo barroco, que

se [conservava] em todos os melhores edifícios do princípio do século XIX".⁶⁸ As gelsias e rótulas também se dividiam em vários tipos das aplicações simples nas folhas das janelas, bandeiras das portas como em largo friso ao longo da fachada", representando para o engenheiro um dos motivos mais "interessantes e dignos de modernos aproveitamento".⁶⁹

Como parte da habitação brasileira, a par das "venezianas" e "persianas", não pode haver nada de mais prático e lógico; e como motivo ornamental, presta-se aos mais pitorescos efeitos, empregadas em anteparos, em miradores ou balcões salientes. Nos grandes hotéis da Índia inglesa, restabeleceu-se modernamente a gelsia, isolada ou em longos terraços, como a solução melhor para as horas calmosas de intensa luz; assim também se deveria conservar no Brasil a velha rótula, que é um motivo tradicional, dando-lhe novas modalidades estéticas e arquiteturais.⁷⁰

Dos elementos externos, Severo passava à arquitetura interna, apoiando-se na obra de Debret e se fixando na descrição do programa e disposição espacial da casa. O primeiro tipo abordado era o das "pequenas casas enfileiradas, que formavam a maioria das ruas do Rio de Janeiro no começo do século XIX". O engenheiro se referia a uma espécie de sobrado, cuja descrição é bastante diferente daquela usualmente realizada pela bibliografia especializada,⁷¹ tanto no programa destinado ao térreo e pavimento superior, quanto na nomeação dos ambientes. O térreo deste primeiro tipo de casa abrigaria não apenas os ambientes de serviço, mas também a "sala de recepção", "quartos e alcovas", "sala de jantar recebendo luz do pátio, copa, cozinha e quarto dos negros", estando ausente o ambiente destinado ao comércio. No primeiro andar estavam um "corredor servindo de alcova", um "quarto" e um "gabinete ou dormitório", os dois últimos recebendo iluminação direta, uma vez que este pavimento ocupava apenas metade do pavimento inferior. A presença do pátio, destacado pelo "emprego judicioso do pátio central com o poço d'água, como é próprio das casas de Portugal e Espanha", é estranha a este tipo de habitação, além de ambientes como a "copa", o "gabinete" ou a "sala de recepção",⁷² mais comuns nas residências edificadas no final do século XIX.⁷³ Nos exemplos colhidos por Wasth Rodrigues em seu livro *Documentação Necessária*,⁷⁴ há também sobrados

com pátios internos descobertos, mas de maior porte e em geral com mais de três janelas, ao contrário do apresentado pelo engenheiro.

O segundo modelo descrito, uma casa típica de subúrbio, seria um “exemplar perfeito das casas peninsulares, tipo da casa pompeiana, [...] cuja planta e mesmo composição arquitetônica [Severo considerava] modelares e dignas de reprodução.”⁷⁵ Seguindo novamente os desenhos de Debret, o engenheiro nomeava cada um dos ambientes em português e segundo sua denominação original romana. Esta casa muito comum em Portugal e nos arrabaldes das cidades brasileiras, teria guardado semelhanças com a casa romana, sobretudo pela presença de um pátio central ou “peristillum”, porticado dos quatro lados, que organizava o seu arranjo interno. Severo nomeava esta área descoberta também de “impluvium”, no entanto, segundo Jorge de Alarcão, nas construções romanas o “impluvium” era um “tanque pouco fundo [...] que recolhia as águas das chuvas”,⁷⁶ ausente no exemplar examinado. A varanda sobre grossas colunas e elevada, com pequeno “oratório” ou capela, acesso principal da residência, assim como “o telhado de rodô com as bicas levantadas à moda chinesa, e pináculos sobre as arestas de cume”, teriam lhe impressionado quando chegou ao Brasil, por lhe recordarem “alguns tipos de habitações campesinas que saudosamente [ele] havia deixado para além do mar.”⁷⁷ De fato, este tipo de varanda pode ser encontrado em Portugal tanto na arquitetura popular quanto na erudita, ainda que nelas desempenhem funções muito diferentes. O mesmo não ocorre com tipo de telhado por ele descrito, mais comum entre as casas mais abastadas, nas igrejas e edifícios de grande porte.⁷⁸

O terceiro tipo é o da “arquitetura urbana do tempo dos vice-reis”, muito comum “nas principais ruas de comércio e praças públicas do Rio de Janeiro”, mas também presente nos arrabaldes, com a diferença de que o lugar destinado ao comércio nas cidades era ocupado pelas cavaliças. Severo não se ocupa muito desta casa, nem da que expõe em seguida, um “solar de família nobre ou abastada”, no Rio de Janeiro. Para Debret, este edifício teria o cunho da mais bela arquitetura portuguesa do século XVII.⁷⁹

Da arquitetura interna, o engenheiro destacava ainda o uso apropriado e inventivo das rótulas e gelosias, além da beleza do vestíbulo revestido “com lambris de madeira ou azulejos historiados” tão comum “nas casas portuguesas de sobrado, desde o século XVII”, como nas que por aqui durante o período colonial.

Outros exemplos de casas tradicionais em Santos e São Paulo são expostos pelo

engenheiro apenas por fotografias, não recebendo nenhum comentário específico. As fotos trazem todos os elementos tradicionais e tipológicos por ele destacados em seu discurso, como a escada lateral com pequeno alpendre no antigo solar de Santos, o beiral de telhas invertidas ou armadura de madeira, as janelas com cornijas ou simplesmente enquadradas por peças robustas de madeira, os balcões e janelas com rótulas e gelosias. Estas imagens também são bastante significativas, pois mostram esta arquitetura em ruínas ou já em transformação como alardeava o engenheiro, ainda que sem se referir às platibandas, gradis de ferro, calhas, entre outros elementos introduzidos em nossa arquitetura a partir do século XIX.

Ainda enfocando o tema da casa, alguns destes tipos estabelecidos pelo engenheiro são recuperados no artigo 'Arquitetura Velha", bem como na conferência 'A Arte Tradicional no Brasil", ambos de 1916. No artigo, Severo se detém especialmente na descrição da Casa de Cotia, visitada por Washington Luiz e Victor Dubugras um ano antes, destacando que apesar de sua humildade a considerava "do máximo valor sob o ponto de vista tradicional".⁸⁰ Em sua descrição o engenheiro retoma as mesmas analogias com a arquitetura romana - agora não mais a da casa e sim a dos tribunais ou locais onde se fazia a justiça na Roma antiga - e alguns dos elementos tradicionais definidos por ele na conferência de 1914.

E uma casa de telhado de rodo com um largo beiral sobre cachorrada de madeira, recortada e entalhada. Na fachada os dois corpos laterais deixam entre si um amplo alpendre, cujo espesso frechali assenta sobre duas colunas de madeira também entalhadas; e este vestíbulo aberto tem aqui o nome regional e singular de *pretório*.

A planta da casa colonial tem já um caráter ibérico que a aproxima dos modelos romanos, mas esta designação latina mais reforça a verossimilhança. E é curioso que o *praetorium* no sentido primitivo de fenda de pretor, onde este dava audiências públicas, se transmitiu através das artes portuguesas até estas longínquas terras; nos *pretórios* dessas antigas casas residenciais, o regedor, o capitão-mor ou delegado do vice-rei, administraria justiça, tal como o antigo *praetor* na sua *sella curulis*, envolto na Ioga *praetexta* com os seis *lictors* perfilados em êxedra.⁸¹

Para Severo, a Casa de Cotia era um exemplo perfeito de nossa tradição "sob o ponto de vista da origem lusitana e da sua adaptação ao meio brasílico, no que

diz respeito à forma, materiais e estilo”, por isso digna de “renascimento” no sentido empregado pelo engenheiro, ou seja, passível de ser retomada e adaptada às necessidades dos novos tempos.

Que o aproveitem e aperfeiçoem os que sentem a expressão artística destas rudes formas, os que interpretam a eloquente mudez destas ruínas, e saibam traduzi-la na linguagem moderna com a limpidez cristalina das obras verdadeiras sinceras.⁸²

Na conferência de 1916, ele retoma rapidamente alguns exemplos tradicionais de casa, como a Casa de Niterói, a Casa do Derby no Rio de Janeiro e a Casa da Praia de Santos, que juntas constituiriam “um tipo arquitetônico generalizado pelas cidades do litoral”, além da Casa de Cotia, abordada anteriormente. Nos quatro exemplos destacam-se a presença marcante da varanda nas suas mais variadas formas. Na Casa de Niterói, a varanda é alpendrada com colunas toscanas, típica dos solares portugueses, enquanto que a Casa do Derby possui uma varanda alpendrada com colunas do mesmo estilo de menores dimensões, encerrada de um dos lados. Na casa de Cotia, a varanda com apoios de madeira entalhada é central, sendo delimitada por dois ambientes laterais, como era comum nas casas bandeirantes do interior paulista.⁸³ A varanda da Casa de Santos é a que recebe o maior destaque por ser “fechada por caixilhos vidrados”, o que para Debret constituía “um tipo original e local de arquitetura de caráter próprio”.⁸⁴ De fato, não há notícias desse tipo de varanda na arquitetura portuguesa, enquanto que no Brasil ela aparece de várias maneiras, como na ilustrada por Severo, mas também nos sobrados coloniais, como uma espécie de sala de jantar avarandada.⁸⁵ De todo modo, esta tipologia não foi recuperada por Severo em seus projetos, ao contrário das anteriores.

As tipologias que configuravam as casas do período áureo da tradição luso-brasileira foram ainda retomadas, nestes mesmos termos, nos artigos dedicados ao tema publicados pelo *O Estado de S. Paulo* em 1922⁸⁶ e 1926,⁸⁷ sem que nada de novo fosse acrescentado.

Retomando o conjunto de “tipos arquitetônicos” levantados por Severo no Brasil, e cotejando-os aos tipos portugueses acima comentados, percebe-se que, diferentemente de Lucio Costa, a arquitetura por ele definida como tradicional está longe de ser a da casa simples, popular, térrea, de porta de janela, estudada pelo arquiteto carioca.⁸⁸ Além disso, não há em seu estudo nenhuma referência à contribuição dos negros, índios e mestiços, tão enfatizada por Ludo Costa em seu texto “Documentação Necessária”, quanto por

Mário de Andrade ao tratar tanto da arquitetura civil em *O Turista Aprendiz*⁸⁹ quanto da religiosa em *A Arte religiosa no Brasil*⁹⁰

Tal como teria ocorrido com a casa, a arquitetura religiosa desse primeiro período de constituição da verdadeira tradição artística nacional teria seguido os mesmos "moldes arquitetônicos" portugueses dos séculos XVI ao XVIII. Já em 1914, Severo afirmava genericamente que, nos edifícios religiosos, dominaria

esse barroco original, que denominamos jesuítico, cuja feição estética nem sempre é agradável, caindo facilmente em uma mesquinhez de proporções e pobreza de formas que tiram todo o interesse artístico a algumas construções religiosas da época. Muitos destes templos são símiles, reduzidos e simplificados, de alguns templos da metrópole portuguesa.⁹¹

Este "barroco original, dito "jesuítico" seria fruto da adaptação da "renascença jesuítica" - estilo que teria surgido em Portugal em meados do século XVII - ao domínio colonial na América, nas Índias e na África.⁹² O tema do *barroco jesuítico* foi abordado por autores como Robert C. Smith,⁹³ Lucio Costa⁹⁴ e Paulo Santos. Este último, aliás, em sua bibliografia comentada afirma que "R. Severo [...] arquiteto culto, compreendeu a primordial importância de ir buscar fora do Brasil, principalmente em Portugal, as raízes da nossa arquitetura."⁹⁵ Está ainda por estudar como cada um desses autores compreendeu esta arquitetura dita jesuítica e como pensaram as relações entre a arquitetura portuguesa e brasileira tanto no passado quanto no presente.

Já se indicou anteriormente que para Severo, como para Debret, os jesuítas eram os grandes agentes de divulgação da arquitetura portuguesa pelo Brasil. Se neste trecho ele desdenha desta arquitetura, em outros só tem palavras de louvor, sobretudo pelo "cunho local digno de nota" que esta arquitetura teria aqui alcançado. A semelhança entre nossa arquitetura e a portuguesa era explicada neste trecho da conferência de 1914, não só pela ação dos padres da Companhia de Jesus, mas também pelas "íntimas relações com Portugal, donde vieram os obreiros e muitos dos materiais para estas obras". Estas explicações somavam-se às de cunho étnico e mesológico, abordadas anteriormente.

Ainda nesta conferência, o engenheiro destacava que além da mão de obra, dos materiais e desta singela e até ordinária arquitetura, teria vindo de Portugal também o modelo *barroco* do século XVIII. Desta arquitetura portuguesa *barroca*,

civil e religiosa, transportada para o Brasil e aqui aclimatada, o engenheiro apontava não só o exagero e a "paixão pelas linhas e superfícies curvas", sobretudo nos espaços internos dos templos, mas também a permanência de detalhes como "os lancetes de corda, as redes, as conchas ou búzios, os corais e plantas marítimas", tão recorrentes na ornamentação opulenta do manuelino português.⁹⁶ Se com relação aos templos *barrocos* do século XVIII ele dava atenção especial à ornamentação, ao tratar dos "exemplares mais simples e mais comuns" da arquitetura religiosa do período inicial da colonização, iria enfatizar a composição arquitetônica geral, afirmando que esta seguia sempre o seguinte modelo:

uma fachada em três partes distintas, tendo o frontão sobrelevado com suas curvas, contracurvas e volutas ladeado por pirâmides e encimado pela cruz, a parte mediana com duas ou três janelas de lintel curvo: uma porta central ao rés-do-chão com uma decoração mais rica, cujo melhor exemplar em São Paulo foi a da Sé ultimamente demolida.

Ao lado, a torre quadrada, apenas com mais um andar para os sinos, coroada por uma cúpula ou pirâmide; a forma típica, porém, seria a de duas torres, como se vê também em alguns exemplos.⁹⁷

Os comentários dedicados à arquitetura religiosa em 1914 pontuam apenas algumas das características que foram aprofundadas dois anos mais tarde. É, portanto, somente na conferência 'Arte Tradicional no Brasil' de 1916, que Severo realiza para "os templos" uma "série, organizada [...] segundo o critério arqueológico da sua composição arquitetônica, definindo alguns tipos genéricos".⁹⁸ Ao contrário do que realizou anteriormente com respeito à casa, agora o engenheiro estabelece não apenas um exemplar tipológico, mas grupos de edifícios que conformam "grupos arqueológicos" com características comuns, novamente apresentados em sentido evolutivo, desde os "exemplares de maior simplicidade" até os mais ricos e de maior porte.

O primeiro grupo, com exemplares em todos os antigos povoados da colônia, como São Vicente, Itanhaém, Santos e São Paulo, era composto por templos que seriam pelo engenheiro definidos como híbridos. Filiados ao "estilo da média renascença", os templos eram ao mesmo tempo "barrocos na curvatura caprichosa dos seus frontões, cimalthas e padieiras", rococós na sua extravagante ornamentação, em que "entram por vezes elementos do mais rude naturalismo".⁹⁹

Apesar da diversidade de influências, da *renascença* ao *rococó*, para o engenheiro o que melhor definia o caráter deste grupo inicial eram "as proporções de humildade desses templos", tão primitivos e simples que Severo questionava: Onde, porém, está patente a beleza arquitetônica dessas rudes igrejas de taipa, de grosseira composição, que nada mostram de Arte?¹⁰⁰ E respondia que tal "beleza arquitetônica" não podia ser percebida com "os olhos, mas com o coração [, porque] não se vê, mas sente-se".

Só o sentimento profundo da tradição, é que pode transportar-nos em espírito até essa crença antepassada, e reavivar-nos a mesma esperança infinita com que os nossos maiores ergueram para os céus essa rude oração, bela de sinceridade; só o culto do passado é que nos faz perceber a linguagem das ruínas, traduzir o encanto e a poesia dessas grosseiras fabricas de taipa, amassada com a própria terra que nos alimenta a vida e nos dilui a morte na perpetua alma do universo. Para os que nada sentem, emudecem os poetas da Antiguidade, e de boamente se recolhem à sombra do passado, onde pouco importa que os não percebam ou que os esqueçam.¹⁰¹

As igrejas deste primeiro tipo arqueológico guardavam semelhanças com "os exemplares mais simples e mais comuns" analisados em 1914, apresentando também uma composição tripartida, nem sempre completa, mas que possuía uma torre lateral quadrada, um frontão sobrelevado com curvas e contracurvas típicas daquilo que ele nomeava como *barroco jesuítico*, janelas de lintel curvo e porta central em destaque. De todo modo, uma das características mais marcantes destas igrejas por ele analisadas era a sua composição com a igreja mais diretamente ligada ao convento e à ordem, bem como com o edifício destinado ao claustro que dava ao conjunto uma horizontalidade muito marcante. Vale destacar que os frontões destas igrejas serviram de grande inspiração para Severo em seus projetos tradicionais.

Um segundo grupo poderia ser recortado pelos "edifícios de maior porte, em que a arquitetura é mais erudita e estética", como a Catedral da Bahia, a Igreja da Penha de Recife e a igreja do Carmo em Olinda. Vê-se como o seu conhecimento destas igrejas era incerto. Inserir em um mesmo grupo a Penha, reconstruída ecleticamente¹⁰² entre o *neoclássico* e o *neogótico* no final do século

XIX ao lado do Carmo, ainda *barroca*, parece estranho para um observador do século XXI. Estas igrejas, apesar de também apresentarem três partes distintas na fachada principal, possuiriam uma composição muito diferente da do primeiro grupo, as duas partes laterais sendo conformadas por altas torres que em geral tomavam “maior desenvolvimento em relação ao corpo central e sobrelevam-se acima do frontão de contornos *barrocos*, com as suas cúpulas de linhas curvas, terminando em flechas ou acompanhadas de pináculos”, como na igreja do Carmo. A Catedral da Sé em Salvador seria uma exceção no grupo, pois suas torres tinham a mesma altura que o frontão central, cujo desenho estaria a meio caminho entre a *renascença* e o *barroco*.

As igrejas do Rosário, São Francisco de Assis de Ouro Preto e do Carmo de São João del Rei seriam exemplares do terceiro grupo arqueológico, cuja característica principal era a assimilação das linhas curvas não apenas na ornamentação, mas também no plano da igreja e de suas torres. Para o engenheiro, seria possível afirmar que “este tipo de plano curvilíneo é original nessa parte do Estado de Minas, como se fosse composição do mesmo arquiteto (o “Aleijadinho”) da 2ª. metade do século XVIII”. Para Severo, esta originalidade se estende às obras do mestre Valentim, que ao lado de Aleijadinho, “deu ao barroco português um novo caráter que o distingue de todas as matrizes européias; e resulta este novo aspecto ou estilo de uma sincera adaptação artística às condições sociais, morais e materiais, do quadro “brasileiro”.¹⁰³ Vale ressaltar que, apesar do destaque dado a este grupo e a seus principais representantes, estes receberiam pouquíssimos comentários do engenheiro, sendo abordados apenas nas conferências de 1916 e no artigo de 1922.

O quarto grupo de edificações pode ser entendido como uma variação do segundo, já que a composição da fachada principal obedece à mesma divisão em “três vãos”, com “frontão de perfil curvo terminando em ponta, em geral com a cruz”. A diferença estaria no desenho das duas torres laterais, que se elevariam a uma altura muito superior em relação ao corpo central, como nas igrejas do Carmo e São Francisco de Paula no Rio de Janeiro e do Carmo e São Pedro em São Paulo. A Igreja do Carmo em São Paulo, sendo uma variação discutível dentro do grupo, já que possuía apenas uma torre e o corpo principal unido à igreja do convento da Ordem Terceira do Carmo.

O quinto e último grupo arqueológico era formado por igrejas “sem torres laterais em que se manifesta um barroco neoclássico com o frontão triangular, também com a composição tríptica das janelas”, como as igrejas de Santa Cruz no

Rio de Janeiro, a Capela Imperial na mesma cidade e a igreja da Ordem Terceira de São Francisco em Salvador. Esta última igreja seria também exemplo da arte dos entalhadores baianos, que receberam do engenheiro uma atenção especial. A escultura em madeira, a ornamentação em talha dourada desenvolvida na Bahia por centenas de artistas revelariam um alto grau de imaginação a "encher os vazios com todos os motivos do barroco e do rococó, em aplicações do mais flagrante naturismo: folhas, flores, frutos, aves, cariatides, arcanjos e anjos de encarnação viva", que parecia ter formado uma verdadeira escola neste estado.¹⁰⁴

Ao encerrar suas descrições, numa e noutra conferência Severo aponta o equívoco de não se considerar o valor da arquitetura do período colonial, afirmando não crer que a partir "dos poucos exemplos expostos se possa concluir pela nulidade da arquitetura no Brasil, a qual manifesta, de fato, um cunho nacional que se conserva até meados do século XIX, não só no conjunto urbano, como na própria vila agrícola".¹⁰⁵ Este valor era o que ele procurava comprovar ao traçar a história da arquitetura do país e recuperar em seus projetos tradicionais o que teria se perdido nos dois períodos subsequentes.

D. João VI no Brasil: reforma e continuidade

O segundo período da nossa história da arquitetura tinha uma duração muito pequena, sendo marcado por algumas mudanças que não alterariam por completo o quadro artístico tradicional do Brasil.

Para Severo, em 1914, o cenário arquitetônico tradicional no Brasil-colônia construído ao longo de dois séculos, começa a se modificar lentamente no alvorecer do século XIX.

O estabelecimento [...] da corte de D. João VI na cidade do Rio de Janeiro, transportou para esta capital o estilo menos suntuoso e mais prático do renascimento "porabalinu". Tendo convidado este monarca missões estrangeiras de vários especialistas, nelas encontrou para a remodelação das artes uma colaboração distinta e ponderada, que não destoou do seu caráter geral [...].¹⁰⁶

Esta remodelação não significaria a princípio uma quebra em nossa evolução artística, assentando-se, ao contrário, ao caráter geral, tradicional das artes e arquitetura locais. Entretanto, ao retomar o tema em 1916, Severo justificava a

manutenção do quadro artístico tradicional no período pelo fato da orientação *neoclássica* da missão francesa e de sua escola, a Academia Imperial de Belas Artes, não ter encontrado "eco no sentimento popular", nem ter se acomodado "ao meio físico e social da época, devido à imperturbável rigidez dos seus moldes clássicos."¹⁰⁷ Além do mais, nenhum de seus adeptos reproduziria aqui "rigorosamente os modelos desse aticismo greco-romano; o meio tradicional [emoldurando-os] na sua influência absorvente, [de forma que] foram persistindo os tipos coloniais do barroco até a independência da nação brasileira."¹⁰⁸

Independência e República: desvio

O quadro de relativa estabilidade e continuidade, pontuado por renovações artísticas que se inseriam no cenário tradicional arquitetônico local, se alteraria profundamente a partir da proclamação da independência, dando início a um novo momento de nossa história da arquitetura. Nas palavras de Severo:

Desde então, a febre de criar uma nacionalidade nova, diferente da colônia e da metrópole, provocou a degenerescência da arquitetura colonial. Os artistas nacionais recebem diretamente o influxo das civilizações estrangeiras, e, emancipados, transportam materiais, modelos e estilos com que compõem obras sem um caráter definido, na sua faina de diferenciação e de construir rapidamente uma nova pátria, que nada tenha dos tempos ominosos do domínio português; que seja somente brasileira.¹⁰⁹

Este delírio emancipatório se aprofundaria a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo com a Proclamação da República no Brasil em 1889. Severo criticava duramente a arquitetura do período, marcada pelo "ecletismo" e "exotismo", sua recusa baseando-se nos dois princípios centrais de seu discurso: a adaptação das manifestações artísticas às condições mesológicas e a perfeita correspondência entre estas e o fundo étnico da nação. Na concepção do engenheiro, este "ecletismo imigratório", que passaria a grassar no Brasil a partir de 1822, não se ajustava a nenhum desses dois fundamentos, mostrando-se totalmente inadequado ao meio telúrico brasileiro e distante das raízes étnicas locais. O novo cenário arquitetônico era definido já na primeira conferência de campanha:

A segunda metade do século XIX é em geral para as artes a idade da moda e dos “pastiches”. O espírito imitativo da moda tem sido dos mais prejudiciais efeitos; os seus cambiantes instantâneos e desordenados em nada importam, quando afetam apenas a toilette da população, por serem efêmeros ou nulos sob o ponto de vista social; nas belas artes, porém, e particularmente na arquitetura, o seu efeito é verdadeiramente desastroso; é o postiço, a mentira, vazados em formas de construção definitiva e duradoura.¹⁰⁰

O efeito deste espírito imitativo era desastroso no campo da arquitetura, por esta ser considerada a manifestação mais direta e concentrada da nacionalidade, o índice de sua unidade e homogeneidade, sendo inadmissível a assimilação de estilos a ela estranhos. Tal assimilação significava, na concepção de Severo, o próprio enfraquecimento da nação recentemente proclamada. Como agravante desta desconfiguração nacional, que se refletiria em todas as cidades brasileiras, ele apontava ainda o fato de que desejo de imitação, não se restringindo apenas às artes e à arquitetura, havia se estendido ao desenho de parques e jardins.

Quem hoje percorrer os arrabaldes ou as capitais brasileiras não encontra [...] um único desses tipos antigos tradicionais; e o que se edifica é vazado nos mais diversos moldes de gosto estrangeiro; raros são até os exemplares que se adaptam às condições naturais e locais do clima; a tradição perdeu-se; e o que se vê, por exemplo, na vizinha e moderna cidade de Santos, constitui um caso expressivo desta desorientação. Surpreende ainda mais o aspecto dos seus parques e jardins, onde pareceria mais difícil a contrafação e onde a natureza deveria ser de verdade a brasileira; o seu plano, porém, é ainda como em Londres, Berlim ou Viena, e parece que dessas chatas “pelouses de “grass-green” para sempre emigrou a opulenta, variada e radiante flora brasileira, que é o assombro dos outros povos.

Tal é, senhoras e senhores, o efeito danoso dessa corrente cosmopolita e desnacionalizadora.¹⁰¹

Caberia ainda perguntar, em face desta total perda de rumo, quais eram para o engenheiro os estilos ou modelos típicos desta desorientação e como

eles eram aqui empregados.

Os habilidosos estucadores que vieram de Itália e de Portugal (das bandas de Vianna e Affife) trouxeram um elemento valioso de decoração arquitetônica, mas produziram por excesso o abuso do ornamento modelado aplicado sobre fachadas completamente lisas, sem discrição, sem compostura arquitetural, sem o mínimo senso estético. Uma mistura de formas exóticas surge pelo casario urbano dos novos bairros; a fachada procura estilos incompreensíveis e que chocam principalmente pela sua desconexão com o quadro local e o seu destino; surgem as platibandas com cimalhões e filas de consolos, os beirais de telhões de faiança azul e branca do Porto, os frisos e requadraturas de estuque, e os panos de azulejos portugueses; como coroamento de pilastras e frontões, os vasos, as pinhas de cerâmica de Gaya, alegorias das cinco partes do mundo, do comércio, da indústria e da navegação! Aparece também o chalet com lambrequins de madeira recortada e longos avarandados nas casas burguesas, cuja variedade mais humilde em forma de casota de cachorro — se espalhou profusamente pelos arrabaldes do Rio de Janeiro, substituindo o antigo modelo do telhado de quatro águas, com beiral saliente, que tão bem se apropriava ao clima local. Nas melhores ruas despontam variadas casas do catálogo europeu, que são a surpresa do visitante erudito em viagens, com aberturas mouriscas, ogivais ou redondas, sem a menor harmonia estética. Modernamente desponta na Capital o estilo das altas mansardas, das cúpulas, dos zimbórios, das flechas e dos torrões; mas nesta nova Era, suspenderemos o nosso comentário.¹¹²

Para Severo, mesmo traços tradicionais da arquitetura portuguesa, como a aplicação de azulejos, os telhões de faiança azul, os consolos haviam deixado de ser bem empregados, revelando a desorientação artística na qual estava imerso o Brasil ao longo dos oitocentos. A total perda do sentido tradicional que orientava as artes e a arquitetura - do edifício à cidade, dos parques aos jardins -, era explicada por ele por uma série de razões que envolviam desde questões abrangentes como a da afirmação da nação, até de formação e atuação de engenheiros, arquitetos e mestres de obras no período.

Depois do advento da República persiste a desorientação artística provocada pela diversidade dos elementos imigratórios.

E estas variadas influências estão estampadas nas frontarias das construções da segunda metade do século XIX, em que se manifesta o mau gosto do proprietário e do mestre-de-obras, combinados em mútua colaboração de inteira harmonia.¹¹³

A diversidade de elementos imigratórios era entendida por Severo como uma ameaça ainda maior, de miscigenação e diluição do sangue português, fundador da nacionalidade brasileira, o que resultaria na perda de um dos mais importantes pontos de apoio de nossa tradição artística. Ao se estudar os fundamentos de sua campanha de arte tradicional, percebe-se que ele desconsidera ou minimiza a ação transformadora dos imigrantes na formação da nacionalidade brasileira, afirmando a preponderância da ascendência lusitana. À presença de estrangeiros, mestres de obras e proprietários, que reverberariam a recusa dos modelos coloniais, Severo reuniria também a atuação desastrosa e insensata dos engenheiros no campo da arquitetura e do urbanismo:

Os engenheiros das cidades novas procuram dar uma razão de ordem a este desordenado crescimento dos povoados, e estabelecem um plano geométrico, em xadrez, de ruas travessas e praças. O Barão do Rio Branco julga, também, que tem sido um grande mal no Brasil a intervenção do engenheiro na arquitetura dos edifícios públicos, mau hábito este que já vem do período colonial, durante o qual grande número de igrejas foi construído segundo planos de oficiais de engenharia militar: Santa-Cruz pelo brigadeiro Sá e Faria, a Candelária pelo sargento-mór de engenheiros João Rocio. O fato, porém, é que tempo houve em que a profissão de arquiteto era considerada de inferior categoria social, como grosseiro mister de tracistas, ofício leve de riscar casas, cuja genealogia vem do simples operário - antigo servo, passando pelo mestiço esperto e contramestre - ou então próprio de gente vinda de fora, diplomada por vezes, mas de suspeita linhagem.¹¹⁴

A distinção por ele estabelecida revela, de um lado, uma preocupação surpreendente com a afirmação da autonomia da disciplina arquitetural, de outro,

o fato de que Severo, ele mesmo, reconhecia-se como um arquiteto ainda que a sua formação acadêmica tenha ocorrido unicamente no campo da engenharia. De todo modo, para retomar a sua argumentação, os engenheiros de modo geral reproduziriam modelos exóticos inadequados ao meio físico e moral brasileiro. Se para o Severo a desorientação artística era um “fenômeno natural em um país no seu período de desenvolvimento, que tem pressa de atingir a meta da civilização e do progresso”,¹¹⁵ seria surpreendente que, pelos mesmos motivos de afirmação nacional, a tradição luso-brasileira não fosse valorizada.

Passada, porém, essa primeira idade nacionalista, foi-se abandonando pouco a pouco tudo quanto representava o passado e conservava o aspecto colonial - tido em menor preço pela sociedade nova; e voltaram-se as tendências civilizadoras para o tipo yankee de progresso, doutro lado o europeísmo, fazendo-se a importação a esmo de modelos heterogêneos e inadapáveis.

Nas artes propriamente ditas nada se conservou e destruiu-se em larga escala o que provinha das épocas do domínio colonial.

[...] daí a falta de caráter, de homogeneidade da arquitetura das cidades brasileiras: e no fim de contas elas são o frontispício da arte e da sociedade nacional, - deveriam ter merecido esse alto apreço da gente e do governo da República.¹¹⁶

Para um republicano nacionalista, como ele, soava estranha a desvinculação entre a causa republicana e o apreço pelas verdadeiras manifestações artísticas da nacionalidade. Ora, era este vínculo que ele procurava restaurar com a sua campanha de arte tradicional no Brasil.

Nova era de renascença: embates

Severo pretendia com sua campanha tradicionalista dar impulso a uma nova era de renascença artística, através da qual acreditava poder recuperar o que havia de mais precioso e fundante em uma nação: sua tradição, as marcas indeléveis de sua ascendência étnica e de seu meio gerador, ou seja, aquilo que lhe dava caráter e unidade. Na crítica à arquitetura eclética reinante desde meados do século XIX, percebe-se que o engenheiro tinha consciência de que sua campanha não era algo isolado, ou específico do contexto brasileiro, existindo no mundo outros movimentos artísticos como o seu.

E curioso é que, existindo nos outros países, mais cultos, essa orientação nacionalista que visa a perfeita cristalização da nacionalidade, o que deles se importa hoje de último estilo ou escola, em belas-artes ou belas-letras, tem esse fundo original tradicionalista. Melhor fora, pois reproduzir a própria tradição do que a alheia, e pelo mesmo motivo, de que é de conveniência política e de interesse patriótico a unificação de todos os caracteres que constituem a alma nacional.¹¹⁷

De fato, no momento em que Severo lançava sua campanha estavam em curso na América Latina, Caribe, Estados Unidos e mesmo na Europa movimentos artísticos de cunho nacionalista dos quais destacam-se o *neocolonial*,¹¹⁸ a arquitetura hispânica ou *mission style*,¹¹⁹ o *liberty* e o *art nouveau* em países como a Escócia, a Bélgica, a Finlândia ou a Alemanha¹²⁰ sem contar o da casa portuguesa liderado por Raul Lino.¹²¹

Sem se restringir ao discurso estético, o que, aliás, nem seria possível já que ele não entendia a arte como algo autónomo ou desvinculado de seu povo ou nacionalidade, Severo inseria sua campanha em um movimento maior, de fundo patriótico, marcado pela preocupação com a defesa, integridade e unidade da nação brasileira. Este compromisso político no campo das artes, ajuda a compreender porque sua campanha se fundamentava "no estudo etnográfico do povo brasileiro, na revivescência do seu folclore, no renascimento da tradição que é a alma da nacionalidade, o laço invisível que reúne em torno do lar sagrado da pátria, que é um só, toda a família brasileira que deverá ser sempre una e inseparável sobre a terra e através do tempo".¹²² Este renascimento desde muito cedo em seu discurso era tomado como algo que não deveria se limitar ao relato histórico das tradições artísticas nacionais, mas deveria ser posto em prática em novas e modernas construções.

Esta campanha de "arte tradicional" obedece, portanto, a uma orientação de lógica continuidade; e não significa somente um trabalho de análise arqueológica, de reprodução ou de reconstituição das artes do passado; tem como objetivo a fixação de um caráter original e próprio nas artes da modernidade; é, em síntese e na generalidade, o restabelecimento em cada país de sua "arte nacional"; antepondo-se ao universalismo da arte sem pátria.¹²³

Do mesmo modo que entendia sua campanha como algo ao mesmo tempo tradicionalista e moderno, afirmando que esta era má compreendida quando classificada de saudosista e retrógrada, Severo se preocupava com a boa interpretação e apropriação dos tipos, modelos ou fontes de inspiração do passado pelos arquitetos "modernos".

Estes tipos, quase todos meramente populares, estão para a arquitetura, como os *leit-motivs* das epopéias musicais; que os artistas de hoje com a sua imaginação genial lhes dêem novas expressões estéticas, os façam entrar na Arte, e com eles construam obras primas, que sintetizem expressões da alma nacional.

Forçoso é recomeçar; e merece bem a pena, pois que o campo é vasto e de promissora colheita.¹²⁴

Em 1916 reforçava enfaticamente a mesma proposta:

Em rápidos traços fiz uma exposição da arquitetura da renascença, do barroco, no Brasil e Portugal, firmando a linha central duma tradição, que poderá ser o tronco de uma luxuriante ramificação artística, se às variadas condições do meio, os novos tracistas houverem por bem aplicar-lhes os princípios de composição e decoração deste estilo admirável, duma maleabilidade que o mantém ainda hoje nas múltiplas produções da arquitetura moderna.

Não faltam, pois os moldes tradicionais faltam apenas os seus artistas; e só não existem aqueles para quem os ignora ou não os quer ver.¹²⁵

Nesta mesma conferência, Severo recorreria a exemplos contemporâneos como "prova de como pode fazer-se a arte tradicional, modernizando-a na sua aplicação à civilização da atualidade". O primeiro exemplo citado era o do projeto de reforma do centro cívico do Porto de Richard Barry Parker (1867-1947), descrito por ele como o "arquiteto da primeira cidade-jardim de Letchworth, da aldeia jardim de Earswich, do subúrbio-jardim de Hampstead, modernamente considerado como um dos mais distintos town-planners".¹²⁶ O arquiteto urbanista inglês teria impresso em seu relatório sobre o projeto alguns conceitos que poderiam ser considerados "dogmas tradicionalistas do urbanismo

moderno”, assim transcritos pelo engenheiro em sua conferência:

Um dos primeiros deveres do planejador duma cidade é de observar os hábitos do povo no meio do qual é chamado para trabalhar. O seu principal dever é de analisá-los e determinar quais deles são devidos ao gênio da raça (racial genius), quais às condições da natureza e quais à ignorância de outros hábitos; pode tomar como certo que todos os usos e costumes que sobreviveram durante longo tempo e são ainda seguidos, têm as mais sólidas e melhores razões da sua existência. Considerará que não obstante estas razões não serem aparentes à primeira vista, todos os usos e costumes que conservam o cunho do tempo têm geralmente a sua origem no temperamento nacional, nas condições do clima ou na natureza do solo e do país. Cabe-lhe descobrir e ajudar a perpetuar os que têm bom fundo, abandonando aqueles cujas razões não tem base real.¹²⁷

Raça, meio natural, usos e costumes ou meio moral seriam os guias de Parker em seu projeto, assim como aqueles lançados por Severo em sua história da arquitetura e prática projetual. Ao seguir "religiosamente estes preceitos", o arquiteto inglês teria sido capaz de construir um "tipo ultramoderno de centro cívico [...] na mais completa harmonia com o meio tradicional do velho burgo portuense". Em termos de projeto esta união coerente entre modernidade e tradição, garantiria a continuidade da linha evolutiva da arte nacional.

Aproveitou habilmente o tipo da fachada em arcaria que abrange a loja e sobreloja; e assim, com a sucessão das casas alinhadas, forma uma galeria continua em colunata, marginando a avenida, conforme se vê nas antigas ruas e rocios peninsulares; e deu uma nova aplicação ao pátio das nossas casas, de fundo romano-árabe, interrompendo a linha das fachadas para constituir o tipo modelar da higiene urbana de rua, em linha de serra, ou cour ouverte, forma que melhor realiza as condições de sanidade, de aeração e insolação; respeitou o beiral, o tipo das janelas e a própria ornamentação arquitetural de que fazem parte integrante as aplicações dos azulejos de faiança colorida.¹²⁸

A mesma orientação tradicional empregada por Parker estaria presente na construção e remodelação das cidades européias no primeiro pós-guerra. Neste caso, os exemplos levantados por Severo confirmavam a sua concepção de arquitetura e a base de sua crítica à arquitetura moderna que começava a despontar na Europa naqueles anos. Em Amsterdã, por exemplo, um

proprietário de duas casas urbanas quis reformar as suas fachadas e, procurando um construtor incapaz, este concebeu um *plano retangular* cuja expressão anódina revoltou a Comissão da cidade; esta persuadiu então amigavelmente o proprietário a procurar um arquiteto qualificado o qual conseguiu, sem o menor falseamento do estilo e com as mais simples formas, compor um conjunto que se harmoniza perfeitamente com o ambiente arqueológico e o caráter nacional do quarteirão.¹²⁹ [grifo meu]

Na França, o exemplo incidiria contra o Concurso das Aldeias, promovido de julho a agosto de 1916 e que

principiou por levantar protestos do sentimento regional, por causa dos projetos em que eram propostas *construções uniformes, geométricas, econômicas*; eram, com efeito, *resoluções matemáticas perfeitas, mas contrárias ao espírito da tradição regional*. Novo concurso se estabelece com melhor sucesso, em que a orientação é completamente tradicionalista.¹³⁰ [grifos meus]

As críticas que fazia ao modernismo arquitetônico, em nome de um regionalismo urbanístico, seriam explicitadas alguns parágrafos mais adiante quando Severo ao procurar “por o problema do tradicionalismo na sua exata equação”, afirmar-se-ia surpreso com a proposta feita por um certo crítico alemão de

que a restauração das povoações belgas e francesas das regiões conquistadas, seja confiada a arquitetos do Reno ou do Sul da Alemanha, que conhecem e sentem melhor as necessidades dos seus vizinhos do Oeste, de preferência aos arquitetos da Alemanha do Norte.

Os próprios alemães mantêm, neste particular, o critério regionalista,

e não pretendem fazer na França ou na Bélgica *arte alemã*, nem adaptá-la às condições do meio regional; não desejam mesmo empregar o modern-style, tão simpático aos impérios centrais, extravagante criação da modernidade, destinada a desaparecer, felizmente, em presença da corrente tradicionalista, que é a verdade na arte, contra a mentira de todos esses caprichos de exotismo ou neuropatia artística.¹³¹

Dez anos mais tarde, ao realizar uma espécie de revisão de sua campanha tradicionalista, Severo complementava esta leitura, confirmando a superioridade da arte tradicional frente ao modernismo artístico.

Não há dique que se oponha à correnteza natural dessas modernas tendências, próprias de todos os tempos. A arquitetura, como todas as artes, procurará adaptar-se às condições de seu tempo, de lograr, de meios próprios da vida moderna, terá que adaptar-se ainda aos novos processos mecânicos da construção, para esse fim procurará formas novas. Na orientação, porém, dessa pesquisa ou invenção de novas formas está o ponto crítico.

Alguns, com pretensões a escola, tomaram como novíssima aspiração social a praga nova [...] pressões que são vícios e moléstias dos sentidos ou do gênio - na pintura foram do simbolismo ao cubismo, nas letras até ao dadaísmo, na escultura até o manipaço, na arquitetura até o geometrismo retilinear, na música até o jazz-band.

Mas eles próprios concordam em que esta tentativa se perdeu em fenômenos de regressão à infância pré-histórica das artes, ao barbarismo silvícola, às manifestações pueris e atávicas dos artífices de manicômio, constitui um período de excitação, revolvendo estratos de civilização, trazendo a tona elementos de variado e exótico primitivismo.

Outros, acompanhando a evolução progressiva das artes, procuram escolher e adaptar às condições atuais das suas realizações, o que pelos outros países, desde o extremo Oriente até ao extremo Ocidente, se encontra como expressões geniais dos seus povos e das artes modernas de uma era nova, um segundo renascimento também de fundo clássico.¹³²

Se a modernização artística a que se referia Severo se baseava preferencialmente

na revivescência de tipos arquitetônicos tradicionais, ele mesmo ponderava ao final da série de exemplos na conferência de 1916 que

não deve reduzir-se também o regionalismo a um dogma absoluto, tiranizando a liberdade que é a condição vital da Arte: orientação geral, critério e método tradicionalista, mas, livre expansão do espírito criador do homem, apenas adstrito a terra e a alma nacional, que são os motivos naturais de inspiração, em toda a arte representativa da idéia de Pátria e do ideal do Belo.¹³³

Ampliando o sentido de arte tradicional mais recorrente em seu discurso, Severo apontava um outro caminho para atualização das artes no país: "Tomem os mais diversos estilos ou modelos para a arquitetura no Brasil, se assim o quiser a fantasia dos seus artistas; mas se, em vez de os copiar, procurarem imitá-los apenas, adaptando-os ao meio físico e social, ao caráter tradicional do povo, terão praticado, de qualquer forma, Arte Tradicional."¹³⁴ A nacionalização dos estilos arquitetônicos garantiria não só a continuidade do cenário tradicional das cidades, ainda que de uma outra forma, como daria maior liberdade de criação aos arquitetos, que poderiam se valer de referências estrangeiras desde que assegurada a sua adaptação local, nos termos fixados pelo engenheiro. Vale lembrar que o problema da liberdade artística já havia sido enfrentado dois anos antes, mas sob outro ponto de vista, ainda que apontasse igualmente para um certo afrouxamento de suas críticas à arquitetura eclética. Construindo uma interessante hierarquia entre as obras arquitetônicas que compunham a cidade, o engenheiro português considerava:

Alguns reclamam que, para compor a arquitetura monumental de uma cidade moderna, são necessários os moldes clássicos consagrados das obras-primas da humanidade, aplicando cada arquiteto o estilo a que o seu talento pode dar mais intensa expressão artística; essa deveria ser a fonte da inspiração - a arte é universal e não nacional. Mesmo quando seja justa esta maneira de ver, há que ponderar que o caráter de uma cidade não lhe é dado pelos seus monumentos, colocados em pontos dominantes, grandes praças ou lugares históricos. Ligam esses locais às ruas e avenidas, marginadas por casas de variado destino; e

são estas que dão a característica arquitetônica da cidade; com efeito, o monumento é uma exceção, a casa é a nota normal da vida cotidiana do cidadão, é como uma lápide epigráfica da sua ascendência e da sua história. Se algumas ou muitas dessas casas conservarem um cunho tradicional, o visitante terá uma impressão integral do caráter dessa arte e desse povo.¹³⁵

Se aos edifícios de exceção era permitida a adoção de qualquer outro estilo que estivesse em concordância com o talento do arquiteto, o programa do edifício e a história dos modelos universais da arquitetura, nas casas era preciso garantir o caráter da cidade e de seu povo, ou em outras palavras, o seu cunho tradicional. A casa, assim como a família, era para Severo o coração da tradição, a impressão integral do caráter do povo.

Na arquitetura é este caráter o que deve predominar, porque é por excelência uma arte social. E o seu conservantismo pronuncia-se ainda mais na simples habitação do que no edifício público, porque aquela é que está mais intimamente ligada aos elementos tradicionais do organismo familiar, que é a unidade constituinte da nação [...].

A arte do monumento tem outra significação; não só é uma arte de comemoração e de culto patriótico ou religioso, como também representa uma elite social e um expoente da cultura superior da coletividade; é obra do Estado, mas nem por isso deverá deixar de obedecer a um princípio fundamental da estética, que impõe a mais perfeita harmonia entre a sua forma e o seu destino, no seu lugar e no seu tempo.¹³⁶

Neste caso, ao contrário da conferência anterior, a questão da nacionalização artística volta à tona com a força de um dos preceitos centrais da estética de Severo. Se entre uma e outra conferência abre-se a dúvida com relação a como afinal ele encarava o *ecletismo*, ou aqueles estilos que não se encaixavam na tradição luso-brasileira, a questão se complica quando outros trechos de seu discurso são retomados.

Não se revoltem os profissionais do ecletismo artístico, supondo que esta orientação injustamente condena as suas obras; pelo contrário,

louva-as quando são expressões perfeitas de real beleza estética, quando transmitem claramente o caráter de uma individualidade, de uma época ou de um estilo, quando simbolizam em formas puras um ideal, quando são de verdade e não falsas.¹³⁷

E provável que este não fosse um problema totalmente resolvido para ele, entretanto, pode-se afirmar que a princípio os estilos não tradicionais poderiam ser utilizados, desde que, adaptados ou não, se referissem a edifícios de exceção, reservando à casa o grande papel de preservação das tradições artísticas nacionais. A contradição que salta aos olhos no confronto entre estes textos, por certo está ligada a ambivalência entre seu engajamento político-artístico e sua prática profissional junto a Ramos de Azevedo, mas mais do que isso indica uma esfera de conciliação na arquitetura entre nacionalismo luso-brasileiro e cosmopolitismo *beaux-art*, por certo inseparável do contexto histórico das primeiras décadas do século XX. Esta ambivalência, aliás, estava impressa não apenas nos textos de Severo, mas também de intelectuais como Monteiro Lobato, Menotti del Picchia (1892-1988), Gregori Warchavchik (1896-1972) e Lucio Costa, cada um a seu modo envolvido com a construção do discurso acerca da nacionalidade e da modernidade artística. Fosse tratando da cidade, de sua arquitetura, artes, letras e história

tanto nas falas não especializadas dos intelectuais, quanto no discurso autorizado dos engenheiros e arquitetos percebe-se que, entre a idealização universalista, a defesa radical da modernidade artística, o tradicionalismo conservador e o patriotismo tacanho, havia um campo de investigação e experimentação artística intenso, plenamente inserido no debate sobre a construção da nação.¹³⁸

Viu-se como Severo construiu este discurso no campo da história apontando para um "tradicionalismo revolucionário" ou "futurista", como ele o definia em 1926,¹³⁹ cabe agora analisar como isso ocorreu no campo do projeto de arquitetura propriamente dito.

Atitudes projetuais: nacionalismo e ecletismo

O destaque dado a casa no discurso de Severo foi definitivo na escolha do

conjunto de obras tradicionais a ser analisado neste trabalho, cujo objetivo é investigar até que ponto seus projetos estavam afinados com seu discurso teórico, levantando para isso quais eram suas referências arquitetônicas, suas aproximações com a linguagem popular e erudita, qual o tratamento que dispensava ao programa de necessidades, que recursos de adaptação climática mobilizava, e por fim, quais seriam, se é que existiam, os elementos que davam à sua arquitetura um traço característico.

Olhando o conjunto de sua obra tradicionalista e as suas motivações centrais é possível aproximá-las dos *revivais* que animaram os debates arquitetônicos na Europa ao longo do século XIX. Segundo Luciano Patetta,

duas ordens de problemas [...] afetam sistematicamente as recuperações de expressões do passado, levadas a cabo pela cultura burguesa [naquele momento]: o de carregar as escolhas estilísticas de motivações ideológicas, políticas, sociais, religiosas, nacionalistas, etc, e o de dar vida a uma arquitetura “nova e moderna”, que responda às exigências de sinceridade e praticidade, e às concepções de “progresso” mais ao dia.¹⁴⁰

No caso de Severo identifica-se ao lado das motivações ideológicas, políticas e nacionalistas que o levaram a propor a recuperação do passado colonial brasileiro e de seu legado português, o interesse pronunciado pela história da arquitetura, o estabelecimento de uma relação operativa entre o passado e o presente e o desejo de criar um estilo nacional, independente da tradição clássica,¹⁴¹ características típicas de *revivais* como o *neogótico* na Inglaterra e o *neomanuelino* em Portugal. Além disso, em seu discurso é patente a preocupação com a atualização das tradições e a modernização, ou adequação, dos edifícios às novas necessidades físico-espaciais e técnico-construtivas da sociedade naquele momento, preocupação presente desde o primeiro projeto do engenheiro português, sua casa na rua do Conde, construída nos anos 1900 no Porto.¹⁴² A descrição da casa feita por Rocha Peixoto alguns anos depois de sua construção é bastante reveladora, indicando que tal questão também despontava com força em Portugal.¹⁴³

Imagine a perplexidade do construtor a quem se pedisse uma casa estreitamente inspirada num dos modelos comuns e nacionalizados de cidade ou aldeia portuguesas, acrescida de todos os conchegos e

regalos que pode exigir, com fortuna, o viver contemporâneo! O embaraço, pelo qual anelo comporta de inexequível, ainda encontraria preferentemente a melhor das soluções na decisão que conduziu Ricardo Severo a associar e adotar de uma e de outras [arquitecturas do país], do norte ao sul, mais recentes ou mais remotos, os elementos com que erigir harmonicamente, ponderadamente, a vivenda onde o “sentimento nacional” não exclui o luxo dos seus cômodos, admirável e magnífico. Do resultante hibridismo etnológico e arqueográfico deriva pois a habitabilidade com a amplitude e conforto que a vida moderna permite e facilita, carecidos como sempre estivemos, num modelo de casa e até numa dada região, de elementos suficientes, para a comodidade e para a vista, com que se erga um arcabouço e se alinde.¹⁴⁴

Na busca de revivescer e atualizar o passado, Severo fazia referências pontuais a arquitetura pretérita de seu país, como do Brasil, acreditando que estas condensavam a tradição arquitetônica portuguesa ou luso-brasileira, sem que fosse necessário abrir mão dos confortos e facilidades da vida moderna. Se no Brasil, aos olhos de seus críticos,¹⁴⁵ o engenheiro não respeitava as especificidades temporais e espaciais da arquitetura colonial, tal como ele a classificava, lançando mão de elementos díspares e muitas vezes inexistentes em terras brasileiras, para então compor no detalhe sua interpretação da arquitetura tradicional local, também em Portugal esta seria a sua postura. Para Rocha Peixoto, este não era um procedimento criticável, ao contrário, a sua condição híbrida seria o que possibilitava combinar elementos arquitetônicos do norte ao sul de Portugal, remotos e recentes, tornando-a “um verdadeiro Museu de pormenores e de motivos que resume épocas, estilos e influências através da capacidade e do sentimento nacional.”¹⁴⁶ Foi assim que sua casa foi concebida, apresentando na fachada principal uma escada que remetia à casa rústica portuguesa, uma varanda que lembrava a casa ribeirinha, o corpo da frente firmado em colunata jônica que remetia à casa cidadina do Porto, um pátio interior que se reportava à reminiscência árabe e romana, um telhado em bico que se referia à influência oriental na península e uma chaminé em grade que lembrava os exemplos da arquitetura minhota e alentejana.¹⁴⁷ Todos esses elementos transbordariam tradição e fariam de sua casa no Porto um exemplar típico da casa portuguesa.

A diversidade de referências à arquitetura portuguesa e brasileira, acrescida

da presença de estilos provenientes de outras épocas e nações em seus projetos, sobretudo naqueles de grande porte, aproxima sua obra tradicionalista da atitude eclética de justapor elementos escolhidos no passado, da tradição clássica greco-romana, do *barroco*, *manuelino*, *neoclassicismo*, à arquitetura popular portuguesa e aquela erigida no Brasil durante o período colonial.¹⁴⁸ Além disso, analisando o programa de necessidades, a disposição interna, os materiais e técnicas construtivas empregados, bem como a preocupação com a higiene e o conforto dos edifícios, a ligação entre seus projetos tradicionais e o *eclétismo* se aprofunda. Ainda que esta aproximação com o *eclétismo* seja plausível, a expressividade, o luxo, a exuberância e o caráter cenográfico de seus projetos, evocam simbolicamente a arquitetura portuguesa de várias épocas e a arquitetura erigida no país durante o período colonial. Considerando que Severo definia sua arquitetura tradicional como um contraponto ao *eclétismo* cosmopolita em voga no país e que esta era reconhecida por seus contemporâneos como uma importante virada nacionalista no campo da arquitetura a questão de novo se complica, indicando também no campo do projeto uma aproximação entre elementos tradicionais e modernos, nacionais e universais, locais e cosmopolitas. Longe de procurar estabelecer categorias estilísticas definidas - a ambivalência do período apontando para a sua impossibilidade - a análise de suas casas tradicionais procura verificar no campo do projeto os fundamentos centrais de sua campanha de Arte Tradicional no Brasil.

Os projetos tradicionais

Dos projetos residenciais realizados por Severo segundo a orientação tradicionalista, selecionamos o Palacete Numa de Oliveira, a Casa Julio de Mesquita, a Casa Lusa, a Casa Praiana e a Casa Rui Nogueira, pelo reconhecimento que alcançaram na obra do engenheiro português, pela diversidade de referências trabalhadas por Severo, pelo acesso e disponibilidade de um amplo material iconográfico, composto de plantas, cortes, elevações e fotos.

Implantação

A forma de implantação das casas tradicionais de Severo segue o modelo de implantação típico do Brasil republicano que foi amplamente difundido pelo *eclétismo*. Locadas no centro do lote, rodeadas por jardins ricamente desenhados e complementadas por edículas que concentravam as funções de serviço, essas

casas destoavam das casas térreas e sobrados coloniais, erigidos nos limites do lote, bem como das chácaras semi-urbanas do mesmo período, também implantadas no meio do terreno, mas cercadas por uma área reservada a horta, pomar, criação de animais e poço de mina d'água e, portanto, destinadas não somente à fruição, lazer e privacidade dos moradores, mas à produção de alimentos - ainda que em algumas casas, como a que projetou para sua família na rua Taguá, entre tantas outras destinadas às novas elites urbanas, ainda existisse uma área destinada ao auto-abastecimento.¹⁴⁹ Ora, se uma de suas preocupações centrais era preservar o caráter da cidade colonial, a adoção do modelo de implantação republicano, cujo desenho urbanístico a ela se contrapunha, implicava num distanciamento entre sua prática e seu discurso. Contudo, como se apontou anteriormente era crucial para o engenheiro português não apenas retomar o fio da tradição, mas também modernizá-la. É nesse sentido que os princípios urbanísticos e estéticos das cidades jardins, que recomendavam a desdensificação, a arborização, o parcelamento generoso do solo, a adaptação às curvas e relevos dos terrenos, eram tomados como uma possibilidade de atualizar o velho traçado colonial.¹⁵⁰ Ao mesmo tempo, ecoando as preocupações dos higienistas da virada do século XX e assimilando novos conceitos de morar como privacidade e salubridade, Severo condenava a implantação colonial em lotes estreitos e profundos e aprovava a implantação de inspiração francesa, na qual as construções se afastavam das divisas do lote, garantindo a todos os ambientes iluminação e ventilação direta, além de proteção com relação à rua e aos olhares estranhos.¹⁵¹

Planta

A mesma aparente contradição entre discurso e prática se manifesta nos arranjos internos das residências que projetou. Isso porque elas pouco guardam da disposição interna do programa de necessidades das casas coloniais. Em nenhuma das casas tradicionais de sua autoria há vestígios quer da organização comum das velhas casas urbanas, marcadas pelo enfileiramento de ambientes da frente até os fundos, quer das chácaras semi-urbanas, cuja planta frequentemente se desenrolava ao redor de um pátio central. Ao contrário, suas plantas se parecem mais com aquilo que Maria Cecília Naclério Homem definiu como palacete paulistano de inspiração francesa, cuja disseminação foi realizada em grande parte pelos escritórios de Ramos de Azevedo, de quem Severo era sócio.

Após a proclamação da República, o palacete se constituiu externamente como

um “tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência nos quatro lados, situada em meio a jardim, possuindo área de serviços e edícula nos fundos”. Internamente o palacete se caracterizava pela definição de três zonas distintas - estar, repouso e serviços - e pela especialização dos ambientes, sobretudo da área social, subdivididos em salas de música, leitura, estar, visitas, festas, etc. O vestíbulo articulava os espaços da casa e garantia a desejada separação entre as zonas de atividade de modo que os serviços ficavam restritos aos espaços da cozinha, porões, quintal e edícula, o estar concentrado no térreo e jardins, e o repouso nos quartos de dormir, em geral situados no primeiro andar. Dessa forma, assegurava-se não apenas a autonomia entre as zonas, como se evitava o contato prolongado entre patrões, criados e visitantes.¹⁵²

O espaço da casa passou a ser subdividido segundo uma lógica muito diferente daquela que organizava as antigas casas coloniais, separando-se as atividades da casa de forma que não houvesse superposição de funções e que ficassem bem definidas as esferas do público e do privado. Além das divisões acima apontadas, nos palacetes separavam-se os espaços femininos, mais resguardados e localizados estrategicamente nas salas de costura e sala da senhora, situadas entre a zona de serviços, a sala de jantar e a sala de visitas numa clara alusão às suas atribuições, dos espaços masculinos, mais expostos, ligados à rua, cujo ambiente paradigmático era o gabinete com sua entrada independente. Conforme esta nova lógica, a sala de estar era a ponte entre o mundo privado e o público, cuja importância simbólica se revelava no cuidado e apreço com a decoração.

Se muitas dessas novas formas de morar foram assimiladas pela elite paulistana, assim como aquelas que derivavam do advento das novas tecnologias e equipamentos domésticos industrializados, que possibilitaram a integração do banheiro e da cozinha ao corpo principal do edifício, percebe-se a persistência de certos ambientes e articulações típicas dos antigos sobrados e chácaras do Brasil colônia. Dentre as persistências apontadas por Naclério Homem estão “a sala de jantar mais ampla que os demais cômodos, em posição central próxima à cozinha, o gabinete e um quarto independente para hóspedes na parte fronteira do térreo”,¹⁵³ além de uma área destinada ao auto-abastecimento. As casas de Severo, sobretudo as que ele projetou sob encomenda, seguiam as características dos palacetes acima apresentadas, ainda que a distribuição francesa nem sempre fosse seguida a risca.

Na casa que projetou para o banqueiro e amigo Numa de Oliveira, localizada na avenida Paulista, as zonas de estar, repouso e serviço, além dos espaços femininos e masculinos estão bem definidos, cada qual possuindo um acesso externo totalmente independente. O grande vestíbulo de entrada concentrava toda a circulação interna da casa e era utilizado, segundo Naclério Homem, não apenas como hall de distribuição, mas também como sala de estar. A área destinada aos serviços voltava-se para os fundos do terreno, onde se localizava a edícula com garagem no térreo e apartamento para o motorista e sua família no primeiro pavimento. Concentrados na face sudoeste da edificação, os serviços eram articulados verticalmente por uma escada externa que ligava os quartos dos empregados, lavanderia, rouparia, adega, despejo, sala de estudos e banheiro completo localizados no porão com a cozinha, despensa, copa e quarto da criada no térreo, e por uma escada interna que também dava acesso aos serviços do subsolo e térreo, além daqueles que estavam no primeiro pavimento, a rouparia, pequena copa e o quarto da governanta.

A sala de jantar era o maior de todos os ambientes, estando ligada à copa, à cozinha e à sala de música e voltada para o jardim lateral, que era acessado por uma escada e varanda alpendrada, ligação que conferia certa importância ao ambiente. O gabinete de Numa de Oliveira era neste caso totalmente independente da residência, possuindo um único acesso pelo jardim.

Na residência projetada no mesmo ano para o dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Júlio de Mesquita, a circulação da residência era mais fiel ao esquema francês. O vestíbulo tem como função primordial a distribuição seletiva entre as áreas de estar íntimo e social, serviço, repouso, masculinas e femininas. Por meio do vestíbulo, tinha-se acesso independente para a sala de música, salão, sala de jantar, escritório e circulação de serviço e de acesso a área de repouso do andar superior. Nesta casa também aparece uma escada de serviço, que interliga o jardim ao térreo e ao primeiro andar, e que é independente da circulação da família, além de um quarto de hóspedes independente situado no térreo, reminiscência das construções urbanas e rurais do período colonial. A diferença aqui, com relação à residência anterior e ao esquema francês, é que o acesso ao escritório dava-se pelo interior da casa e não diretamente pelo jardim, e que a sala de jantar assumia uma centralidade incomum, ainda que guardasse semelhanças com os projetos que Severo desenvolveu para sua família.

Na Casa Lusa, residência do engenheiro localizada na rua Taguá em São Paulo,

reconhece-se a mesma separação entre as zonas de serviço, estar e repouso, ainda que ela não siga estritamente o modelo francês. O hall de entrada define o acesso ao escritório de Ricardo Severo, aqui totalmente integrado ao corpo da casa, a área de convívio mais público, composta pela sala de visitas e a sala de música e a área mais íntima, cujo ambiente central é a sala de jantar. É a partir da sala de jantar que se dá toda a distribuição interna dos ambientes da casa, acessando-se a sala de estar, o pátio externo, o hall da escada que se interliga com as áreas de repouso e serviço, a sala de visitas e o escritório do engenheiro. Nesta casa, como na Casa Praiana, construída para a família do engenheiro no Guarujá, não há um hall ou corredor de circulação muito definido, de modo que praticamente todos os ambientes estão interligados, característica marcante das casas portuguesas ricas ou pobres, que só seria explorada em suas próprias residências.

O papel simbólico e a centralidade da sala de jantar, local de reunião da família é reforçado pela presença da lareira. O fogo era para Severo o "símbolo da pátria", ao redor do qual se reunia a família e todos aqueles que compartilhavam do mesmo sangue e da mesma tradição, por isso afirmava que "se o fogo é santo, a casa é a redoma, o pequeno templo que abriga esse altar divino que é a lareira".¹⁵⁴ O engenheiro evocava, de um lado, as casas portuguesas mais humildes com sua sala de comer aquecida pelo fogão à lenha; de outro, a significação deste ambiente na vida cotidiana das antigas casas do Brasil colônia.

Na Casa Praiana, Severo também projetou uma sala de jantar com lareira cujas dimensões ultrapassam as de qualquer outro ambiente, ainda que o ambiente de maior destaque seja o terraço ou varanda, acesso principal da residência. Os ambientes, em menor número e com menos funções específicas, provavelmente por se tratar de uma casa de veraneio, também aqui são todos interligados, havendo corredores de distribuição apenas nos pavimentos superiores destinados aos quartos de dormir. No quintal desta residência há uma pequena construção, um viveiro, cujo desenho remete diretamente aos espigueiros das casas rurais do norte de Portugal e que serviam originalmente a secagem do milho.

A última casa que Severo projetou segundo as orientações de sua campanha tradicionalista foi a casa Rui Nogueira, na rua Groenlândia, no Jardim América em São Paulo. Esta talvez seja a casa que siga mais de perto o esquema francês, pois possui um amplo corredor de circulação que separa e dá acesso às diversas zonas da casa. A área de serviço está bem definida, assim como as áreas de estar e repouso. O escritório, como na maioria dos projetos, não possui uma entrada independente

ainda que esteja bem próximo da entrada social da residência. Diferentemente dos demais projetos analisados aqui, a sala de estar é maior que a sala de jantar.

Volumetria

A volumetria característica das casas acima estudadas não era algo específico da arquitetura de Ricardo Severo, mas comum a toda a arquitetura denominada *eclética*, cuja implantação central, o arranjo interno e a assimilação de novas técnicas construtivas possibilitaram uma maior exploração dos planos que compunham o edifício. Segundo Nestor Goulart Reis Filho, os projetos, pensados ao longo de todo o período colonial num sentido bidimensional, ganhariam então um sentido tridimensional, "ou seja, o projeto da arquitetura comum ganhava uma terceira dimensão, a profundidade e, conseqüentemente, uma quarta, o tempo necessário para o deslocamento do observador, que jamais podia captar o edifício em toda a sua diversidade de projeto".¹⁵⁵ o que para o autor justificaria em certa medida "o delírio eclético" dos arquitetos desse período.

De modo geral, em seus projetos todas as faces da residência, fossem elas mais públicas, voltadas para rua, ou privadas, voltadas para o interior do lote, possuem o mesmo tratamento volumétrico movimentado e assimétrico. A única residência em que a fachada urbana recebe um tratamento especial é a Casa Numa de Oliveira, cuja face voltada para a avenida Paulista é definida pela simetria e volumetria mais contida. De novo, o engenheiro aproxima-se mais da arquitetura eclética do que da arquitetura tradicional, estudada por ele em sua campanha e cuja marca central do ponto de vista da volumetria era a unidade, solidez e sobriedade.

Materiais e estrutura

Essa aproximação se mantém com relação às técnicas construtivas e aos preceitos de higiene e salubridade empregados pelo engenheiro. Até onde foi possível levantar, Severo empregou nestas casas tradicionais a técnica construtiva corrente naquele momento, utilizando-se de alvenaria de tijolos de barro como vedação e estrutura, vigas e tesouras de madeira na cobertura.¹⁵⁶ A ausência de técnicas e materiais construtivos como concreto armado e o aço nestes projetos, cujos desenhos seguiam a lógica construtiva da alvenaria autoportante de tijolos de barro, não significa que Severo desconhecesse estas técnicas. O Pavilhão das Indústrias de Portugal, por exemplo, foi feito em estrutura metálica pré-moldada. Ademais não apenas Severo, como outros arquitetos do período se

utilizaram destas técnicas, especialmente em edifícios de grande porte, como Victor Dubugras na Estação de Mairinque, Giuseppe Martinelli no Edifício Martinelli, Francisco de Oliveira Passos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e Hector Pépis na Biblioteca Nacional.¹⁵⁷

Do ponto de vista da higiene e salubridade, em todas as casas tradicionais analisadas é perceptível a preocupação do engenheiro em elevar a construção do chão, através de porões que protegiam o edifício da umidade do solo,¹⁵⁸ e de garantir a iluminação e ventilação direta de todos os ambientes.

Elementos tradicionais

Se na implantação, organização interna do programa de necessidades, na volumetria e técnicas construtivas as casas *tradicionais* de Severo se aproximavam da produção *eclética* corrente, na ornamentação a diferença entre os estilos começa a aparecer. Os “motivos tradicionais” “dignos de moderno aproveitamento” ou soluções arquitetônicas “modelares e dignas de reprodução” que Severo destacava em seus textos de campanha, independentemente de sua coerência, conferiam um caráter específico a seus projetos.

Dos elementos centrais da tradição luso-brasileira desenhada por Severo eram destacados a escada principal de acesso à residência, a varanda ou alpendre e o pátio interno. Elementos que, ao contrário das “alcovas sem luz direta”, mostrariam-se perfeitamente adaptados às condições climáticas do país e por isso aparecem em quase todos os seus projetos das mais variadas maneiras. As escadas externas de acesso à residência desembocando em varandas alpendradas, características das casas populares e eruditas do Norte de Portugal, se bem que com funções muito distintas. Nas casas populares estes alpendres funcionavam ao mesmo tempo como lugar de estar, descanso e trabalho - secagem de milho, costura, etc - enquanto que nas casas de elite elas foram perdendo estas funções até se tornarem áreas unicamente de descanso, transição ou mera ornamentação do edifício,¹⁵⁹ como no caso da Casa Numa de Oliveira. Nos três pontos em que ela aparece, junto à sala de jantar voltada para o jardim lateral e nos acessos à cozinha e copa, as varandas marcam mais o acesso e a circulação setorizada da residência do que espaços de estar, descanso ou trabalho. Além disso, o destaque dado às varandas, totalmente independentes do corpo principal, a ponto de possuírem uma cobertura própria, mais baixa em relação ao telhado principal, é uma inovação com relação às casas portuguesas ou coloniais que ele procurou

recuperar, configurando-se como um provável empréstimo de soluções *ecléticas* contemporâneas. Do ponto de vista construtivo, esta solução de recorte do telhado só foi possível porque no momento de sua construção já estavam disponíveis no mercado técnicas e materiais de recolhimento das águas pluviais, inexistentes na época em que seus modelos tradicionais haviam sido construídos.

Nas casas Praiana e Rui Nogueira, identifica-se a existência de varandas ou terraços com uma clara função de descanso e prolongamento da sala de estar, para onde se voltava também o quarto do casal Severo, no primeiro caso, e o escritório do sr. Nogueira no segundo. Em ambos os casos, o piso da varanda é apenas ligeiramente elevado, destacando-se do corpo principal do edifício pela independência da cobertura. Na Casa Praiana, a varanda é marcada por uma série de colunas toscanas, comuns nas construções portuguesas e coloniais, enquanto que na casa Rui Nogueira ela é arrematada por uma pesada arcaria pouco usual à tradição que Severo recuperava. Nos solares e casas populares portuguesas que o inspiraram, as varandas, normalmente no primeiro pavimento, eram delimitadas por colunas toscanas com meio pedestal e suportadas no térreo, aí sim, por arcos que abrigavam normalmente as áreas de serviço.

Na Casa Júlio de Mesquita, a varanda era ainda mais fechada em função da presença de glosias nos caixilhos entre as colunas também aqui toscanas com meio pedestal. A especificidade desta varanda é sua ligação com o quarto de costura e uma área denominada "claustro" que provavelmente era coberta apenas por pérgulas e trepadeiras, como na Casa Lusa. Neste caso, como nas casas Numa de Oliveira e Rui Nogueira também há pequenas varandas no pavimento superior, que ora são descobertas, protegidas apenas por um guarda-corpo de ferro ou alvenaria, ora inteira ou parcialmente fechadas por balcões com rótulas e glosias numa referência mais do que explícita.

Os pátios tão louvados pelo engenheiro em função de sua perfeita adaptação ao meio telúrico são menos presentes nestes projetos, aparecendo somente nas casas Lusa e Júlio de Mesquita. Para a primeira, Severo desenhou um pátio que lembra os pátios algarvianos, pequenos prolongamentos da sala, cobertos por videiras fixas às pérgulas, que se constituíam no local privilegiado para reunião da família e dos amigos nos dias quentes de verão. Segundo relato de sua filha mais nova, era ali, naquele pátio protegido do sol pela vegetação que crescia sobre o pergolado, que a família se reunia todos os dias para o almoço.¹⁶⁰ O pátio da Casa Júlio de Mesquita segue o mesmo esquema, com a diferença de

que, nela, este não estabelecia uma relação tão fluida com o jardim como na residência da rua Taguá.

O fato de Severo ter destacado especificamente os telhados, janelas e portas como os principais motivos da arquitetura tradicional, que ele procurava recuperar, não se explica apenas por razões históricas, mas também porque, do ponto de vista arquitetônico, eles eram considerados os elementos que melhor expressavam o caráter do edifício. Retomando as analogias entre edifício e natureza, tomando agora o corpo humano como referência, Severo afirmava:

Na arquitetura de uma casa são partes integrantes da sua armadura externa o telhado e os muros, como na cara os cabelos e o rosto, e são órgãos de expressões as janelas e as portas, como os olhos e a boca, dando a característica da sua fisionomia. Assim, há casas de amoroso semblante que parecem ninhos perpétuos de idílios e noivados, outras de aspecto hospitaleiro e generoso como fraternais albergues, graves algumas e sisudas como tribunais ou cadeias, outras ainda que são antipáticas e repulsivas e mais raramente algumas que por soturnas e misteriosas, como habitações de duendes, só causam assombração e desgraça.

A natureza dos elementos que constituem uma fachada está, pois intimamente ligada à psicologia da sua arquitetura; e como esta traduz a alma do povo com o seu caráter dominante, para o conservar não deverão nunca ser combinados elementos que não se coadunem com a harmonia característica do conjunto. Para construir, portanto, arte tradicional são necessários elementos tradicionais, e, ainda mais, que o laço que os une seja a própria tradição.¹⁶¹

Os telhados projetados por Severo nestas casas retomam seu modo característico de encarar o problema da atualização de elementos do passado na conformação de um edifício tradicional contemporâneo. De novo, o esquema geral da cobertura pouco guarda dos telhados coloniais ou daqueles que tão bem marcaram a arquitetura popular portuguesa, usualmente de duas ou quatro águas com dupla inclinação, seu desenho sendo definido por uma volumetria mais movimentada, para a qual se adotava várias águas e elementos técnico-construtivos como as águas furtadas e as calhas. A referência à tradição se dava novamente no detalhe, ou seja, no uso da telha capa e canal, das "bicas levantadas

à moda chinesa" no arremate das esquinas, nos amplos beiras com telha invertida, cornija, friso, cachorro e/ou forro de madeira. De modo geral, eles possuem traços que remetem aos telhados dos solares portugueses, sobretudo aqueles construídos ao longo dos séculos XVI e XVII, menos suntuosos e ricamente ornamentados dos que seriam realizados no século XVIII. Estes, aliás, com seus pináculos, frisos, cornijas e pilastras, que acentuavam a linha vertical do edifício, inspiraram o engenheiro nos projetos de grande porte, como os realizados para as Beneficências Portuguesas de Santos e Campinas e a Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

Analisando mais detidamente os telhados de cada residência, aí sim, percebe-se o seu hibridismo. Na Casa Numa de Oliveira, Severo adotou nos beirais do pavimento superior cachorros de madeira, forros do mesmo material, bicas à moda chinesa, calhas e condutores para o recolhimento das águas pluviais. Ao mesmo tempo, no pavimento inferior, utilizou um arremate menos ornamental que a bica, mas que também marcava uma inflexão ascendente nas quinas do telhado, forros nas varandas e tribeiras no volume do corpo de serviços do térreo. Na Casa Lusa, por sua vez, empregou uma solução já testada na casa na rua do Conde, também empregada na Casa Júlio de Mesquita, com frisos, cornijas sobre as quais avançava a telha e arremates com bicas à moda chinesa no pavimento superior. No térreo, as soluções se diversificam, contemplando desde beirais de dupla telha invertida, bicas elevadas, pináculos e calhas nos volumes de serviço e escritório, até beirais com telha de louça decorada nas cores azul e branco, platibanda e, também aqui, pináculos e calhas no volume do hall de entrada. Essas mesmas telhas de louça, provavelmente produzidas pelo pintor e amigo Jorge Colaço (1868-1942), importadas de Portugal, eram empregadas sobre as janelas laterais da sala de música e sala íntima e sobre o mural de azulejos na parede ao lado do pátio. Na Casa Praiana, é perceptível apenas o uso das bicas elevadas no segundo e terceiro pavimentos, do amplo beiral e das telhas de louça na cobertura das janelas da sala de jantar. A Casa Rui Nogueira é a mais híbrida de todas, com moldura do tipo garganta em alvenaria, que de certa forma imitam o desenho dos frisos e cornijas, cachorros de madeira, forro no mesmo material e bicas elevadas como arremate do telhado no pavimento superior. Nos volumes mais baixos a ornamentação também é menos marcante, com telhas de arremate e molduras mais simples.

Ainda analisando a cobertura, identificam-se dois elementos de destaque que

aparecem em apenas três das residências em questão: o frontão, presente nas casas Lusa e Rui Nogueira, e a torre, na Casa Julio de Mesquita. No primeiro caso, ambos os frontões seguem o mesmo esquema curvilíneo em que se destacam um elemento central mais elevado e duas volutas laterais. O desenho do frontão da Casa Rui Nogueira é mais rico, com mais uma voluta junto ao elemento central e um desenho também central. É difícil precisar qual o modelo exato seguido por Severo nestes frontões, mesmo diante das semelhanças com as igrejas do primeiro grupo arqueológico descrito pelo engenheiro em 1916 e com os solares portugueses dos séculos XVII e XVIII, que em geral tinham integrado ao seu corpo principal uma capela, destacada pela presença de um frontão elevado. Vale frisar, que esta referência era pensada apenas do ponto de vista da expressão e composição do edifício, não destacando funções significativas das residências. No caso da Casa Lusa, o frontão marcava os quartos do filho e do casal; na Casa Rui Nogueira, o banheiro e a sala de estar.

No segundo caso, a presença da torre guarda significados surpreendentes. A torre desenhada por Severo na casa do jornalista não remetia à torre de um castelo, mas sim à torre de construções, que durante a Idade Média no norte de Portugal, sobretudo no século XII, exerciam simultaneamente a função de defesa e morada, ou em seus termos, casa e fortificação. Em seu estudo sobre os solares portugueses, Carlos de Azevedo¹⁶² afirma que se a princípio estas construções tinham desempenhado este duplo papel, “uma vez que a situação política evoluía particularmente desde que terminara a tarefa de reconquista, depressa a torre se tornou mero símbolo senhorial, [...] o mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra”, cuja influência se estendeu pelos menos até o século XVIII. Do ponto de vista de seu desenho, se inicialmente elas eram construídas em pedra, com as ameias que exerciam um papel de defesa, com a mudança acima apontada, elas passaram a ser construídas também em alvenaria de tijolos de barro, suas ameias perdendo seu “caráter funcional” e passando a “desempenhar papel meramente decorativo, embora indispensável para acentuar o verdadeiro espírito da torre, herança nobilíssima de tempos guerreiros.” Ademais, se as primeiras construções do século XII eram torres isoladas com o tempo os nobres senhores construíram alas anexas, que dariam origem a uma nova tipologia, nomeada pelo autor de casa-torre. Para Carlos Azevedo, “a história da casa senhorial [portuguesa] começa com a torre, e é no Norte, na região de entre Douro e Minho - berço da nacionalidade - onde vamos encontrar os primeiros

exemplos deste tipo de construção, que tanta influência havia de exercer no ulterior desenvolvimento da casa portuguesa.' A torre seria além de símbolo dos tempos de conquista e afirmação da independência de Portugal, uma referência profunda à nacionalidade portuguesa. É a esta tipologia específica que Severo se reporta, assumindo toda a carga simbólica apontada acima.

Dos modelos de portas e janelas que inspiraram Severo em suas composições nota-se igualmente a variedade e diversidade de suas aplicações, sendo perceptível uma maior ornamentação nos pavimentos superiores, segundo uma hierarquia compositiva que se fazia presente também nos telhados, não havendo um único padrão tipológico, seja para o desenho das aberturas, seja para a ornamentação de suas molduras ou modelo de caixilho. Dessa forma, encontram-se nas residências aqui estudadas vergas retas, abatidas ou plenas, janelas duplas ou isoladas, cornijas retas ou curvilíneas, caixilhos quadriculados de madeiras de correr ou tipo guilhotina, bandeiras e portas de madeira almofadadas presentes tanto aqui como em Portugal. As rótulas foram adotadas nas janelas de todos os projetos e, em apenas um deles, a Casa Praiana, encontra-se um exemplo acabado de balcão com rótulas e gelosias.

Outro elemento que se destaca nestes projetos são as chaminés. Severo parecia querer recuperar a sua importância ornamental e simbólica, como marco exterior do principal ponto de encontro da casa popular portuguesa, sobretudo a do sul, qual seja: a cozinha. Nas casas que projetou para si em São Paulo e no Guarujá, desenhou para as chaminés da cozinha um volume totalmente destacado do corpo principal da residência, ornamentando-os com um rendilhado geométrico. Já nas chaminés das lareiras das salas de jantar fez brotar nos telhados apenas o seu topo, cobrindo-os com telhadinhos de duas águas. Nas casas Numa de Oliveira e Rui Nogueira, apenas os dutos das chaminés da cozinha e da sala de estar, respectivamente, são destacados, sobressaindo-se do corpo mais baixo do edifício e cortando o telhado. Nestes dois últimos casos, a ornamentação também segue os mesmos motivos geométricos.

Do ponto de vista da decoração interna, estas casas também não se distanciam tanto do *ecletismo* em voga, a não ser por um ou outro detalhe. Os azulejos, por exemplo, estão entre os detalhes tradicionais de maior destaque. De acordo com Luísa Arruda, se o emprego de azulejos como motivo decorativo começou a ser realizado na colônia portuguesa na América do Sul a partir do século XVIII, como revestimento externo dos edifícios religiosos, em Portugal ele já era usado

internamente desde o século XV, mas externamente apenas a partir do século XIX. Foi nos oitocentos que naquele país se assistiu a uma verdadeira retomada do azulejo, destacando-se como um dos principais renovadores da azulejaria artística portuguesa aquele que foi um dos principais colaboradores de Severo em seus projetos tradicionais, Jorge Colaço. O pintor, como o engenheiro, estava envolvido com a corrente nacionalista nas artes que procurava valorizar tudo o que fosse considerado legítimo ou tradicional, dedicando-se a pintar painéis de caráter histórico, em que retratava a vida do homem do campo ou do litoral, aquele que tirava da terra a sua sobrevivência e que mais conservava a identidade da nação.¹⁶³ Os painéis pintados por ele para as casas de Severo traziam esta temática.

Na Casa Lusa há painéis no pátio e no hall de entrada. No primeiro, internamente, tem-se uma temática diferente, com painéis retratando aparentemente a vida da nobreza, e, externamente, há um painel que retrata a caçada de um javali e outro uma temática religiosa. Nos outros dois ambientes, a temática é predominantemente a campestre, chamando a atenção o painel do escritório do engenheiro em que se lê “Portugália: pro crece”, que lembra os logotipos da *Portugália* e da *Revista Portuguesa*. Em sua casa da praia, há um grande painel que reveste à meia altura as paredes da varanda, cuja temática se refere à vida do homem no litoral. Já na Casa Numa de Oliveira, os painéis da entrada principal e hall, segundo Naclério Homem, reproduziam figuras femininas da família, afastando-se da temática mais cara a Colaço, embora estivesse coerente com o desenho de representação desta elite.¹⁶⁴ Na Casa Julio de Mesquita os painéis compõem também no acesso principal da residência.

Ainda na Casa Lusa, destacam-se outros elementos que serviram à sua ornamentação e que foram adquiridos de edifícios antigos demolidos à época. Externamente, há o balcão de madeira da fachada esquerda, originalmente pertencente a uma casa na rua do Carmo em São Paulo, e a pia de pedra do pátio, emoldurada por um dos painéis de azulejos de Colaço. Internamente, há o forro almofadado da sala de jantar, originário do Convento de Santa Teresa no Rio de Janeiro, e balcão *barroco*, retirado da Igreja do Carmo de São Paulo, restaurada por ele, ao qual foi adaptada um caixilho que ligava seu escritório e o hall de entrada da residência.¹⁶⁵

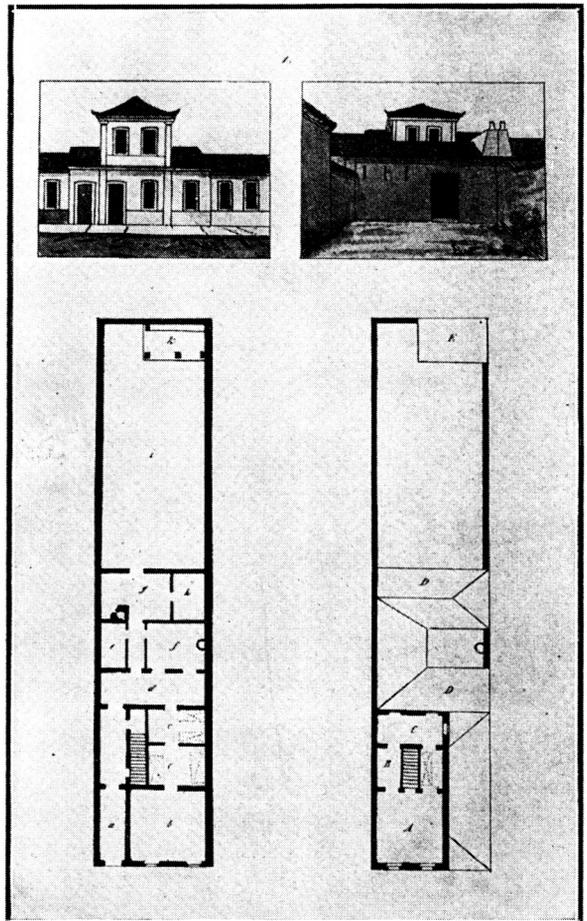
A leitura destes cinco projetos tradicionais, tendo como horizonte seu discurso histórico e o esforço de compreensão de suas divisas teóricas, ilumina sua produção artística e revela uma coerência interna que não se pode desprezar. Se Severo se

valia de referências à arquitetura de sua terra natal, fazia-o por acreditar que nossa arte, como nossa própria nacionalidade, não era algo original e sim algo formulado a partir da ascendência lusitana e de uma decantada adaptação ao meio, que a definia como luso-brasileira. Se dava demasiada importância ao detalhe na arquitetura, isso ocorria porque ele considerava elementos específicos, como telhados, portas, janelas e ornamentos, os verdadeiros meios de sua expressão. Se empregava motivos arquitetônicos diversos temporal e espacialmente, era porque se pautava pelos mesmos conceitos de arquitetura e tradição acima apresentados. Se defendia uma modernização pautada pela tradição, era porque preocupava-se com a unidade da nação e sua afirmação frente ao contexto social, político e económico do entre-guerras. É à luz deste contexto e das questões que estavam na ordem do dia, como nacionalismo, modernismo, modernização e tradição, que seus textos e projetos devem ser lidos e entendidos como mais uma das respostas e propostas que os intelectuais, engenheiros e arquitetos de modo geral procuravam formular naquele momento.



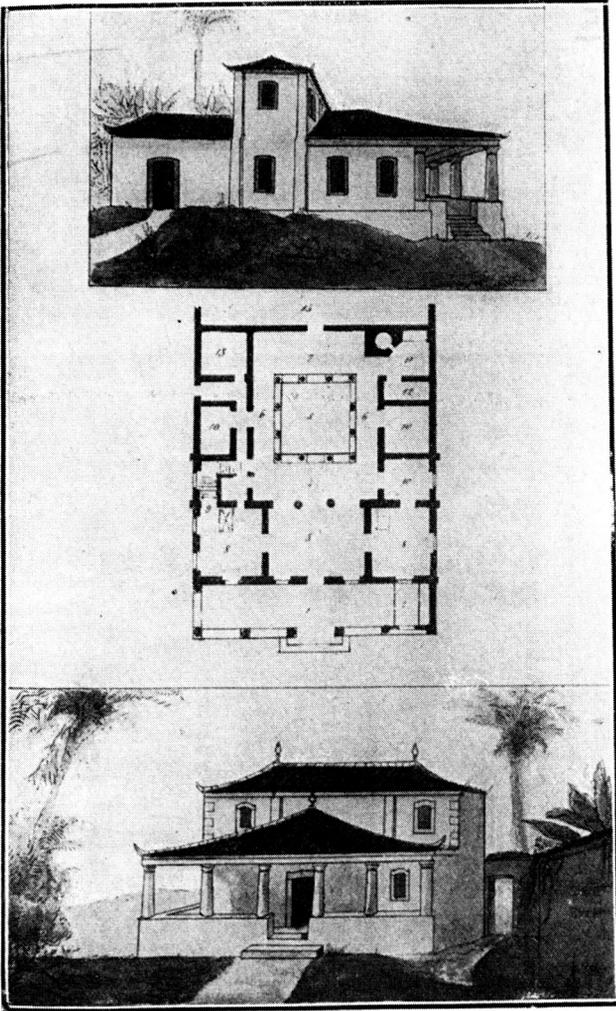
1. Gravura de Henry Chamberlain que ilustra o comentário de Severo sobre as aplicações das rótulas no Brasil.

Est. I



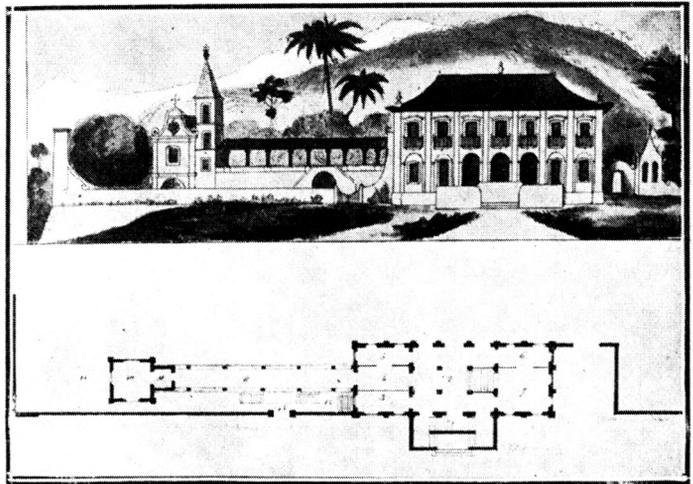
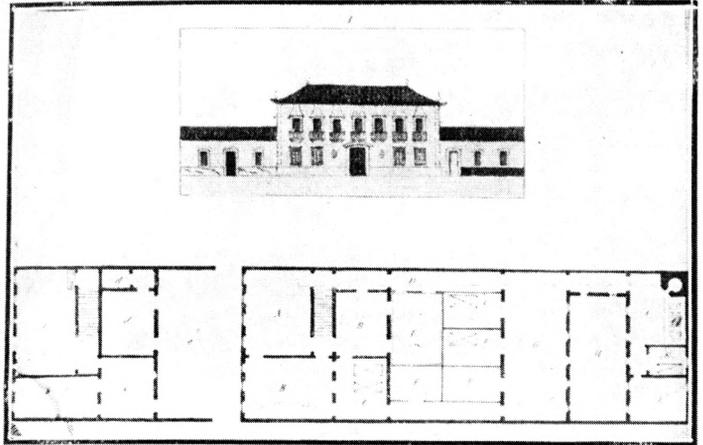
2. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1914 com casas urbanas do Rio de Janeiro desenhadas por Debret em 1820 e publicadas em seu Voyage Pittoresque e Historistique au Brésil.

CASAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO — 1820 — Apud. Debret.



CASA DOS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO — 1820 — Apud. Debret.

3. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1914 com casa dos subúrbios do Rio de Janeiro desenhada por Debret em 1820 e publicadas em seu *Voyage Pittoresque e Historistique au Brésil*.



4. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1914 com casa apalaçada do Rio de Janeiro e casa solarenga do arrabalde da Tijuca desenhadas por Debret em 1820 e publicadas em seu Voyage Pittoresque e Historistique au Brèsil.

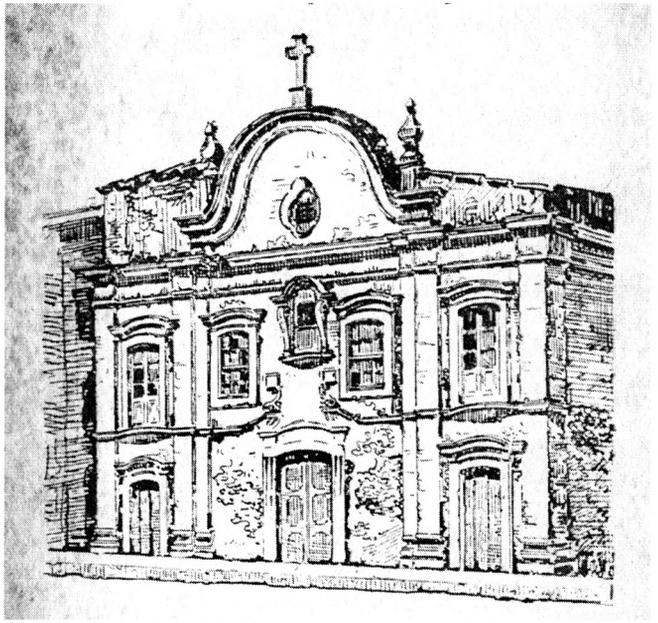


FIGS. 1 E 2 - CASAS COM BALCÕES DE ROTULA
RUA DO ROSÁRIO - 1860.

5. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1914 com casas com balcões de rótula na Rua do Rosário em São Paulo em 1860 tiradas provavelmente por Militão de Azevedo.



6. Casa de Cotia em foto tirada durante a visita do prefeito de São Paulo Washington Luis e do arquiteto Victor Dubugras.



7. Desenho da Velha igreja de Santos que serviu de ilustração para a conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1914.



8. Casa de Pomarchão em Ponte de Lima, exemplar barroco do Norte de Portugal. Notar o desenho das colunas das varandas, com base quadrada sobressaindo do guarda corpo como nos projetos de Severo.



9. Casa da região do Algarve com varandas cobertas por trepadeiras.



10. Palácio Galveias em Lisboa. Exemplo de casa nobre do século XVII. Notar a semelhança do desenho do telhado, com frisos, cornijas e bicas à moda chinesa e aqueles desenhados por Severo.



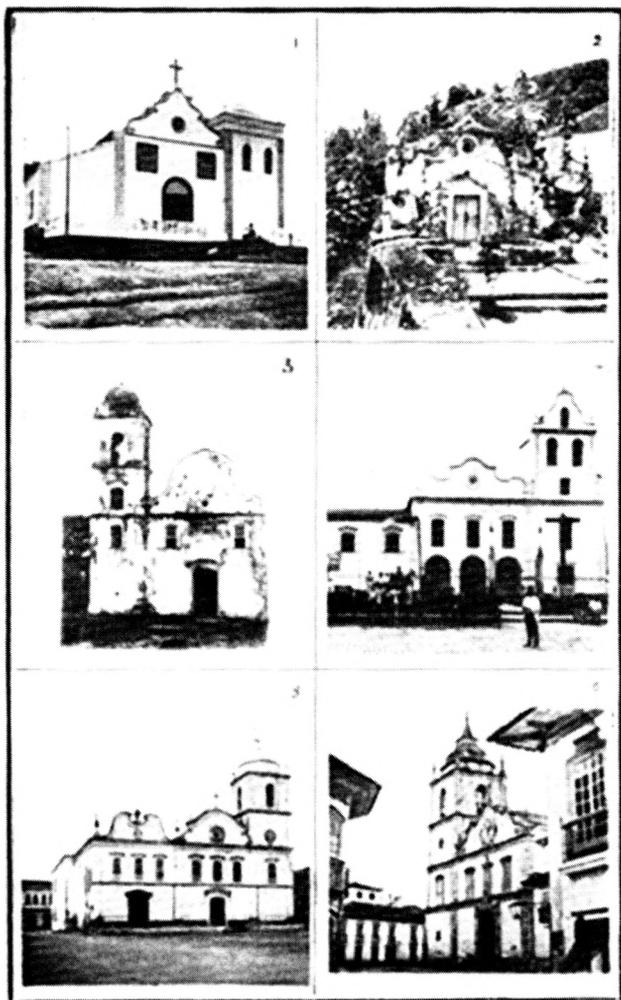
11. Solar típico da região do Minho construído em meados do século XVIII, em que se nota a presença marcante da capela através do frontão de linhas barrocas.



12. Exemplo de chaminé portuguesa.

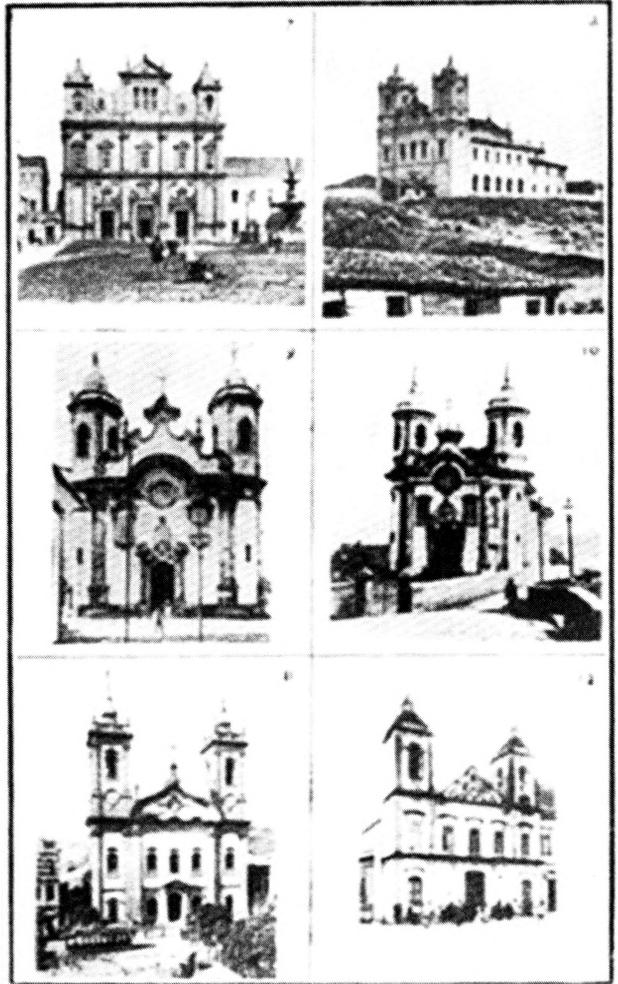


13. Exemplo típico de casa-torre do século XVI. Notar a semelhança do desenho das ameias desta casa com a projetada por Severo para Julio de Mesquita em São Paulo.



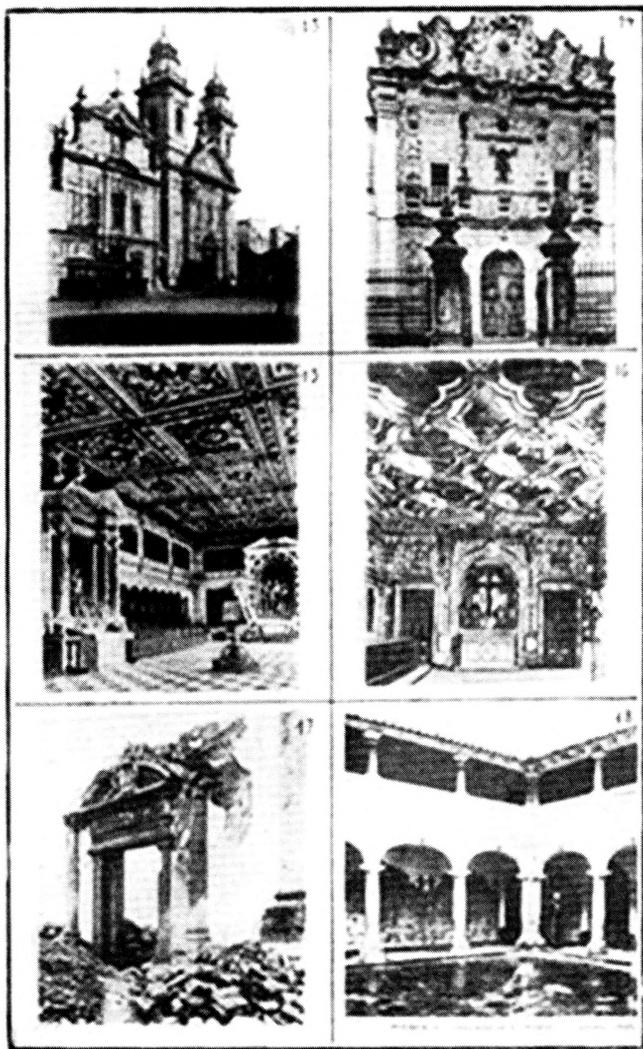
ARCHITECTURA COLONIAL - SÃO PAULO

14. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1916:
 (1) Capelas de Monserrate; (2) Capela de Fortaleza da Barra; (3)
 Igreja da Conceição de Itanhaém; (4) Igreja de Santo-Antonio; (5)
 Antiga Matriz de Santos; (6) Antiga Matriz de São Paulo.

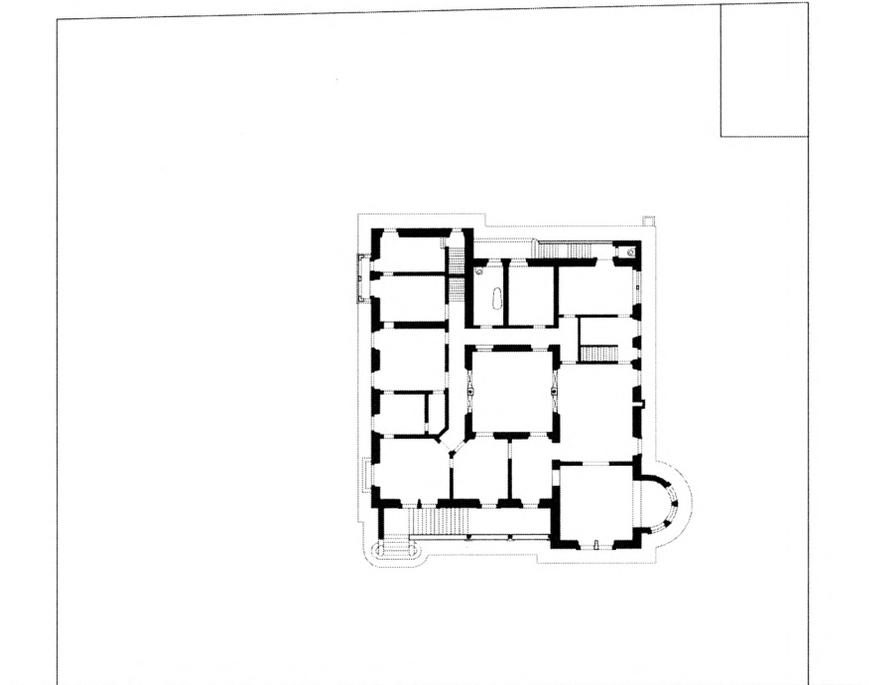


ARQUITETURA TRADICIONAL DO BRASIL

15. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1916: (7) Catedral da Bahia; (8) Igreja do Carmo em Olinda; (9) Igreja do Carmo em São João Del-Rei; (10) Igreja S. Francisco de Assis de Ouro Preto; (11) Igreja S. Francisco de Paula no Rio de Janeiro; (12) Igreja de São Pedro em São Paulo.

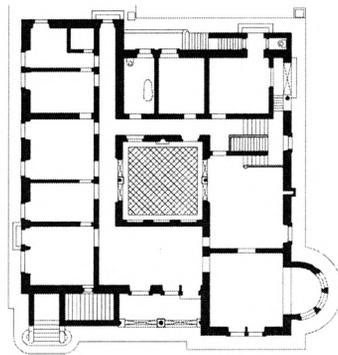


16. Ilustração da conferência A Arte Tradicional no Brasil de 1916: (13) Capela Imperial; (14) Igreja da Ordem 3ª de São Francisco em Salvador; (15) Sacristia da Catedral de Salvador; (16) Sacristia da Igreja do Carmo em Salvador; (17) Porta da Igreja do Carmo em Olinda; (18) Claustro do Convento de São Francisco em Pernambuco.



Rua do Conde

implantação / planta pavimento térreo



planta pavimento superior



Casa rua do Conde



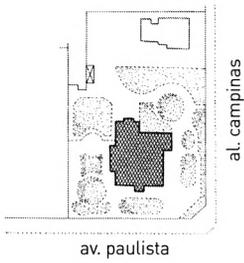
17. Vista da Rua do Conde



18. Vista lateral



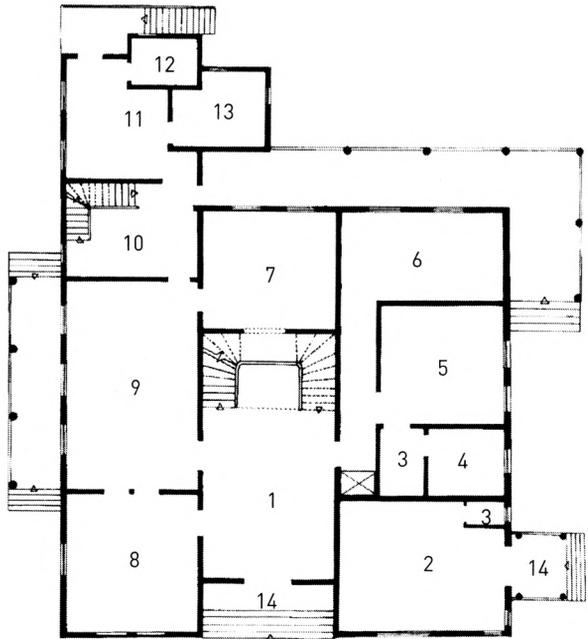
19. Sala de jantar



implantação

Legenda pavimento térreo

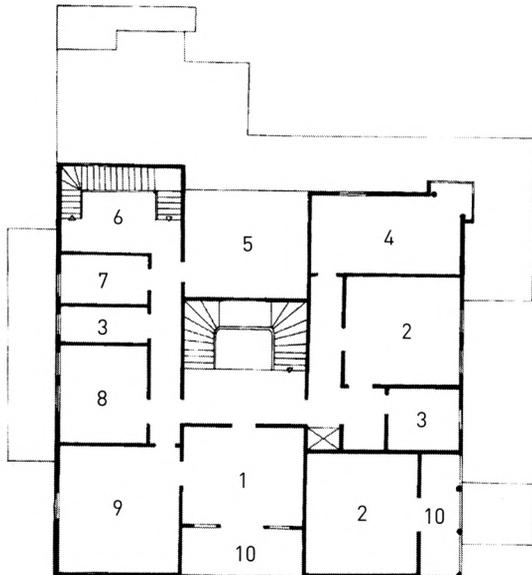
- 1 sala de estar
- 2 escritório
- 3 lavabo
- 4 banheiro
- 5 quarto
- 6 sala de costura
- 7 sala de música
- 8 sala de visita
- 9 sala de jantar
- 10 copa
- 11 cozinha
- 12 despensa
- 13 criada
- 14 varanda



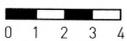
planta pavimento térreo

Legenda pavimento superior

- 1 quarto de vestir
- 2 quarto
- 3 banheiro
- 4 atelier de costura
- 5 solarium
- 6 rouparia
- 7 copa
- 8 quarto governanta
- 9 quarto do casal
- 10 varanda



planta pavimento superior



Casa Numa de Oliveira



19. vista da casa tirada da Av. Paulista



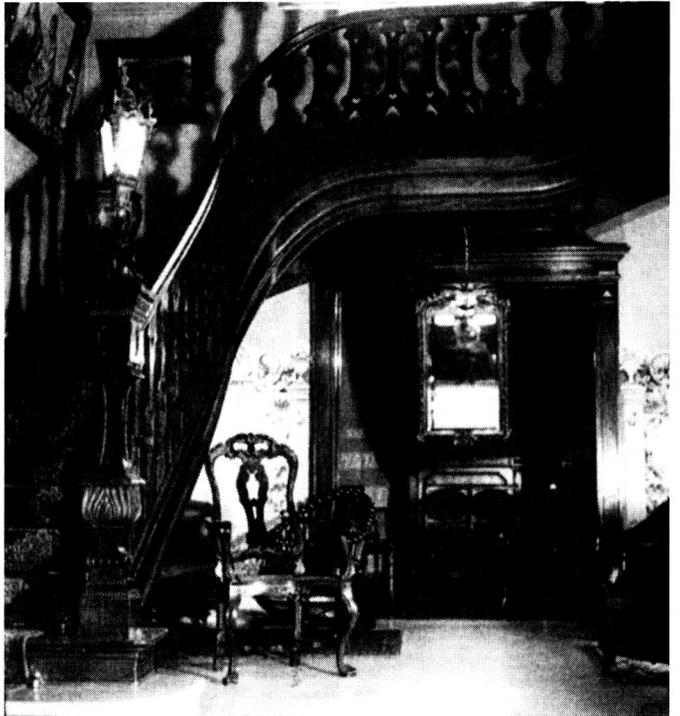
20. vista da casa tirada da Av. Paulista



21. vista da casa da esquina da Av. Paulista com Al. Santos



22. vista da fachada posterior



23. sala de estar

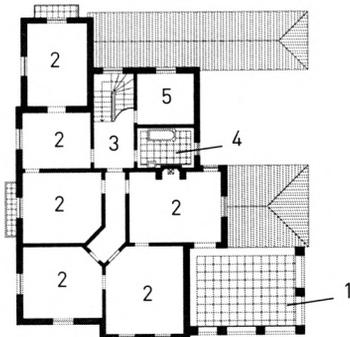
Casa Lusa



Legenda pavimento térreo

- 1 hall de entrada
- 2 sala de visitas
- 3 sala de música e estudos
- 4 escritório ricardo severo
- 5 sala de jantar
- 6 sala de estar
- 7 pátio
- 8 copa
- 9 hall escada
- 10 sala
- 11 despensa
- 12 cozinha
- 13 w. c.
- 14 banho
- 15 quarto do casal
- 16 escritório antônio Severo
- 17 depósito

implantação / planta pavimento térreo



Legenda pavimento superior

- 1 terraço
- 2 quarto
- 3 hall escada
- 4 w. c. / banho
- 5 rouparia

planta pavimento superior





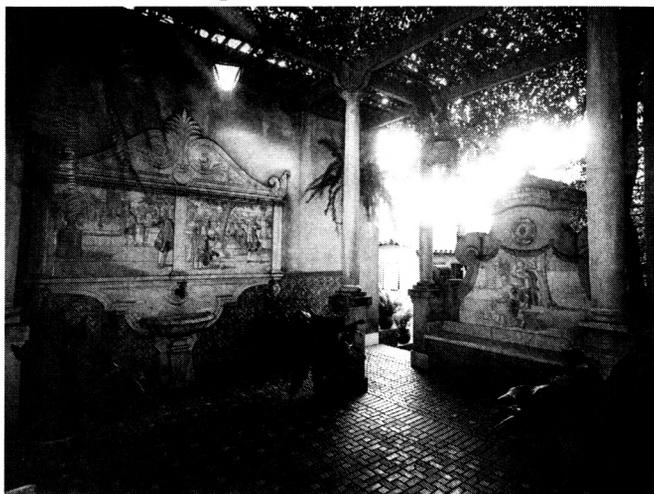
24. Vista da casa tirada da rua taguá



25. Vista da fachada posterior voltada para o jardim.



26. Vista externa do pátio



27. Vista interna do pátio



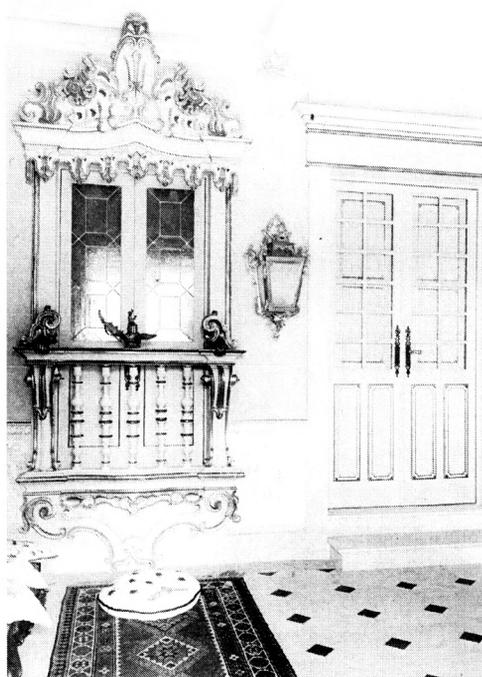
28. Hall de entrada



29. Sala de jantar

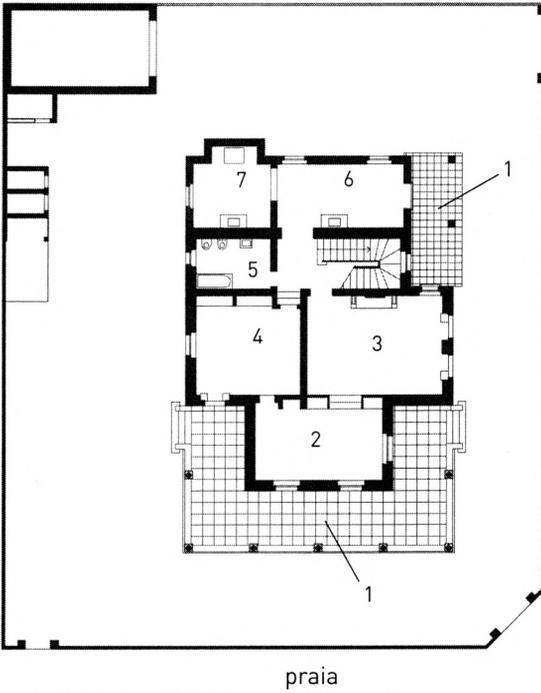


30. Escritório Ricardo Severo



31. Balcão da Igreja do Carmo

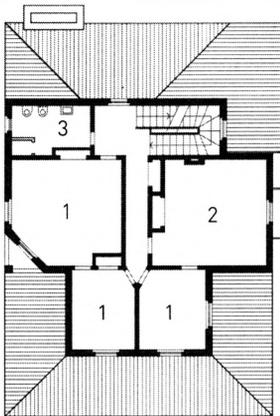
Casa Praiana



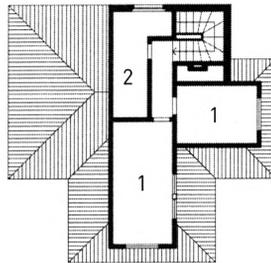
implantação / planta pavimento térreo

Legenda pavimento térreo

- 1 varanda
- 2 sala de estar
- 3 sala de jantar
- 4 quarto do casal
- 5 banheiro
- 6 copa
- 7 cozinha



planta primeiro pavimento



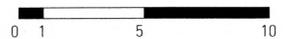
planta segundo pavimento

Legenda primeiro pavimento

- 1 quarto de casal para hóspedes e filho(a)s casado (a) s
- 2 quarto das filhas solteiras
- 3 banheiro

Legenda segundo pavimento

- 1 quarto dos filhos solteiros
- 2 quarto das empregadas e babás





32. Vista da casa tirada da praia

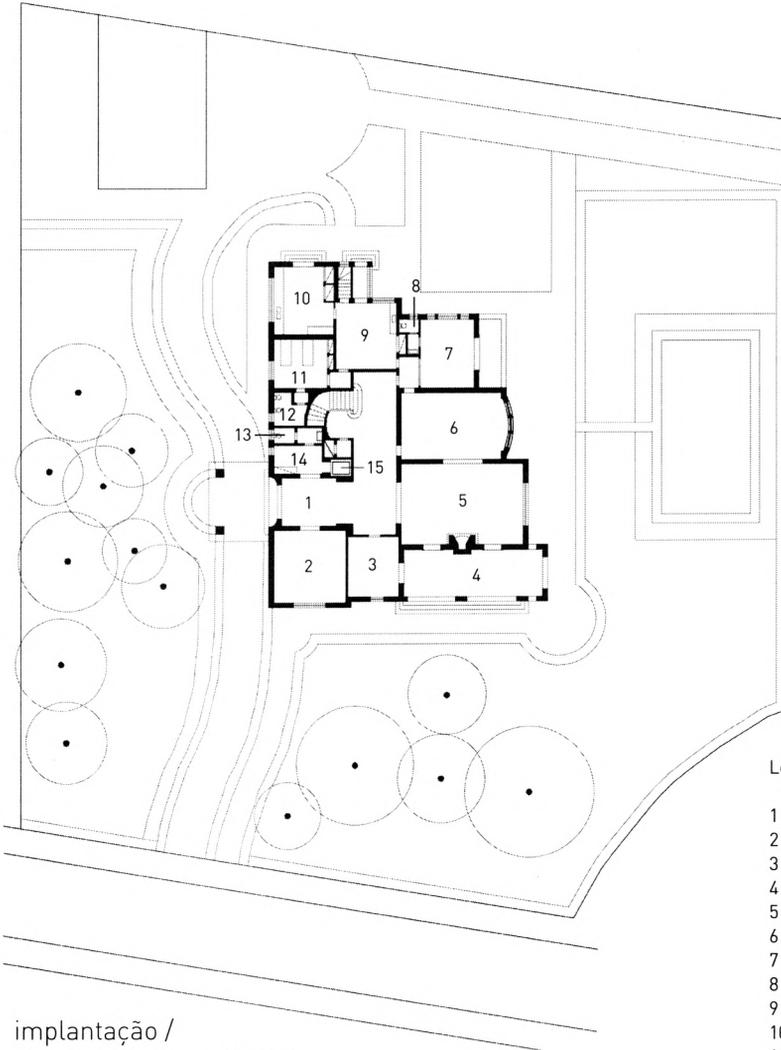


33. Fachada direita



34. Lareira da sala de jantar

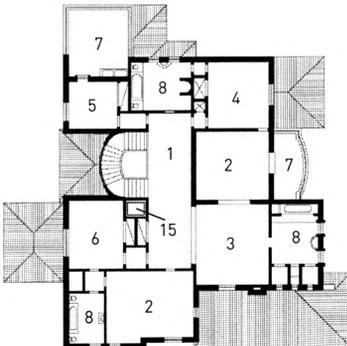
Casa Rui Nogueira



implantação /
planta pavimento térreo

Legenda pavimento térreo

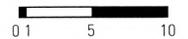
- 1 hall
- 2 sala de visitas
- 3 escritório
- 4 varanda
- 5 sala de estar
- 6 sala de jantar
- 7 almoço das crianças
- 8 banheiro
- 9 copa
- 10 cozinha
- 11 quarto
- 12 banho
- 13 lavabo
- 14 vestíbulo
- 15 elevador

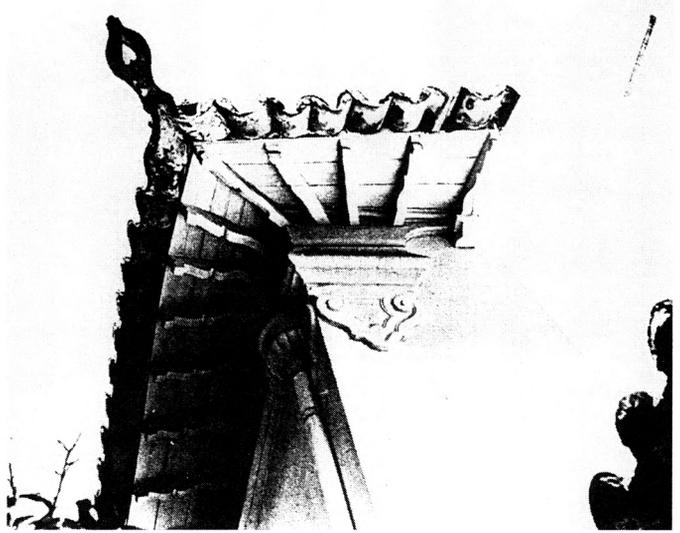


planta pavimento superior

Legenda pavimento superior

- 1 hall
- 2 quarto
- 3 vestiário sra. Davina Nogueira
- 4 vestiário sr. Rui Nogueira
- 5 rouparia
- 6 quarto de hóspedes
- 7 varanda
- 8 banheiro
- 15 elevador



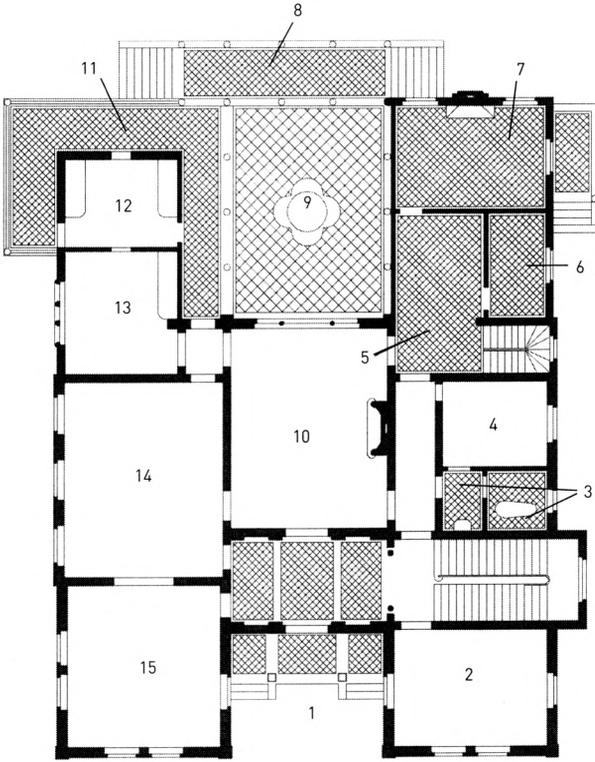


34. Detalhe do beiral com cachorro de madeira



35. Vista da residência a partir da rua

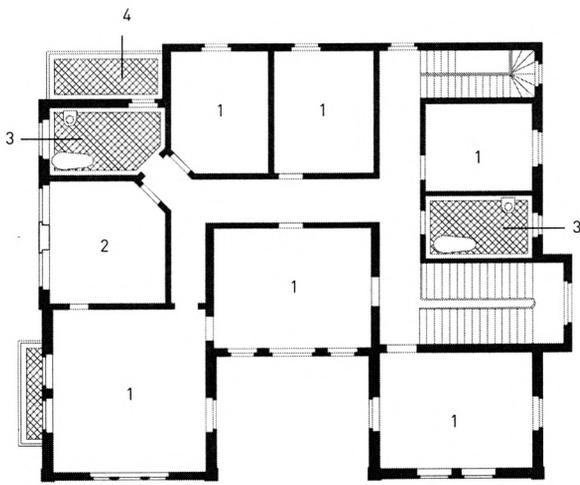
Casa Julio de Mesquita



Legenda pavimento térreo

- 1 vestíbulo / hall
- 2 escritório
- 3 banheiro
- 4 quarto de hóspedes
- 5 copa
- 6 despensa
- 7 cozinha
- 8 pergola / varanda
- 9 "claustro"
- 10 sala de jantar
- 11 "gelosia"
- 12 "bragal"
- 13 quarto de costura
- 14 salão
- 15 sala de música

planta pavimento térreo

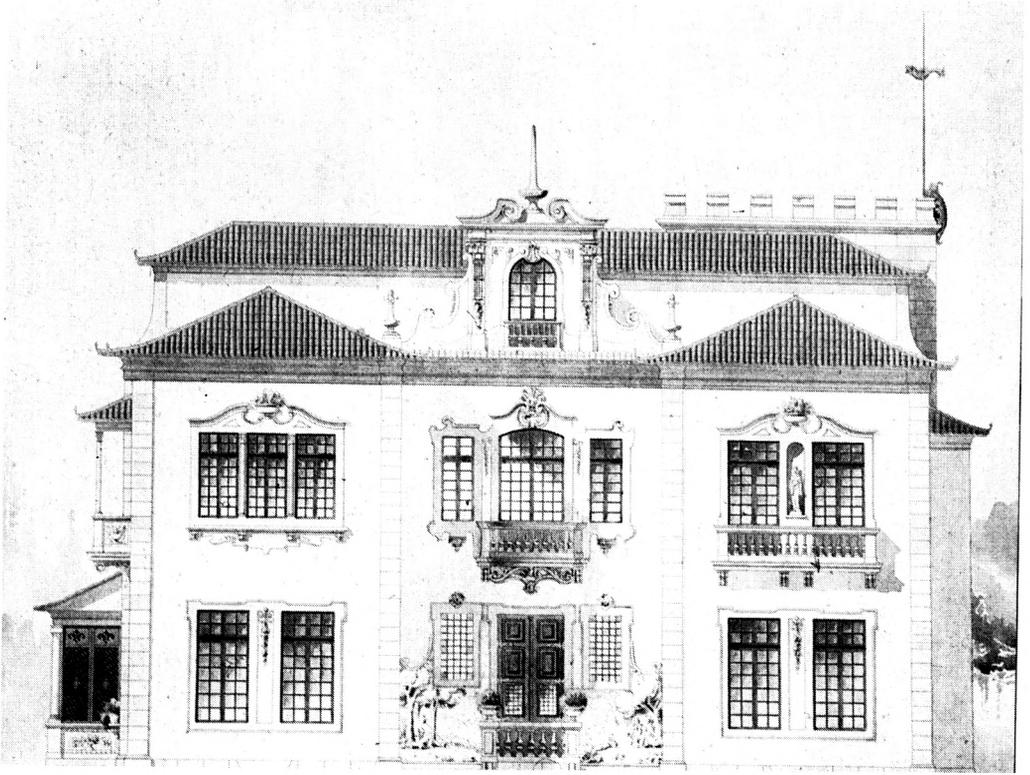


Legenda pavimento superior

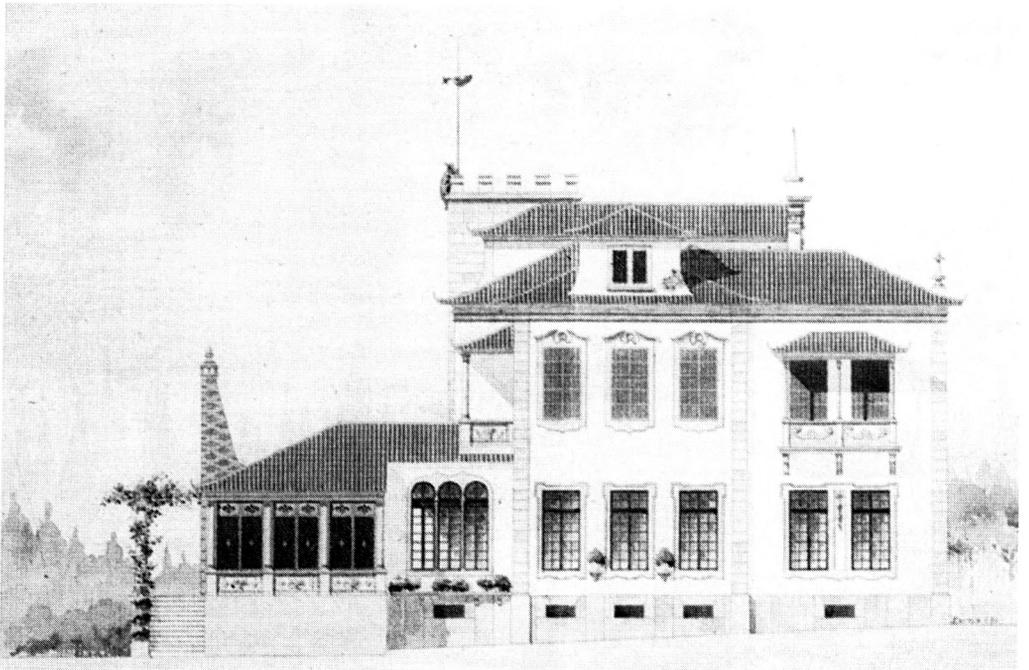
- 1 dormitório
- 2 quarto de vestir
- 3 banheiro
- 4 terraço / varanda

planta pavimento superior





36. Desenho da fachada principal



37. Desenho da fachada lateral

* * *

Notas

¹ Sobre estética naturalista de Hippolyte Taine ver Sholom J. Kahn, *Science and aesthetic judgment*. London: Routledge or Kegan Paul ltd, 1953. Sobre o contexto em que Taine atuou e os rebatimentos de sua doutrina no Brasil ver Lucia Lippi Oliveira, *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990, pp. 49-74.

² Ver José R. Destéfano, “Notícia Preliminar”. In: TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia del Arte*. Buenos Aires: Libreria y Editorial El Ateneo, 1946, pp. 7-10, Sholom J. Kahn, op. cit., 1946 e Raymond Bayer, *História da Estética*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

³ Araripe Júnior e Sílvio Romero também se pautaram pelo naturalismo e evolucionismo, valendo-se dos princípios estabelecidos por Hippolyte Taine e Herbert Spencer para o estudo e crítica da literatura. Sobre a influência de Taine e seu método naturalista no campo da literatura ver Roberto Ventura, *Estilo Tropical: história cultural epolêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 e Antonio Cândido, *O Método Crítico de Silvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

⁴ Sholom J. Kahn, op. cit., 1946, pp. 244-6.

⁵ Ricardo Severo, “A arte tradicional no Brasil”. In: Sociedade de Cultura Artística. *Separata das conferências de 1914-1915*. São Paulo: Tipografia Levi, 1916, p. 39.

⁶ Erwin Panofsky, *Idea: contribuição a história do conceito da antiga teoria da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, pp. 15-34.

⁷ Ver “Da natureza da obra de arte” do livro de Hippolyte Taine, op. cit., pp. 15-41.

⁸ Hippolyte Taine, op. cit., p. 152.

⁹ Síntese do curso de História da Arte ministrado por Taine na Escola de Belas Artes de Paris entre 1865 e 1869, o livro foi estruturado em cinco partes, cada qual correspondendo a um módulo do curso. Na primeira parte, intitulada “A obra de arte”, Taine busca definir a natureza e a produção da obra de arte segundo seu método de estudo; nas segunda, terceira e quarta partes ele aprofunda suas considerações sobre as leis e regras que regem a produção artística a partir de “estudos de caso”, debruçando-se sobre a “Pintura do renascimento na Itália”, “A pintura nos países baixos” e “A escultura na Grécia” respectivamente; na quinta parte, intitulada “O ideal da arte”, ele define esse ideal e os critérios de julgamento através dos quais atribuiria ou não importância e valor à uma dada obra de arte.

¹⁰ Hippolyte Taine, op. cit., p. 22.

¹¹ Idem, ibidem, p. 152.

¹² Idem, ibidem, p. 22.

¹³Idem, *ibidem*, p. 20.

¹⁴Idem, *ibidem*, p. 343

¹⁵Idem, *ibidem*, p. 20

¹⁶ Ricardo Severo, “A arte tradicional no Brasil”. *Revista do Brasil* São Paulo, ano II, v. 4, janeiro-abril, 1917, p. 423.

¹⁷Idem, “Arquitetura Velha”. *A Cigarra*. São Paulo, n. 39, 31/03/1916, p. 24.

¹⁸Idem, *op. cit.*, 1916, p. 51.

¹⁹Idem, *ibidem*, p. 52.

²⁰Idem, *op. cit.*, 1917, p. 418.

²¹Idem, *ibidem*, p. 418.

²²Idem, *op. cit.*, 1916, p. 57.

²³Idem, *ibidem*, pp. 61-2.

²⁴ Henry Chamberlain, *Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*. Londres: Howlet & Brimmer, 1822.

²⁵Ricardo Severo, *op. cit.*, 1916, pp. 69-70.

²⁶ Sobre o uso social da rótula e as leituras históricas que se realizaram deste artefato na primeira metade do século XX ver Paulo César Garcez Marins, *Através da Rótula: Sociedade e arquitetura urbana no Brasil, século XVIII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

²⁷Ricardo Severo, *op. cit.*, 1916, pp. 63-4.

²⁸Idem, *ibidem*, pp. 68-9.

²⁹Idem, *op. cit.*, 1917, pp. 399-400.

³⁰Idem, *ibidem*, p. 401.

³¹Idem, *ibidem*, p. 401.

³²Idem, *op. cit.*, 1916, pp. 44-6.

³³Idem, *op. cit.*, 1917, p. 397.

³⁴Idem, *ibidem*, pp. 406-7.

³⁵Idem, *ibidem*, p. 419.

³⁶Idem, *ibidem*, p. 407.

³⁷ Os termos aqui se diferenciam pelo maior ou menor apego pelas artes de cunho nacional. Se os revivalistas em geral buscavam se remeter à arquitetura pretérita de seu país, os arquitetos ecléticos pareciam mais abertos às experiências universais na arquitetura, remetendo-se a estilos que se desenvolveram e ganharam força em outros países. Ver Manuel Rio-Carvalho, *História da Arte em Portugal. Do romantismo ao fim do século*. Lisboa: Publicações Alfa, v. 11, 1986; Ana Cristina Tostões, “Arquitetura portuguesa do século XX”. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa*. 3ª ed. v. III. Lisboa: Temas e Debates, 1999, pp. 507-17; Paulo Pereira, “O revivalismo: a arquitetura

do desejo”. In: PEREIRA, Paulo (Org.), op. cit., pp. 353-65.

³⁸ Paulo Pereira (Org.), “A arquitetura (1250-1450)”. In: *História da Arte Portuguesa*. 3ª. ed. v. I Lisboa: Temas e Debates, 1999, p. 336.

³⁹ Idem, op. cit., p. 358.

⁴⁰ Idem “As grandes edificações (1450-1530)”. In: *História da Arte Portuguesa*. 3ª. ed. v. II. Lisboa: Temas e Debates, 1999, p. 53.

⁴¹ Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 407.

⁴² Ricardo Severo, op. cit., 1917, pp. 408-9.

⁴³ Paulo Pereira, op. cit., 1999, pp. 11-113; Rafael Moreira, “Arquitetura: renascimento e classicismo”. In: PEREIRA, Paulo (Org.). op. cit., 303-75; Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

⁴⁴ Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 409.

⁴⁵ Rafael Moreira, op. cit., pp. 352-5.

⁴⁶ Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 408.

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 408.

⁴⁸ José Fernandes Pereira “O barroco do século XVIII”. In: PEREIRA, Paulo (Org.). op. cit., p. 51.

⁴⁹ Idem, op. cit., p. 51.

⁵⁰ Ricardo Severo, “Os palácios estrangeiros. Portugal”. In *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro -7 de set. de 1822 a 7 set. 1922 -7 set 1923*. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, Almanack Laemmert, 1923. pp. 312-4.

⁵¹ Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 412

⁵² Idem, ibidem, p. 412.

⁵³ Idem, ibidem, p. 411.

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 411.

⁵⁵ Carlos de Azevedo, op. cit., pp. 161-4.

⁵⁶ Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 411.

⁵⁷ A primeira viagem de estudos para Minas Gerais realizada por Mário de Andrade ocorreu em 1919 e lhe rendeu quatro artigos publicados em 1920 pela *Revista do Brasil* sob o título “A Arte Religiosa no Brasil”, reunidos em 1993. Nestes textos Mário ensaiava uma história da arquitetura brasileira, sobretudo a dos edifícios religiosos, e se mostrava preocupado também com a retomada e preservação da tradição artística nacional, ainda que em termos diferentes daqueles colocados por Severo. Lucio Costa realizou a mesma viagem cinco anos depois. Esta viagem o levou a fazer as primeiras críticas ao *movimento neocolonial*. Ver Mário de Andrade, *A Arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993 e Lucio Costa, “Considerações sobre o nosso gosto e estilo”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18/6 /1924.

⁵⁸ Jean Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. Paris: Firmin-Didot Frères Éditeurs, 1834-1839. A primeira edição brasileira ocorreu apenas nos anos 1940, logo Severo só conheceria a edição francesa. É possível que ele tenha tomado conhecimento do livro de Debret através do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, já que o artista francês era membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Agradeço a Valéria Piccolli Gabriel da Silva, autora da dissertação de mestrado “*A Pátria de minhas Saudades: viagem pitoresca e história de Debret*”, defendida na FAUUSP em 2002, pelas informações acima cedidas.

⁵⁹ Henry Chamberlain, op. cit., 1822.

⁶⁰ Militão de Azevedo fotografou São Paulo entre 1862 e 1887, editando neste último ano o famoso *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887*.

⁶¹ José Wash Rodrigues, *Documentário Arquitetônico*. São Paulo: Livraria Martins editora, 1944.

⁶² Felisberto Ranzini, *Estylo colonial brasileiro*. São Paulo: Amadeu de Barros Saraiva, 1928.

⁶³ Ricardo Severo, op. cit., 1916, p. 15.

⁶⁴ Idem, op. cit., 1917, p. 419.

⁶⁵ Essa periodização está presente em todos os textos aqui selecionados, mas é mais clara e explícita nas conferências “A Arte Tradicional no Brasil” de 1914 e de 1916.

⁶⁶ O termo “tipo arquitetônico” é mais recorrente do que o “grupo arqueológico”, presente apenas na conferência “A Arte Tradicional no Brasil” de 1916.

⁶⁷ Ricardo Severo, op. cit., 1916, pp. 47-8.

⁶⁸ Idem, op. cit., 1916, p. 60.

⁶⁹ Idem, ibidem, pp. 56-64.

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 62.

⁷¹ Nestor Goulart Reis Filho, *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

⁷² Ricardo Severo, op. cit., 1916, p. 64.

⁷³ Ver Maria Cecília Naclério Homem, *O Palacete Paulistano e outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁷⁴ José Wash Rodrigues, op. cit, pp. 146-51.

⁷⁵ Ricardo Severo, op. cit., 1916, p. 65

⁷⁶ Jorge de Alarcão, “Arquitetura romana”. In: ALARCÃO, Jorge de (Org.). *História da Arte em Portugal. Do paleolítico à arte visigótica*. v. 1. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 100.

⁷⁷ Ricardo Severo, op. cit., 1916, pp. 65-6.

⁷⁸ Ver Sindicato Nacional dos Arquitetos, *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, 1961 e Carlos de Azevedo, op. cit., 1969.

⁷⁹ Ricardo severo, op. cit., 1916, pp. 66-8.

⁸⁰ Idem, op. cit , 1916, p. 24.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁸² Idem, *ibidem*, p. 24.

⁸³ Luis Saia, *Casa Bandeirista: uma interpretação*. São Paulo: Rothschild Loureiro, 1955.

⁸⁴ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1916, p. 406.

⁸⁵ Nestor Goulart Reis Filho, *op. cit.*, 1970.

⁸⁶ Ricardo Severo, "Da Arquitetura Colonial no Brasil: arqueologia e arte". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7/09/1922, p. 17.

⁸⁷ Idem, "Arquitetura Colonial III: entrevista com Dr. Ricardo Severo". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15/04/1926, p. 3

⁸⁸ Dentre os textos em que trata da arquitetura civil no Brasil e em Portugal está o Lucio Costa, "Documentação Necessária". In: *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, pp. 457-62, publicado originalmente em 1937 no primeiro número da *Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* editada pelo SPHAN e "Tradição Local". In: *op. cit.*, 1995, pp. 451-4.

⁸⁹ Mário de Andrade, *O Turista Aprendiz*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

⁹⁰ Idem, *op. cit.*, 1993.

⁹¹ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1916, p. 74.

⁹² Idem, *ibidem*, p. 50.

⁹³ Robert C. Smith, *Arquitetura Jesuítica no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1962.

⁹⁴ Lucio Costa, "Arquitetura dos jesuítas no Brasil". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 5, 1941, pp. 9-100.

⁹⁵ Paulo Ferreira dos Santos, *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1951.

⁹⁶ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1916, pp. 75-6.

⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 76-77.

"Idem, *op. cit.*, 1917, pp. 402-6.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 402.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 403.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 403.

¹⁰² Geraldo Gomes da Silva, "Arquitetura Eclética em Pernambuco". In: FABRIS, Annateresa, (Org.) *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987, pp. 186-7.

¹⁰³ Ricardo Severo, *op. cit.*, 1922, p. 17.

¹⁰⁴ Idem, *op. cit.*, 1917, pp. 404-5.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 406.

¹⁰⁶ Idem, *op. cit.*, 1916, pp. 50-1.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 413.

¹⁰⁸Idem, ibidem, p. 413.

¹⁰⁹Idem, ibidem, p. 413.

¹¹⁰Idem, op. cit., 1916, p. 79.

¹¹¹Idem, ibidem, p. 80.

¹¹²Idem, op. cit., 1917, pp. 415-6.

¹¹³Idem, ibidem, p. 415.

¹¹⁴Idem, ibidem, p. 416.

¹¹⁵Idem, ibidem, p. 416.

¹¹⁶Idem, op. cit., 1916, p. 24.

¹¹⁷Idem, op. cit., 1916, pp. 80-1.

¹¹⁸ Aracy A. Amaral, (Org.), *Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.

¹¹⁹ Vincent Scully, *The Shingle Style and the Stick Style*. New Haven: Yale University Press, 1971; Chris Wilson, *The Myth of Santa Fe: creating a modern regional tradition*. New México: University of New México Press, 1997.

¹²⁰Sobre o liberty e Art Nouveau nestes países ver William Curtis, “The search for new forms and the problem of ornament”. In: *Modern Architecture since 1900*. London: Phaidon Press Limited, 1999, pp. 53-71; Kenneth Frampton, *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, capítulos 4, 5 e 6; Stephen Escritt, *Art Nouveau*. London, Phaidon, 2000

¹²¹ Raul Lino era considerado um dos arquitetos portugueses de maior renome naquele momento a defender “sem hesitações a recuperação das ‘formas portuguesas’, num percurso ‘nacional’, alternativo à produção eclética novecentista”. Dessa forma, contemporaneamente a Severo, Raul Lino, que segundo Paulo Santos esteve no Brasil nos anos 1930 quando conheceu engenheiro, iniciava suas pesquisas teóricas e projetuais acerca da casa portuguesa. Sobre o tema ver José Fernando Gonçalves, *Ser ou não ser moderno. Considerações sobre a arquitetura modernista portuguesa*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2002, p.60-8; José Augusto França, “Raul Lino e a ‘casa portuguesa’”. In: *A Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1966; Isis Alexandra Marques Campos, *Raul Lino (1879-1974). A casa popular portuguesa e o seu caráter proletário*. Trabalho de disciplina FAUUSP, 2003 (mimeo); Paulo Ferreira Santos, *Presença de Lucio Costa na Arquitetura Contemporânea do Brasil*. Conferência, 1960, nota 15. Ana Vaz Milheiro, *A construção do Brasil: relações com a cultura arquitetónica portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2005.

¹²²Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 417.

¹²³Idem, op. cit., 1922, p. 17.

¹²⁴Idem, op. cit., 1916, p. 78.

¹²⁵Idem, op. cit., 1917, pp. 411-2.

¹²⁶Idem, ibidem, p. 420. Sobre a trajetória de Barry Parker na Europa e no Brasil, ver Carlos Roberto Monteiro de Andrade, *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998.

¹²⁷Barry Parker Apud, Ricardo Severo, op. cit., 1917, p. 420.

¹²⁸Idem, ibidem, p. 421.

¹²⁹Idem, ibidem, p. 422.

¹³⁰Idem, ibidem, p. 422.

¹³¹Idem, ibidem, p. 423.

¹³²Idem, op. cit., 1926, p. 3.

¹³³Idem, op. cit., 1917, p. 423.

¹³⁴Idem, idem, p. 424.

¹³⁵Idem, op. cit., 1916, pp. 43-4.

¹³⁶Idem, op. cit., 1917, p. 427.

¹³⁷Idem, op. cit, 1922, p. 17.

¹³⁸Ana Cláudia Castro e Joana Mello de Carvalho e Silva, “Entre nacionalismos e cosmopolitismos: Imagens da metrópole moderna paulistana nas primeiras décadas do século XX”, In: *Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Niterói, 9 a 12 de novembro de 2004 (cd-rom). O mesmo pode ser dito acerca do discurso de Gilberto Freyre sobre arquitetura e urbanismo na década de 1920. Cf. José Tavares Correia de Lira, *Mocambo e Cidade. Regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1996.

¹³⁹ Ricardo Severo, op. cit. , 1926, p. 3.

¹⁴⁰Luciano Patetta, “Los revivais em arquitectura”. In: ARGAN, Giulio Carlo et al. *El Passado em el Presente: em revival en las artes plásticas, la arquitectura, el cine y el teatro*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977, p. 146.

¹⁴¹ Idem, op. cit., pp. 129-63 e Giulio Carlo Argan, “El revival”. In: ARGAN, Giulio Carlo et al, op. cit., pp. 7-28.

¹⁴²A casa foi projetada por Severo para sua família e ainda existe sem grandes modificações, ao menos externamente. Seu endereço atual é rua Ricardo Severo, n. 26, Porto - Portugal.

¹⁴³ Ana Cristina Tostões, op. cit., pp. 507-17.

¹⁴⁴ Rocha Peixoto, “A casa portuguesa”. In: ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Homenagem à Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo: S.N., 1969, p. 7. O artigo foi originalmente publicado na revista portuense *Serões*, n. 4, outubro, 1905.

¹⁴⁵ Estou me referindo aqui aos críticos contemporâneos de Severo, como Manuel Bandeira e Ribeiro

Couto, que ainda que percebessem o valor da campanha lançada pelo o engenheiro indicavam o caráter limitado da recuperação por ele proposta, apoiando-se para tanto na argumentação contrária à variedade e adaptação de referências avulsas à arquitetura passada. Sobre as críticas contemporâneas à campanha de Severo ver Aracy A. Amaral, op. cit., pp. 75-86.

¹⁴⁶Rocha Peixoto, op. cit., 1969, p. 8.

¹⁴⁷Idem, ibidem, pp. 7- 8.

¹⁴⁸ Considera-se neste comentário a distinção feita por Patteta entre *revival* e *ecletismo*. Luciano Patetta, op. cit., 1977.

¹⁴⁹ Sobre as formas de morar da colônia à primeira república ver Nestor Goulart Reis Filho, op. cit., 1970; Carlos A. C. Lemos, *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo económico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989, e Maria Cecília Naclério Homem, op. cit, 1996.

¹⁵⁰Peter Hall, “a cidade no jardim”. In: *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

¹⁵¹Maria Cecília Naclério Homem, op. cit, 1996.

¹⁵²Idem, ibidem, p. 129.

¹⁵³Idem, ibidem, p. 129.

¹⁵⁴ Ricardo Severo, “A ‘casa portuguesa’ em S. Paulo”. *Portugal*, Rio de Janeiro, ano II, n. 43, p. XVII.

¹⁵⁵Nestor Goulart Reis Filho, *Racionalismo e Proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997, p. 36.

¹⁵⁶ As informações sobre os materiais empregados por Severo nestes projetos constam do levantamento realizado por Mariana Fontes Pérez Rial, *Movimento ou estilo: estudos sobre a arquitetura neocolonial paulistana*. Iniciação científica - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

¹⁵⁷Nestor Goulart Reis Filho, op. cit., 1997; Jorge Czajkowski, *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000; Maria Cecília Naclério Homem, *O prédio Martinelli: ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.

¹⁵⁸ Elisa Severo de Oliveira Germano, filha do engenheiro, em depoimento dado à autora em dezembro de 2002, afirmou que a casa do Guarujá fora construída sobre um porão de alvenaria de pedra, em função da preocupação constante do pai com as questões de umidade e conforto térmico.

¹⁵⁹ Em seu estudo sobre a arquitetura popular da zona das Beiras, Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato, afirmam que uma das influências da arquitetura popular na arquitetura erudita em Portugal é a escada externa que chega numa varanda alpendrada. “No entanto, a transposição nem sempre é inteiramente feliz. Por vezes, as preocupações de valorização formais sobrepõem-se excessivamente às da função e desvirtuam-na. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as varandas alpendradas que nas casas ricas dos séculos XVII e XVIII tomaram

grande vulto, substituindo os prumos de madeira, ou os pilares de pedra, populares, por coluninhas baixas e gradosas de recorte erudito. Pouco a pouco essas varandas perderam a utilidade, a razão de ser e transformaram-se em simples ornamentos. Há bastante casos em que foram ocupadas, quase na totalidade, pelas escadas de acesso do primeiro andar”. Sindicato Nacional dos Arquitetos, op. tit., p. 322.

¹⁶⁰ Informação cedida por Elisa Severo de Oliveira Germano em depoimento dado à autora em dezembro de 2002.

¹⁶¹ Ricardo Severo, op. cit., 1916, pp. 55-6.

¹⁶² Carlos de Azevedo, op. cit., 1969.

¹⁶³ Luísa Arruda, “Decoração e desenho. Tradição e modernidade”. In: PEREIRA, Paulo (dir.). op. cit., pp. 407-505.

¹⁶⁴ Naclério Homem, pp. 233-40

¹⁶⁵ Carlos A. C. Lemos, op. cit., p. 163.

Considerações finais

O estranhamento que a obra de Ricardo Severo causa num primeiro momento só pode ser dissipado no contato com o universo no qual ele viveu e atuou. Fosse pelo caráter propagandista e programático de seus textos, fosse pelo conteúdo mesmo de suas idéias e projetos, tudo apontava para a importância de se recuperar a sua trajetória entre Portugal e o Brasil e o seu percurso como intelectual e homem de ação. Foi por este motivo que foram analisados não só os seus textos sobre arquitetura, mas também aqueles dedicados à arqueologia e à política e que foram estudados no contexto político, económico, social e cultural da virada do século XIX para o XX em sua terra natal e em nosso país. Através da retomada dos debates em curso naquele momento iluminou-se os argumentos centrais do discurso de Severo e percebeu-se o quanto ele estava envolvido com grupos políticos nacionalistas extremamente influentes que faziam não só da política, mas também das ciências, das letras e das artes seu principal campo de confronto e atuação.

Em Portugal, o seu engajamento político com o movimento republicano e com o projeto de redenção da então frágil nação portuguesa ajuda a revelar a centralidade e os sentidos de sua pesquisa arqueológica e daquele que se transformou em seu tema preferencial ou a sua obsessão: as origens da nacionalidade portuguesa. Este tema não era específico de Severo, nem de seu grupo político-ideológico, nem mesmo de Portugal, mas de todas as nações que, diante do quadro de reorganização política e económica europeia da passagem dos oitocentos para o novecentos, procuravam afirmar o seu poderio ou explicar e superar a sua decadência.

No Brasil, Severo se vê obrigado a diversificar as suas atividades, deixando de lado a arqueologia e se dedicando à arquitetura, à engenharia, à história, aos

negócios imobiliários e aos interesses da colónia portuguesa no país. Diante de outro contexto marcado pelo desejo de afirmação nacional e de superação do período de dominação colonial o tema das origens da nacionalidade portuguesa se mantém, mas conhece outros sentidos, desdobramentos e meios de expressão. Não era o caso apenas de comprovar a grandeza original do povo português, mas de valorizar a sua empresa colonizadora e provar através da arquitetura a indissolubilidade dos laços de sangue que uniam seu povo e o brasileiro, e a partir disso engrandecer a nação brasileira e a sua matriz lusitana.

Tanto lá como aqui, a arqueologia, a arquitetura e a história serviam como meios poderosos de reflexão, ação e transformação do mundo, mas especificamente do destino de cada nação dentro do novo jogo político que se desenhava. A construção da identidade nacional era central neste debate pautado pela recuperação de um passado original e redentor e pelas noções de raça, meio, povo e tradição. Ao investigar essas noções em Severo são revelados não só os sentidos e os propósitos mais profundos que elas adquiriram em sua obra, como, através do diálogo que o engenheiro português estabeleceu com outros intelectuais do período, uma rica e ainda não totalmente explorada diversidade de pontos de vista e propostas para a nação, a arqueologia, as artes e a arquitetura naquele momento.

Nesse sentido, apesar de seu carácter monográfico, o trabalho contribui não só para a análise da obra discursiva e arquitetônica do engenheiro português como também para a compreensão do contexto histórico da virada do século XIX para o século XX, mas especificamente o da história intelectual do ambiente cultural e político finessecular no Porto e dos círculos regionalistas da elite paulista nas primeiras décadas do século passado, permitindo a reconstituição e a interpretação das temáticas emergentes no campo da arquitetura naqueles anos.

No caso específico das cidades brasileiras percebe-se desde a proclamação da república, mas de forma mais definida desde a primeira década do século XX até os anos de 1930, a proeminência dos debates sobre nação, nacionalidade, modernidade, modernização, arte, arquitetura e engenharia, a diversidade sendo a sua marca mais profunda. O problema da nacionalidade artística, por exemplo, podia ser algo fundamental ou sem importância como revelam os embates entre os adeptos do *neocolonial* e do *eclétismo*. A modernização urbana, por sua vez, poderia ser sinónimo ora do que se fazia na Europa, ora de nacionalização das experiências europeias, ora de atualização técnica e programática acompanhada

da recuperação de elementos arquitetônicos tradicionais. Enquanto isso, a modernidade artística se vinculava ora ao referencial europeu, ora às experiências do passado colonial, ora à lógica tipológico-estilística de justaposição livre de elementos arquitetônicos diversos no tempo e no espaço, ora ao raciocínio abstrato de fundo técnico-construtivo. Em ambos os casos, cada uma dessas possibilidades não excluía necessariamente as outras, como bem revela a atuação simultânea de Severo a frente da campanha de arte tradicional, do Escritório Técnico Ramos de Azevedo e da Companhia Iniciadora Predial.

A ambivalência identificada no discurso e na ação do engenheiro português estava presente também na obra de engenheiros e arquitetos como Victor Dubugras, Alexandre de Albuquerque, Adolpho Morales de los Rios e do jovem Lucio Costa, e de escritores e intelectuais como José Marianno Filho, Monteiro Lobato, Menotti del Pichia e Mário de Andrade. Essa coincidência revela que tal característica dizia menos respeito às especificidades individuais desses personagens do que às décadas 1910, 1920 e 1930 quando esses debates se ampliaram e radicalizaram. Tal afirmação é reforçada pelas coincidências e divergências entre o discurso do engenheiro português e o das personagens acima levantadas. Em sua obra e trajetória, Ricardo Severo sintetiza não só a ambivalência como a complexidade do processo de renovação do panorama artístico nacional no momento crucial de constituição do modernismo no país, aproximando movimentos normalmente colocados em campos opostos, como o *ecletismo*, o *neocolonial* e o *moderno*, ou agentes tão distantes como os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico - que acolhem com entusiasmo suas idéias - e os modernistas paulistas - que num primeiro momento o aclamaram, para depois o criticarem.

Se é possível perceber, por um lado, o quanto o moderno e o modernismo naquele momento reivindicavam o novo e uma nova forma de falar sobre o Brasil beneficiando-se surpreendentemente de idéias e sugestões caras ao século XIX - como as de tradição e evolução, apenas para citar duas bastantes influentes no período - por outro, fica clara a importância de se pensar aquela produção dentro do contexto da época e a partir de um solo de disputas em torno dessas e outras noções, no qual o campo de batalha é a arena social.

Bibliografía

I. Ricardo Severo

Poesias. Porto, texto manuscrito, 1880/83;

"Notícia arqueológica sobre o Monte da Cividade". *Revista Guimarães*, Guimarães, 1886, p.137;

Paleontologia Portuguesa. Porto, 1888;

"O museu do Porto de Rocha Peixoto". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, p. 41;

"Antiguidades Pré-históricas do Conselho da Figueira de Antonio dos Santos Rocha". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 42-7;

"José Augusto de Souza". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, p. 144.

"Primeiros vestígios do período neolítico na província de Angola". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 152-61;

"Recherche des animaux Marins. Progrés réalisés sur γ hirondelle dans ν outillage special do S. A. Príncipe de Mónaco e Resultants des campagnes scientifiques de yacht Y hirondelle de Mosticher". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 186-7;

"Émile de Munick. Secretário da Sociedade de arqueologia de Bruxelas. Oferta de 20 opúsculos". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, p 187;

"Próces Verbaux de la Société Belge de Géologie, de Paléontologie et d'hydrologie, Bruxelas - tomo I, II, III". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, p. 188;

"Os trabalhos paleoetnológicos no Algarve do sr. Estácio da Veiga". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. II, p. 126;

"Um vaso romano de barro cozido". *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. II, p. 130;

- “Duas resenhas da sessão bibliografia cujos títulos não estavam discriminados no índice geral”. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. II;
- “O museu agrícola-florestal de Lisboa”. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. II, p. 138;
- “O museu de numerologia, geologia e paleontologia da Academia Politécnica do Porto”. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. II, p. 139.
- “Memórias sobre a antiguidade de Antonio dos Santos Rocha”. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. V, p. 142;
- “Carlos Ribeiro”. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. V, pp. 153-87; Artigo sobre o Museu Sertório. *Correio Paulistano*. São Paulo, por volta de 1892-1893;
- “Prospecto”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1;
- “Estátua Romana de Soutello”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 129-30;
- “Gabriel de Mortillet”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 161-62;
- “R. Festus Avienus - Ora Marítima do arqueólogo e historiador Dr. F. Martins Sarmento”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 165-6.
- “Religiões da Lusitânia de José Leite de Vasconcellos”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 172-3;
- “O Ossuário da Freguesia de Ferreiro - Estudo antropológico - escrito em parceria com Fonseca Cardoso”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 177-200;
- “Ex-voto de bronze da 'Coleção Manoel Negrão”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 325-31;
- “Nota sobre os Restos Humanos da Caverna Neolítica dos Alqueves. Escrito em parceria com Fonseca Cardoso”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, p. 338;
- “Notícia da Estação Romana da Quinta da Ribeira de Tralhariz”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 391-8;
- “A estação arqueológica d’Alvarelos de José T. R. Fortes Júnior”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, pp. 425-6.
- “Medalhas do Museu Municipal do Porto de Manoel Joaquim Pereira (guarda do museu)”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, p. 426.
- “Revista de Guimarães”. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, p. 432
- “Observações sobre os restos humanos da Necrópole do Desterro em colaboração com Fonseca Cardoso”. *Portugália*. Porto, 1901, tomo I, fase. 3, pp. 598-9;
- “A coleção arqueológica de Albano Bellino, em Braga”. *Portugália*. Porto, 1901, tomo I, fase. 3, pp. 651-2;
- “Os portugueses segundo algumas fotografias”. *Portugália*. Porto, 1901, tomo I,

- fase. 3, p. 653;
- “Antiguidade Pré-históricas da Figueira de Antonio dos Santos Rocha”. *Portugália*. Porto, 1901, tomo I, fase. 3, pp. 657-9;
- “As Necrópoles Dolmenicas de Traz-os-Montes”. *Portugália*. Porto, 1903, tomo I, fase. 4, pp. 687-90;
- “Comentário ao Espolio dos Dolmes do Conselho de Villa Pouca d'Aguiar”. *Portugália*. Porto, 1903, tomo I, fase. 4, pp. 707-50;
- “Balineum luso-romano de S. Vicente de Pinheiro de José Fortes”. *Portugália*. Porto, 1903, tomo I, fase. 4, pp. 865-6;
- “Antropometria de Telesforo de Aranzadi”. *Portugália*. Porto, 1903, tomo I, fase. 4, p. 869;
- “Tesouro de Lebução (Traz-os-Montes)”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 1-14;
- “Os Braceletes d'ouro de Arnozella”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. I, pp. 63-71;
- “Os Torques de Almoester”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 72-4;
- “Novas Descobertas de Ourivesaria Proto-Histórica”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 109-10;
- “Cemitério Romano do Monte Penouço”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 111-13;
- “Les dolmes de Villa Pouca d'Aguiar [Traz-os-Montes]”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 113-17;
- “Três Inscrições Inéditas do Monte Penouço”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 126-27;
- “Essai sur l'art de l'industrie primitive de Pierre Paris”. *Portugália*. Porto, 1905, tomo II, fase. 1, pp. 129-33;
- “Mercúrio de Casal-Comba (estatueta de bronze do Museu Azuaga)”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, pp. 233-41;
- “Castro de Villarinho das Cotas”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, pp. 263-9;
- “O bracelete de ouro de Tellões”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, p. 283;
- “Outros achados em Tellões”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, p. 283;
- “Deux mots à propos du livre de Mr. Georges Engerrand de Ney Delgado”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, pp. 291-2;
- “Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcellos”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, pp. 292-4;

“La capacite du crâne et la composition étnique probable du pueple portugais de Costa Ferreira”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, pp. 296-7;

“La capacite cranienne chez lês crimineis portugais de Costa Ferreira”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, p. 297;

“O museu municipal da Figueira da Foz de Santos Rocha”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, p. 300;

“Boletim da Sociedade Arqueológica de Santos Rocha”. *Portugália*. Porto, 1906, tomo II, fase. 2, p. 300;

“As arrecadas d^ouro do castro de Lanudos”. *Portugália*. Porto, 1907, tomo II, fase. 3, pp. 403-12;

“Necrópoles Lusitano-romanas de Inhumação”. *Portugália*. Porto, 1907, tomo II, fase. 3, pp. 417-31;

“José Fortes”. *Portugália*. Porto, 1907, tomo II, fase. 3, p. 478;

“Da Arquitetura e Habitação nos Climias Quentes - Tipos gerais e Regionais”. Comunicação apresentada no IV Congresso médico Latino Americano, Rio de Janeiro, 1909.

As duas pátrias - discurso de Severo na homenagem à Republica portuguesa pela redação do Estado de S. Paulo em outubro, 1910;

Novo Canto dos Lusíadas - saudação à República Portuguesa nas manifestações públicas promovidas pelo Centro Republicano Português de São Paulo em 1910;

Pró-República - discurso no primeiro banquete de congratulação dos republicanos portugueses, no Grande Hotel de São Paulo em 1910;

“Culto à Tradição” (1911). In *Academia Paulista de Letras*. Homenagem a Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969. São Paulo, SN, pp. 51-2, 1969;

“Origens da Nacionalidade Portuguesa” (1911). *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. I, pp. 1- 4;

“Origens da Nacionalidade Portuguesa” (1911). *Revista Portugal*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. 2, pp. 100-14;

“Origens da Nacionalidade Portuguesa” (1911). *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1936, tomo I, fase. 4, pp. 253-9;

“Origens da Nacionalidade Portuguesa” (1911). *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1937, tomo I, fase. 5, pp. 329-37;

Monografia do Teatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Pocaí & Weiss, 1911;

Carta aos Monarquistas - publicada e distribuída pelo Centro Republicano Português de São Paulo em 1911;

- A Grey de Portugal - discurso pronunciado no primeiro aniversário da República Portuguesa no Centro Republicano de São Paulo em 1911;
- Um programa Inicial: a Casa Portuguesa - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1911;
- Cinco de Outubro - conferência pronunciada no Centro Republicano de Santos em 1912;
- “A Casa Portuguesa em São Paulo” (1913). *Portugal*. Rio de Janeiro, n.43, 1925. pp. XVII-XX;
- Um Triênio da República - discurso pronunciado no Centro Republicano de São Paulo em 5/10/1913;
- "A Arte Tradicional no Brasil: a casa e o templo" (1914). In *Sociedade de Cultura Artística. Conferências 1914-1915*. São Paulo: Tipographia Levi, 1916;
- A Independência Nacional - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1/12/1914;
- A Democracia de Portugal - conferência pronunciada no Centro Republicano de Santos e publicada em opúsculo pelo C.R.P. em 1914;
- República Democrática - discurso pronunciado no Centro Republicano de São Paulo em 1914;
- A Primeira Republica - Democracia tradicionalista - discurso pronunciado no Centro Republicano de São Paulo em 31/1/1915;
- República e Republicanos - discurso pronunciado no Centro Republicano de São Paulo em 5/10/1915;
- “A Arte Tradicional no Brasil” (1916). *Revista do Brasil*. São Paulo, ano II, v. 4, janeiro-abril, 1917, pp. 394-424;
- "Arquitetura Velha". A *Cigarra*. São Paulo, n. 39, 31/03/1916, p. 22-4;
- “Discurso de abertura da exposição escolar”. O *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 9/12/1917;
- As relações luso-brasileiras, 1916;
- Portugal e a Guerra - discurso pronunciado no Centro Republicano de São Paulo em 1916;
- A lealdade portuguesa conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1916;
- Os Aliados e as Listas Negras - como Presidente do Congresso dos aliados em São Paulo - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1916;

As Mães Portuguesas - conferência pronunciada na Cruzada de Mulheres Portuguesas do Rio de Janeiro em 1917;

Ao Embaixador da República - no banquete ao Embaixador D. Duarte Leite quando da sua primeira visita a São Paulo - discurso pronunciado na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1917;

O Congresso Aliado de Vigilância - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1917;

A Velha e a Nova Bastilha - conferência pronunciada no Centro Republicano de Santos e publicada em opúsculo pelo centro em 1918;

A Casa Portuguesa - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 1918;

"A missão dos portugueses". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 5/12/1918. p. 3;

Relações Luso-Brasileiras - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1919;

Iberismo - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1919;

Dia de Camões - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 10/6/1919;

A Nossa Grey - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 1919;

Obra Republicana - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 1919;

Portugal-Brasil - conferência pronunciada no Automóvel Club em Homenagem à Colónia e amigos em 1920;

A Casa de Portugal - discurso proferido no Clube Português em 29/1/1921;

O Heroico Povo de Portugal - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 1921;

Ideal Republicano - discurso proferido no Clube Português em 1921;

A Data da Restauração - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1921;

A Pátria Republicana. São Paulo: Julio Costa ô t C., 1921;

"Da Arquitetura Colonial no Brasil: arqueologia e arte". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7/09/1922, p. 17;

Os Heróis da Aviação - conferência pronunciada em homenagem a Gago Coutinho e Sacadura Cabral em 1922;

- Pela Pátria da Nossa Grey - mensagem ao presidente Antonio José de Almeida, 1922;
 Nacionalização - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 1922;
 “Os palácios estrangeiros: Portugal”. In *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro - 7 de set. de 1822 a 1 set. 1922 - 7 set 1923*. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, Almanack Laemmert, 1923. p. 312-4;
A Republica Lusitânica. Rio de Janeiro: Brasil Editora, 1923;
 A Alma de Portugal - conferência pronunciada em homenagem aos estudantes de Coimbra em visita ao Brasil em 1925;
 Imigração portuguesa no Brasil - conferência pronunciada na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo em 1925;
 A Visão da Liberdade - discurso proferido no Clube Português em 5/10/1925;
 “Arquitetura Colonial III: entrevista com Dr. Ricardo Severo”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 15/04/1926, p. 3;
 “A visão da liberdade”. Publicado em jornal não identificado, 5/10/1927;
 “Uma obra benemerita”. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 9/12/1927;
 A restauração da Igreja da Ordem 3a. do Carmo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 1927;
 Restauração de uma Pátria - discurso proferido no Clube Português em 1/12/1927;
 Origens Ibéricas do Alfabeto - comunicação à imprensa de São Paulo em 1927;
 A Harmonia Republicana - conferência pronunciada no Centro Republicano de São Paulo em 1928;
Revista da Câmara Portuguesa de Comércio, 1928, p 8-11;
O Estado de S. Paulo. São Paulo, 25/01/1929;
O Estado de S. Paulo. São Paulo, 27/01/1929;
 “Discurso de Severo na Sessão inaugural da Exposição Escolas do Liceu de Artes e Ofícios, publicado no Estado de S. Paulo em 10/12/1929”. In *O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico, Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. 1873-1934*. São Paulo: Liceu de Artes e Ofícios, 1934, pp. 201-3;
 Anteprojeto para Palácio do Congresso do Estado de São Paulo. São Paulo, Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1929.
 “Figuras da Colônia. Ricardo Severo de Cap. João Sarmiento Pimentel”. *Revista Portugal*. São Paulo, 1930, tomo I, fase. I, pp. 58- 62;
 “Discurso de Severo na Cerimonia da inauguração dos trabalhos escolares do

Liceu de Artes e Ofícios, publicado no Estado de S. Paulo em 9 de dezembro de 1930". In *O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico, Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. 1873-1934*. São Paulo: Liceu de Artes e Ofícios, 1934, pp. 203-205;

A Ciência Náutica Portuguesa e o Descobrimento do Brasil. São Paulo: Centro Republicano Português, 1931;

Dois Discursos. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931;

"Discurso de Severo na Inauguração dos trabalhos escolares e entrega de diplomas aos alunos que terminaram o curso, publicado no Estado de S. Paulo em 9 de dezembro de 1931". In *O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico, Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. 1873-1934*. São Paulo: Liceu de Artes e Ofícios, 1934, pp. 205-7;

"Origens e fatos da expansão portuguesa no Brasil até 1530" (1931). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico de São Paulo*. São Paulo, 1932, n. 29, p 13-37; Conferência no Grémio Português de Campinas em 1931;

A velha e a nova Escola - oração de encerramento do primeiro período letivo da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia do qual é Membro Fundador e Vice-Diretor em 1932;

Lendas e Quimeras da Epopéia Marítima Portuguesa - conferência sobre o tema em 1932;

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico, Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. 1873-1934. São Paulo: Liceu de Artes e Ofícios, 1934;

"Discurso de Severo na Abertura da exposição dos trabalhos escolares e homenagem a Ramos de Azevedo 25 de janeiro de 1934". In *O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Histórico, Estatutos, Regulamentos, Programas, Diplomas. 1873-1934*. São Paulo: Liceu de Artes e Ofícios, 1934, pp. 207-10;

"As tendências modernas na arquitetura. A *Gazeta* ouve o líder da corrente tradicionalista nacional". A *Gazeta*, São Paulo, 01/08/1936;

"Recordando" - oração pronunciada no Centro Republicano Português de São Paulo, em 31 de janeiro de 1937. *Revista Portuguesa*. São Paulo, 1937, tomo I, fase. 5, pp. 372-5;

Discursos. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura, 1937;

Um "Tombo" Luso-Brasileiro - conferência pronunciada no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1937;

"Reminiscências - A casa da faculdade de Direito de São Paulo 1634-1937". *Revista*

da Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo, 1938, v. 34, fase. I, p 11-30;
Discurso de Ricardo Severo dirigido a Getúlio Vargas em 1939, louvando a iniciativa do presidente em favor da liberação da imigração portuguesa no Brasil.

II. Outros autores

1.1 Livros, Artigos, Dissertações, Teses, Entrevistas e Depoimentos

- ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Homenagem a Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo, 1969.
- ALARCÃO, Jorge de (Org.). *História da arte em Portugal Do paleolítico á arte visigótica*. v. 1. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- AMARAL, Aracy A. (Org). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.
- _____. *Artes plásticas na semana de 22*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- _____. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998.
- ANDRADE, Mario de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993.
- _____. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins; Brasília, INL, 1975.
- _____. *O turista aprendiz*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- _____. *Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Serviço do Patrimônio Artístico e Cultural, Fundação Pró-Memória, 1981.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. "Esquema de Lucio Costa". *Block*, Buenos Aires, n. 4, dezembro, 1999, pp.42-53
- _____. *Resumo de Lucio Costa*. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24/02/2002. pp. 6-11.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- Azevedo, Carlos de. *Solares portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

- ARGAN, Giulio Carlo. El revival. In: _____ . *El pasado em el presente: em revival en las artes plásticas, la arquitetura, el cine y el teatro*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977, pp. 7-28.
- ARRUDA, Luísa. Decoração e desenho. Tradição e modernidade. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da arte Portuguesa*. 3ª. ed. v. III. Lisboa: Temas e Debates, 1999, pp. 407-505.
- AZEVEDO, Ricardo Marques de. Las ideas de Ricardo Severo y la relacion com el academicismo. In: AMARAL, Aracy (Org.) *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994, pp. 249-58.
- BAYER, Raymond. *História da estética*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- BORDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BOZDOGAN, Sibel. *Modern and Nation Building: turkish architectural cultura in the early republic*. Seattle and London: University of Washington Press, 2001.
- BRENNAN, Giovanna Rosso Del. Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, pp. 29-67.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.
- CAMPOS NETO, Cândido Malta. *Os rumos da cidade. Urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. "A revolução de 30 e a cultura" In: _____ . *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. "Radicalismos". In: _____ . *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- _____. "Uma palavra instável". In: _____ . *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- _____. *Iniciação á literatura brasileira (Resumo para principiantes)*. São Paulo: Humanitas, 1997.

- _____. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T.A. Queiroz/ Folha de São Paulo, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Frei Caneca ou a outra independência. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Ed. 34, 2001, pp. 16-7.
- CARTOGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.
- CARVALHO, Maria Cristina Wolff. *Ramos de Azevedo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do Belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.
- _____. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Mine, 2000.
- CASTRO, Ana Claudia; SILVA, Joana Mello de Carvalho. “Entre nacionalismos e cosmopolitismos: Imagens da metrópole moderna paulistana nas primeiras décadas do século XX”, In: *Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Niterói, 9 a 12 de novembro de 2004 (cd-rom).
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHIARELLI, Tadeu. *Um jeca nos vernissages*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- COMTE, Auguste. *Auguste Comte: sociologia*. São Paulo: Ática, 1978.
- COSTA, Angela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA, José Honório Almeida Nascimento. *Sobre o neocolonial*. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade de São Paulo, 1978.
- COSTA, Ludo. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- CURTIS, William. *Modern Architecture since 1900*. London: Phaidon Press Limited, 1999.
- DEAN, Warren. “São Paulo em 190”. In: *Exposição Vila Pentecostada*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1976, pp. 22-7.
- DEBRET, Jean Bastide. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris: Firmin-

Didot Frères Éditeurs, 1834-1839.

DIAS, Carlos Malheiro. *Homenagem a Ricardo Severo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1932.

ESCRITT, Stephen. *Art Nouveau*. London: Phaidon, 2000.

FABRIS, Annateresa. O Eclétismo à Luz do Modernismo. In: _____ (Org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987, pp. 280-96.

FERRAZ, Geraldo. *Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1965.

FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tânia Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (Org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANÇA, José Augusto. *A arte em Portugal no Século XIX*. v. III. Lisboa: Livraria Bertrand, 1966.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *Uma cultura ameaçada: a luso brasileira*. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1980.

_____. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil.com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

_____. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GITAHY, Maria Lucia. Qualificação e urbanização em SP: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios, 1873-1934. In: RIBEIRO, M.A.R. *Trabalhadores urbanos e ensino profissional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, pp. 21-88.

GOMES, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GONÇALVES, Ana Maria. *C.R.A obra de Ricardo Severo*. Trabalho Final de Graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1977.

GONÇALVES, José Fernando. *Ser ou não ser moderno*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da

- Universidade de Coimbra, 2002.
- GOODWIN, Phillip L. *Brazil Builds*. Nova Iorque: Museu de Arte Moderna, 1943.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Ltda, 1945.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *O prédio Martinelli: ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo*. São Paulo: Projeto, 1984.
- KAMITA, João Masao. *Espaço moderno e país novo: arquitetura moderna no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.
- KAHN, Sholem J. *Science and Aesthetic Judgment. A study in Taine 's criticaí method*. London : Routledge ÓC Kegan Paul Ltd, 1953.
- KESSEL, Carlos, *Entre o pastiche e a modernidade: arquitetura neocolonial no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- LAFETA, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- LEMO, Carlos A. C. *Construção da Vila Penteado*. In: *Exposição Vila Penteado*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1976, pp. 102-5.
- _____. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.
- _____. *Eclétismo em São Paulo*. In: FABRIS, Annateresa (Org.) *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987, pp. 70-102.
- _____. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo económico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.
- _____. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.
- _____. *El estilo que nunca existió*. In AMARAL, Aracy (Org.). *Arquitectura*

neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994, pp. 147-65.

_____. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 2a ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.

LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade. Regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1996.

LIVRO DE OURO COMEMORATIVO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA E DA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO - 7 DE SET. DE 1822 A 7 DE SET. DE 1922-7 SET. DE 1923. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil: Almanack Laemmert, 1923.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *A imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

LORENZO, Helena Carvalho de Lorenzo; COSTA, Wilma Peres da (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. 1ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

MARINS Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, século XVIII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MARQUES, Ricardo Marques de. Las ideas de Ricardo Severo y la relacion com el academicismo. In: AMARAL, Aracy A. (Org). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994, pp. 249-58.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/Imprensa Oficial, 2001.

MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura e estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil. A obra de Lucio Costa (1924-1952)*. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1987.

_____. Hay algo de irracional... *Block*. Buenos Aires, n. 4, dezembro, 1999, pp. 8-22

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. v.VI (1915-1933). São Paulo: Editora Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

- MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MILHEIRO, Ana Vaz. *A construção do Brasil: relações com a cultura arquitectónica portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005.
- MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura moderna no brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.
- _____. Gilberto Freyre e os Arquitetos. *Arquitetura*, São Paulo, 1962, n. 4.
- MOREIRA, Rafael. Arquitetura: renascimento e classicismo. In: PEREIRA, Paulo (Org.). In: *História da arte portuguesa*. 3ª. Ed. v. II Lisboa: Temas e Debates, 1999, pp. 303-75;
- MOTTA, Flavio L. São Paulo e o Art Nouveau. In: *Exposição Vila Penteados*. São Paulo: FAUUSP, 1976, pp. 88-93.
- MOUTINHO, Mário. *A arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- NASCIMENTO, Maria das Graças de Souza. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial/Fapesp, 2001
- NEVES, João Alves das. *As relações literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- _____. Ricardo Severo nasceu há 100 anos. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6/11/1969.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990
- PANOFSKY, Erwin. *Idea: contribuição a história do conceito da antiga teoria da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- PATETTA Luciano. Los revivals em arquitectura. In: ARGAN, Giulio Carlo et al. *El Passado em el presente: em revival en las artes plásticas, la arquitectura, el cine y el teatro*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977, pp. 129-63.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2000.
- PEREIRA, José Fernandes. O barroco do século XVIII. In: PEREIRA, Paulo (Org.). *História da arte portuguesa*. 3ª. ed. v. II Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- PEREIRA Paulo, A arquitetura (1250-1450). In: _____. (Org.). *História da arte portuguesa*. 3ª. ed. v. I. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- _____. O revivalismo: a arquitetura do desejo. In: _____. (Org.). *História da arte portuguesa*. 3ª. ed. v. III Lisboa: Temas & Debates, 1999, pp. 353-65.

- _____. As grandes edificações (1450-1530). In: _____. (Org.). *História da arte portuguesa*. 3ª. ed. v. II. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
- PINHEIRO, Maria Lúcia B. Ricardo Severo e o estilo tradicional brasileiro. *Revista DArt*. São Paulo, dezembro, 1998, n.3, pp. 22-8.
- PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. São Paulo: Pontes/CPHA/IFCH, 1998.
- RAMOS, Rui. *A segunda fundação (1890-1926)*. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- RANZINI, Felisberto. *Estylo colonial brasileiro*. São Paulo: Amadeu de Barros Saraiva, 1928.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- _____. *Racionalismo e proto-modernismo na obra de Victor Dubugras*. São Paulo: FBSP, 1997.
- RIAL, Mariana Fontes Pérez. *Movimento ou estilo: estudos sobre a arquitetura neocolonial paulistana*. Iniciação científica - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.
- RIBEIRO, Anamaria Germano. *A história da família Dumont*. São Paulo, texto impresso, 1998.
- RIO-CARVALHO, Manuel. *História da arte em Portugal. Do romantismo ao fim do século*. Lisboa: Publicações Alfa, v. 11, 1986.
- RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico relativo d antiga construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*. Oeiras: Celta Editora, 1999
- ROWALD, Robert. Portugueses no Brasil independente: processos e representações. *Oceanos*. Lisboa, outubro-dezembro, 2000, n. 44, pp. 8-21.
- SAIA, Luis. *Casa bandeirista: uma interpretação*. São Paulo: Rothschild Loureiro, 1955.
- _____. Arquitetura paulista. In: XAVIER, Alberto (Org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naífy, 2003, pp. 106-19.
- SANTOS, Cândido dos. *Universidade do Porto - raízes e memória da instituição*. Porto: Universidade do Porto, s.d.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *A influencia do neocolonial na arquitetura moderna do Brasil*. Conferência no Instituto dos Arquitetos do Brasil, 1951.

- _____. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1951.
- _____. *Presença de Lucio Costa na arquitetura contemporânea do Brasil*. Conferência 1960.
- _____. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Editora Valença, 1977.
- _____. *Constantes de sensibilidade do brasileiro. (Paralelo com as do portugueses)*. Rio de Janeiro, 1975.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por Subtração. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCOTT Ana Silvia Volpi. Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930. *Oceanos*. Lisboa, outubro-dezembro, 2000, n. 44, pp. 126-42.
- SCULLY, Vincent. *The Shingle Style and the Stick Style*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SEGRE, Roberto. *América latina, fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura*. São Paulo: Estudo Nobel, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos prementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura Eclética em Pernambuco. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/ Editora da Universidade de São Paulo, 1987, pp. 186-7.
- SILVA, Maria Angélica. *As formas e as palavras na obra de Lúcio Costa*. Dissertação (mestrado em história) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1991.
- SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS. *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.
- SILVA, Valéria Piccolli Gabriel da. *A Pátria de minhas Saudades: viagem pitoresca e história de Debret*. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2002.
- SMITH, Robert C. *Arquitetura jesuítica no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, 1962.

- SOUZA, Gilda de Mello e. Vanguarda e nacionalismo na década de vinte.
In: _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia del Arte*. Buenos Aires: Libreria y Editorial El Ateneo, 1946.
- THOMAS, Omar Ribeiro. *Ecos do atlântico sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fapesp, 2002.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Victor Dubugras e as atitudes de renovação de seu tempo*. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1985.
- _____. *Álbum iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: Editora Ex Libris Ltda, 1987.
- _____. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac ÔCNaify, 2004.
- TOSTÕES, Ana Cristina. Arquitetura portuguesa do século XX. In: PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa*. 3ª. ed. v. III, Lisboa: Temas e Debates, 1999, pp. 507-17.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. A imigração portuguesa, 1822-1930. *Oceanos*. Lisboa, outubro-dezembro, 2000, n. 44, pp. 60-66.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WAISMAN, Marina. Neocolonial y moderno: faladas y realidades. In: AMARAL, Aracy (Org.). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.
- WILSON, Chris. *The Myth of Santa Fé: creating a modern regional tradition*. Albuquerque: University of New México Press, 2001
- WISNIK, Guilherme. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac ÔCNaify, 2001.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Jardim América :o primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp/Imprensa Oficial, 2001.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Biblioteca. *Catálogo de desenhos de arquitetura da Biblioteca da FAUUSP*, 1988
- XAVIER, Alberto (Org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimentos de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

1.2 Páginas da Web

Ana Carneiro Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835-1908),
<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciência/p37.html>

Vanda Leitão. Carlos Ribeiro (1813-1882) <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciência/p38.html>

Manuela Martins, Martins Sarmiento e a arqueologia. *Revista Guimarães*.
 Guimarães, 1995, n. 105, pp. 127-38. Casa Sarmiento http://www.csarmiento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105_08.pdf

Ricardo Roque, Poder e ação, coisas e sujeitos na prática científica: um caso da antropologia colonial do século XIX http://www.asp.pt/ivcong_actas/Actal09.pdf

Portugália: <http://bnd.bn.pt/od/j-1474-b/ficha.html>

1.3 Sites

Instituto Geológico e Mineiro de Portugal:

http://www.igm.pt/document/centros/museu_geologico/biografias/nery_delgado.htm

Engenharia do século XX:

<http://www.engenharia.com.pt>;

Universidade do Porto/ Faculdade de Engenharia

<http://sifeup.fe.up.pt>.

Instituto Geológico e Mineiro de Portugal: http://www.igm.pt/document/centros/museu_geologico/biografias/wenceslau.htm.

Instituto Camões:

<http://www.instituto-camoes.pt>

Museu Martins Sarmiento:

<http://www.geira.pt/MSMartinsSarmiento>

Museu Alberto Sampaio:

•<http://www.geira.pt/malbertosampaio>

Biblioteca Nacional Digital de Portugal:

<http://bnd.bn.pt>

Museu Paulista:

www.mp.usp.br

Associação Portuguesa de Sociologia:

<http://www.asp.pt>

1.4 Artigos de época publicados em jornais e revistas

1.4.1 Autor identificado

ALBUQUERQUE, Alexandre. “Arquitetura Colonial V: o que nos diz o Sr. Alexandre de Albuquerque”. *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1926, p. 4.

ANDRADE, Mario de. “Arquitetura Colonial”. *Arte em Revista*, n. 4, ano 2, agosto, 1980.

_____. *A Arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993

_____. Arquitetura brasileira. In: *Crônicas da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. Aleijadinho: posição histórica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ed. especial sobre Minas Gerais, 1928.

BARREIRA, João. Ricardo Severo. *Seara Nova*. Lisboa, 20/4/1940, pp. 87-8.

BRAGA Teófilo. Sobre as estampas ou gravuras dos livros populares portugueses, *Portugália*. Porto, 1901, tomo I, fase. 3, pp. 497-512.

CARDOSO, Fonseca. Bibliografia. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1890, v. I, pp. 139-43 e pp. 182-4.

COSTA, Lucio. A Alma dos nossos lares. *A Noite*, Rio de Janeiro, 19/3/1924.

_____. Considerações sobre nosso gosto e estilo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 18/6/1924.

_____. ENBA 1930-31 (1930). Situação do ensino da Escola de Belas Artes. In:

_____. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. pp. 68-70.

_____. Documentação Necessária. *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, n. 1, 31/9/1937.

_____. Arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 5, 1941, pp. 9-100.

_____. Tradição Local. In: _____. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, pp. 451-4.

_____. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre. In: _____. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, 1995,

- pp. 164-5.
- COUTO, Ribeiro. A nossa tradição arquitetônica. *Correio Paulistano*, São Paulo, 6/03/1922;
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de. A casa portuguesa. *Almanach d'O Malho*. São Paulo, 1920.
- LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado Nacional. *Revista do Brasil*, São Paulo, setembro, 1916, n. 9, pp. 1-5.
- LOBATO Monteiro. A criação do estilo (A propósito do Liceu de Artes e Ofícios). In: *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 23-30.
- _____. A questão do estilo. In: *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 31-6.
- _____. Ainda o estilo. In: *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 37-44;
- MARIANNO FILHO, José. Arquitetura Colonial VI: a opinião do Dr. José Marianno Filho. *O Estado de S. Paulo*, 21/04/1926, p. 4.
- NEVES, Christiano Stockler das. Arquitetura Colonial. *Jornal do Comércio*, 24/04/1917, p. 4.
- FOLHA DE S. PAULO. Centenário... São Paulo, 7/11/1969, p. 18
- NEVES, José Maria da Silva. Ricardo Severo e a arquitetura tradicional brasileira. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24/1/1970.
- _____. Mestres da arquitetura neo-clássica, do “estilo colonial” e da arquitetura tradicional brasileira. Depoimentos I. São Paulo: Centro de Estudos Brasileiros GFAU/FAUUSP, 1960.
- PEIXOTO, Rocha. A Sociedade Carlos Ribeiro. *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Porto, 1898, v. V, n. 20.
- _____. A Sociedade Carlos Ribeiro. *Portugália*. Porto, 1899, tomo I, fase. 1, p. 155.
- _____. Publicações periódicas. *Portugália*. Porto, tomo I, fase. 1, 1899, p. 176.
- _____. A casa portuguesa. In: ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Homenagem à Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo: S.N., 1969, pp. 6-8.
- PINTO FILHO, Adolpho Augusto. Arquitetura Colonial VII: uma carta do Dr. Adolpho Augusto Pinto Filho. *O Estado de S. Paulo*, 24/04/1926, p. 3.
- RODRIGUES, José Wash. Arquitetura Colonial IV: uma palestra com o Sr. José Wash Rodrigues. *O Estado de S. Paulo*, 16/04/1926, p. 3.

SEGURADO, Jorge. A casa portuguesa. *Portugal* Rio de Janeiro, n. 45, 15/6/1926.

1.4.2 Autor não identificado

Para homenagear o Dr. Ricardo Severo. *A Platéia*. São Paulo, 1/2/1923, p. 4 - 6;
Homenagem ao Dr. Ricardo Severo. *Portugal* Rio de Janeiro, 14/10/1923, ano I, n. 5;
Homenagem ao Dr. Ricardo Severo. *Portugal* Rio de Janeiro, 31/10/1923, ano I, n. 6;
Arquitetura Portuguesa. *Portugal* Rio de Janeiro, 15/4/1924, ano I, n. 17;
Arquitetura Portuguesa. *Portugal* Rio de Janeiro, 31/12/1924, ano III, n. 58;
Arquitetura Portuguesa. *Portugal* Rio de Janeiro, 31/1/1925, ano III, n. 60;
Arquitetura Portuguesa. *Portugal* Rio de Janeiro, 15/9/1925, ano III;
Faleceu ontem o dr. Ricardo Severo da Fonseca Costa. *Folha da Noite*. São Paulo, 4/4/1940. p. 10.

A personalidade, a vida e a obra de Ricardo Severo. *Folha da Noite*. São Paulo, 28/3/1940. p. 5.

Elogio dos Sócios Falecidos Durante o Ano Social de 1939-1940. Discurso proferido pelo orador oficial Prof. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira, em sessão magna de 10 de novembro de 1940. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 40, 1942, pp. 565-9.

Centenário de Ricardo Severo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 03/7/1969, p. 20;

Centenário de Ricardo Severo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6/11 /1969;

Arquitetura colonial I. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13/04/1926, p. 4;

Arquitetura colonial II. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14/04/1926, p. 3;

Arquitetura colonial VIII: as conclusões de nosso inquérito. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/04/1926, p. 4.

Arquitetura colonial IX: ainda sob as conclusões de nosso inquérito. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30/04/1926.

Acervos, arquivos e bibliotecas consultados

São Paulo

Casa de Portugal - Instituto Camões

Clube Português de São Paulo

Arquivo do Estado de São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Acervo de Elisa Severo de Oliveira Germano

Acervo de Luis Roberto Severo Lebeis

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Biblioteca do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

Rio de Janeiro

Biblioteca Oveermer da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUS)

Biblioteca Nacional.

Real Gabinete de Leitura

Créditos das imagens

Capítulo 01 . Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira

1. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
2. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
3. Carlos A. C. Lemos, *Ramos de Azevedo e seu Escritório*. São Paulo: Pini, 1993, p. 60.
4. SEVERO, Ricardo. *Portugália*, tomo I, fase. 1, 1899.
5. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
6. Postal do Museu Martins Sarmento em Guimarães. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
7. *Revista Portuguesa*.
8. Acervo Elisa Severo de Oliveira Germano.
9. AMARAL, Aracy A. (org.). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo, Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.
10. AMARAL, Aracy A. (org.). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo, Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.
11. *Cadernos de Fotografia*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2004, p. 120.
12. GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. *A Obra de Ricardo Severo*. São Paulo, FAUUSP, 1977
13. AMARAL, Aracy A. (org.). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo, Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.
14. RIO-CARVALHO, Manuel. “Revivalismos e ecletismos”, *História da Arte em Portugal. Do romantismo ao fim do século*. Lisboa, Publicações Alfa, vol 11, 1986, p. 17.

Capítulo 03 . Natureza, tradição e arquitetura

- la 5. SEVERO, Ricardo. A Arte Tradicional no Brasil: a casa e o templo” (1914). In: Sociedade de Cultura Artística. *Conferências 1914-1915*. São Paulo: Tipographia Levi, 1916.
6. SEVERO, Ricardo. A Arte Tradicional no Brasil”. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano II, vol. 4, jan.-abr. 1917.
7. SEVERO, Ricardo. “A Arte Tradicional no Brasil: a casa e o templo” (1914). In: Sociedade de Cultura Artística. *Conferências 1914-1915*. São Paulo: Tipographia Levi, 1916.
8. AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, fig. 34.
9. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITETOS. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, 1961, vol. 2, p. 315.
10. AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, fig. 40.
11. AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, fig. 83.
12. SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITETOS. *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, 1961, vol. 2, p. 205.
13. AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969, fig. 2.
- 14 a 16. SEVERO, Ricardo. “A Arte Tradicional no Brasil”. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano II, vol. 4, jan.-abr. 1917, est. I, II, III.
17. ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Homenagem a Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo, 1969.
18. Christina de Castro Mello
- 19 a 23. TOLEDO, Benedito Lima de. *Álbum Iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: Editora Ex Libris Ltda, 1987, pp. 109-111.
- 24 e 25. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
- 26 a 28. Acervo Elisa Germano de Oliveira Severo.
29. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
30. Acervo Elisa Germano de Oliveira Severo.
31. Acervo Luis Roberto Severo Lebeis.
- 32 a 34. Acervo Elisa Germano de Oliveira Severo.
35. GONÇALVES, Ana Maria C.R. *A obra de Ricardo Severo*. São Paulo: FAU/USP, 1977.
36. ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Homenagem a Ricardo Severo: centenário do seu nascimento 1869-1969*. São Paulo, 1969, p. 48.
- 37 a 38. LEMOS, Carlos A. C. *Ramos de Azevedo e seu Escritório*. São Paulo: Pini,

1993, p. 47.

Desenhos das casas da Rua do Conde, Lusa, Praiana, Julio de Mesquita e Rui Nogueira: Jacqueline Brigagão.

Desenho Casa Numa de Oliveira: HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 220.

Neste livro, Joana Mello investiga a obra discursiva e projetual do engenheiro português Ricardo Severo da Fonseca e Costa (1869-1940), conhecido na historiografia da arquitetura do Brasil como precursor do *neocolonial* no país. A partir da leitura detida de sua obra e do contexto de sua produção, a autora identifica quais eram os parâmetros teóricos e analíticos, as motivações e compromissos sociais e políticos com os quais o engenheiro se engajou nos dois países em que viveu e atuou, Portugal e Brasil. Entendendo sua produção como uma das respostas possíveis frente às tensões históricas e aos dilemas culturais e ideológicos que afligiam os intelectuais portugueses e brasileiros na virada do século XIX para o século XX, o livro revela a riqueza e a diversidade do debate da época, problematiza o tema da nacionalidade e modernidade artística e ilumina a leitura do *eclétismo*, *neocolonial* e *movimento moderno* no Brasil.

ISBN 978-989-26-0249-3



9 789892 602493 >

